



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

PAULO DE OLIVEIRA GOMES

**D. JOSÉ GOMES, A REVOLUÇÃO PELA PALAVRA
DOS PLANOS DE PASTORAIS ÀS CEBS
(1966-1976)**

**CHAPECÓ
2019**

PAULO DE OLIVEIRA GOMES

**D. JOSÉ GOMES, A REVOLUÇÃO PELA PALAVRA
DOS PLANOS DE PASTORAIS ÀS CEBS
(1966-1976)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw.

CHAPECÓ
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC – Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802- 112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Gomes, Paulo de Oliveira

D. JOSÉ GOMES, A REVOLUÇÃO PELA PALAVRA: DOS PLANOS DE PASTORAIS AS CEBS / Paulo de Oliveira Gomes. -- 2019. 223 f.:il.

Orientador: Doutor Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Especialização em História Regional, Chapecó, SC , 2019.

1. A formação eclesiológica de D. José Gomes e reflexo da visão do Bispo na Igreja Católica Romana. .
2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CEBS NA DIOCESE DE CHAPECÓ, E A AÇÃO DA IGREJA LIDERADA POR DOM JOSÉ. 3. O PROTAGONISMO DE D. JOSÉ PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS CEBS NA DIOCESE DE CHAPECÓ. 4. A influência do pensamento do Bispo D. José Gomes na implantação das CEBS na Diocese de Chapecó. . I. Myskiw, Prof. Dr. Antonio Marcos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PAULO DE OLIVEIRA GOMES

D. JOSÉ GOMES, A REVOLUÇÃO PELA PALAVRA
DOS PLANOS DE PASTORAIS ÀS CEBS

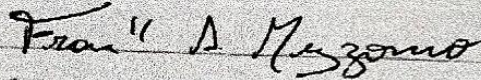
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História,
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre
em História, defendido em banca examinadora em 12/07/2019

Aprovado em: 12 / 07 / 2019

BANCA EXAMINADORA

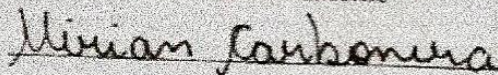


Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw
Presidente da banca/orientador



Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo - UNESPAR

Membro titular externo



Prof. Dra. Miriam Carbonera – PPGH UFFS

Membro titular interno

Prof. Dr. Mônica Hass – UFFS

Membro suplente

Chapecó/SC, julho de 2019

A todos que alimentam a luta
por uma sociedade mais justa e fraterna.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da Vida: “Vós sois o caminho, a verdade a vida, o Pão da alegria descido do céu”. Que me faz forte e me superar, a acreditar, e ser missionário.

À todos que acreditaram que a realização desse trabalho isso era possível.

À minha família razão desse esforço, minha esposa Jociani parceira de todas as horas, incansável. Sempre do meu lado para apoiar nos momentos de angustias, cansaço. E minhas filhas Karen e Karoline. O simples fato de estarem comigo foi motivação para persistir no trabalho. O exemplo foi dado, de que é possível. Minha família minha razão de existir.

À meus amigos, Professores Antonio Andriolli, Jaime Giolo, José Carlos Radin, pelo incentivo, companheirismo e parceria.

À direção da Rádio Super Condá, Alfredo Lang e Raquel Lang pela parceria, possibilitando as ausências para frequentar o curso.

Aos Padres Alcido Kunzler e Ivo Oro, pelo companheirismo e incentivo, meus Mestres.

À equipe da Mitra Diocesana, Padre Marlon, Bispo D. Odelir, a Noemia, enfim a todos pela parceria nas pesquisas. Foram fundamentais para esse trabalho.

À professora Miriam Carbonera, que integrou a banca de qualificação, obrigado pelo incentivo e orientação.

À meu orientador Antonio Myskiw, pela confiança, por acreditar em nossa capacidade, que grata surpresa, um presente de amizade. Que baita parceiro. Palavras são poucas para expressar a gratidão.

A todos os colegas do curso de Mestrado da UFFS, pelas contribuições e debates que nos fizeram crescer e ampliar nossos horizontes e visão, na certeza do lado de que queremos estar, a acreditar na utopia.

A todos aqueles que acreditaram nesse projeto de universidade, de que a UFFS era possível. Aqueles que tornaram realidade, cada Movimento Social, cada liderança, cada, cada, cada...

E à memória de D. José Gomes, meu guia na caminhada. Seu testemunho, seu exemplo é razão para acreditarmos na Utopia, de que é possível. De que vale a pena sermos melhor. De que na caminhada não precisamos ser heróis, mas missionários. De que Cristo está do lado do excluído. De que não precisamos de gratidão, mas de esperança. De que devemos acreditar na capacidade das pessoas, proporcionar possibilidades, estender a mão, olhar com olhos de perdão. E sermos amigos, para juntos buscar uma sociedade mais justa e fraterna para todos.

Então a gente diz, não tem mais cura!
Tem!
É preciso mais organização...
É preciso mais força...
É preciso mais poder...
É preciso mais consciência política né!

D. José Gomes

RESUMO

A presente pesquisa discute o Protagonismo do Bispo Diocesano de Chapecó Dom José Gomes, para o surgimento das lideranças sociais na região oeste catarinense. Dom José Gomes assumiu a Igreja do Oeste Catarinense em 1968, após ter participado ativamente do Concílio Vaticano II, ter compartilhado de ideias e ideais da Teologia da Libertação e de líderes católicos que influenciaram o pensamento da Igreja Católica no Brasil a fazer a opção pelos pobres.

A consolidação da proposta de D. José Gomes, a formação de lideranças populares a partir dos círculos bíblicos, dos grupos de reflexão, a abertura da igreja para o protagonismo das lideranças leigas, dava início a um trabalho de transformação da história do oeste, com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e dos movimentos sociais.

Esta dissertação buscou nos arquivos da Mitra Diocesana documentos contidos nas pastas pessoais de Dom José Gomes, cartas, agendas, manuscritos, cadernetas e os Planos de Pastorais com observações, orientações, determinações, apontamentos do bispo.

Os arquivos da Mitra Diocesana contêm um acervo documental ainda a ser desbravado.

Essa pesquisa buscou compreender a influência do pensamento, do protagonismo do Bispo Dom José Gomes, na implantação das CEBs na Diocese de Chapecó, a formação eclesiológica de D. José Gomes e reflexo da visão do Bispo na Igreja Católica Romana.

No Processo de Formação das CEBs, encontramos os inúmeros planos de pastorais que nortearam a ação da igreja, o surgimento das escolas bíblicas e os grupos de reflexão, culminando com as Comunidades Eclesiais de Base na Diocese. O caminho trilhado para a capacitação de pessoas simples, que se tornaram lideranças de movimentos sociais e da Igreja. Os documentos a que tivemos acesso nos arquivos da Mitra Diocesana retratam os relatos, de todos os segmentos sociais da importância das contribuições de Dom José Gomes à história da Região Oeste Catarinense. São testemunhos da personalidade, das ações, das ideias e repercussão que até hoje, suas palavras provocam no processo de organização comunitária da Diocese de Chapecó, e mesmo além fronteiras.

As palavras de Dom José faziam as lideranças refletir e sonhar, buscar uma utopia, e davam o rumo, o caminho a seguir na busca da qualidade de vida.

Palavras-chaves: Teologia da Libertação. Comunidades Eclesiais de Base. Diocese de Chapecó

ABSTRACT

Firstly the research discusses the Protagonism of the Diocesan Bishop from Chapecó Dom José Gomes, for the emergence by social leaders in the west region of Santa Catarina. Dom José assumed the Church of the West Santa Catarina in 1968, after actively participating in the Second Vatican Council sharing ideas and ideals of freedom theology and Catholic leaders who influenced the thinking Catholic Church in Brazil to choose the poor.

Then the consolidation Monsignor José Gomes's proposal, the formation of popular leadership from biblical circles, reflection groups, the opening of the church to the leadership of lay leaders, began to work in order to transformation Western history, with the the emergence of the Basic Ecclesial Communities (BECs) and social movements.

So this dissertation searched in the archives of the Diocesan Miter documents contained in Dom José's personal folders, letters, agendas, manuscripts, notebooks and the Pastoral Plans with observations, directions, determinations, notes of the bishop.

The Diocesan Miter archives contain a documentary collection still to be explored.

This research sought to understand the influence of Bishop Dom José Gomes's thinking, the role of the BECs in the Diocese of Chapecó, the ecclesiological formation by Dom José and a reflection on Bishop's vision in the Roman Catholic Church.

Moreover the process formation on BECs, we find the numerous pastoral plans that guided the action of the church, the emergence Bible schools and reflection groups, culminating with the base ecclesial communities in the diocese. The path taken to empower simple people who have become leaders of social movements and the Church.

Finally the documents which we had access to the Diocesan Mitra archives portray the accounts of all social segments about the importance of Dom José Gomes's contributions to the history at West Santa Catarina. They are testimonies of personality, actions, ideas and repercussions that even today, his words provoke in the process of community organization at Diocese of Chapecó and even beyond its borders.

Dom José's words made the leaders reflect and dream, urged them to seek some utopia and gave direction, the way forward in the pursuit of quality of life.

Keywords: Freedom Theology. Basic Ecclesial Communities. Diocese of Chapecó

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 - Foto oficial da ordenação de D. José Gomes.....	27
Ilustração 02 – Brasão Ministerial de D. José Gomes.....	27
Ilustração 03 - D. José com menino em frente à residência do Bispo (Bispado).....	54
Ilustração 04 - Capa do Plano de Pastoral de Conjunto 1967-1966.....	59
Ilustração 05 - Mapa dos setores da Diocese em 1967.....	67
Ilustração 06 - D. José Gomes e a frase que marcou sua trajetória.....	74
Ilustração 07 - D. José Gomes em visita à Aldeia Chimbanguê.....	105
Ilustração 08 - D. José Gomes durante manifestação em encontro de pastoral.....	106
Ilustração 09- D. José celebrando na Catedral Santo Antonio.....	113
Ilustração 10 - D. José Gomes durante almoço campal em encontro Pastoral.....	141
Ilustração 11 - D. José durante homilia na Romaria da Terra.....	189
Ilustração 12 - Brasão Ministerial de D. José Gomes.....	201

LISTA DE SIGLAS

PPC - Plano de Pastoral de Conjunto
PDP - Plano Diocesano de Pastoral
CELAM - Conferência do Conselho Episcopal Latino Americano
CEBS - Comunidades Eclesiais de Base
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
JD - Jornal Diocesano
CPT - Comissão Pastoral da Terra
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras
MMC - Movimento das Mulheres Campesinas
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
ADC - Assembléia Diocesana do Clero
SINTESE - Síntese dos Estudos Feitos Sobre CEBs
CJ - Caminhar Juntos
SEC - Síntese do Encontro de CEBs
RPD - Revisão do Plano Diocesano
ECEB - Encontro Inter-Estadual de CEBs

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2.	FORMAÇÃO ECLESIOLOGICA DE D. JOSÉ GOMES E REFLEXO DA VISÃO DO BISPO NA IGREJA CATÓLICA ROMANA.....	24
2.1	A FORMAÇÃO DA VISÃO ECLESIOLOGICA DE DOM JOSÉ GOMES.....	28
2.1.1	Teologia da Libertação.....	34
2.1.2	Concílio Vaticano II.....	35
2.2	DOM JOSÉ GOMES ASSUME A DIOCESE DE CHAPECÓ.....	40
2.2.1	Conferência Latino-americana de Medellín (CELAM).....	47
2.2.2	Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.....	49
2.2.3	Ditadura Militar.....	50
3.	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CEBs NA DIOCESE DE CHAPECÓ E A AÇÃO DA IGREJA LIDERADA POR DOM JOSÉ.....	55
3.1	ASPECTO HISTÓRICO DA IGREJA DIOCESANA DE CHAPECÓ.....	55
3.2	PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO.....	58
3.2.1	Aspecto Histórico do Clero na Diocese de Chapecó.....	65
3.2.2	A Implantação das Primeiras Reformas do Concílio Vaticano II na Diocese.....	66
3.2.3	Metas definidas para implantação das Reformas do Concílio Vaticano II na Diocese de Chapecó.....	70
3.3	D. JOSÉ GOMES ASSUME DIOCESE DE CHAPECÓ.....	74
3.3.1	Segundo Plano de Pastoral de Conjunto.....	77
3.3.2	A inserção do leigo na vida da igreja.....	79
3.3.2.1	Vocações.....	80
3.3.2.2	Catequese.....	80
3.3.2.3	Pastoral da Saúde.....	82
3.3.2.4	Liturgia.....	82
3.3.2.5	Pastoral da família.....	85
3.3.2.6	A Educação.....	85
3.3.2.7	Atenção aos pequenos agricultores.....	87
3.3.3	Revisão das Ações do Segundo Plano de Pastoral.....	96
3.4	PLANO DE PASTORAL DE 1974 – BERÇO DAS CEBs NA DIOCESE.....	99

3.4.1	Diocese de Chapecó e as CEBs.....	101
3.4.2	D. José implanta o CIMI na Diocese de Chapecó.....	105
3.5	ASSEMBLEIA DIOCESANA DO CLERO DE DEZEMBRO DE 1974, UM MARCO NA CAMINHADA DA IGREJA DO OESTE.....	108
4.	O PROTAGONISMO DE D. JOSÉ PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS CEBs NA DIOCESE DE CHAPECÓ.....	110
4.1	GRUPOS DE REFLEXÃO, BERÇO DAS CEBs.....	110
4.1.1	Ações do plano de 1975.....	113
4.1.2	Primeiro Encontro Inter-Estadual sobre Comunidades Eclesiais de Base.....	117
4.1.3	O Modelo de CEBs implantado na Diocese.....	122
4.2	CEBs: POVO DE FÉ A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO.....	125
4.2.1	A motivação para o início das CEBs.....	127
4.2.2	As CEBs diante da Religiosidade Popular presente na história da Diocese de Chapecó.....	136
4.2.3	Caminhar Juntos.....	141
4.2.4	Construindo as CEBs na Diocese – Encontro Diocesano de CEBs.....	171
4.2.5	CEBs e os primeiros frutos de lideranças dos Movimentos Sociais do Oeste Catarinense.....	177
4.3	DOM JOSÉ PROJETA AS AÇÕES NA DIOCESE A PARTIR DAS CEBs.....	180
4.3.1	Pastoral Rural e CPT.....	184
4.3.2	Igreja Protagonista.....	187
4.4	A COMUNICAÇÃO DE DOM JOSÉ GOMES – A REVOLUÇÃO PELA PALAVRA.....	188
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
	REFERENCIAIS.....	202
	ANEXOS.....	210

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o protagonismo de D. José Gomes à frente da diocese de Chapecó, surgiu a partir da minha experiência e dos contatos junto às comunidades de base de Chapecó, como leigo, liderança, catequista, ministro da palavra, da participação das Romarias da Terra, seminarista, professor, jornalista, que conviveu muito próximo do Bispo D. José Gomes, seja nas entrevistas, mas também nas horas de Chimarrão. Ainda a partir da pesquisa de meu Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação em História, no qual pesquisei a Ação da Igreja Católica no Bairro São Pedro, periferia de Chapecó e uma das primeiras experiências de Pastoral Urbana da Diocese. Os momentos convividos com D. José Gomes nos influenciaram no modo de ver o mundo, a acreditar em Utopias, a conhecer um Cristo que fez a opção pelo excluído e não de conveniências, em uma igreja plural, feita de gente, de diferenças, de que o Evangelho liberta, de que um povo consciente e organizado pode provocar mudança.

Essa dissertação é fruto do desejo de contribuir com a historiografia de Dom José Gomes. Desde o princípio, nosso foco são os primeiros passos do Bispo no despertar das lideranças do Oeste Catarinense, agricultores e operários que, como frutos dos Grupos de Reflexão, das CEBs, se tornaram lideranças importantes de Movimentos Sociais, partidos políticos na Diocese. Assim sendo, nosso recorte foi o período compreendido entre 1966 a 1976, denominado por pesquisadores da Igreja Diocesana do oeste catarinense, de “transitório”. Esse período nos inquieta, pois é uma fase riquíssima de um intenso e silencioso trabalho do clero diocesano liderado pelo Bispo D. José Gomes. Tal como a semente colocada na terra, um olhar descuidado não detecta a extraordinária metamorfose que ocorre no solo, e que uma vez regada e cuidada, a semente, sob os desígnios da natureza, vai nascer e frutificar.

A igreja do oeste catarinense sob a liderança do Bispo D. José Gomes protagonizou nas décadas de 1970, 1980 e 1990 uma transformação nos rumos da história regional, com o surgimento de movimentos que hoje são reconhecidos mundialmente: o Conselho Indigenista Missionário com conquista da demarcação de terras, Toldo Chimbanguê, Toldo Paial; das Mulheres Agricultoras com a obtenção do direito à aposentadoria rural; e os sindicatos combativos, a exemplo do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o enfrentamento da farsa da peste suína, com o registro do maior protesto da história de Santa Catarina, com mais de 25 mil agricultores familiares no Estádio Índio Condá em 1980, mobilizados pelas

palavras de Dom José Gomes. As palavras do Bispo ecoaram nos mais longínquos recantos do oeste catarinense e formaram líderes capazes de implantar o mais importantes Movimento Social do Brasil, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que em 1981 ocuparam e garantiram o primeiro assentamento no oeste, a Fazenda Burro Branco, seguidos posteriormente da Conquista da Fronteira em Dionísio Cerqueira, que se tornou modelo para o Brasil.

Na Diocese de Chapecó, nesse período, observa-se a efervescência religiosa somada à esperança de dias melhores. Convive-se com a violência urbana e a pobreza. De outro lado, percebe-se a coragem e o entusiasmo de um povo lutador. A Igreja católica liderada por D. José Gomes, presente nesse contexto, procura encontrar respostas pastorais adequadas às exigências da evangelização.

O discurso e testemunho de Dom José Gomes promoveram uma Revolução pela Palavra. A revolução para o Bispo “era virar pelo avesso, transformar a situação de miséria em vida plena” (Entrevista ao Jornalista Sandro Santos, 1999). A palavra para Dom José tinha sentido de ação. Ele era a própria palavra em meio aos movimentos, assim seus exemplos transformaram a vida de pessoas simples em lideranças com capacidade para uma análise de conjuntura e tomada de decisão.

Para se concretizar a transformação, a igreja trilhou um longo percurso, que teve como ponto de partida a visão eclesiológica de D. José Gomes. O Bispo se alimentou da Teologia da Libertação na virada dos anos de 1950 e 1960. Esteve ao lado de grandes líderes da Igreja Latino Americana, tendo entre os brasileiros Dom Helder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Pedro Casaldáliga. Também acompanhou o surgimento do Movimento das Comunidades Eclesiais de Base na América Latina. Mais tarde, o Concílio Vaticano II com as sessões realizadas no período de 1962 a 1965, onde se envolveu com grandes pensadores que interferiram no processo de transformação da Igreja denominada “Primavera Católica”¹. O Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 a 1965, inaugurou um novo tempo na

¹ Depois de um longo inverno do século XIX e primeiras décadas do século XX, em que a igreja se fechou dentro de casa, posicionando-se na defensiva frente aos problemas do mundo moderno (o liberalismo e o Modernismo), despontou, na década de 60, a primavera do Concílio Vaticano II. A Igreja abriu as janelas de sua casa e começou a olhar para fora, para o mundo, reintegrando-se na caminhada da história, resgatando a noção primordial do povo de Deus, reencontrando sua característica sacramental, redescobrimo a realidade da Igreja Particular (unidade na diversidade), enfim, tomando consciência de sua missão, voltada ao mundo e não para si mesma (TEDESCO; ORO, 1990, p. 01).

vida da Igreja, uma virada eclesiológica, com maior abertura de diálogo com o mundo, com as culturas e com as demais religiões, a Igreja repensa a liturgia e o modo de transmissão da fé e define-se como Povo de Deus.

Dom José Gomes também participou ativamente nos mais importantes momentos da Igreja Latino Americana, as Conferências de Medellín em 1968 e Puebla em 1979. As Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano, em especial Medellín e Puebla, e, no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foram os principais instrumentos da recepção do Concílio em nosso continente. Nessas conferências, além de os bispos acolherem na prática a renovação provocada pelo Concílio, a partir da realidade de opressão e sofrimento do povo, assumem a evangélica opção pelos pobres.

É com essa bagagem eclesiológica que Dom José Gomes assumiu a Diocese de Chapecó, com um olhar que vai ao encontro do povo oprimido e crente, disposto a encampar a maneira nova de ser igreja, de ser sinal e instrumento de libertação de celebrar fé e vida. A Revolução pela Palavra é o Bispo promovendo uma igreja que vai ao encontro dos excluídos, a igreja a serviço do povo sofrido, transformando humildes roceiros, alijados do processo desenvolvimentista instalado no oeste, em lideranças capazes de promover a transformação.

O Bispo Dom José Gomes liderou a elaboração e aplicação dos planos de pastorais, responsáveis em implantar na Diocese de Chapecó as mudanças definidas pelo Concílio Vaticano II. O primeiro foi aprovado no ano de 1967 ainda na gestão do antecessor de Dom José, Bispo D. Wilson Laus Schmidt. Este plano estava embasado no Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB. Entre as mudanças introduzidas estava o altar virado para o povo, a missa na língua do povo, cerimônias mais simples e compreensivas, batizados e casamentos na língua do povo e cantos adaptados para cada momento da liturgia, com base no Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto. Dom José Gomes deu início à fase de transição da Igreja Diocesana, passo a passo, preparando o clero, os religiosos e religiosas em atividade na Diocese. Eram poucos, mas convencidos, cientes do momento histórico vivido pela Igreja Romana. Dom José preparou a Igreja para Renovação. Para ele era preciso “mentalizar” as determinações contidas nos documentos do Concílio, o *“Lumen Getium”*, a Igreja em si mesma e o *“Gaudium et Spes”*, a Igreja no mundo moderno. Com isso, se abria uma importante página na Igreja do Oeste catarinense a partir do Concílio: a Igreja sendo o povo de Deus, se descortinava trazendo a possibilidades de experiências novas nas paróquias e comunidades. Até então, a bíblia era privilégio de poucos. Com a renovação, o povo simples

das comunidades tinha acesso às leituras e, com os Grupos de Reflexão, poderiam debater e confrontar as leituras com a realidade vivida. O povo podia ler em casa e em grupos e recebia formação através dos círculos bíblicos para interpretar as leituras e debater os textos.

Gradativamente, a eclesiologia de Dom José Gomes promoveu a formação das lideranças, mesmo havendo ausência de capelas, a distância das comunidades, das famílias, analfabetismo, conformismo. Experiências e iniciativas pastorais, a partir dos Planos de Pastorais, deram vitalidade às paróquias e comunidades. Os padres, religiosos e religiosas se atualizavam constantemente em contínuos cursos de teologia.

Essa dissertação apresenta um intenso trabalho liderado por Dom José Gomes, para preparar ao longo do período de Igreja de Transição para a implantação das Comunidades Eclesiais de Base – (CEBs), no Oeste Catarinense. As CEBs vão concluir a fase de transição da Igreja. O solo cuidado gerou frutos, preparou lideranças que assumiram a dianteira das Pastorais Sociais que deram origem aos movimentos sociais como CPT-MST, CRAB-MAB, CIMI, sindicatos autênticos, Mulheres Camponesas, catequese, ministros extraordinários da palavra e eucaristia.

Desde o princípio, tínhamos em mente pesquisar a gênese dos movimentos sociais no oeste catarinense. Sabíamos que a igreja liderada por Dom José Gomes teve um importante papel para o surgimento desses movimentos, mas queríamos saber como se deu esse processo, como apareceram os líderes. Esse trabalho visa compreender a influência do pensamento do Bispo D. José Gomes na implantação das CEBs na Diocese de Chapecó. Para alcançar esse objetivo buscamos descrever a formação eclesiológica de D. José Gomes e reflexo da visão do Bispo na Igreja Católica Romana; pesquisar o processo de formação das CEBs na Diocese de Chapecó, e a ação da igreja liderada por D. José, e investigamos o protagonismo de D. José para a consolidação das CEBs na Diocese de Chapecó. Com as CEBs, a Igreja do Oeste Catarinense inaugurou um novo modelo eclesial, mais participativo, que favorece o protagonismo dos leigos, do homem simples da roça, do operário da cidade, reconhece o papel das mulheres, permite outra concepção ministerial e possibilita maior inserção no mundo, com capacidade de situar na realidade com o engajamento político e as diferentes formas de inter-relacionamento social. Na Diocese de Chapecó, as CEBs significaram sinais de Deus no novo jeito de ser Igreja; desabrochou uma nova eclesiologia do Povo de Deus. As CEBs caracterizaram-se como pequenas comunidades, no protagonismo exercido pelos leigos, no modo de celebrar as liturgias, no compromisso com a justiça social, pela relação existente entre fé e vida e através da leitura popular da Bíblia, realidade torna-se matéria-prima para a

teologia. Como toda a teologia, “o princípio formal é a Revelação ou Palavra de Deus” (BOFF, C., 1998, p. 124).

O encantamento pela capacidade de liderança, a oratória, a visão teológica de Dom José Gomes foi predominante durante a construção dessa pesquisa. Por outro lado, o desenvolvimento do projeto ao longo do mestrado, sobretudo o acesso ao arquivo da Mitra Diocesana, o volume de documentos que em determinado momento nos deixou apreensivo, mas tornou-se crucial para o amadurecimento deste trabalho, que contou com a participação fundamental de nosso orientador Antonio Myskiw, para delimitar o tema pesquisado, que diante do farto material disponível possibilita novos estudos.

Diante da tarefa de pesquisar o surgimento das lideranças dos movimentos sociais do oeste catarinense, me vi frente à minha bagagem teórica prática de graduado em História, com atuação em sala de aula e na vida comunitária e como graduado em jornalismo com atuação no radiojornalismo comunitário, mídia cidadã. O fascínio está no poder da palavra do Bispo Dom José Gomes, que transformou humildes agricultores em importantes lideranças. O poder da palavra que promoveu uma revolução na vida de comunidades, de famílias.

Nos deparamos com uma ideia que tínhamos amadurecido e que precisávamos delimitar: o aparecimento das CEBs. Mergulhamos na leitura dos escritos de Leonardo Boff, para entender a metodologia da teoria e confrontar com a prática instalada na Diocese, embasada na partilha do evangelho que leva a se orientar à atuação social. Tal qual destaca Boff (1982, p. 201): “Traz-se para dentro das CEBs toda a problemática que o povo sofre: desemprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho, falta de condução e outros serviços básicos”, e assim foi a caminhada de implantação das CEBs na Diocese liderada por Dom José.

No primeiro capítulo abordamos a trajetória de Dom José Gomes, sua biografia, formação teológica, a partir do contato com a Teologia da Libertação, Concílio Vaticano II, Conferência de Medellín, o relacionamento com grandes nomes da Teologia da Libertação na América Latina. A transferência para Chapecó, os motivos que influenciaram na decisão de deixar a Diocese de Bagé e assumir a Diocese de Chapecó. D. José assumiu a Diocese de Chapecó em 27 de outubro de 1968, após ter participado do Concílio Vaticano II, realizado em Roma entre 1962 e 1965, considerado o grande evento da Igreja Católica no século XX. O Concílio convocado pelo Papa João XXIII teve o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião. Além de modernizar a igreja, o Concílio tocou em temas

delicados que, segundo D. José mudou a compreensão da Igreja sobre sua presença no mundo moderno. Para D. José, o Concílio levou a igreja a fazer opção pelos pobres e excluídos.

No Segundo Capítulo, discorre-se o processo de formação das CEBs na Diocese de Chapecó e a ação da igreja liderada por D. José. O processo histórico da igreja do oeste catarinense, os primeiros passos do pós concílio ainda sob a direção do Bispo D. Wilson Laus Schimidt, os primeiros planos de pastoral de conjunto (PPC), o início da renovação. A chegada de D. José Gomes e início da fase transitória da igreja na Diocese, a caminhada na formação das lideranças, os avanços para a instalação das CEBs. A opção de D. José Gomes por uma igreja libertadora, em caminhar junto com o povo, a opção pelos excluídos, o pequeno agricultor, o índio.

No Terceiro Capítulo, a ênfase será o protagonismo de D. José para a consolidação das CEBs na Diocese de Chapecó. A consolidação da experiência das CEBs na Diocese, os grupos de reflexão, a formação de lideranças, a inclusão do leigo nas decisões da igreja, a participação do leigo nas Assembleias do Clero Diocesano. A proposta de CEBs para a Diocese. A consolidação da fase intermediária, transitória da igreja, das pastorais sociais, das bases que levam a igreja ao início da fase libertadora.

A experiência de CEBs no oeste catarinense é a experiência eclesiológica de D. José Gomes, suas relações pessoais com líderes da igreja católica que são grandes profetas do nosso tempo, Dom Helder Câmara, D. Luciano de Almeida, D. Paulo Evaristo Arns, D. Pedro Casaldáliga e D. Jorge Mário Bergólio, este último que viria a se tornar o Papa Francisco.

D. José Gomes mergulhou na primavera do Concílio Vaticano II, integrou o grupo de Bispos que interferiram nas ideias renovadoras, na Conferência de Medellín para quem descortinou o rosto da América Latina e levou a igreja a fazer a opção pelos excluídos. Esses acontecimentos todos se dão no momento em que os países da América Latina atravessavam um período de ditaduras militares. Dom José Gomes integrou um grupo de bispos que liderou no ceio da igreja o processo de resistência e enfrentamento.

O período comandado pelo Bispo é denominado de Ação Libertadora da Igreja. De acordo com TEDESCO (GOMES apud TEDESCO, 1998, p. 46) a partir da chegada do bispo D. José Gomes, a igreja vai iniciar uma caminhada de renovação, “Lentamente, esboça-se um outro modo de ser igreja, voltada para os pobres, conforme as orientações da Conferência dos Bispos latino-americanos realizada em 1968 em Medellín, na Colômbia.” Segundo o Padre

Adair Mário Tedesco (2002, p. 88), D. José “Nada ensinou que não estivesse nos documentos clássicos do ensinamento da igreja, como os Concílios Vaticano II, de Medellín, de Puebla e as Encíclicas papais.” Na Diocese de Chapecó, a atuação da igreja pode ser destacada em etapas (GOMES, apud TEDESCO, p. 47). Uma primeira de 1968 a 1974, denominada Pastoral Moderna, que enfrentou as expropriações dos pequenos agricultores, um período de formação e conscientização dos fiéis, Grupos de reflexão e surgimento das CEBs. Uma segunda se dá de 1975 a 1984, denominada de Pastoral Libertadora, com enfrentamento ao regime militar. Surgem a CPT – Comissão Pastoral da Terra, considerada embrião do MST, e o CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Um terceiro momento vai reorganizar a pastoral da Igreja Diocesana, no período de 1985 a 1992, período em que ocorre a autonomia dos movimentos sociais iniciados no seio da igreja. Essa Dissertação está focada no período de 1966 a 1976, recorte que nos permite analisar uma fase de instalação da Igreja pós Concílio Vaticano II e mesmo pós Conferência de Medellín,

Foi o Concílio Vaticano II que influenciou o bispo a agir e a pensar. D. José colocou em prática a abertura da igreja para a participação do povo e, a partir da instituição das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base deu início à formação de lideranças da comunidade, passando a transformar a região oeste, a partir da conscientização popular. O Padre Domingos José Dias descreve o protagonismo do Bispo Dom José Gomes à frente da Diocese de Chapecó. Para o sacerdote, Dom José foi um profeta, o profeta da esperança:

A nossa Diocese, buscando ser fiel a Jesus Cristo e à Igreja, inclusive, com a orientação de Dom José Gomes, o Profeta da Esperança, assumiu com ardor e ousadia as orientações e a espiritualidade que brotaram pela ação do Espírito Santo no coração dos membros do Concílio. As alegrias, tristezas e angústias do povo de tornaram as angústias, tristezas e alegrias da nossa Igreja, resgatando o sonho de Jesus de Nazaré, que se havia perdido na história (DIAS, 2002, p. 84).

Esse trabalho pesquisa os Planos de Pastoral de 1966 a 1976. É nesse período que a igreja liderada por D. José Gomes inicia um intenso trabalho de colocar em prática a renovação provocada pelo Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín. O clero vai realizar uma verdadeira cruzada junto aos mais diversos setores da comunidade regional do oeste catarinense, vai despertar o espírito missionário de profissionais liberais, educadores, operários, agricultores. O engajamento do clero vai capacitar a figura do leigo, círculos bíblicos, grupos de reflexão, até o surgimento da CEBs. O leigo consciente não só vai levar

até a comunidade de base a nova proposta do Concílio Vaticano II e Conferência de Medellín, da Igreja de D. José Gomes, como também promover o surgimento de novas comunidades, multiplicar novas lideranças. O período de 1966 a 1976 é o despertar das lideranças leigas. Todo o trabalho foi guiado pelos sucessivos Planos de Pastorais. Quase todas as ações da Diocese de Chapecó foram norteadas pelos planos construídos com a participação do clero, religiosos, religiosas e mesmo dos leigos, através de assembleias.

Os planos foram importantes ferramentas. Os Primeiros, denominados de Plano de Pastoral de Conjunto foram elaborados a partir da Conferencia Nacional de Bispos do Brasil, com ideias e ideais de líderes como Dom Helder Câmara, Paulo Evaristo Arns e Luciano de Almeida, influenciadores da Teologia da Libertação. Esses Planos traziam as mudanças definidas no Concílio Vaticano II.

Os Planos gradativamente foram amadurecendo a ideia de CEBs pretendida pela Diocese de Chapecó, liderada por D. José Gomes. As CEBs, desde seus primórdios, compreendem-se como “novo jeito de ser Igreja”, nascidas do povo. Favoreceram o protagonismo dos leigos. Estruturaram-se em comunhão e participação. Nesse sentido, apresentam-se como comunitárias, eclesiais e a partir dos pobres. Os Planos de Pastorais orientaram o surgimento das Pastorais, com um maior engajamento dos leigos.

Entre os documentos deixados por D. José, um amarelado contém uma síntese da CEB idealizada pelo Bispo para a Diocese de Chapecó, que nortearia a capacitação e o surgimento das lideranças leigas, outros mais com a visão de Dom José sobre os diversos pontos contidos nos Planos de Pastorais. Ainda, as conclusões de encontros, entre os quais, o das CEBs de 1976, que reuniu lideranças de vários estados do país, consolidando líderes que viriam atuar como agentes liberados na Diocese, formando novas lideranças leigas. Trabalhamos também com inúmeros documentos históricos para além dos Planos de Pastorais, entre os quais, diários, cartas, agendas, manuscritos e atas, que nos revelaram as preocupações e ideais de D. José para Diocese de Chapecó.

Na Diocese de Chapecó, a Igreja liderada por D. José contou com um clero disposto a concretizar a renovação do Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, criou um cenário onde as atividades religiosas não foram simplesmente algo que buscasse a fé em si mesma, uma religião meramente como uma organização cujo intuito fosse apenas dedicar-se a uma divindade ou divindades. Para compreender a Igreja liderada por D. José é preciso pensar

a religião de modo sociológico, compreender qual seu propenso papel na configuração social imposta.

Essa dissertação tem um pouco do rosto sofrido do agricultor do oeste que se transforma em liderança de históricos movimentos sociais: Atingidos por Barragens, Mulher Campesina, Sem Terra, do índio, em protagonista de sua própria história. Tem um pouco da história das CEBs no oeste catarinense, um pouco de sua teologia, de sua caminhada, sua longa caminhada de protagonismo, de libertação, de reflexão, de dialética, um pouco do que não está nos livros e um pouco de mim.

2. FORMAÇÃO ECLESIOLÓGICA DE D. JOSÉ GOMES E O REFLEXO DA VISÃO DO BISPO NA IGREJA CATÓLICA ROMANA.

“O respeito ao futuro do nosso país. Nada de armas, nada de matança. Mas a revolução no verdadeiro sentido da palavra. Porque revolução significa virar do avesso. Nós tínhamos que virar do avesso esta situação de miséria de abandono”. (Entrevista de D. José Gomes concedida ao Jornalista Sandro Santos, na Rádio Super Condá, outubro de 1990).

O título dessa Dissertação surge dessa entrevista de Dom José Gomes concedida ao Jornalista Sandro Santos da Rádio Super Condá, no Programa Sala de Debates em outubro de 1990. Eu acompanhei a participação do bispo naquela oportunidade. A oratória de Dom José, o poder de suas palavras contagiava, animava. E ao ser indagado sobre o seu objetivo, se era de promover uma revolução, o Bispo sintetizou sua visão sobre revolução. Por isso “A Revolução pela Palavra”.

Dom José Gomes era uma figura pública cujo nome estava entre os mais ouvidos na história da região oeste catarinense. O Bispo da diocese de Chapecó foi o que mais tempo permaneceu à frente da igreja da região, 30 anos. Para aqueles que o conheceram, reconhecem-no como aquele que implantou uma nova Igreja: libertadora, humana; que transformou pessoas humildes e anônimas em lideranças capazes de construir movimentos sociais que ganharam o país.

São várias as obras que retratam trajetória do Bispo D. José Gomes a frente da Diocese de Chapecó, desde livros publicados, monografias, dissertações e teses de doutorado. Obras que contribuem para perceber as ações do líder católico a frente de uma região, berço de inúmeros movimentos sociais que repercutiram no país. Podemos destacar as obras *Sermões do Bispo Dom José Gomes*, organizado pelo do Centro de Memória do Oeste Catarinense – Ceom; *Dom José Gomes – Mestre e aprendiz do povo*, organizada por Pedro Uczai (2002); *Militantes x Igreja - tensões e perspectivas*, Ivo Pedro Oro (1986); *A práxis política da Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC (1970 e 1980)*, de Tiago Arcego da Silva (2018); *Leituras em movimentos sociais*, de Odilon Poli (1999); *Novos Passos na Igreja Diocesana: Os Conselhos de Pastoral, Diocese de Chapecó*, de Adair Tedesco (1990); *E o verbo se fez terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980 -1990*, de João Paulo Strapazzon (1998); *A Ação da Igreja Católica no Bairro São Pedro: Um depósito de massa*

sobrança 1959-1985, Trabalho de Conclusão de Curso de História de Paulo Gomes (1998). *A relação de Dom José Gomes com os pequenos agricultores e índios, a partir da imprensa escrita*, de Miriam Carbonera 2003. Entre outros.

No livro “Dom José Gomes – Mestre e aprendiz do povo”, organizado pelo professor Pedro Uczai (2002), existem artigos e pesquisas de lideranças que conviveram com o Bispo, no qual é retratada a trajetória de sua vida, família, estudos, a atuação como padre, como Bispo em Bagé e a chegada em Chapecó, as relações, convivência de D. José junto ao povo, aos movimentos sociais. As transformações no jeito de ser igreja no oeste catarinense, e o trabalho para formação de lideranças que culmina com o surgimento dos movimentos sociais na Diocese.

Ao longo dos 30 anos de jornada à frente da Diocese do Oeste, o bispo, reconhecido como “profeta da esperança”, seguiu o ensinamento bíblico, foi um pescador de homens, como mostra Uczai (2002):

Era animador das consciências por natureza, como o menino que ensina por si só as pernas e os pés a lidarem com a bola, para extrair desta relação embaixadas que fascinam àqueles que observam à distância e aos poucos vão se aproximando e fazendo parte da mesma cena. (UCZAI apud BOGO, 2002, p. 224).

A relação do bispo com o futebol, as táticas e estratégias do drible no campo de futebol, na ação prática de Dom José, em sua missão ajuda a conscientizar a população, em especial o trabalhador do campo:

A arte de cativar não vem simplesmente das palavras, mas da verdade dita com sorrisos nos lábios. Somente quando conseguimos dizê-las sorrindo é que, de fato, somos grandes mensageiros. Dom José parece que nasceu para sorrir frente às situações difíceis. (UCZAI apud BOGO, 2002, p. 224-225).

Dom José Gomes era natural de Erechim, na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, nascido em 25 de março de 1921. Era o quinto filho do descendente de espanhol Antonio Gomes e da italiana Maria Maggioni. Conforme Kunzler (2002, p.23), a família era muito religiosa e praticante da fé católica, marcava presença dominicalmente às missas e em

família rezava o terço diariamente. Ainda garoto, com apenas 11 anos de idade, José Gomes, perdera o pai. Era 1932, um ano descrito por Kunzler como trágico para a família Gomes. É neste cenário que o pequeno José Gomes tem o despertar para a vida religiosa. Assim, com o desejo de ingressar no Seminário ocorrem os primeiros contatos com o Padre Benjamin Busatto. Segundo Kunzler (2002, p. 25), “Padre Benjamin impressionava pela simpatia e também pelo modo de ser. As suas pregações ficaram profundamente marcadas na memória de José. Conversando com o vigário e avaliando a intenção, vai se delineando a perspectiva de ir para o Seminário”.

Kunzler (2002, p. 26-27) relata a trajetória de D. José nos primeiros passos da formação religiosa. Em 1935, aos 14 anos de idade, José Gomes ingressou no Seminário Menor, dirigido por Jesuítas em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, tendo participado da academia literária com sessões de discursos e declamações, teatros e atividades religiosas. Foi eleito presidente da Congregação Mariana. Em Santa Maria/RS, o seminarista José Gomes permanece até 1940, seguindo para São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, para cursar Filosofia, novamente em seminário Jesuíta, com intensa participação na arte teatral. Em 1944, no mesmo Seminário ingressou no curso de Teologia.

Em 21 de dezembro de 1947, aos 28 anos, José Gomes é ordenado padre, na comunidade de Jacutinga, próxima de Erechim. Padre José assume como vigário cooperador na Paróquia de Espumoso, onde realizou intensas visitas às comunidades do interior e um trabalho marcante junto à juventude. Mais tarde, em 1950, foi transferido para a cidade gaúcha de Santa Maria, onde além das celebrações, veio atuar junto a asilos, orfanato e jovens, onde participou de competições como atleta. Em 1951, foi transferido para o município de Passo Fundo onde integrou a academia de letras da cidade e demonstrou abertura para os debates de problemas da cidade, entre os quais a conquista das primeiras faculdades de Passo Fundo, onde o Padre José Gomes foi professor e diretor da faculdade de Pedagogia e depois a de Filosofia. Foi também fundador da faculdade de Direito. Ainda em Passo Fundo, atuou como Diretor do Orfanato e Asilo e assistente do Círculo Operário. Em 1953, pelos conhecimentos e dedicação à Igreja, foi nomeado Cônego do Cabido Diocesano (KUNZLER, 2002, p. 30-31).

Em 1961 Padre José Gomes foi nomeado Bispo da recém criada Diocese de Bagé, cidade gaúcha na fronteira com o Uruguai. Dom José Gomes foi nomeado Bispo pelo Papa João XXIII, em 25 de março de 1961, com o lema: “Que vos ameis uns aos outros”, e

assumiu a nova Diocese de Bagé em 16 de julho do mesmo ano” (KUNZLER, 2002, p. 32). Kunzler (2002), narra as primeiras atividades de José Gomes a frente da Diocese Bagé, com ênfase nas ações de conhecer o rebanho distribuído em 17 paróquias; a criação do Seminário Diocesano; a preocupação com ensino religioso nas escolas e a catequese.

Imagem Arquivo Mitra Diocesana



DOM JOSÉ GOMES

Imagem oficial da Ordenação Episcopal de D. José Gomes



(Brasão Ministerial)

2.1 A FORMAÇÃO DA VISÃO ECLESIOLÓGICA DE DOM JOSÉ GOMES

Inicialmente vamos definir a eclesiologia. Segundo Haight (2012, p. 35) a “eclesiologia é o estudo da igreja em um esforço por empreender sua natureza e sua missão”. Para Comblin (2010), a eclesiologia está centrada nas relações das comunidades cristãs, mas com um olhar de serviço ao mundo, o que considera ser a finalidade da Igreja para a humanidade. “A missão da Igreja realiza, na história, as duas missões do Filho e do Espírito Santo” (Comblin, 2010, p. 05).

Portanto, essa eclesiologia nos informa que o Evangelho é a resposta de Deus a presente desordem do mundo. Também, é resposta à falta de consciência da sociedade na proposta de Deus em relação ao nosso papel de responsáveis pelo cuidado com a vida. É uma proposta eclesiológica contextualizada, teologicamente bíblica, sensata e profunda e não é proposta comportamentalista de controle. É do ponto de vista relacional, humilde e fraterna (MAGALHÃES, 2012, p. 82).

Para compreendermos o que denominamos de “pastoreio” de Dom José Gomes, é preciso refletir a visão eclesiológica desse Bispo, que saiu em defesa daqueles que ele mesmo, em suas entrevistas nos meios de comunicação de massa, denominava “descamisados”.

Dom José se identificou com o novo modelo eclesiológico do Concílio Vaticano II, que segundo Comblin (2002, p. 26) “quer ser uma reação radical contra essas eclesiologias que esquecem completamente a realidade humana e tratam os seres humanos como se fossem objetos nas mãos de um poder hierárquico quase divinizado”. D. José em atendimento à nova igreja que surgia a partir do Concílio Vaticano II, despertou o espírito de liderança leiga em meio às comunidades da Diocese:

A eclesiologia do Concílio Vaticano II foi um avanço em termos de abertura da igreja romana, principalmente quando propôs o tema do povo de Deus para identificar a eclesiologia. Com isso, a eclesiologia a partir do povo de Deus buscava “fundamentar também a promoção dos leigos” (COMBLIN, 2002, p. 40).

O pastoreio de Dom José Gomes está em sintonia com a eclesiologia que o teólogo Haight (2012, p. 21) define como “Eclesiologia de Baixo”, na qual se procura priorizar as

relações humanas: a partir do concreto, existencial, realista e historicamente consciente. Estamos diante de uma visão eclesiológica que tem como marca a pluralidade. Dom José Gomes procurou estabelecer um diálogo com a comunidade regional e foi ao encontro das comunidades, das diferentes culturas estabelecidas na Diocese de Chapecó. O Bispo encurtou distâncias, esteve sintonizado com o contexto histórico de cada paróquia. Haight entende que “a compreensão teológica surge da conjunção de dados ou fontes teológicas com o contexto ou situação de uma cultura particular, a fim de ter sentido e relevância para aquela cultura” (HAIGHT, 2012, p. 45). A visão eclesiológica “de baixo”, segundo Haight, parte do pressuposto de que não é possível formular uma eclesiologia que não esteja imersa na cultura e seu contexto histórico, inclusive a eclesiologia presente no Novo Testamento:

Se ela parte da história, ou seja, vivência as contingências da história, a reflexão eclesiológica precisa ter consciência dessa dimensão ao propor ou direcionar o seu discurso teológico. Nessa direção, a “consciência histórica reconhece a particularidade, a individualidade e a irrepetibilidade de qualquer evento, certa dessacralização e desprovidencialização da história, a descontinuidade na história, posto que a liberdade não é passível de reversão” (HAIGHT, 2012, p. 46).

O teólogo Leonardo Boff também trabalha uma visão eclesiológica de baixo, a qual denomina de eclesiogênese. No livro “Igreja, Carisma e Poder”, Boff procura refletir quanto à possibilidade de uma igreja a partir de baixo e não de cima. Em uma eclesiologia aberta, a articulação correta seria reino-mundo-igreja (BOFF, 1982, p. 16). Essa articulação pretende superar uma igreja voltada para si mesma, para dentro de suas estruturas e sistemas de poder:

Reino constitui o grande arco-íris sob o qual estão mundo e igreja; mundo é o lugar da ação de Deus construindo seu reino já agora, aberto para a escatologia que ainda não se realizou em plenitude. Igreja como sacramento, vale dizer, o sinal e o instrumento oficial e público mediante o qual Cristo e seu Espírito atuam e aceleram a concretização do reino na história do mundo e de forma explícita e densa no espaço da igreja (BOFF, 1982, p. 22).

A Teologia de Boff entendia uma igreja aberta para a dimensão do reino de Deus, para quem significava uma igreja comprometida com a principal mensagem de Jesus. Nesse sentido, a igreja se compromete com todos os aspectos do reino, ou seja, o ser humano, o mundo, a sociedade, a totalidade da realidade que deve ser transformada por uma nova ordem

(BOFF, 1972, p. 68). Dom José esteve em sintonia com este jeito de ser igreja, com uma eclesiologia comprometida com a realidade de seu tempo, com as causas do povo de Deus. Um povo que caminhava, se reunia no cumprimento da missão de Jesus Cristo em dilatar o reino de Deus, como fica expresso o número 9 da *Lumen Gentium*: “é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra, enviando-o a todo o universo”. Esse documento é um fruto do Concílio Vaticano II, onde se percebe que não bastava que o Concílio falasse da Igreja em si, mas que era preciso estar presente na história dos homens.

Dom José foi nomeado Bispo em meio a um movimento da Igreja Latinoamericana denominado por Leonardo Boff de “emergência de um novo modelo”, uma igreja a partir dos pobres, que reagia diante da subserviência dos países latinos ao império norteamericano. Trata-se de uma ebulição do jeito de agir da Igreja Católica Apostólica Romana, que até então estava sob o domínio da teologia da Ação Católica, denominada “Teologia da Nova Cristandade” (DUSSEL, 1999, p. 44).

A Ação Católica seguia fielmente as instruções do Papa Pio XII que, em 1937, editou a encíclica *Divini Redemptoris* que condenava o comunismo. Pio XII, diante do contexto histórico entre a exploração do liberalismo econômico, fruto do modernismo e do individualismo condenado pela igreja desde o século XIX, e o comunismo de Stalim, optou por uma terceira via, o corporativismo (BANDEIRA 2001, p, 27). Assim, a Ação Católica foi criada inspirada nas Associações Corporativistas do estado fascista italiano: “Trata-se de formar um laicato de elite, absolutamente fiel às determinações da Santa Sé e dos bispos diocesanos, para desempenhar a difícil tarefa de confrontação com os Estados Fortes – muitos deles nitidamente anticlericais” (BANDEIRA, 2001, p. 29).

Na América Latina, as teorias desenvolvimentistas embasaram as ações da Ação Católica, para quem os problemas sócio-econômicos seriam resolvidos através do desenvolvimento e o progresso econômico dos países. O surgimento de movimentos sociais na década de 1960 na América Latina, a “erupção dos pobres em busca de libertação” (GUTIEREZ, 1981, p. 30) sendo protagonista de sua história, levou setores da Igreja Católica a mudar a visão sobre a figura do pobre, da pobreza, a quem passa pertencer a um coletivo de oprimidos, explorados, empobrecidos pelo sistema econômico. Para Boff, esta presença da Igreja vai evangelizar a partir dos valores e da ótica própria da modernidade:

A partir dos anos 60 começou em quase todos os países latino-americanos uma crescente conscientização acerca dos reais mecanismos produtores do subdesenvolvimento. Este não consiste apenas um problema técnico nem somente político. É consequência do tipo de desenvolvimento capitalista no interior dos países cêntricos (Atlântico Norte) que para manter os níveis de aceleração e acumulação a que chegaram necessitam estabelecer relações profundamente dissimétricas com os países mais atrasados tecnologicamente e ricos em matérias-primas; estes são mantidos no subdesenvolvimento que aparece, então, como a outra face do desenvolvimento. O subdesenvolvimento surge como um desenvolvimento dependente e associado ao desenvolvimento dos países ricos. Esta dependência significa opressão em nível econômico, político e cultural. A estratégia a longo alcance é conseguir uma libertação que garanta um desenvolvimento autosustentado que atenda às reais necessidades do povo e não ao consumismo dos países ricos e dos estratos nacionais associados aos países ricos. (BOFF, 1982, p. 23).

A Teoria da Dependência constitui um capítulo fundamental nas ciências sociais latino-americanas por ser a primeira contribuição proveniente dos países em vias de desenvolvimento. A Teoria da Dependência surgiu na década de 1950, com o argentino Raúl Prebisch e outros teóricos vinculados à Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os quais realizam uma crítica às explicações convencionais do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva essencialmente econômica. Estes autores são denominados como teóricos da “velha dependência”. A Teoria da dependência aponta que a economia dos países periféricos está condicionada pelo desenvolvimento e expansão das economias dos países centrais, adverte Prebisch:

Nesse esquema correspondia à América Latina, como parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais.

Segundo esta premissa, o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade, seja pela baixa dos preços seja pela alta equivalente das remunerações. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm sua parte nesse fruto. Não necessitam, portanto, de industrializar-se. Pelo contrário, sua menor eficiência fá-los-ia perder irremissivelmente as vantagens clássicas do intercâmbio.

O erro dessa premissa consiste em atribuir caráter geral ao que de si mesmo é muito circunscrito. Se por coletividade se entende, apenas, o conjunto dos grandes países industriais, é certo que o fruto do progresso técnico se distribui, gradualmente, entre todos os grupos e classes sociais. (PREBISCH, 1943, p. 01)

O objeto de análise da teoria da Dependência é o desenvolvimento, não só como o incremento no produto total da economia, mas de maneira mais global, fazendo uma análise dos aspectos econômicos, dos elementos culturais, históricos, políticos e sociológicos,

considerando se o crescimento vai acompanhado de um incremento ou diminuição da desigualdade ou se produz mais ou menos marginalização e se vem acompanhado de formas mais democráticas ou autoritárias de governo e de estrutura social. No Brasil, a igreja católica romana vivia a vanguarda da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no ceio da Igreja. Segundo Adayr Tedesco e Romualdo Zimmer (2002, p. 73), era reconhecidamente a renovação eclesial na América Latina, que, segundo Paulo Cesar (2014), teve como líder D. Helder Câmara:

A CNBB foi fruto do trabalho de dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, ao lado do núncio apostólico, dom Carlos Chiarlo, e com a aprovação do monsenhor Giovanni Montini, secretário de Estado do Vaticano e futuro papa Paulo VI. Dom Hélder Câmara foi nomeado secretário-geral da entidade e dom Carlos Carmelo Motta ocupou sua presidência. De acordo com o primeiro estatuto da CNBB, era o secretário-geral que se responsabilizaria por toda a área executiva da entidade, o que fez com que muitas vezes os ocupantes desses cargos tivessem mais projeção que o presidente. (PAULO CESAR, 2014, p. 19).

De acordo com Paulo Cesar (2014), foi D. Hélder quem definiu a linha de ação da CNBB:

[...] serviu de defensora da Igreja brasileira em nível nacional e internacional, promoveu assembleias bianuais (e mais tarde anuais) e levantou numerosos problemas da Igreja, inclusive o da necessidade de estabelecer estratégias pastorais e políticas nacionais. Mais importante, defendeu o nacionalismo econômico como caminho para o progresso social. (PAULO CESAR, 2014, p. 20).

A Igreja no Brasil, caracterizada por uma visão positivista, voltada aos cuidados com a educação, saúde, assistencialista, mergulhava nos anos de 1950 e 1960 na visão humana. Os novos documentos do Papa Pio XII motivava a igreja a essa nova visão. Com a encíclica *Evangelii Praecones*, de 2 de junho de 1951, e sucessivamente a encíclica *Fidei Donum*, de 21 de abril de 1957, o pontífice estimulava as atividades no âmbito missionário.

Segundo Boff (1986, p. 13), trata-se de uma igreja povo, “a continuidade de Cristo nos dias de hoje através da inserção de amplos setores cristãos nos meios populares, permitindo que daí emerja realmente a Igreja como Povo de Deus, com características populares”. Boff aponta para uma igreja realmente preocupada com as dores do povo, explorado,

marginalizado, excluído: “Aquelas imensas maiorias de gente consideradas economicamente desprezíveis, politicamente alienadas, culturalmente marginais e religiosamente sincretizadas foram assumidas na missão pastoral da igreja” (BOFF, 1986, p. 13).

O Papa Pio XII em 1943, segundo Boff (1986, p. 29), apontava a necessidade de uma igreja preocupada com os direitos humanos, com a realidade social, uma igreja no meio do povo: “Entre os mistérios da divina Providência, impenetráveis à nossa inteligência, Deus quis um que fosse como que tocável pela mão: o mistério visível da Igreja imorredoura no meio do mundo. A Igreja é o grande mistério visível...”

O papa João XXIII, com a encíclica *Princeps Pastorum*, de 29 novembro de 1959, dá ênfase à formação do clero nas paróquias e à valorização do papel do leigo nas atividades missionárias (PANAZZOLO, 2006). Se as encíclicas de Pio XII, na procura de incentivar as atividades missionárias, haviam sinalizado a importância de entender a missão a partir de uma visão menos ligada a objetivos de explícita conversão e mais a uma ação de promoção humana, o anúncio do Vaticano II (25 janeiro de 1959) e encíclicas como a *Mater et Magistra* (15 de maio de 1961), com ênfase na questão social, forneciam os motivos para que a ação missionária fosse repensada concretamente como uma abertura da Igreja ao mundo e aos problemas sociais em escala mundial (MONTERO, 1995).

No entanto, Boff aponta a visão do Papa Paulo VI, responsável por concluir o Concílio Vaticano II, em dar uma nova interpretação para o mistério da Igreja, o de estar junto ao povo, um mistério de fato vivido:

Quem, entretanto, mais aprofundou esta perspectiva de mistério foi o Papa Paulo VI, na encíclica *Ecclesium Suam*. Aí recupera o sentido tradicional e cristão de um mistério e diz “O mistério da Igreja não é simples objeto de conhecimento teológico; deve ser *fato* vivido em que a alma fiel, antes de ser capaz de definir a Igreja com exatidão, aí pode apreender numa experiência conatural”. Por sua natureza globalizante o mistério é particularmente objeto da experiência de fé. (BOFF, 1986, p. 29).

2.1.1 Teologia da Libertação

Em abril de 1962, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizou a V Assembleia Ordinária em atendimento a um apelo do Papa João XXIII, dirigido ao Episcopado Latino-Americano, em carta de dezembro de 1961, pedindo medidas para o enfrentamento da realidade Latino Americana:

Sua Santidade o Papa João XXIII pediu que se elaborasse um plano de trabalho para a Igreja na América Latina; um plano que atendesse às especiais condições da Igreja neste Continente e que indicasse as medidas a serem tomadas, a curto e a longo prazo, no campo específico da ação pastoral da Igreja e também no que lhe cabe como atuação no campo econômico-social. (Plano de emergência para A Igreja do Brasil Cadernos da CNBB 1963, p. 13).

A base formativa de D. José Gomes se deu em meio às transformações da Igreja, especialmente na América Latina, onde também se dava o advento da Teologia da Libertação e se buscava uma Igreja-Povo de Deus, que segundo Leonardo Boff, retrata a dimensão histórica da Igreja, uma Igreja humana:

A dimensão histórica da Igreja, preparada já na própria humanidade que responde a Deus, mais densamente figurada e realizada no Povo de Deus do antigo Testamento e finalmente configurada realmente na vasta rede de comunidades que compõem a realidade histórico-social-teológica do Povo de Deus no Novo Testamento. Este povo é de Deus porque foi escolhido por Deus para exercer um serviço salvador no meio dos demais povos. É de Deus também porque este povo escolheu Deus como o seu Deus, a orientação do sentido fundamental da caminhada histórica. (BOFF 1986, p. 32-33).

Para pensadores, a exemplo de Libânio (1994), a Teologia da Libertação teve um longo percurso de construção, com origem na Doutrina Social da Igreja, que remonta a Revolução Industrial, nos fins do século XVIII, quando diante da exploração do capital, a Igreja viu-se obrigada a se pronunciar.

Historicamente, a Igreja Católica Apostólica Romana esteve voltada a orientar a humanidade em questões de fé e de moral. Mas uma parte integrante desse magistério da Igreja Católica formou a doutrina social, baseada em sua Tradição e na Bíblia, onde a

realidade social era confrontada com a igreja e daí setores da Igreja abriam os olhos à exploração que os senhores do capital submetiam os trabalhadores.

A partir destes pensadores da Igreja, o Papa Leão XIII lançou em 1891 a primeira encíclica social: a *Rerum Novarum* (1891), a primeira Encíclica Social publicada e que tem como tema central a crítica à exploração feita aos trabalhadores, ao liberalismo por enfatizar o individualismo em detrimento dos valores sociais e do bem comum.

Segundo Libânio (1994, p. 45), a Doutrina Social da Igreja se origina a partir do direito natural e a filosofia social de valor universal; os elementos bíblicos e a tradição da Igreja e finalmente, os compromissos históricos concretos que oferecem orientação para a ação.

Na América Latina, a Doutrina Social da Igreja vai influenciar a elaboração de uma nova teologia, a partir de teólogos comprometidos com a libertação dos pobres.

A Teologia da Libertação, segundo Frei Beto (1991), surge na América Latina fruto da reflexão dos pobres, das lutas por libertação do povo latino americano, em meio a um conflito de classes:

A Teologia da Libertação é um novo modo ou método de ser fazer teologia. Ou um novo olhar sobre as fontes bíblicas da revelação cristã e a tradição da Igreja. Esse modo, esse método e esse olhar têm um centro ou lugar social: os pobres. (BETTO, 1991, p.172).

Segundo Tedesco e Zimmer (2002), D. José não possuía uma obra específica da Teologia da Libertação que lhe servisse como manual, “sempre lia, isso sim, as principais obras de autores desta corrente teológica da América Latina, deles aproveitando as intuições e pistas práticas. (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 89).

2.1.2 Concílio Vaticano II

Dom José mergulhou na transformação provocada pelo Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 e 1965, em Roma, e que acentuou ainda mais ações da CNBB,

especialmente ao colocar em primeiro plano, questões como a justiça social e dos direitos humanos.

Segundo Paulo Cesar (2014), o Concílio Vaticano II reforçou as ações da Igreja no Brasil e na América Latina:

Esse concílio foi, certamente, uma das mais amplas reformas da história da Igreja. Em linhas gerais, nele se discutiu a importância de o clero não manter suas funções alheias à realidade sociopolítico-econômica, valorizou-se o diálogo ecumênico, atribuíram-se maiores responsabilidades aos leigos e, assim, destacou-se a necessidade de a Igreja rever seus padrões de autoridade no relacionamento com a sociedade. Os líderes eclesiais perceberam a urgência de se abrir ao mundo para consolidar seus interesses institucionais. (PAULO CESAR, 2014, p. 220).

Para Boff (1982, p. 22) a Igreja Latino-americana, na maior parte, assimilou o Concílio Vaticano II e fez a virada que se exigia em termos de mentalidade teológica (teoria) e de presença no mundo (prática):

A igreja se libertou de uma carga tradicional que a tornava pouco simpática ao homem moderno e conseguiu elaborar uma nova codificação da fé que respondesse ao espírito crítico do homem urbano, assimilado dentro do processo produtivo capitalista. (BOFF, 1982, p. 22).

A Igreja Latino-americana absorveu rapidamente a primavera despertada a partir do Concílio Vaticano II, da Teologia da Libertação, e aprofundou as ações de encontro dos pobres, excluídos, fruto da realidade instalada na América Latina:

O Concílio Vaticano II pode ser visto como ponto de chegada de um longo processo, em que a fé procurava dar respostas aos desafios da época moderna.[...].Na América Latina, o Concílio não funcionou apenas como ponto de chegada, mas também como ponto de partida de uma nova consciência de ser Igreja. De acordo com esta análise, a Igreja latino-americana realizou uma “recepção criativa” do Concílio à luz da realidade latino-americana, na perspectiva dos pobres a solidariedade como o homem de hoje torna-se solidariedade com os pobres, e a teologia que acompanha com reflexão este caminho é a teologia da libertação. (GIBELLINI, 1998, p. 369-70).

Os ensinamentos provenientes do Concílio foram fundamentais para a abertura da compreensão da Igreja “de que o ‘mundo’ faz parte dela- de uma Igreja que não pode ser ‘espiritualizada’ ou ‘desencarnada’- da mesma forma que o homem não é espírito sem corpo” (SUSIN, 2000, p. 53). Uma igreja que se abriu para um evangelho que acolhe o excluído, explorado, marginalizado, aqueles que sofriam todo o tipo de opressão:

Foi assim – por caminhos desconcertantes e por meio de muitas dificuldades e sobressaltos- que a Igreja a América-Latina se torna consciente de que a luta pela justiça e a defesa dos pobres e excluídos era parte integrante de sua missão evangelizadora, porque inerente ao próprio Evangelho. (SUSIN, 2000, p. 56).

Uma nova igreja, que veio ao encontro dos pobres pelo mundo. Uma igreja que olha para os excluídos com os olhos de Deus, assim descreve Dias (2018), uma igreja comprometida, em sintonia com as realidades do mundo atual:

O Concílio Ecumênico Vaticano II foi um grande marco na Igreja. Ela estava como que “fora do mundo”, não conseguindo responder e dialogar com as mudanças e desafios inerentes à sociedade. Ele trouxe um novo ar à Igreja, que necessitava olhar para o mundo com os olhos de Deus. (DIAS, 2018, p. 84).

D. José participou ativamente do Concílio Vaticano II. Em Roma, o Bispo Dom José absorve palavras que o encorajaram para uma igreja que ouve o clamor dos pobres. Inicialmente, as manifestações do Papa João XXIII, “Frente aos países subdesenvolvidos a Igreja se apresenta tal como é, quer dizer, como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres; ...há misérias da vida social que clamam vingança na presença de Deus” (BOFF, 1986, p. 34-35) e do documento *Gaudium Et Spes*, que traduz um dos anseios do Papa João XXIII, que frente aos países subdesenvolvidos a Igreja se apresente tal como é, quer dizer, como a Igreja de todos e, particularmente, a Igreja dos pobres:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no coração. (GS, 1).

O Papa João XXIII (Angelo Roncalli) foi cardeal de Veneza, na Itália, eleito papa em 28 de outubro de 1958, aos 77 anos de idade. Ao ser eleito, já idoso, dizia-se que seria um “Papa de transição”. Segundo Renzo Allegri (2000, p. 222-223), era um ser humano de consciência prática, constituída de fatos, de ações, de hábitos, de comportamentos privados, uma figura popular em todo o mundo. Sua grande obra foi o Concílio Vaticano II, anunciado em 25/1/1959 (festa da conversão de São Paulo) e aberto após quatro anos de preparação: o mais importante evento da Igreja no século XX. João XXIII faleceu no meio do Concílio, em 3 de junho de 1963, substituído por Paulo VI que concluiu o conclave em 1965.

O Concílio chamado pelo Papa João XXIII teve o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião. Além de modernizar a igreja, o Concílio tocou em temas delicados, que segundo D. José mudou a compreensão da Igreja sobre sua presença no mundo moderno. Para D. José, o Concílio levou a igreja a fazer opção pelos pobres e excluídos. De acordo com Tedesco e Zimmer (2002, p. 89), o Concílio Vaticano II teve uma influência decisiva na postura de D. José Gomes como Bispo. A atuação de D. José é de quem sentiu o impacto da abertura da Igreja preconizada pelo Papa João XXIII.

Tedesco e Zimmer (IBID) destacam alguns dos documentos gerados pelo Concílio que balizaram a atuação de D. José Gomes como Bispo:

Do Concílio Ecumênico Vaticano II, as três Constituições Dogmáticas *Lumen Gentium* (principalmente a primeira parte, Cap. IV, que trata da “Função da Igreja no mundo de hoje”), a *Sacrossantum Concilium* (sobre a Reforma Litúrgica); e o Decreto do *Apostolicam Actuositatem* (sobre o Apostolado dos Leigos). Do *Documentos Pontíficos*, a “*Evangelii Nuntiandi*” (do Papa Paulo VI), pela qual D. José teve especial predileção, citando-a frequentemente em sua evangelização. (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 89).

Em fins do Concílio Vaticano II, ocorreu o Golpe Militar de 1964 no Brasil. D. José Gomes comandou a Diocese de Bagé no Rio Grande do Sul, onde foi estabelecida uma das bases do Exército Brasileiro. Assim narra Kunzler (2002):

Neste contexto esteve plenamente presente, uma vez que a cidade de Bagé está situada na fronteira, com a presença muito significativa do Exército Brasileiro. Seguiu-se também um período de conturbações internas com as perseguições aos ditos subversivos e comunistas. Para o registro destas dificuldades, lidando com os militares e procurando defender seu rebanho, sabe-se que vários padres foram

acusados, perseguidos e presos nessa conturbada fase histórica. (KUNZLER, 2002, p. 43).

Os adeptos à Teologia da Libertação não eram bem vistos pelos militares. A aproximação com o comunismo, com o marxismo incomodava militares e a hierarquia da Igreja Católica.

Segundo Joseph Comblin (2003), a ligação entre marxismo e religião é óbvia em muitas partes do mundo:

En gran parte el marxismo ha funcionado como religión en muchos pueblos. Es una religión secularizada, pero es una forma secularizada de la religión. Marx en su teoría ahí encuentra bajo apariencia de una racionalidad científica y sociológica, todos los temas religiosos que están en la Biblia. (COMBLIN, 2003, p. 6)

Para os teólogos da libertação, Leonardo e Clodovis Boff, admitir o marxismo significou a aceitação da ciência como um viés de interpretação do mundo no campo religioso. No caso do marxismo, a eleição do oprimido como agente de transformação e os conceitos explicativos da opressão econômica foram incorporados na proposta dessa nova teologia:

Tem ajudado a esclarecer e a enriquecer certas noções maiores da teologia: povo, pobre, história, e mesmo práxis e política. Isto não quer dizer que se tenha reduzido o conteúdo teológico dessas noções ao interior da forma marxista. Ao contrário, tem-se separado o conteúdo teórico válido (isto é, de acordo com a realidade) de noções marxistas no interior do horizonte teológico. (BOFF; BOFF, 1991, p. 103).

A Igreja Católica liderada pelos Cardeais D. Paulo Arns, D. Helder Câmara, entre outros, tendo uma centena de bispos, entre eles D. José Gomes, durante o regime militar encontraram-se em constantes conflitos, que segundo Kenneth P. Serbin (2001), pautaram-se na discrepância entre o projeto católico e o do grupo militar. Enquanto a atuação da Igreja Católica visava a promoção da justiça social, o regime de exceção fundamentava-se no anticomunismo e no fim da subversão. O confronto Igreja X Ditadura ocasionou a “pior crise

entre Igreja e Estado da história do Brasil” (SERBIM, 2001, p. 412), uma vez que a igreja também sofreu repressão:

Uma contagem parcial feita pela Igreja entre 1968 e 1978 documentou a prisão de mais de uma centena de padres, sete mortes e numerosos casos de tortura, expulsão de estrangeiros, invasões de edifícios, ameaças, indiciamentos, seqüestros, infiltração de agentes do governo, censura, proibição de missas e encontros, além de vários documentos e publicações falsificados e forjados. Trinta bispos foram vítimas de repressão. Padres enfrentaram processos por causa de seus sermões e críticas ao governo, alegadas participações em organizações subversivas, por darem guarida a fugitivos, por defenderem os direitos humanos, por seu trabalho pastoral em movimentos populares e outras atividades. Além disso, a Igreja sofreu constantes ataques verbais de autoridades do regime. (SERBIM, 2001, p. 412).

As denúncias de tortura no Brasil chegaram ao Papa Paulo VI, em 1970, através do cardeal canadense Maurice Roy, presidente da Comissão Pontífica de Justiça e Paz. O Papa condenou publicamente as torturas cometidas pelos órgãos de segurança do Regime Militar brasileiro (GASPARI, 2002, p. 275).

2.2 DOM JOSÉ GOMES ASSUME A DIOCESE DE CHAPECÓ

À frente da Diocese de Bagé, D. José Gomes, devido ao crescimento do empobrecimento da população, especialmente da área rural, o bispo vai apoiar a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que vai confrontar com os fazendeiros. Na Diocese, a luta pela Reforma Agrária estava deflagrada e a região de Bagé, segundo Kunzler (2002, p. 42), era muito visada, especialmente pela resistência dos fazendeiros ao Projeto de Reforma Agrária.

Em Santa Catarina, D. José Gomes assumiu a jovem Diocese de Chapecó, criada em 1958. D. José foi seu terceiro Bispo. Antes dele, D. José Thurler, nomeado o primeiro bispo da Diocese, assumiu em abril de 1959, vindo da Catedral da Sé em São Paulo, permaneceu três anos à frente da Diocese, sucedido por D. Wilson Laus Schimidt, catarinense de Florianópolis, que atuou à frente da Diocese de Chapecó no período de 1962 a 1968.

A transferência de D. José, na segunda metade de 1968, surpreendeu os fiéis católicos de Bagé. No Livro Tombo da Diocese Gaúcha a transferência está datada de 30 de agosto, e concretizada em 27 de outubro de 1968 (Kunzler 2002, p. 44). A nomeação para Bispo de Chapecó, segundo Kunzler consta do livro de autoria de Ernesto Barp, *Memórias de Frei Mário*, “Sua nomeação para Bispo de Chapecó é difícil de explicar. Certamente Dom José Gomes tinha suas razões que a Santa Sé levou em conta” (KUNZLER, 2002, p. 44). Para Kunzler a Santa Sé teria atendido um pedido de D. José:

Essas manifestações revelam mais uma vez que a Igreja tem meandros que dificilmente chegarão ao grande público. Há que reconhecer que o núncio Apostólico também escuta os sentimentos pessoais dos bispos. E estas questões de foro interno sempre foram muito respeitadas pelas autoridades eclesiais. (KUNZLER, 2002, p. 45).

As entrelinhas de Kunzler são reforçadas nas palavras do sobrinho de D. José Gomes, Padre Capuchinho Egidio João Gomes, que estava em Paris, França. Em carta datada de 24 de novembro de 1968, o familiar ilustrava que a transferência de D. José era tema de comentários na província Jesuítica:

Estimado D. José

Cordiais saudações

Saí do Brasil quando os comentários de sua transferência era assunto do dia. Recebi um “Informativo da Província” onde os padres de Itapiranga comentavam sua posse em Xapecó, na Festa de Cristo Rei.

Egidio Gomes profetizava o trabalho de D. José na nova Diocese e as questões afetivas:

Acredito na sua alegria pastoral nesse novo campo, religioso e materialmente mais promissor, sem mencionar as razões afetivas. Acredito, igualmente, ser uma região extraordinária para uma organização pastoral e social. Faço lhe os meus melhores votos, nesse sentido. (Carta. 24/11/1968).

Em certa altura da correspondência, Padre Egidio Gomes demonstra conhecimento sobre a visão eclesiológica de D. José Gomes, e pede para que o Tio D. José mantenha

correspondências com assuntos além dos pessoais, para que a visão teológica da Igreja Latino-americana fosse alimentada.

Gostaria de manter um diálogo epistolar com o tio. A distância do Brasil, a quase total ausência de notícias e a influência francesa podem alienar-me muito de nossa realidade. Muitas das cartas que recebo fixam-se em assuntos pessoais.

Espero que a permanência em Paris me forneça pelo menos a possibilidade de refletir muito e mesmo me capacitem mais para meu futuro apostolado. (Carta. 24/11/1968).

As descrições a respeito de Dom José davam conta de um Bispo “talhado” para Bagé e para o povo da fronteira, amigo dos sacerdotes e seminaristas, respeitado e bem aceito por todas as classes, culto inteligente e de fino trato. De acordo com Kunzler (2002, p. 42), D. José chegou a celebrar junto aos militares. Havia dinamizado os serviços na diocese.

Entre as reações da Diocese de Bagé, está a homenagem da Câmara Municipal de Bagé com a concessão de título de Cidadão Honorário a Dom José Gomes. Nos arquivos da Diocese de Chapecó, localizamos uma correspondência de autoria da coordenadora da Catequese na Diocese de Bagé, Irmã Gelni Maria Valleda Barrogi, endereçada ao núncio Apostólico Dom Armando Lombardi. No documento, a religiosa expressa a indignação das catequistas e protesta contra o que denomina de falta de justiça, de caridade e compreensão:

Si conhecesse a nossa situação como é vosso dever, já que sois o representante Supremo de S. Santidade no Brasil, não teríeis transferido Dom José Gomes para Chapecó, a fim de *satisfazer os interesses egoísticos e pessoais dos Bispos catarinenses*.(Grifo nosso...) Si houvesse (sic) preocupação pela Igreja do Vaticano II teríeis resolvido o problema de Chapecó sem derrubar aquilo que com tanto sacrifício estamos construindo: a Igreja da Diocese de Bagé. (KUNZLER, 2002. p. 46).

Já em atividade na Diocese de Chapecó, D. José Gomes se importou com o sentimento da comunidade de Bagé. Uma carta foi enviada a Irmã Gelni que remeteu correspondência datada de 24 de fevereiro de 1969, na qual a religiosa agradece a mensagem do bispo e o novo recomeço, e deixa sinais de descontentamentos com contendas que deveriam ter acontecido na Diocese de Bagé:

Caríssimo e saudoso D. José. Muito obrigado pela carta, Gostei. Estava em Vale Bonito quando ouvi a “bacana” notícia de que Bagé já tinha um novo Bispo. Aceito, apesar de ser muito difícil de compreender a política dos senhores Bispos. Sei que D. Angelo, acredita no que o senhor diz, é muito bom, mas não precisava ter tirado o senhor daqui, nem tão pouco fazer todas estas fofocas. (Carta, 24/02/1969).

O novo Bispo de Bagé, de acordo com a correspondência da Irmã Gelní, assumiu em 27 de janeiro de 1969. De acordo com Kunzler, a decisão de Roma foi recebida com resistência pela comunidade católica de Bagé, de acordo com um texto extraído da obra Memória de Frei Mario, escrita por Ernesto Barp:

Bagé se deu conta do Bispo com sua transferência. (...) Bagé deu-se conta do Bispo que tinha quando transferido. Em vão tentou reagir, fazer Dom José reconsiderar. Era tarde. Já estava transferido. A todos os lados. A câmara de Vereadores se manifestou enviando correspondência ao Núncio Apostólico e conferiu a D. José o título de cidadão bageense. O conselho de presbíteros se comunicou com o Núncio Apostólico, religiosas se manifestaram... (KUNZLER, 2002, p. 46).

Especulações foram formuladas sobre as causas da transferência de D. José Gomes para Chapecó, entre elas, as reações contrárias às ações do Bispo por parte dos militares e latifundiários e mesmo do clero, reforçam a carta do sobrinho de Dom José em Paris, quando profetiza melhores dias em um novo e fecundo campo na nova Diocese.

Uma carta do Vigário do município “Mata” na Diocese de Bagé, Padre Antonio, com quem o Bispo tivera mantido troca de correspondência, datada de 4 de novembro de 1968, revela as reações contrárias ao trabalho desenvolvido por D. José, inclusive do clero resistente às reformas do Concílio Vaticano II:

Prezado Sr. Bispo D. José.
Recebi sua carta de despedida. Muito obrigado. Não pude ir a sua posse aí. Cavacos de ofício. Missas, festas, etc. Sempre o mesmo trabalho.
D. José todos nós sentimos que o Sr. Fosse. Eu não disse nada, mas não me sai da cabeça que houve algo mais que vontade dos padres de lá, do senhor ir. As vezes uma minoria maliciosa pode superar a maioria satisfeita e na boa fé.
Creio que nós padres não soubemos ver a imagem do Bispo do Vaticano II, que aos poucos, pelo estudo e pela meditação, está crescendo cada vez mais dentro de nós. O senhor estava encarnando a figura deste Bispo nessa hora de transição de mentalidade religiosa nos padres, no povo e na igreja. Senhor bispo, numa época assim deve ser muito difícil. (Carta, 04/11/1968).

A carta de Padre Antonio sinalizava reações contrárias ao desejo de Dom José em iniciar as transformações propostas pelo Concílio Vaticano II. Por outro lado, a correspondência de Padre Egidio da conta de um terreno fértil para implantar a nova Igreja na Diocese de Chapecó. A vontade do clero na região oeste catarinense também é afirmada no documento de apresentação do Bispo Dom Wilson no Primeiro Plano de Pastoral, que pedia cautela ao clero, a quem no documento denomina de “apressadinho”, para concretizar a instalação da Igreja do Concílio Vaticano II. Todos esses fatores contribuíram para a decisão de Dom José em se transferir para a Diocese de Chapecó.

O clero da Diocese de Chapecó já estava inclinado à Teologia da Libertação nos anos de 1960, o que desagradava o Bispo D. Wilson, inclinado a uma igreja tradicional, segundo relata Bianchi e Stulp (2018):

Antes da chegada de Dom José Gomes (e com ele vieram as conclusões do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín e de Puebla), o povo praticava o catolicismo romanizado – no qual o padre visitava as capelas para celebrar os sacramentos e tinha a ajuda dos rezadores do terço e dos funerais, e ainda dos fabriqueiros, que eram encarregados de cuidar das festas e das construções de igrejas. O modelo eclesial vigente naquele tempo era de uma figura piramidal, ou seja, o poder estava concentrado em cima. A comunidade era compreendida como um espaço de lazer e a igreja definida como o lugar para rezar! Essa compreensão tinha os anos contados... Com a Teologia da Libertação nascem as Comunidades Eclesiais de Base – novo jeito de toda a Igreja ser. (BIANCHI; STULP, 2018, p.161)

Com o advento da Teologia da Libertação nos anos 1960 e a nova Igreja do Concílio, o clero Diocesano de Chapecó se apressava na concretização dos novos ares, o que desagradava D. Wilson, que classificava as ações como insubordinação, segundo relato de uma carta do Bispo ao Arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira:

Além das muitas falhas que se introduziram e se vão introduzindo na educação de nossos futuros padres, esta da DESOBEDIÊNCIA, que se apelidou de “dialogal” parece que constituirá o maior entrave ao apostolado sacerdotal futuro. Com tal denominação nada mais se pretende do que a simples e pura insubmissão. (BESEN, 2016, p. 03).

Para Besen (2016), a estada de D. Wilson à frente da Diocese de Chapecó (1963-1968) foi de dificuldade, uma vez que o clero estava aberto às mudanças que ocorriam no seio da Igreja, e à linha do Bispo era de uma igreja tradicional:

Foi um tempo difícil, especialmente para homens como Dom Wilson e Dom Joaquim que tinham tendência inata à conservação da tradição. Os seminaristas maiores estudavam em Viamão RS, onde as novidades se multiplicavam. Pouco depois, foram transferidos para o Rainha dos Apóstolos de Curitiba. (BESEN, 2016, p. 03).

Com o Concílio Vaticano II, o Clero Diocesano buscou se adaptar às mudanças, aos novos ares, ao novo jeito de ser igreja:

Nesse momento histórico, a Igreja não somente faz uma opção de “sair da sacristia” como transformou a sacristia, isto é, faz uma profunda renovação na dimensão pastoral, litúrgica e bíblica. A partir do Vaticano II e da Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes*, a Igreja não é mais um mundo à parte, mas uma comunidade inserida na história real do mundo e conectada com as alegrias e esperanças, os sofrimentos e angústias das pessoas. (BIANCHI; STULP, 2018, p. 163).

D. Wilson participou ao lado de D. José Gomes intensamente do Concílio Vaticano II. Entre suas obras, resultado direto do referido Concílio, está a publicação do Primeiro Plano Diocesano de Pastoral, em 29 de dezembro de 1967. O Plano tratava dos primeiros passos para a renovação da igreja no oeste catarinense:

Este plano seguia as orientações do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB. Dos movimentos leigos existentes, o plano fala da Congregação Mariana, do Apostolado da Oração, das Equipes Vocacionais, da Legião de Maria, da Ação Social Diocesana (ASDI) – Coordenadas pelas Irmãs Franciscanas de Cristo Rei, trazidas de Joinville por D. Wilson -, do Movimento familiar Cristão e de Círculos Bíblicos; era um pequeno e promissor início, protagonizado pelo cura da Paróquia Santo Antonio da Catedral, o padre Romualdo Zimmer. (1966-1980). (DIEL, 2017, p. 443).

Para Besen (2018), o grande problema de Dom Wilson era sua saúde: como palmilhar aqueles sertões do Oeste, atender às comunidades? E como aplicar – e ao mesmo tempo disciplinar – as decisões do Concílio? Achou-se impotente para o desafio. Em 21 de janeiro

de 1968, Dom Wilson enviou a Roma sua carta de renúncia, aceita em 2 de março. Segundo Zimmer, em artigo escrito na edição de abril de 2018 do Jornal Diocesano, com problemas de saúde, o Bispo D. Wilson Laus Schmidt, sentiu dificuldades em aplicar as decisões do Concílio Vaticano II:

A diocese era imensa, as cidades nasciam e cresciam rapidamente. Sentia-se bem recebido pelo clero. O Vaticano II gerava expectativas, especialmente nos padres. Foi também um tempo difícil, especialmente para Dom Wilson que tinha tendência inata à conservação da tradição. Seu grande problema era sua saúde. Como andar nos sertões do Oeste e atender as comunidades? Como aplicar as decisões do Concílio? Achou-se impotente para o desafio. Em 21 de janeiro de 1968, Dom Wilson enviou a Roma a carta de renúncia, aceita em 02 de março. Foi residir com o amigo Dom Gregório Warmiling e, em 1971, com o amigo Dom Afonso Niehues na capital. Depois de 1973, passou por uma série de cirurgias que o debilitaram. A morte o acolheu em 08 de maio de 1982. (Jornal Diocesano, abril de 2018, p.03).

A Diocese estava sem Bispo desde janeiro de 1968, devido à renúncia de D. Wilson Laus Schmidt. O Bispo D. José chegou em Chapecó na manhã do dia 27 de outubro de 1968. Segundo Kunzler, uma recepção foi organizada pela comunidade:

D. José é recepcionado em frente à Catedral diocesana. Estiveram presentes sete Bispos, em torno de sessenta padres, muitas autoridades civis e militares e uma grande multidão de fiéis vindos de toda a região. Houve o toque dos sinos, o som da Banda e discursos de saudação. (KUNZLER, 2002, p. 48).

Durante a primeira manifestação à comunidade de Chapecó, Kunzler (2002) destaca na obra “Dom. José Mestre e Aprendiz do Povo”, palavras que ficaram gravadas na memória da população presente em frente a Catedral Santo Antonio, na recepção do Bispo. Ao dirigir-se ao povo de sua nova Diocese, D. José exclamou “Aqui estou, serei vosso amigo!” (Kunzler, 2002, p. 48). Em sua manifestação durante a celebração, falou do Reino de Deus à luz do Concílio Vaticano II, de partir para a construção do Reino da verdade e da vida:

Na trilha do Concílio Ecumênico Vaticano II, do qual ele foi entusiasta, de cujas sessões participou e de cujo espírito se embebeu profundamente, ele destacou que era preciso já, aqui e agora, a partir deste mundo, dentro de nossa história, construir “um Reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, um Reino de justiça, de amor e de paz”. (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 73).

O Bispo Dom José Gomes “adubou um novo terreno para a pastoral da Diocese” entre os anos de 1968 e 1975. A avaliação é dos padres Adayr Mário Tedesco e Romualdo Zimmer (2002, p. 77), D. José ponteeava todas essas iniciativas.

2.2.1 Conferência Latino-americana de Medellín (CELAM)

D. José assume a Diocese de Chapecó logo após a outro marco na vida da Igreja Católica Latino-americana, a Conferência de Medellín (CELAM), realizada no período de 26 de agosto a 14 de setembro de 1968. Essa Conferência, segundo Diel (2017, p. 444), “procurou aplicar as reformas promovidas pelo Concílio Vaticano II à realidade da Igreja da América Latina, que vivia sufocada pelo imperialismo norte-americano, pelas ditaduras militares e pela pobreza generalizada de seu povo”.

A Conferência do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) em Medellín (1968), Colômbia, tinha o objetivo de repensar o papel da Igreja frente às mudanças que vinham ocorrendo na América Latina, embasada nas decisões do Concílio Vaticano II (1962-1965), que defendia uma maior participação dos leigos nas atividades da Igreja. O encontro em Medellín voltou os olhos do episcopado latino-americano para as necessidades da população Latino-americana especialmente para os pobres e para as injustiças sociais:

Se o cristão acredita na fecundidade da paz como meio de chegar à justiça, acredita também que a justiça é uma condição imprescindível para a paz. Não deixa de ver que a América Latina se acha, em muitas partes, em face de uma situação de injustiça que pode ser chamada de violência institucionalizada, porque as atuais estruturas violam os direitos fundamentais, situação que exige transformações globais, audaciosas, urgentes e profundamente renovadoras. (CELAM, 1985, p. 61).

O documento também atacava a passividade e responsabiliza aqueles que não agiam em favor da justiça no continente Latino-americano. A Carta da Conferência de Medellín apontava o caminho a ser trilhado pela Igreja em defesa dos marginalizados na América Latina:

Neste espírito cremos oportuno avançar as seguintes linhas pastorais:

22. Defender segundo o mandato evangélico o direito dos pobres e oprimidos, urgindo nossos governos e classes dirigentes que eliminem tudo quanto destrói a paz social: injustiça, inércia, venalidade, insensibilidade.

23. Denunciar energeticamente os abusos e as injustiças, conseqüências das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração. (CELAM, 1985, p. 64).

A Conferência do Conselho Episcopal Latino Americano, segundo Dussel (1989), marcou uma segunda fase da Igreja (1968-1972) após o Concílio Vaticano II, com impacto na vida da Igreja Latino-americana. Dussel elenca três desafios da Igreja provocados pela CELAM: Primeiro, o desafio do povo Latino-americano, “como sujeito histórico da formação social concreta, histórica, como bloco social dos oprimidos”. Um segundo momento “o desafio de optar pela reforma ou também pela revolução”. E o terceiro desafio “se refere ao próprio modelo de Igreja, ou seja, o modo de entender a função da Igreja na sociedade política e civil”, agora a Igreja se afasta das atividades parceiras do estado na educação na busca de subvenção para templos, e abre caminho para o modelo de Igreja dos Pobres (DUSSEL, 1989, p. 42).

Dussel (1989, p. 43-44) destaca que entre os frutos do CELAM, esteve o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base em muitas partes da América Latina: “as CEBs serão a resposta para a organização cristã do povo como Povo de Deus”. O CELAM vai irradiar o testemunho cristão diretamente ao povo, ao pobre:

O “pobre” se transforma no lugar de todas as opções, discussões e ações. A em “Igreja “Teologia da Libertação” (TL) – reflexão de uma geração inteira de teólogos latino-americanos que não se deve atribuir a pessoas – chega a formular esta opção histórica pelo pobre que transforma a Igreja dos pobres” e que entrega ao povo, como sujeito protagonista histórico, a responsabilidade de sua própria evangelização: a “Igreja servidora” da libertação do povo dos pobres, no espírito de João XXIII. (DUSSEL, 1989, p.44).

2.2.2 Comunidades Eclesiais de Base – CEBs

Para Frei Beto (1984) o surgimento das CEBs é fruto das ações e do pensamento da Teologia da Libertação na América Latina, e impulsionada pela Conferência de Medellín em 1968:

Pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. (BETTO, 1984, p. 16).

Para Leonardo Boff (1991), as Comunidades de Base surgem a partir da experiência de organização dos povos marginalizados da América Latina:

Homens, que agora se reúnem, tomam a palavra, podem expressar suas opiniões sem medo de repressão, discutir seus problemas em sua linguagem, fazer suas celebrações no universo simbólico próprio das classes dominadas. [...] Pouco importa o que discutem, o importante é que falem e se sintam donos de seu discurso sempre desprezado como ignorante ou difamado como mitológico. Nas comunidades, criam-se os elos de sociabilidade, de diálogo, de reflexão, realidades sem as quais toda política é mera retórica. [...] Nas comunidades, eles podem de certo modo, passar para o reino da liberdade, na alegria do encontro, dos jogos de que tanto gostam, da dança, das festas, das celebrações religiosas. (BOFF, 1991, p. 98).

A experiência das Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil, segundo o documento número 92 da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, não surgiu de um planejamento prévio, mas de um impulso inovador:

Na verdade os tempos se tornaram maduros para uma nova consciência histórica e eclesial: primeiro pela emergência de um novo sujeito social na sociedade brasileira, o sujeito popular que ansiava à participação; segundo, pela emergência de um novo sujeito eclesial, portador de uma nova consciência na igreja. Ele ansiava participar ativa e corresponsavelmente da vida e da missão da igreja. Esse sujeito provoca novas descobertas e conversões pastorais. (CNBB, 2004, p. 25).

No Brasil, as CEBs ganharam impulso a partir da adesão da CNBB. Em seus documentos, os Bispos brasileiros, entre os quais D. José Gomes, liderados pelos cardeais D. Helder Câmara e D. Paulo Evaristo Arns vão aderir à renovação proposta pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, para quem em tempos de ditadura militar especialmente, as CEBs seria uma “grande contribuição da Igreja à conquista dos direitos de cidadania” (PAULO CESAR, 2014, p. 22).

Nesse período, os bispos se uniram a ponto de constituírem verdadeiros movimentos. Segundo Dussel (1989, p. 44), um dos sinais dos novos tempos foi a atitude tomada diante da questão da terra, a Reforma Agrária. A Igreja vai agir com ações concretas, não mais como ajuda, mas como promoção do próprio movimento popular.

O Bispo Dom José Gomes participou e “enveredou decisivamente pelos caminhos renovadores do Concílio Vaticano II e da tradição latino-americana iniciada pela Conferência Episcopal de Medellín” (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 70). O Concílio Vaticano II e a CELAM foram uma simbiose para Dom José Gomes, uma vez que integrou o grupo de Bispos que influenciaram na história política do Brasil e que contribuíram com suas ideias para as Reformas do Concílio e da CELAM:

D. José faz parte daquele grupo de 30 a 40 bispos proféticos que foram depois eleitos no tempo do renomado Núncio Apostólico D. Armando Lombardi, de grande visão apostólica e latinoamericana. Isso aconteceu entre a data do anúncio do Concílio, 1959, e seu início em 1962. Esses Bispos, quase todos saídos do exercício do pastoreio direto do meio do povo, marcaram a história da Igreja no Brasil desta época, por engajamento, por suas atitudes corajosas e proféticas em favor do povo mais sofrido, especialmente depois do fechamento político de 1964. Dom José é um deles. (TEDESCO; ZIMMER 2002, p. 70).

2.2.3 Ditadura Militar

D. José Gomes assumiu a Diocese de Chapecó no momento em que a CNBB tomava decisões de enfrentamento à ditadura militar:

O período entre 1968 e 1969 foi marcado por acontecimentos que afetaram a atuação da CNBB. Além do já citado encontro do Celam, algumas organizações católicas,

como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), intensificaram suas atividades, divulgando o aumento das desigualdades de renda e as inovações dos trabalhos eclesiais de base. O evento mais marcante do período foi a decretação do quinto Ato Institucional (AI-5), em dezembro de 1968. O aprimoramento do aparato repressivo do governo ensejou a intensificação das perseguições aos opositores, incluindo os membros do clero e, desse modo, levou a CNBB a adotar posições mais críticas em relação ao Estado. (PAULO CESAR, 2014, p. 30).

O Período da Ditadura Militar marcou a vida da igreja no país e na Diocese de Chapecó. D. José Gomes esteve ao lado de líderes denominados progressistas, a exemplo D. Paulo Evaristo Arns, Helder Câmara e Luciano de Almeida, que se opuseram ao regime ditatorial. Embora a igreja tenha apoiado o Golpe Militar de 1964, com o passar dos tempos, diante dos abusos, violência e perseguições do Regime Militar, passou a se opor:

Apesar do apoio inicial ao golpe, a mudança de atitude dos bispos “progressistas”, provenientes tradicionalmente da classe dominante, teria sido desencadeada pelo acirramento da opressão às classes dominadas. No decorrer da ditadura militar, fatores como o aumento da exploração dos trabalhadores, a ausência de liberdade e a intensificação da violência, inclusive contra membros da Igreja, teriam proporcionado a união do episcopado e a transformação da CNBB na principal instituição opositora do Estado autoritário. (PAULO CESAR, 2014, p. 11).

D. José esteve junto com os Bispos que se posicionaram contrário ao AI-5. A CNBB divulgou um documento, em fevereiro de 1969, ao perceber que o documento permitia arbitrariedades e violações da integridade física e moral daqueles que divergiam dos militares. Os Bispos defenderam o direito de expressão e o direito à informação e atribuíram aos militares a responsabilidade pelo aumento da radicalização política. A temática da desigualdade social foi mencionada quando expuseram sua preocupação com a política econômica e com seus efeitos sobre a desigualdade social, mas sem grande realce. (PAULO CESAR, 2014, p. 11).

Com a eleição do Cardeal polonês, Karol Józef Wojtyła, Papa João Paulo II, a Igreja brasileira vai enfrentar um período de questionamento de Roma, entre os quais o de esquerdização da CNBB:

No entanto, de acordo com a comunidade de informações, não era muito fácil refrear a combatividade daqueles bispos. Foi o que se percebeu quando o jornal O Estado

de S.Paulo publicou matéria sobre o posicionamento que os bispos brasileiros sustentariam no terceiro encontro do Celam, a ser realizado em outubro de 1978, na cidade de Puebla, no México. Foram ouvidos diversos bispos, como dom Serafim Fernandes de Araújo, dom Clemente José Carlos Isnard, dom Geraldo Proença Sigaud, dom José Maria Pires, dom Hélder Câmara, dom Adriano Hipólito, entre outros. Com exceção de dom Geraldo Sigaud, todos declararam que iriam seguir as mesmas diretrizes “radicais” do último Celam, que teimavam em escapar do âmbito puramente religioso. (PAULO CESAR, 2014, p. 127).

À frente da Diocese de Chapecó, D. José Gomes tomou posição em favor daqueles sem voz e sem vez. O período comandado pelo Bispo é denominado de Ação Libertadora da Igreja. De acordo com TEDESCO (GOMES apud TEDESCO, 1998, p.46) a partir da chegada do bispo D. José Gomes, a Igreja iniciou uma caminhada de renovação: “Lentamente, esboça-se um outro modo de ser igreja, voltada para o pobres, conforme as orientações da Conferência dos Bispos latino-americanos realizada em 1968 em Medellín, na Colômbia.”

O Bispo D. José Gomes exerceu uma liderança voltada à promoção humana, na busca da libertação do ser humano, para que o indivíduo social desenvolvesse a visão de uma concepção de mundo de forma ativa, crítica e consciente e seja protagonista do meio onde vive, da comunidade onde está inserido, se vincule a um grupo social que lhe permita “participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade” (GRAMSCI, 1936, p. 94).

Segundo Kunzler (2002) uma das primeiras medidas do Bispo, foi conhecer a nova Diocese, constituída essencialmente de comunidades rurais, pobres, onde eram poucos os sacerdotes que atuavam na Diocese:

Era tempo da Renovação Conciliar em pleno andamento, com muitas pistas novas para renovação litúrgica nas comunidade. A preparação dos Ministros Extraordinários da Palavra e da Eucaristia e a introdução do culto dominical com a distribuição da Santa Eucaristia pelos Ministros, foi um trabalho significativo que seguiu após os primeiros passos da Renovação Conciliar. São do ano de 1970 os primeiros “ministros da Eucaristia”, como são popularmente conhecidos. Em toda a Diocese houve uma crescente motivação e fervor eucarístico, o que se constituiu em uma das Grandes bênçãos para a diocese, graças à intuição espiritual de D. José. (KUNZLER 2002, p.48-49).

De acordo com o Padre Luis Heiner (1994), Dom José Gomes, logo após chegar a Chapecó, em companhia do vigário geral percorreu a Diocese. Em sua pesquisa inédita, o sacerdote revelava a preocupação do bispo em conhecer sua igreja e capacitar as equipes paroquiais:

Ainda em 1968, dia 27 de outubro, toma posse o novo Bispo D. José Gomes. Procura logo conhecer a realidade de sua nova diocese, certamente com características bem diferente das da Diocese de Bagé, na fronteira do Rio grande do Sul com Uruguai, onde exercia sua função de pastor. Em companhia do vigário geral, começa a visitar e conhecer as paróquias. D. José deu todo apoio a equipe, integrando-a e até mesmo acompanhando e ajudando nos cursos de formação nas paróquias. (HEINER, 1994, p. 07).

Por outro lado, a metodologia de atuação do Bispo vai marcar a vida dos humildes agricultores e operários da Diocese do Oeste Catarinense. A Diocese enfrentava o processo de empobrecimento da população, fruto da exclusão do processo agroindustrial. A partir de um trabalho de ouvir e refletir e formar a consciência, D. José liderou um processo de formação de lideranças para fazer o enfrentamento do contexto social instalado. É a Revolução pela Palavra:

A realidade brasileira e oestina em processo acelerado de industrialização, de avanço agressivo do capitalismo no campo, com muitas migrações e êxodo rural, tendo como seqüela o empobrecimento da população.

A própria intuição de D. José em captar esses sinais dos tempos, ligando as duas conjunturas (eclesiástica e global) com cimento do Evangelho libertador de Jesus Cristo. Neste sentido foi um profeta: viu que o futuro da Igreja aqui no Oeste não teria outra alternativa a não ser a da conscientização e libertação de seu povo das malhas desta opressão. D. José teve um itinerário espiritual dialético, isto é: ao saber captar a realidade do mundo e do Oeste, por um lado foi transformado por essa realidade e, por outro, transformou, por sua intervenção, essa realidade. (TEDESCO ZIMMER 2002, p. 75).

Gramsci nos ajuda a entender este papel intelectual voltado a educar, conscientizar as massas populares assumido por Dom José Gomes. No pensamento de Gramsci, esse exercício filosófico, intelectual, ganha um viés mais humanizante. Para esse intelectual, a filosofia da práxis tinha duas tarefas: “combater as ideologias modernas nas suas formas mais refinadas, a fim de poder construir o próprio grupo de intelectuais, e educar as massas populares [...]” (GRAMSCI, 1978, p. 104). Ainda segundo Gramsci, todos os homens possuem a capacidade

de aprendizagem e todos podem compreender o mundo no qual vivem e, na medida em que o homem atua praticamente, na sua “ação está contida implicitamente uma concepção de mundo, uma filosofia.” (GRAMSCI, 1978, p. 32):

Deve-se destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia seja algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. Deve-se, portanto, demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são filósofos, definindo os limites e as categorias dessa filosofia espontânea peculiar a todo mundo, isto é, a filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticais vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por folclore. (GRAMSCI, 1978, p. 11).

Para os teólogos da libertação, a exemplo de D. José, a posição humanista e a democracia intelectual proposta por Gramsci na aceitação de que todos os homens possuem a capacidade de aprender vieram reforçar a posição pastoral e a proposta de missão da Igreja Libertadora.

Imagem Arquivo Mitra Diocesana



Dom José com menino indígena em frente à residência do Bispo.

3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CEBS NA DIOCESE DE CHAPECÓ, E A AÇÃO DA IGREJA LIDERADA POR DOM JOSÉ

Toda a ação da Igreja liderada por D. José foi projetada, pensada, planejada primeiramente com a intensa participação do clero, posteriormente com a participação dos leigos.

Uma série de Planos de Pastorais nortearam a caminhada da Igreja Diocesana de Chapecó, no Oeste Catarinense. O Primeiro Plano, denominado de Plano de Pastoral de Conjunto, foi elaborado pela CNBB de D. Paulo Arns, D. Helder Câmara, D. Luciano de Almeida, a partir das reformas definidas pelo Concílio Vaticano II, é considerado um dos mais completos documentos da Igreja no Brasil. O Plano foi adequado a realidade regional a partir da intervenção do Clero e a visão do Bispo Dom Wilson Laus Schmidt. A partir de 1970 os Planos foram conduzidos pelo Bispo Dom José Gomes e levaram a implantação das Comunidades Eclesiais de Base na Diocese.

3.1 ASPECTO HISTÓRICO DA IGREJA DIOCESANA DE CHAPECÓ

A Região Oeste foi historicamente atendida pela então Diocese de Florianópolis, em seguida pela Diocese de Lages, pela Diocese de Ponta Grossa e depois pela Prelazia de Palmas (PPC, p. 02). A Diocese de Chapecó foi criada em 14 de janeiro de 1958, pelo Papa Pio XII, desmembrada da Diocese de Palmas no Paraná. Foi oficialmente instalada em 25 de abril de 1959, pelo núncio apostólico Dom Armando Lombardi. A Diocese de Chapecó esteve constituída em sua maior parte, com território desmembrado da Prelazia de Palmas, que foi elevada a Diocese na mesma época da criação da Diocese de Chapecó em 1958, pela Bulla "*Quoniam Venerabilis Frater*". Outra parte menor da Diocese de Chapecó foi desmembrada da Diocese de Lages. A Diocese era constituída por um território de 16.258 Km², e uma população de 420 mil habitantes (PPC 1967, p. 03).

A região se recuperava da depreciação econômica, social e política causada pelo incêndio da Igreja e o linchamento de 4 pessoas pela sociedade local em Chapecó no 1950. O Primeiro Plano de Pastoral relatava a precariedade dos meios de comunicação, tanto

rodoviários como telégrafos e telefônicos. Chapecó via na instalação da Diocese, um momento para motivar o progresso socioeconômico, político e cultural (PPC, 1967, p. 03). Monica Hass assim descreve assim descreve o tempo histórico de Chapecó em 1950:

Transformações substantivas acabam ocorrendo na sociedade local por influência do linchamento. Entre elas, um novo rumo na sua estrutura econômica, uma vez que a chacina acabou fortalecendo certas tendências econômicas já existentes na região. Receosos quanto à situação de violência que impera em Chapecó, da qual o linchamento foi sua expressão máxima, os migrantes deixam de vir, acarretando a estagnação do projeto colonizador, tanto que a Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso, por dois anos, não conseguiu vender uma pedaço de terra na região. (HASS, 1995, p. 16).

A história religiosa da região foi formada a partir do critério adotado pelas Companhias Colonizadoras na distribuição das famílias de colonos luteranos e católicos. É o caso do então Porto Novo (hoje Itapiranga), influenciada pelo Volksverein (União Popular do Rio Grande) que adquiriu a gleba de Itapiranga para onde foram famílias de origem alemã. Assim, devido à ausência de ecumenismo e igualdade de raças, foram divididas glebas formadas por alemães católicos e luteranos, e italianos e poloneses que constituíram a maioria da população de tradição católica. De acordo com o Primeiro Plano de Pastoral da Diocese, de 1967 “a falta de assistência religiosa teve influência profunda na religiosidade de nosso povo” (PPC 1967, p. 03).

Instalada a Diocese em 25 de abril de 1959, no dia seguinte, foi celebrada a missa da posse de Dom José Thurler, primeiro bispo de Chapecó. Thurler fora ordenado pelo Papa João XXIII, em fevereiro de 1959, era Cura da Catedral da Sé em São Paulo, onde desempenhava trabalho vocacional. Ao assumir a Diocese de Chapecó, contava com 12 padres. Uma das atividades foi dedicar especial atenção à vocação sacerdotal. Teve a missão de organizar a estrutura da Diocese, fundou a Obra das Vocações Sacerdotais, os clubinhos vocacionais espalhados pelas paróquias, entre outras iniciativas. Trouxe para Chapecó o Instituto de Auxiliares das Vocações Sacerdotais. Com o apoio do Frei João, cura da Catedral, pôs em ação o Projeto da Construção do novo seminário. Com dificuldades para se adaptar à região, permaneceu à frente da Diocese por três anos, sendo transferido para Sorocaba-São Paulo e mais tarde para a Arquidiocese de São Paulo, onde foi responsável pelo setor vocacional da CNBB (JD 2018, p. 03).

Em 1962, o Papa João XXIII nomeou o segundo bispo da Diocese de Chapecó, D. Wilson Laus Schmidt, catarinense de Florianópolis, que estava no Rio de Janeiro. D. Wilson assumiu a Diocese em 7 de setembro de 1962. O Segundo Bispo Diocesano participou do Concílio Vaticano II e iniciou as reformas. De acordo com o Padre Romualdo Zimmer, em relato no Jornal Diocesano (2018), D. Wilson preocupou-se com a renovação litúrgica, com as missas celebradas em português e com a criação das equipes litúrgicas. A comunicação era outra preocupação do bispo, que introduziu rádio nas capelas com o objetivo de o povo se reunir no domingo e escutar a homilia do bispo. Deu apoio aos clubes vocacionais, encontros de animadores vocacionais das paróquias e o Secretariado Diocesano das Vocações Sacerdotais (JORNAL DIOCESANO, 2018, p. 03).

D. Wilson, segundo Gomes apud Tedesco (1998, p. 40), trouxe para Chapecó em 1965 as Irmãs Franciscanas de Cristo Rei (Itália), “para transformar o trabalho de assistencialismo da Igreja Católica em Promoção Humana. As Religiosas vão assumir a parte social da Ação Diocesana – ASDI, entidade criada pelo primeiro Bispo da Diocese de Chapecó, D. José Thurler, em 24 de outubro de 1959, com o objetivo de dar Assistência Social às famílias carentes do município de Chapecó. A entidade tinha como presidente o Bispo D. José Thurler, como vice o Frei João Erdrich, e como membros da diretoria, os empresários João Batista Zeca, Norberto Bohner (Rádio Chapecó), Ludovico Silvestri, Tomaz Morandini, Alcebiades Sperandio, Olga Travi e o médico Almiro de Miranda Ramos (GOMES, 1998, p. 92).

A ASDI, em 1962, estava organizada junto ao bispado e estava voltada a promoção humana:

Em três Lares Escolas, e através de visitas domiciliares, procura a promoção humana de pobres. Dá-lhes orientação e ministra-lhes cursos diversos de artes domésticas. Conta para isso com a colaboração entusiasta das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei, assistidas e mantidas pela comunidade paroquial e auxiliadas por dedicados elementos de nossa sociedade.

Além disso, há outros começos de organização de ação social em diversas paróquias, onde são também distribuídos os auxílios recebidos da “Caritas”. (PPC, 1967, p. 08).

3.2. PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO

Para colocar em prática as renovações propostas pelo Concílio Vaticano II, a CNBB lançou uma série de Planos de Pastorais, denominados de Plano de Pastoral de Conjunto. Esses planos iriam nortear o planejamento das regionais ou estados, e as Dioceses, que adaptariam os documentos de acordo com as realidades locais.

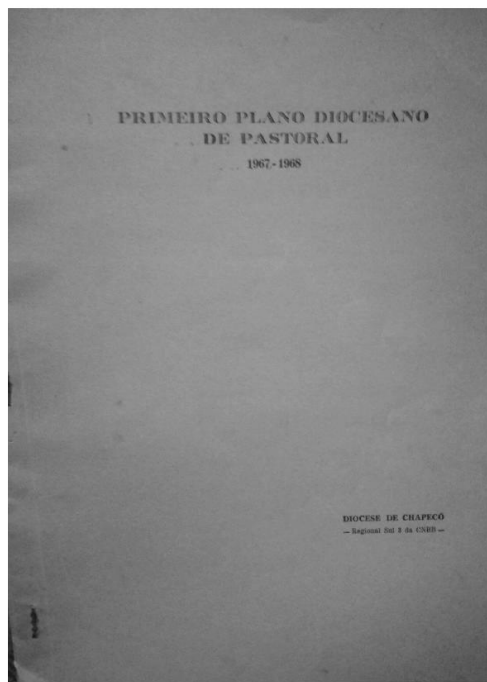
De acordo com a CNBB (2004, p, 02), o primeiro Plano de Pastoral de Conjunto foi elaborado ainda em Roma durante a VII Assembléia Geral Extraordinária da Conferência, durante os três meses da última sessão conciliar em 1965. O plano tinha o objetivo de colocar em prática as orientações do Concílio Vaticano II. A proposta era que a Igreja no Brasil se ajustasse rapidamente às renovações:

De fato, as diretrizes do primeiro Plano de Pastoral de Conjunto foram inspiradas pelos grandes Documentos do Concílio, dando origem às seis grandes “linhas” de trabalho da Igreja: 1) Unidade visível da Igreja Católica (*Lumen Gentium, Christus Dominus, Presbyterorum Ordinis, Optatum Totius, Perfectae Caritatis, Apostolicam Actuositatem*); 2) Ação Missionária (*Lumen Gentium, Ad Gentes*); 3) Ação catequética, aprofundamento doutrinal, reflexão teológica (*Dei Verbum*); 4) Ação Litúrgica (*Sacrosanctum Concilium*); 5) Ação Ecumênica (*Unitatis Redintegratio*); 6) Ação da Igreja no mundo (*Gaudium et Spes, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate, Gravissimum Educationis, Inter Mirifica*).

Além de “Diretrizes Fundamentais da Ação Pastoral”, foram elaboradas também “Linhas Fundamentais de Trabalho”, segundo cada uma das seis linhas acima citadas. Foi sempre dada especial ênfase ao conhecimento da realidade e à reflexão pastoral sobre ela, à formação de agentes e à organização de assessorias. Foi um Plano muito bem articulado e com uma clareza impressionante de metas e propostas. Tudo isso era fruto da participação dos seus autores no Concílio e do desejo de traduzir logo no Brasil, na organização e na prática da vida eclesial, as lições colhidas no Concílio Vaticano II. (Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1979, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil 2004, p. 02).

Para a CNBB (2004, p.02) o Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970, foi fundamental para nortear as ações pastorais da Igreja no Brasil e fundamentou os demais planos que foram sendo renovados em nível nacional, regional e dioceses.

O Bispo D. Wilson lançou o Primeiro Plano Diocesano de Pastoral da Diocese, em 29 de dezembro de 1967, seguindo as orientações do Plano de Pastoral da CNBB. Em 1967, Chapecó celebrava o cinquentenário de emancipação política. A região estava subdividida em 34 municípios (PPC, 1967, p. 02).



Capa do Plano de Pastoral de Conjunto (1967-1968)

O Plano de Pastoral de Conjunto foi uma experiência surgida durante as Sessões do Concílio Vaticano II. Tal experiência, segundo o Arcebispo de São Paulo, D. Odilo Scherer, foi construída a partir de experiências que são frutos da renovação da Igreja a luz do Concílio:

Em 1962, ainda antes do início do Concílio Vaticano II, a CNBB lançava o Plano de Emergência para preparar a Igreja para uma profunda renovação. Teve seu foco na paróquia e no exercício do ministério sacerdotal, mas também estava orientado para as escolas católicas e para a realidade sócio-econômica. A força motivadora desta primeira tentativa de pastoral de conjunto foi muito grande. (Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1979, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil 2004, p. 02).

Segundo o Arcebispo, o Plano, além de “Diretrizes Fundamentais da Ação Pastoral”, também vai elaborar linhas de trabalho com ênfase ao conhecimento da realidade e à reflexão pastoral sobre ela, à formação de agentes e à organização de assessorias. Na apresentação do Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970, o então presidente da CNBB, Cardeal D. Agnello Rossi (adepto à Teologia da Libertação), revelava que o documento havia sido elaborado por especialistas, e exaustivamente discutido, emendado e aprovado pelos bispos do Brasil, na VII Assembleia Geral Extraordinária da CNBB, reunida em Roma, em 1965 (CNBB 2004, p.02). O documento também apresenta a manifestação do Papa Paulo VI, que encerrou as sessões do

Concílio Vaticano II. O Papa destacava que o Concílio Ecumênico suscitava o despertar de energias, ao mesmo tempo em que produziu “uma ardente expectativa no público, que não pode ser decepcionado” (CNBB, 2004, p. 08). Ainda, de acordo com o documento da CNBB, o Papa Paulo VI apontava a missão do Pastor, atento as exigências do rebanho, os desafios da evangelização:

O Pastor, portanto, terá sempre olhos abertos sobre o mundo porque a observância e a vigilância evangélica devem continuar, pois o mundo muda e é necessário saber satisfazer às crescentes exigências e interpretar as novas situações. Ele saberá servir-se do auxílio dos especialistas, teólogos e sociólogos, para preparar dirigentes capazes, quer no clero, quer no laicato; promoverá freqüentes cursos de renovação pastoral, convidando, em espírito de fraterna compreensão, sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos, aos quais terá o cuidado de ensinar os sólidos princípios da genuína espiritualidade da igreja, missionária pastoral, que têm na fé suas raízes de desenvolvimento. Para o exato conhecimento da situação e da urgência do trabalho, o Pastor fará um amplo e inteligente uso dos dados sociológicos recolhidos e elaborados a respeito das condições religiosas do país. (Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2004, p. 08).

Segundo Boff (1986, p. 61) a partir do Concílio Vaticano II, temos uma redefinição dos ministérios oficiais, antes vividos à parte dos fiéis, minimamente participativas. Agora, bispos, sacerdotes e religiosos mudam de estilo e estabelecem relações com todos os membros das comunidades:

Assim o bispo anteriormente se definia, com prevalência, como autoridade eclesial, mestre da verdade para os fiéis e, não raro, acima dos fiéis. Agora, aparece principalmente como pastor no meio das comunidades, aprendendo da experiência de fé e do testemunho de seus irmãos, e atestando a fé comum da tradição. O pároco, mais que um sacerdote que administra o sagrado, aparece como animador de todas as forças vivas presentes na comunidade, coordenador em função da unidade e da construção do mesmo Povo de Deus, e elo de comunhão para com todas as comunidades. Os (as) religiosos (as) não se situam mais fora dos circuitos do povo, mas muitos deles (as) se inserem nos meios populares, participam da oração do povo, de seus hábitos de vida, de suas lutas pela justiça, e aí testemunham sua vocação de cunho profético-escatológico em pequenas comunidades. (BOFF, 1986, p. 61).

Para o Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, combativo em tempos de regime militar, o Pastor é representado pela figura do Bispo e a missão está em sintonia com o rebanho por quem é capaz de dar a própria vida:

Segundo o Bom Pastor, ser bom pastor é “dar a vida” pelo rebanho. Mas ninguém dá a vida, de um jorro, no dia do testemunho último, se antes não foi dando diariamente a vida, a servos lentos. Porque não se trata de que tirem a vida. “Ninguém me tira a vida”, dizia Jesus. Trata-se de dá-la, livremente.

Que seria pastoralmente “dar a vida pelas ovelhas?”

Eu penso que, antes de tudo, um bom pastor deve procurar “dar a vida” a seu rebanho; deve lutar, com todos os meios a seu alcance, para que seu rebanho, o povo, tenha condições dignas de viver. Nosso Deus é um Deus da Vida. Ele não se copraz num sacrificado rebanho de mortos. Tudo o que leva a estimular a dignidade, a saúde, a liberdade, a participação, a identidade, a alegria de um povo, isso é pastoreio evangélico. (CASALDÁLIGA, 1982, p. 37).

O Plano também projetava a implantação das Comunidades Eclesiais de Base, a organização das paróquias, introduzir o leigo nas ações:

Sociedade visível, em pleno século XX, a Igreja precisa interpretar, adequadamente, a opinião pública, sua verdadeira natureza, seus objetivos, atitudes e realizações, preparando os caminhos para as sementes do Evangelho ou intensificação da vida cristã.

Atividades propostas

Partindo dos dados e reflexões anteriormente expostos, apresentamos as atividades principais que, na situação, concreta da Igreja no Brasil, detalham a linha de trabalho nº 1 e visam à sua realização.

A. Atividades-fins (Cf. o Decreto “*Christus Dominus*”)

1. Levar as paróquias a suscitem e criem comunidades de base, garantindo-lhes uma coordenação.
2. Levar as paróquias de uma mesma zona humana a se organizarem em zona pastoral a fim de que possam responder aos problemas globais que ultrapassam os limites paroquiais.
3. Atualizar a coordenação diocesana dentro das exigências do Plano de Pastoral de Conjunto, para uma mais plena integração e participação de todos (pessoas e instituições).
4. Dinamizar as estruturas regionais e nacionais, tornando-as mais eficientes em suas tarefas específicas, na assessoria às dioceses e no seu entrosamento com todas as instituições que atuam no mesmo nível.
5. Promover um sempre melhor entrosamento entre os Provinciais religiosos e a CNBB, conforme as perspectivas do Vaticano II.
6. Promover o entrosamento da CNBB com a CELAM e outras Conferências episcopais fora do Continente.
7. Promover uma sempre mais plena comunhão da Igreja no Brasil com o Santo Padre, o Papa, Cabeça visível da Unidade.

B. Atividades-meios

1. Conhecer em plano nacional, regional e diocesano, do ponto de vista da história eclesial do Brasil e da realidade presente:

a) a situação dos diversos membros do povo de Deus e sua integração na comunidade de Igreja: ministério hierárquico; bispos e presbíteros; estado religioso; movimento de leigos, laicato em geral; seminários; pastoral vocacional;

b) as estruturas da Igreja, sua adequação às exigências de hoje;

c) os sistemas de organização dos bens eclesialísticos;

d) a vivência e ação colegial do episcopado. (Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2004, p. 42).

O Concílio Vaticano II foi o que mais se referiu aos leigos, que passaram a ser reconhecidos pela Igreja como incorporados em Cristo pelo Batismo, Povo de Deus e chamados a serem participantes da função sacerdotal, profética e real de Cristo (LG 31):

Os leigos têm uma vocação peculiar: não fazem parte da hierarquia. Formam a unidade do Povo de Deus, na diversidade dos carismas recebidos, principalmente o de consagrar o mundo pelo seu apostolado dando testemunho e santificando suas estruturas. São bem peculiares as suas relações como hierarquia, vivificando e transformando o mundo por dentro, pois eles construtores da cidade secular. (*Lumen Gentium*, p.102).

De acordo com Almeida (2006, p. 291), o Papa Pio XII, em 1957, na instrução *Fidei donum*, fazia um apelo para que todos colaborassem no anúncio do Evangelho, especialmente na África, motivando, assim a participação dos leigos no trabalho missionário.

A partir do Concílio Vaticano II, e de seu trabalho na Diocese, o trabalho de D. José Gomes vai por em prática as decisões de projetar a figura do leigo nas atividades da igreja, paróquias, comunidades e, mais tarde, nos movimentos sociais, “a modo de sal e fermento, como que confundidos com o alimento e a massa, leigos e leigas estão fortemente presentes nos movimentos sociais” (ALMEIDA, 2006, p. 316).

O Plano, portanto, provocava mudança do Vaticano até a comunidade de base, da cúpula de Roma até os fiéis. Para Libânio (2012), o Concílio Vaticano II levou a Igreja Católica Romana a olhar para dentro de si, a repensar suas estruturas, para as diferentes culturas que formavam esta igreja:

Por meio do Concílio Vaticano II, a Igreja católica lançou o olhar para dentro de si e para o mundo moderno. Para dentro de si, repensou fundamentalmente a própria estrutura em termos de doutrina, moral e disciplina para submetê-la à profunda autocrítica. O Concílio significou-lhe verdadeira reforma interna desde a Cúria romana até a vida do simples fiel. No olhar para fora de si, ela encarou a nova situação sob o aspecto sociocultural e religioso. Duas palavras resumem tal movimento: *aggiornamento* e diálogo. *Aggiornamento*, palavra preferida de João XXIII, carrega o anseio de a Igreja responder aos desafios socioculturais da modernidade já avançada na complexidade de problemas que trazia. O diálogo traduz a saída da Igreja de seu gueto espiritual para ir ao encontro das Igrejas cristãs, do judaísmo, das outras *tradições* religiosas, dos não crentes e da realidade social. (LIBÂNIO, 2012, p. 09-10).

A Igreja “Povo de Deus”, popular, segundo BOFF (1986), assume a mentalidade própria do povo, surgiu como uma consequência da renovação eclesial animada pelo Concílio Vaticano II:

Tomou-se a sério o capítulo segundo da *Lumen Gentium* acerca do Povo de Deus; os leigos sentiram-se animados a assumir sua função dentro do todo eclesial; os bispos responderam o apelo de serem mais pastores, incorporados à caminhada dos fiéis, do que autoridades eclesiásticas distantes das interpelações vindas da realidade social, particularmente das imensas maiorias pobres. (BOFF, 1986, p. 53-54).

Para Boff (1986, p. 45), quando o laicato participa do projeto de Igreja, este povo sente-se igreja “Eles sentem Igreja, na medida em que são associados ao projeto pastoral da hierarquia, da qual recebem a “*missio canônica*” de atuar no mundo em nome da Igreja”.

O Plano foi lançado após um diagnóstico da realidade da Diocese. A região era constituída de famílias cristãs, com intenso surgimento de vocações sacerdotais, uma das prioridades da gestão do Bispo D. Wilson Laus Schimidt, que procurou multiplicar o clero que se encontrava reduzido, a fim de fazer acontecer as reformas promovidas pelo Concílio Vaticano II:

É preciso, pois, que os sacerdotes procurem “se multiplicar”. Por uma remodelação (renovação) equilibrada em seu sistema de trabalho. Convencer-se de que não será perda de tempo preparar bons elementos que os auxiliem no apostolado. Que atendam às atividades não estritamente sacerdotais. Para que o sacerdote fique mais livre para aquilo que só ele pode fazer. (Plano de Pastoral de Conjunto, 1967, p. 01).

O documento determinava uma ação coletiva para fazer acontecer o Plano de Pastoral de Conjunto, negando o individualismo, motivando a “União das forças vivas da igreja”,

sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos, “para em conjunto refletirem sobre os problemas comuns e procurar a solução”. Essa solução deveria ser realista e possível de ser concretizada dentro da realidade da região.

O Plano dava ênfase à importância da integração da Paróquia e a Diocese, devendo ser combatido o isolamento. Dentro da Paróquia deveria haver um entrosamento entre aqueles que possuem maior responsabilidade, tais como sacerdotes, religiosos, religiosas, associações, escolas e leigos. “Diocese é a porção do povo de Deus confiada a um Bispo, para que a pastoreie em cooperação com o presbitério” (PPC, 1967, p. 01). A orientação era, a partir da organização do bispo e dos Conselhos Presbiterial e Pastorais criar os Conselhos Paroquiais para assumir o Plano de Pastoral de Conjunto e a renovação da Igreja. Tratava-se de uma emancipação, onde o clero deveria preparar lideranças para assumir o Conselho Paroquial. Por outro lado também alertava para uma característica que considerava imprescindível para bem administrar a Paróquia, saber ouvir e vontade de colaborar. O documento apontava a necessidade da obediência à hierarquia da igreja e o compromisso de cada um assumir seu papel: “A Igreja de Cristo é hierárquica. Não anárquica. Se bem entendido, vale o “Nada sem o Bispo”, também é válido na Paróquia o “Nada sem o Pároco” (PPC, 1967, p. 01).

O Bispo D. Wilson, enumera as dificuldades na elaboração e execução do Plano de Pastoral de Conjunto (PPC, 1967, p. 07), a principal quanto ao número de sacerdotes. Por outro lado, destaca o empenho da equipe de padres e religiosos:

Infelizmente não foi possível até hoje “liberar” um coordenador de Pastoral, que só se dedique a isto; que possa se locomover mais facilmente para ajudar as bases na organização de seu trabalho, com vistas a uma mais efetiva Pastoral de Conjunto. No entanto, dentro das limitações impostas pelas circunstâncias, a Diocese tem procurado acompanhar os Encontros promovidos pelo Secretariado Sul 3. Por ora o Vigário Geral vem acumulando o cargo de Coordenador de Pastoral. Não temos deixado de lado aquilo que achado viável em nosso meio.

O Clero diocesano, com raríssimas exceções, participou de cursos de Renovação Sacerdotal, promovidos pelo Sul 3. A divisão da Diocese em quatro setores, com suas reuniões periódicas, tem favorecido, sem dúvida, uma melhora nas relações mútuas entre o Clero. O mesmo se diga dos Encontros promovidos pelas Comunidades Religiosas femininas, de resultados bem positivos, para a preparação de um clima favorável à Pastoral de conjunto. Novo passo a ser dado agora, numa forma prática a ser estudada dentro dos Sectores, será a promoção de reuniões pastorais que congreguem sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos. Para o estudo dos problemas e aplicação de soluções em termos de região, dentro do Plano Diocesano. Temos ido de vagar. Mas partindo de um princípio: primeiro criar a mentalidade necessária à execução do Plano. (PPC, 1967, p. 05).

3.2.1 Aspecto Histórico do Clero na Diocese de Chapecó

Para concretizar a renovação proporcionada pelo Concílio vaticano II, o clero da Diocese de Chapecó, participou de cursos de Renovação Sacerdotal, promovidos pelo Regional Sul 3, assim como de reuniões periódicas regionais, uma vez que a Diocese estava dividida em quatro regionais. Também religiosos e religiosas que atuavam na Diocese participavam de encontros promovidos pelas Congregações para se inteirar do Plano de Pastoral de Conjunto. E, por fim, reuniões pastorais eram promovidas congregando sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos para debater a implantação do Plano de Pastoral na Diocese. A meta do Bispo D. Wilson Laus Schmidt era primeiro criar uma mentalidade necessária à execução do Plano (PPC, 1967, p. 10).

Em relato no Plano de Pastoral de Conjunto de 1967, o Conselho Presbiterial da Diocese aponta para o aumento da população sem o acompanhamento do clero e os desafios impostos pelos Meios de Comunicação da época, “que criam dentro dos lares nova mentalidade, nem sempre são, que colocam os fiéis em contato com outros modos de vida” (PPC, 1967, p. 08), eram desafios da Igreja Diocesana. O Plano propunha a formação de grupos militantes para atuar nas bases.

O documento (Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto 1967, p. 08) considerava a ausência de intelectuais na Diocese e apontava a necessidade da formação de leigos para atuar na igreja. Para Said (1993) os intelectuais são figuras representativas que articulam representações a um público:

Meu argumento é que os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão. E essa vocação é importante na medida em que é reconhecível publicamente e envolve, ao mesmo tempo, compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade. (SAID, 1993, p. 27).

Um Planejamento para promover a “Educação da Fé” foi organizado para ser colocado em prática pelas Comissões Diocesanas da Catequese, liturgia, religiosas, educação, vocações e movimentos de leigos. Para a ação foram promovidas trocas de experiências das ações que já estavam sendo executadas em cada paróquia e aprimoradas (PPC, 1967, p. 08).

Um Conselho de Pastoral foi criado para coordenar a execução do Plano de Pastoral de Conjunto, com a participação de membros de todas as comissões específicas e por elementos vindos de todos os setores da diocese, constituído de sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos. Este conselho deveria permanecer ligado ao Bispo e seu Conselho Presbiteral para porem em prática as atividades previstas no Plano de Pastoral de Conjunto (PPC, 1967, p. 06).

Em 1967, quando do lançamento do Plano de Pastoral de Conjunto, a Diocese contava com 75 sacerdotes para o atendimento de 420 mil católicos; outros 34 religiosos e 317 religiosas (PPC 1967, p. 06). A diocese contava com 31 Paróquias, 13 do clero secular, 18 dirigidas por seis ordens ou congregações religiosas: sendo Franciscanos, Capuchinhos, Jesuítas, Missionários da Sagrada Família, Missionários do Sagrado coração e Combonianos (PPC, 1967, p. 08).

3.2.2 A Implantação das Primeiras Reformas do Concílio Vaticano II na Diocese

Para implantação das Reformas promovidas pelo Concílio Vaticano II na Diocese de Chapecó, até o lançamento do Plano em 1967, alguns passos foram trilhados. Inicialmente surge o Plano de Pastoral de Conjunto, aprovado em abril de 1966, pelos Bispos e Arcebispos da Regional três da CNBB que subsidiou a elaboração do Primeiro Plano de Pastoral da Diocese. A Diocese de Chapecó integrava a Regional Sul-3 da CNBB, que abrangia à época as Dioceses dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (PPC, 1967, p. 10).

O clero diocesano participou inicialmente de cursos de capacitação ao longo dos anos de 1966 e 1967, também o Plano de Pastoral de Conjunto (1967, p. 06) projetava novos cursos em 1968 com temas específicos sobre a Bíblia e Missa. Uma atenção também foi dada aos Seminaristas da Diocese, que passaram a ter contato com a realidade pastoral, através de estágios orientados. Aparece a figura do Apostolado Leigo, com a formação e promoção dos Leigos na realidade eclesial, ações que já vinham ocorrendo de forma tímida e que ganhou um impulso com a criação do Conselho de Pastoral, formado por sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos.

O Primeiro Plano da Diocese foi construído ao longo de 1967, a partir de um estudo da realidade econômica, social, política e religiosa da região que integrava a Diocese. A

elaboração do documento contou com a participação do Conselho Presbiterial e de Pastoral, de representantes religiosos e leigos oriundos de todas as regiões da Diocese. De acordo com o documento, também foram convidadas pessoas com experiência nas linhas consideradas prioridades pela Diocese (PPC, 1967, p. 07-10).

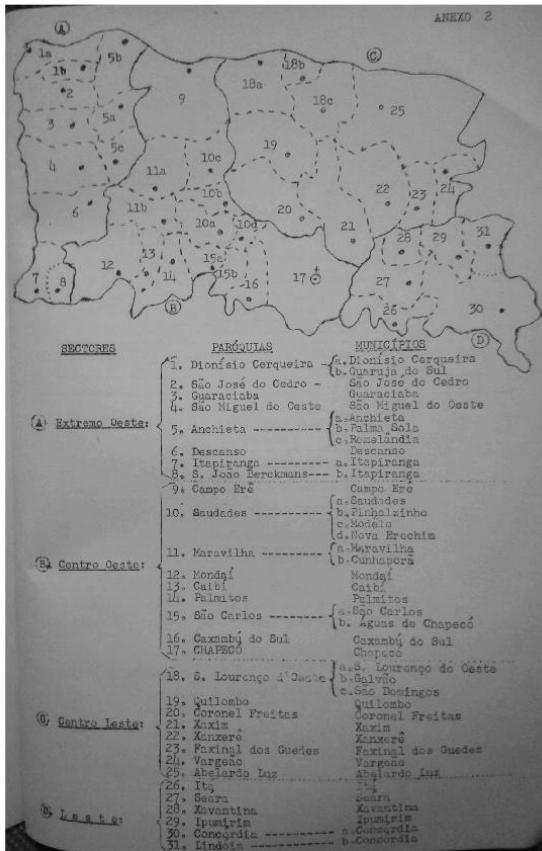
Uma vez lançadas às bases para o Plano de Pastoral em Conjunto, para concretizar as ações, a Diocese de Chapecó foi dividida em quatro setores:

Extremo Oeste: formado paróquias de Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, Guaraciaba, Anchieta, São Miguel do Oeste, Descanso, Itapiranga e São João.

Centro Oeste: Chapecó, Caxambú do Sul, São Carlos, Palmitos, Caibí, Mondai, Maravilha, Saudades e Campo Erê.

Centro Leste: Xaxim, Xanxerê, Coronel Freitas, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Faxinal dos Guedes, Vargeão e Abelardo Luz.

Leste: Concórdia, Ipumirim, Lindoia, Itá, Seara e Xavantina. (Plano de Pastoral de conjunto, 1967, p.09).



Mapa dos setores da Diocese em 1967 (PPC 1967, Anexo 2)

Especificamente, o Conselho Presbiterial tinha a função de ajudar o Bispo, com conselhos e no governo da Diocese. Cada setor da Diocese elegeu dois representantes. Os conselheiros estudavam os problemas da região em conjunto com os vigários, posteriormente apontavam soluções em reunião com Bispo (PPC, 1967, p. 07). A implantação da renovação promovida pelo Concílio, segundo o Bispo Diocesano Dom Wilson Laus Schmidt, na abertura do Plano de Pastoral, levaria em consideração a realidade e limitações da Igreja Diocesana. Em carta anexa ao Plano de Pastoral de Conjunto de 1967, enviada às paróquias, o Bispo ilustra a metodologia da aplicação na Diocese dos novos ares promovidos pelo Concílio:

Nosso Clero, esforçado e sacrificado, tem procurado atualizar seu apostolado, sem deixar se arrastar pelo simples prurido de novidades. Tem buscado aplicar ao Nosso ambiente verdadeiro pensamento renovador do Concílio Vaticano II. Dentro das limitações próprias de nosso meio. (Primeiro Plano de Pastoral, 1967, p. 01).

O Bispo D. Wilson, conforme já destacamos, segundo Bessem (2016) era conservador. Na carta enviada às Paróquias, procura orientar a igreja para agir com cautela às novidades provocadas pelo Concílio Vaticano II, expressas no Decreto *Perfectae Caritatis*, que trata da renovação da vida religiosa, em curso no Regional Sul-3:

Não se pode negar o desejo de uma abertura às necessidades da hora presente. Tanto por parte do Revmo. Clero, que ocorreu pressuroso aos Cursos de Renovação Sacerdotal, promovidos pelo Sul 3, como por parte dos Religiosos e Religiosas que procuram compreender e viver seu verdadeiro papel na Vida da Igreja, buscando fomentar sua renovação sobretudo naquilo que vem claramente expresso no número dois do Decreto “*Perfectae Caritatis*”. (Plano de Pastoral, 1967, p. 01).

O Decreto *Perfectae Caritatis* trata dos Princípios Gerais para a renovação da vida religiosa:

2. A conveniente renovação da vida religiosa compreende não só um contínuo regresso às fontes de toda a vida cristã e a genuína inspiração dos Institutos, mas, também a sua adaptação às novas condições dos tempos. (Santa Sé/Concílio Ecumênico Vaticano II 2018, p. 438).

O Bispo Diocesano D. Wilson Laus Schmidt demonstra no documento enviado às paróquias preocupação com o afã do clero e religiosos em pôr em prática as renovações propostas pelo Concílio. Embora com palavras comedidas, o Bispo pede cautela ao clero, e destaca o papel do Primeiro Plano de Pastoral para orientar o novo momento vivido pela Igreja, à Luz do Concílio Vaticano II:

Mesmo a atitude de centros “apressadinhos e apressadinhas” que têm passado por cima das normas da Igreja e do Concílio, preferindo seguir a própria cabeça, mesmo isso deve ser olhado como desejo de cooperação (mal entendida) em realizar o Plano de Pastoral em que todos estamos empenhados. (Primeiro Plano de Pastoral, 1967, p. 01).

O documento revela o ímpeto do clero, de religiosos e religiosas, em concretizar a renovação da Igreja surgida do Concílio Vaticano II. O Bispo Diocesano D. Wilson Laus Schmidt, no entanto, agia com cautela para implantar as decisões tomadas em Roma.

Para D. Wilson, a realidade própria da Diocese de Chapecó, constituída de uma Diocese nova, criada há cerca de 10 anos, não tinha pretensão de “levar às pressas o curso da história”. Em carta ao clero, anexa ao Plano de Pastoral de Conjunto de 1967, o Bispo D. Wilson, cita o pensamento do Papa Paulo VI, responsável por concluir as sessões do Concílio Vaticano II, para motivar o contínuo trabalho coletivo para implantação das reformas, a qual denomina “vida”. “Os problemas de hoje são gerais e requerem soluções de conjunto”. D. Wilson orienta que, para que o plano fosse estudado com seriedade, a “maneira prática” de aplicar nas paróquias, “aquilo que o Episcopado do Sul 3 decidiu que servisse de base para uma Pastoral de Conjunto” dentro da realidade da diocese. Por outro lado, o Bispo motiva padres, religiosos e leigos a encampar o Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto:

Convocamos todos os membros válidos de nossa Igreja Diocesana – Sacerdotes, Religiosas e Leigos – para que cerrem fileiras e, “como um exército em ordem de batalha”, se lancem todos, - unidos e decididos, a grande empreitada que Cristo nos confiou e que a Igreja espera de nós.

E para que tudo se realize dentro dos planos de Deus e dentro dos ensinamentos da Igreja do Vaticano II, invoco sobre todos os caríssimos diocesanos as melhores e mais copiosas bênçãos divinas. (Plano de Pastoral de Conjunto 1967, p. 01).

O objetivo do Plano de Pastoral de Conjunto, expresso no documento, visava à implantação da “doutrina renovadora” do Concílio Vaticano II, a partir do Plano Nacional e Regional de Pastoral de Conjunto:

Criar meios e condições para que a Igreja Diocesana de Chapecó, unida às demais Igrejas Diocesanas do Brasil, se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II. (Plano de Pastoral de Conjunto, 1967, p. 09).

3. 2. 3 Metas definidas para implantação das Reformas do Concílio Vaticano II na Diocese de Chapecó

Eram seis as metas do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB, destacadas no Plano da Diocese, a serem executadas até 1970, que seriam perseguidos, em nível nacional em cinco anos. Na Diocese, uma vez que o Plano foi lançado em dezembro de 1967, o Plano de Pastoral deveria ser executado em três anos. Eis as metas:

1. Unidade Visível: Renovar e dinamizar a Igreja no seu próprio ministério de comunidade, estreitando sua unidade visível.

2. Ação Missionária: Levar aos homens à primeira adesão pessoal a Cristo, através do anúncio missionário da Palavra e do testemunho de vida evangélica.

3. Ação Catequética: Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, agraves da Palavra e do testemunho de vida evangélica, que iluminam e alimentam.

4. Ação Litúrgica: Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através do culto litúrgico integral e das celebrações da Palavra.

5. Ação Ecumênica: Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através da autêntica ação ecumênica.

6. Inserção no mundo: Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através de sua inserção como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus. (Plano de Pastoral de Conjunto, 1967, p.11).

Na Regional Sul-3, da qual fazia parte a Diocese de Chapecó, os seis objetivos específicos foram reunidos em cinco metas e distribuídos em linhas de ação bienais (PPC,

1967, p. 11). Já na Diocese, os objetivos foram priorizados a partir da urgência e colocados em prática dois de cada vez, bienalmente.

A partir de um estudo feito junto às bases da Diocese, foi definido como prioritário, para o biênio 1967 e 1968, o objetivo Educação da fé. Assim, as linhas definidas pela CNBB, que contemplavam o objetivo principal para o biênio na Diocese, eram Ação Missionária, Ação Catequética e Ação Litúrgica. Ou seja, três objetivos da CNBB seriam trabalhados nos dois primeiros anos do Plano Diocesano de Pastoral de Conjunto. Na Diocese as ações foram embasadas na frase bíblica de Marcos 16:15 “Ide e pregai o meu evangelho a todas as criaturas”, que se trata de uma pedagogia de envio Missionário, a igreja em missão para levar as reformas do Concílio através do Plano de Pastoral de Conjunto. (PPC, 1967, p. 10).

No Plano de Pastoral de Conjunto de 1967, o Conselho de Presbíteros entende que a catequese era um instrumento pedagógico para despertar a comunidade para o novo momento histórico da igreja, para despertar o leigo para o novo momento, para o protagonismo da Nova Igreja do pós Concílio Vaticano II, para o homem se colocar a serviço:

Deus quer salvar os homens pelos homens, Na catequese temos de realizar o papel de Ananias. Tirar escamas de olhos anuviados. Para entrar mais luz que, iluminando, afasta as trevas e produz movimento. Todo convertido tem uma missão a cumprir a serviço do Reino de Deus Por isso mesmo deve inserir-se como membro vivo duma sociedade viva. Ser missionário. Primeiro dentro do seu meio. Tornar Cristo presente no mundo. Através de um testemunho de vida. Isto, sobretudo. Que seus atos não desmintam suas palavras. Viver uma vocação. Cristã e específica. (PPC, 1967, p. 11).

O Plano de Pastoral de Conjunto de 1967 levado para ser trabalhado junto às comunidades de cada paróquia, destacava a ideia de unidade: “Igreja somos todos nós. Unidos. Em comunhão com Cristo, com o Papa, com o Bispo, com nossos irmãos. Nosso irmão precisa de nós. E nós dele” (PPC, 1967, p. 11):

Comunidade são os indivíduos relacionados em um grupo de referência que promove a autonomia de cada membro e solicita a participação de todos em função do bem comum. A comunidade isolada em sua identidade e definida em oposição ao mundo configura o que pode ser denominado comunitarismo. Também nessa configuração desaparece o sujeito em nome de uma lei maior que impõe suas regras seguras sobre cada membro. Essas noções estão presentes nas reflexões sobre os processos de emergência e, sobretudo, de crise do sujeito dentro e fora da Igreja. (PASSOS, 2014, p. 14).

No Plano de Pastoral de Conjunto de 1967, o Conselho de Presbíteros deveria aprofundar o que seria a pedagogia a ser empregada na homilia durante as celebrações nas comunidades de cada paróquia, visando despertar o espírito voluntário e missionário dos fiéis católicos da região oeste catarinense na igreja pós Concílio:

A liturgia, pela qual, principalmente no divino Sacrifício da Eucaristia, se exerce a obra de nossa Redenção, contribui do modo mais excelente para que os fiéis expressem em suas vidas e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a genuína natureza da verdadeira Igreja. (PPC, 1969, p. 12).

Assim, a Liturgia seria uma ferramenta de Educação da Fé, onde se viveria na prática os ensinamentos da catequese, para promover a renovação de vida, de atitudes (PPC 1967, p. 12): “Que tire consequências lógicas de comunidade orante e a partir daí se torne comunidade operante”. A nova liturgia proposta no Plano de Pastoral de Conjunto (1967, p. 12) seria uma ferramenta para combater a alienação e provocar a atitude de um ser humano consciente na atitude, “não deixar alienadas entre si, oração e ação”.

As vocações sacerdotais seriam outra prioridade da Diocese. Com a liderança de D. Wilson Laus Schmidt, a Pastoral Vocacional ganhou uma atenção especial. O Bispo tinha um longo currículo nas atividades vocacionais. Segundo Besen (2016, p. 01) D. Wilson por diversas vezes esteve à frente de Seminários e na animação vocacional, ainda como Padre Wilson².

O sacerdote tinha zelo especial na missão vocacional. Besen retrata o trabalho de Padre Wilson à frente do Seminário de São Ludgero, que nos ajuda a compreender a atenção especial as vocações no Plano de Pastoral da Diocese de Chapecó em 1967-1968:

Ali o trabalho deixou-o exausto, pois contava para todos os trabalhos apenas com o Pe. Amílcar Gabriel e o pároco Pe. José Kunz. E eram 85 seminaristas! Ciente de seus deveres, maltratava-se pela responsabilidade administrativa, direção espiritual, magistério e auxílio paroquial. Tudo isso levou Padre Wilson a um estado de grande desgaste, ficando constantemente adoentado. (BESEN, 2016, p.01).

² Desde o ano de 1941 Padre Wilson atuava como dirigente e professor em seminários. O início das atividades foi em 1941 no Seminário Menor de Azambuja assumindo como professor e Prefeito de Estudos. Em 1943 foi nomeado vice-reitor do Seminário de Azambuja e em 1947 Pe. Wilson foi nomeado Reitor do Seminário Mínimo (Preparatório) de São Ludgero.

O Plano de Pastoral de Conjunto contemplava a preocupação com as vocações sacerdotais, mantendo as ações do Apostolado vocacional criado em 1964. Em 1967, ganhava impulso com as criações da Comissão Diocesana de Vocações que vai atuar com a Comissão Diocesana de Catequese na promoção do objetivo Educação da Fé, considerada básica para a opção vocacional. As ações voltavam-se a despertar na comunidade junto às Paróquias, a colaboração no “cultivo” das vocações sacerdotais e religiosas. Encontros foram realizados pela equipe da Comissão Diocesana de Vocações pelas Paróquias com o objetivo unicamente de despertar vocações sacerdotais e religiosas. Até então era competência da Comissão a responsabilidade por todas as vocações, inclusive a pedagogia do catecismo, devido à ausência de leigos capacitados para o exercício da atividade. Para o ano de 1968, o Conselho projetava reuniões semanais de aprofundamento da Pastoral Vocacional, com sub-comissões para a organização e assistência em seis regionais onde eram aproveitadas as reuniões setoriais do clero, em colaboração com a Conselho Diocesano de Catequese. Visitas de religiosos às paróquias eram promovidas constantemente para acompanhar e fundar equipes nas capelas (comunidades) e também motivar o trabalho da equipe da Paróquia. Auxílio no planejamento das atividades, nos encontros setoriais, e capacitação e reflexão sobre a Pastoral Vocacional. Organização das “Capelinhas”, com intenção vocacional, e planejamento do Programa Radiofônico “Ideal mais Alto”, junto às emissoras instaladas na região, a criação do boletim vocacional com informações e reflexão sobre a pastoral, articulação junto aos jornais da região para difusão da “Ideia Vocacional” (PPC 1967, p. 15).

Entre os desafios da Comissão Diocesana de Vocações, estava a dimensão cultural da região, também o impacto das línguas alemã e italiana. É o caso de um encontro no município de São João em 15 de março de 1968, onde em nota no Livro Tombo, era relatada a resistência do Padre em celebrar em Português. A Paróquia seguia ainda naquela data a liturgia tradicional, as missas rezadas em alemão, assim como as funções da paróquia. Diz a nota (Livro Tombo, 1968 p. 11) “a juventude quer falar em português inclusive nas funções, mas um dos padres não quer deixar”.

Durante o bispado de D. Wilson não houve preocupações com a problemática social emergente na Diocese (índios, pobres, marginalizados), a não ser em termos de assistencialismo (GOMES, 1998, p.40). Com problemas de saúde, o Bispo D. Wilson Laus Schmidt sentiu dificuldades em aplicar as decisões do Concílio Vaticano II e, em 21 de janeiro, enviou a Roma sua carta de renúncia. O Bispo faleceu em Florianópolis em 1982.

Seus restos mortais estão junto à Cripta da Catedral Santo Antonio (JORNAL DIOCESANO, 2018, p. 03).

3.3 D. JOSÉ GOMES ASSUME DIOCESE DE CHAPECÓ

Como dito antes, a chegada do Bispo Dom José Gomes à Diocese de Chapecó deu início a uma nova fase na vida da Igreja do Oeste, sob a luz de dois importantes marcos na vida da Igreja Católica Romana, o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, que norteiam profundas mudanças da vida do clero e das comunidades:

Com a vinda de Dom José Gomes, em 1968, iniciava-se uma nova fase em nossa Diocese. Dom José havia participado do Concílio Vaticano II e sua chegada a Chapecó coincidiu também com a segunda Conferência Episcopal Latino-Americana (do CELAM), que firmou três marcos fundamentais: opção pelos pobres, a teologia da libertação, e as comunidades eclesiais de base. (BALBINOT; MEOTI, (2018, p. 106).

Imagem arquivo – Mitra Diocesana

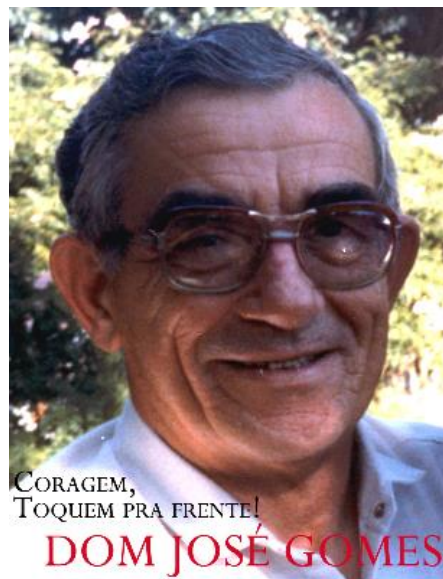


Imagem D. José Gomes e a frase que marcou sua trajetória.

Dom José Gomes assumiu a Diocese de Chapecó em meio a um contexto social de empobrecimento da população, e o êxodo rural em franca expansão. Segundo Sader (1991, p. 27-28) os altos índices da inflação ultrapassavam os 100% em 1964, a concentração da renda se acentua “os 5% mais ricos passaram de uma participação no total da renda nacional, em 1960, de 28,3% para 39,8% em 1972. No outro extremo da pirâmide, os 50% mais pobres, de 17,4% do rendimento total em 1960, baixaram para 11,3% no mesmo período”. Essa conjuntura trouxe desafios para os movimentos sociais e populares em todo o Brasil, com reflexos no oeste catarinense. Aos grupos militantes da Igreja católica, nos anos de 1960 e 1970, os surgimentos das CEBs passaram a ser uma base para os movimentos sociais de esquerda, que visavam, assim, conseguir atendimento para suas reivindicações.

A Diocese de Chapecó, entre 1968 e 1975, vai viver um momento de transição. Essa fase é descrita pelos padres Adair Tedesco e Ivo Oro, no documento denominado Novos Passos da Igreja Diocesana, enviado como ferramenta de formação às lideranças comunitárias. O documento produzido em 1990 visava a uma reflexão sobre o momento vivido pela igreja, por ocasião da revisão e fortalecimento dos Conselhos de Pastorais. A revisão passava por uma reflexão dos modelos de igreja. Tedesco e Oro (1990, p. 03) resgatavam a igreja dos anos de 1960 e 1970, para projetar a modernização dos Conselhos de Pastorais:

É certo que, antes de 1968, o modelo de Igreja era hierárquica, piramidal, tridentino, vindo da romanização da Igreja acontecida no século XIX. É bem evidente também que o modelo de igreja que prevalece no período de 1968/1975 foi o de uma Igreja Moderna, de fachada atraente, embora no fundo ainda hierarquizada, centralizada. (TEDESCO; ORO 1990, p. 03).

A preocupação era com a dependência de muitas paróquias em relação ao Bispo e o secretariado diocesano, com o centralismo do padre, com a resistência a um engajamento do leigo, da mulher, mesmo depois do fortalecimento da CEBs em 1975 “da igreja-rede-de-comunidades nos moldes que se propõem a Teologia da Libertação e a eclesiologia das CEBs” (TEDESCO; ORO, 1990, p. 03)

No documento “Novos Passos”, os sacerdotes resgatam a história da igreja nos séculos XIX e XX a qual comparam com um período de inverno:

Depois de um longo inverno do século XIX e primeiras décadas do século XX, em que a igreja se fechou dentro de casa, posicionando-se na defensiva frente aos problemas do mundo moderno (o liberalismo e o Modernismo), despontou, na década de 60, a primavera do Concílio Vaticano II. A Igreja abriu as janelas de sua casa e começou a olhar para fora, para o mundo, reintegrando-se na caminhada da história, resgatando a noção primordial do povo de Deus, reencontrando sua característica sacramental, redescobrimdo a realidade da Igreja Particular (unidade na diversidade), enfim, tomando consciência de sua missão, voltada ao mundo e não para si mesma. (TEDESCO; ORO 1990, p. 01).

O documento exalta as decisões do Concílio Vaticano II tal como um pentecostes, comparação utilizada pelos sacerdotes para destacar o surgimento de ministérios, pastorais, a missão dos leigos. Tedesco e Oro (1990, p.01) também destacam a dimensão da Conferência de Medellín, na Colômbia, que releu o Concílio Vaticano II à luz da realidade latino-americana. Todo cenário descortinado a partir do Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín não foi posto em prática imediatamente. De acordo com os Padres Tedesco e Oro, “foi somente a partir de 1968, com a chegada do terceiro Bispo Diocesano, que se iniciou na Diocese um processo de renovação”. O documento, *Novos Passos na Igreja Diocesana*, enviado às comunidades, com o objetivo de orientar os leigos, define o período de 1968 e 1975 como um tempo de transição:

Num primeiro momento de 1968 a 1975, a Diocese caminhou com um programa intenso de conscientização de seus quadros dirigentes, principalmente padres e irmãs, impulsionada pelo Regional Sul IV, recém fundado. A metodologia usada era a da Criatividade Comunitária, de cunho claramente diretivo, funcionalista e desenvolvimentista. O objetivo era desencantar o clero e os (as) religiosos (as), colocando-os numa nova dinâmica de liderança. Foi uma etapa de transição que mudou exteriormente o rosto da Igreja, mantendo-a no entanto inalterada nos seus quadros. Era um modelo mais moderno de Igreja, com liturgia em vernáculo, muitos cursos, secularização, abertura para o mundo, etc. O povo até gostou e aplaudiu. O sistema continuava inalterado, centralizado, sem que mexesse ainda na raiz dos problemas.

Foi conquista desse período a aplicação de técnicas de Dinâmica de Grupo, incentivando a criatividade nos cursos e encontros. (TEDESCO; ORO 1990, p. 01).

O Plano de Pastoral de Conjunto de 1967-1968, o primeiro da Diocese norteou os primeiros passos da Igreja do Oeste, e foi construído a partir do Plano enviado pela CNBB, que naquele momento da história era liderado por Bispos adeptos da Teologia da Libertação, que enfrentavam de frente a Ditadura no Brasil. O Plano também recebeu ideias e os ideais do clero diocesano, que eram vistos por D. Wilson como rebeldes, ou seja, estavam em sintonia

com as mudanças que fervilhavam na Igreja Latino-americana, na igreja brasileira, e que motivaram na decisão de D. José Gomes a assumir a Diocese do Oeste de Santa Catarina.

O primeiro Plano Diocesano fundamentou os primeiros passos da Igreja Diocesana de Chapecó e foi posto em prática por D. José. Mais que isso, O Plano de Pastoral de Conjunto 1967-1968 vai embasar os demais Planos de Pastoral da Diocese.

3.3.1 Segundo Plano de Pastoral de Conjunto

Em 1969, durante encontro regional em Lages - SC, os bispos optaram pelo desmembramento do Regional Sul - 3 da CNBB. As dioceses do Rio Grande do Sul permaneceram no Regional Sul - 3 com Sede em Porto Alegre, e as Dioceses de Santa Catarina formaram o Regional Sul - 4 da CNBB com sede em Florianópolis, onde foi instalado em 02 de janeiro de 1970. (Cfr. Renovação, n 31, março de 1970). O Arcebispo de Florianópolis, Dom Afonso Niehues, é eleito o primeiro presidente. Com a criação da Regional Sul - 4, a realidade catarinense é debatida com maior entusiasmo e a renovação da Igreja intensificada, segundo relata o histórico da Regional no site da entidade:

Durante a Assembleia da CNBB Regional Sul 3 (Rio Grande do Sul / Santa Catarina), realizada em Lages, entre 16 e 23 de novembro, são dados os primeiros passos práticos para a criação do novo Regional. O processo é rápido. Já no primeiro dia útil do ano seguinte, acontece a instalação da CNBB Regional Sul 4. Dom Afonso é eleito presidente, o que se repete sucessivamente até 1986. A primeira sede do Regional é um prédio cedido pela Arquidiocese, no centro de Florianópolis (Praça Getúlio Vargas).

Os anos '70

Os anos seguintes são de organização e fortalecimento das Dioceses, Pastorais, Organismos e Serviços como um Regional. Um trabalho mais voltado para dentro da própria organização. Um retrato histórico desse período de florescimento foi escrito pelo padre Élcio Ribeiro, uma narrativa datada do ano de 1986.

Instalada a CNBB Regional Sul 4, nos seus primeiros anos, aprofundam-se o entusiasmo febril de renovação do clero e dos seminários, surgem movimentos eclesiais envolvendo gente de classe média, tipo Cursilhos de Cristandade e Movimento de Juventude, impulsiona-se a renovação da liturgia e a catequese, multiplicam-se as Assembleias Regionais de Pastoral.

As seis primeiras assembleias da CNBB Regional Sul 4 foram um olhar 'ad intra', num tempo de forte colegialidade e unidade dos bispos, com estudos e

planejamentos uniformizados da Igreja olhando para si e, por vezes, também o 'mundo', não tanto para transformá-lo, mas conhecê-lo. (CNBB Sul4.org.br, 2019).

Em 1970, foi construído o Segundo Plano Diocesano de Pastoral, visando ampliar as linhas de trabalho a partir do Primeiro Plano. A elaboração teve fases; a primeira pré-elaborada pela equipe do secretariado diocesano, submetida ao Conselho de Presbíteros, Comissões Diocesanas e representantes de diversas subcomissões dos setores de pastoral. Na sequência, o Plano recebeu sugestões e emendas das paróquias. O Segundo Plano de Pastoral 1970 ressaltava a experiência da caminhada pós Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín: “Amparados pela experiência, temos maior consciência do que se apresenta como mais necessário”. O Segundo Plano visava dar unidade às forças “vivas” da Igreja, envolvendo o bispo, sacerdotes, diáconos, religiosos e leigos atuantes, nas equipes paroquiais ou associações religiosas (2º PPC, 1970, p. 01).

Uma série de visitas foram feitas pela Equipe Diocesana de Pastoral, formada pelo Clero e Religiosos à frente da Diocese, para diagnosticar a realidade das paróquias e o contexto social. Segundo relatos encontrados no livro Tombo da Diocese (1970, p. 15-19), a constatação da equipe foi de uma região eminentemente agrícola, sendo apenas 15% da população vivendo no perímetro urbano. Todavia, de acordo com os relatos da Equipe Diocesana, as cidades, exceto Chapecó, “não passam de vilarejos”. As famílias eram modelo patriarcal, religiosamente tradicional, culturalmente pobre, predomínio do analfabetismo entre jovens e adultos, afetivamente fria, sem demonstração de afeto nem diálogo entre pais e filhos. Uma sociedade conformada e fatalista: “Deus quis a seca, a tormenta, a doença”. Antes de ir ao médico as pessoas querem a cura pela benção do padre ou do Bispo. As famílias, segundo os relatos, faziam viagens longas para pedir a benção do Bispo. Outra realidade diagnosticada nas missões da Equipe Diocesana pela região de abrangência da Diocese, entre os anos de 1967 e 1968, que embasaram o Plano Diocesano de 1970, eram os casamentos de jovens sem “preparação”, famílias em crise já com o impacto dos meios de comunicação. Estudantes que voltam das cidades com ideias “revolucionárias” e irreverentes, cabeludos, mini-saias, que causavam escândalos no ambiente da colônia (2º PPC, 1970, p. 02).

Em resumo, D. José assumiu uma Diocese marcada por uma realidade rural, essencialmente formada por agricultores familiares, caboclos expropriados e indígenas na busca da demarcação de terras. Diante do contexto, o bispo teve entre as primeiras ações motivar padres e o povo para, “assumirem uma grande renovação” (Kunzler, 2002, p. 48).

3.3.2 A inserção do leigo na vida da igreja

O Segundo Plano de Pastoral foi constituído à luz da doutrina Pastoral do Concílio Vaticano II, com a preocupação de incluir os leigos nas pastorais, propondo formação de lideranças. Em pleno período da ditadura militar, o Plano se embasa nas decisões do Concílio Vaticano II, no *Lumen Gencium* e norteia a ação do Clero. O sacerdote deveria encarnar-se no mundo real com maior audácia que em outros tempos, de que não podia ficar alheio aos problemas sociais, ao sentido democrático, a mentalidade pluralista, dos homens que viviam ao seu redor (2º PPC 1970, p. 1-2).

Havia a preocupação com a disseminação da informação junto às paróquias, com a determinação de assinatura de informativos da época que chegavam à Diocese, entre os quais SEDOC, Renovação, Grande Sinal e Convergência. Também os estudos em cada comunidade (até então eram denominadas capela) e posteriormente em grupos, e ainda dos documentos de Medellín e do Concílio que tratavam da missão dos religiosos e leigos. Posteriormente, as Paróquias deveriam enviar à Comissão Diocesana, as experiências realizadas, estudos, encontros com as comunidades (2º PPC 1970, p. 03).

O novo Plano Diocesano de Pastoral (1970, p. 03) sob o comando de D. José Gomes, também definia uma programação para discussão dos novos ares na Diocese. Uma série de encontros foram programados junto às paróquias, com coordenadores de comunidades e religiosos para discutir as mudanças provocadas pelo Concílio Vaticano II e Conferência de Medellín. Era desejo de D. José que as comunidades e o clero paroquial estivessem ciente dos novos ares da igreja. Os encontros contavam com dias de estudo, tardes de formação e troca de experiências. Posteriormente, foram feitas discussões com o agrupamento de comunidades de dois, três ou quatro municípios para discutir os temas.

Em alguns dos encontros, segundo anotações nas agendas de D. José Gomes, o próprio Bispo se fez presente. Entre as atividades que contaram com a presença de D. José, reuniu sete comunidades de Chapecó e Itaberaba no segundo domingo de junho, em 15/06/1969; outro encontro realizado em 22 de junho de 1969, reuniu nove comunidades de Concórdia, Lindóia, Ipumirim, Presidente Kenedy, Itá e Seara; o Bispo também participou de encontro realizado em 15 de junho de 1969 com lideranças de cinco comunidades de Quilombo, São Lourenço e Coronel Freitas. E um quarto momento, no último sábado de junho, em

28/06/1969, no qual foram reunidas lideranças de cinco comunidades: Xanxerê, Faxinal dos Guedes, Xaxim e Lajeado Grande (PPC 1970, p. 03). O próprio Bispo D. José motivou as lideranças e clero a participar do novo momento da Igreja, voltada aos pobres, aos excluídos, marginalizados.

3.3.2.1 Vocações

O Segundo Plano Diocesano também tratou da vocação, com ênfase no trabalho da Comissão Diocesana de Vocações junto aos leigos. As zeladoras de capelinhas foram chamadas para trabalhar na educação da fé e na mentalização vocacional, em trabalhos junto as famílias (2º PPC 1970, p. 04-05). As zeladoras de capelinhas, segundo Santos (2014, p.18), “em geral eram pessoas bastante ligadas à igreja e atividades paroquiais”. A essas pessoas cabia a função de acompanhar a peregrinação da capelinha, “cabem também às zeladoras funções como informar a coordenadora sobre as necessidades espirituais, e está informará ao pároco sobre essas necessidades” (SANTOS, 2014, p. 18). Assim, o Plano construído pelo clero sob a coordenação de D. José Gomes também estabelecia um maior protagonismo das zeladoras de capelinhas, um trabalho pedagógico de fortalecimento espiritual da fé e no despertar de vocações sacerdotais e mesmo de lideranças para a Igreja. O Plano ilustra ainda o termo mentalização vocacional, que era muito utilizado por D. José Gomes. De acordo com suas anotações, a mentalização significava a pessoas estarem conscientes, preparadas.

3.3.2.2 Catequese

O Segundo Plano de Pastoral também contemplou atenção à catequese. O plano tratava de projetos específicos para formar coordenadores de pastoral de evangelização e catequese nas paróquias. Cursos preparatórios eram feitos durante 3 dias ou mais sobre pastoral de iniciação eucarística para os responsáveis paroquiais e formação de líderes para trabalhar junto aos jovens. Também foram promovidos encontros periódicos para formar professores de religião e orientação catequética para professores. Para as lideranças das

comunidades, denominadas de “base”, o plano dentro do tema catequese determinou a criação de Equipes Paroquiais, com reuniões periódicas e com a presença do vigário (no caso pároco responsável na Paróquia).

O segundo Plano pensava a catequese também como um embrião da Comunidade Eclesial de Base, por meio da qual se buscava uma primeira experiência a partir da orientação da Equipe Diocesana, com a realização de cultos dominicais sem a presença do padre; aparece a figura do ministro extraordinário, com a dinamização da celebração e o encontro de toda a comunidade, através de palestras e debates, com o envolvimento de adultos, jovens e infância, que culminará com a liturgia da palavra e distribuição da eucaristia.

A catequese a partir do segundo plano de pastoral, sob a gestão de D. José Gomes, era uma ferramenta para formar lideranças comprometidas na comunidade, precursoras da CEBs. A catequese está presente na vida das famílias, e isso aproxima a igreja da comunidade e, segundo Boff, a igreja se faz povo e constitui as Comunidades Eclesiais de Base:

Na medida em que a igreja se abre ao povo, ela se faz mais e mais Povo de Deus; na medida em que o povo especialmente dos pobres e oprimidos de nossa sociedade se reúnem em nome de Cristo e na escuta de sua Palavra de Salvação e libertação, eles constituem concretamente, no nível da história, a Igreja de Jesus Cristo.

As comunidades eclesiais de base significam uma bênção de Deus para nossa história e constituem a resposta que a fé eclesial dá aos desafios do povo oprimido e crente. (BOFF, 1982, p. 197-198).

Frei Betto (1981, p. 07) em seu livro “O que é Comunidade Eclesial de Base” definiu-a como pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), organização essa realizada por iniciativa de leigos, padres ou bispos.

Também foram promovidos encontros com professores primários e do ensino médio com palestras e cursos intensivos. A partir da catequese foram criados os Círculos Bíblicos como ferramenta para catequizar os adultos e a formação dos pais e padrinhos por ocasião dos batizados, primeira eucaristia e Crisma. Os círculos Bíblicos eram “comunidades que se reuniam para discutir o Evangelho ou participar das celebrações (WESTPHAL, 2008, p. 135).

Ainda a formação de movimentos de jovens com a criação de movimentos juvenis junto às comunidades, mas também orientação para alunos das Escolas Normais. O Plano

Diocesano tinha como proposta, a promoção de encontros periódicos de jovens nas paróquias para formar os grupos específicos. Uma programação de encontros regionais pré-definida pelo Plano Diocesano foi realizada entre os anos de 1969 e 1970, junto as pastorais a partir do tema catequese (2º PPC, 1970, p. 06-08).

Dom José Gomes dedicou especial atenção a catequese na Diocese de Chapecó, constituindo a como ferramenta para implantação das CEBs. Para Irmã Leni Lopes, o Bispo renovou a catequese da Diocese:

Dom José Gomes (1968-1999) impulsionou a Diocese com a renovação conciliar, fortalecendo as Comunidades Eclesiais de Base e a organização das pastorais e lideranças. A partir de 1969, foi realizado um intenso trabalho catequético, com formação de catequistas e elaboração de manuais próprios de catequese, não mais os das paulinas. (LOPES, 2018, p.118).

3.3.2.3 Pastoral da Saúde

O Plano Diocesano de Pastoral ao definir a criação da Pastoral da Saúde, com uma atenção especial aos doentes e visitas hospitalares, a nova visão de ação sob o comando de D. José Gomes. O documento define uma ação pastoral hospitalar voltada à conscientização, considera que diante o pouco estudo sobre sociologia religiosa hospitalar a época, seria necessário muito para despertar, planejar e coordenar a organização da pastoral. O documento aponta a “incompetência dos administradores hospitalares voltados ao interesse do lucro, um hospital empresa, falta de diálogo, injustiça praticada com os trabalhadores em saúde com o desrespeito às leis trabalhistas” (2º PPC 1970, p.09). O Plano define ações para capacitação, orientação e assessoria às equipes hospitalares na Diocese, além de visitas periódicas pela Equipe Diocesana às áreas de saúde (2º PPC 1970, p.10).

3.3.2.4 Liturgia

Sob o comando de D. José Gomes, a linha Litúrgica a partir de 1970 esteve voltada à conceituação e fundamentação teológica e análise da realidade. A celebração tem uma atenção

especial do Segundo Plano Diocesano de Pastoral, sob a luz do Concílio Vaticano II e Conferência de Medellín. O documento coloca a liturgia como uma ação da comunidade. A visão de D. José Gomes é de que ação comunitária implica em participação comunitária e em vivência real. O Plano Diocesano de Pastoral resgata a Conferência de Medellín para reforçar o espírito comunitário na liturgia:

Sendo a Sagrada Liturgia a presença do Ministério da Salvação. Visa em primeiro lugar a glória do Pai. Mas essa mesma glória comunica-se aos homens e por isso a celebração litúrgica mediante o conjunto de sinais com que expressa a fé apresenta:

- Um conhecimento e uma vivência mais profunda da fé.
- Um fortalecimento do espírito de comunidade.
- Uma mensagem cristã de alegria e esperança.

(Segundo Plano de Pastoral, 1970, p.11)

A liturgia das celebrações, a partir do Segundo Plano Diocesano de Pastoral (1970, p. 11-13), se torna uma ferramenta de conscientização da população. O trabalho foi feito lentamente, com o convencimento e adesão da comunidade na celebração eucarística. Os meios empregados foram sermões, palestras, comentários, folhetos e com partes móveis, fichas, ensaios, novos cantos.

A realidade até então, segundo relatos anexo ao Plano de Pastoral de 1970 (p. 12), a partir das visitas realizadas pela Equipe Diocesana, dava conta da falta de pessoas qualificadas para auxiliar nas celebrações, despreparo para leitura, feita com pouca clareza, sem entusiasmo, fora da realidade. O processo da nova liturgia enfrentou dificuldades, materiais e culturais. A precariedade das igrejas na diocese não favorecia a celebração comunitária, a ausência de altofalantes (serviço de som), a falta de pessoal capacitado para auxiliar nas celebrações, a pouca aceitação da renovação por parte de setores da comunidade.

Diante da situação constatada, a Comissão Diocesana deu início a uma série de atividades, a partir de cursos de liturgia nas paróquias, formação e reestruturação de equipes paroquiais de liturgia; fornecimento de material litúrgico atualizado para as comunidades; adaptação da liturgia nos diversos ambientes, no caso o culto dominical sem padre, com os ministros; incentivo à preparação dos Sacramentos e à celebração comunitária dos mesmos; a capacitação de equipes de cantos, celebrante, coral, povo; foram elaborados subsídios para as celebrações. Também foram elaborados projetos para construção e remodelação dos templos (2º Plano de Pastoral, 1970, p. 12).

O trabalho feito nas comunidades, partiu da formação, capacitação de equipes liturgia com a participação de padres em cada paróquia, religiosos mas também da comunidade com jovens e adultos. O trabalho consistia em preparar comentaristas, leitores, cantores e também de auxiliares para as celebrações. Assim, equipes foram formadas nas capelas para atender especificamente a parte litúrgica, devido à importância dessa ferramenta para a conscientização da comunidade. Os cantos gradativamente envolviam toda a comunidade, o objetivo era promover um diálogo cantado entre o povo e o coral, a equipe de cantos do culto (2º Plano de Pastoral, 1970, p. 12).

Reuniões mensais eram realizadas pela Comissão Diocesana, com avaliações e planejamento das ações junto às paróquias, para garantir avanços e concretização do Plano Diocesano. Reuniões também eram realizadas periodicamente em nível setorial, para avaliação dos trabalhos realizados e planejamentos das próximas atividades. Uma das preocupações era estudar os documentos referentes à liturgia e estar em dia com as reformas (2º Plano de Pastoral, 1970, p. 12-13).

De acordo com Balbinot e Meoti (2018) a caminhada de renovação litúrgica na Diocese foi gradativa, a partir dos terços, e posteriormente celebrações de cultos nas comunidades:

É dentro desse contexto que a Diocese vai dando novos passos na organização pastoral e litúrgica. Dom José, de forma ainda muito cautelosa, propõe, numa reunião com os padres, que fosse lido um trecho do evangelho por ocasião da reza do terço da comunidade. Numa fase posterior iniciava-se em algumas comunidades da Paróquia da Catedral uma experiência de realizar uma celebração mais ampla. (BALBINOT; MEOTTI, 2018, p. 106).

Já em 1970, Dom José vai conferir os primeiros mandatos de ministros leigos extraordinários da Eucaristia da Diocese. Foram dois ministros da comunidade de Itaberaba, Luquino Baldo e Vitorino Santim (Balbinot; Meotti, 2018, p. 108):

Em 25 de maio de 1967, a Instrução *Eucharisticum Mysterium* acrescentou um novo elemento à celebração da Palavra de Deus, ao abrir caminho à administração da comunhão eucarística por um ministro leigo, ao afirmar que “quando se distribui a comunhão fora da missa, em horas previamente determinadas, pode fazer-se preceder, se julgar oportuno, de uma celebração da Palavra de Deus, segundo as

normas da Instrução *Inter Oecumenice*.” (N. 33). Com isso, a Instrução acrescenta o elemento da distribuição da comunhão eucarística na celebração da Palavra de Deus.

Em 30 de abril de 1969, o Papa Paulo VI publicou a instrução *Fidei Custos*, que facultava aos leigos serem ministros extraordinários da comunhão. (BALBINOT; MEOTTI, 2018, p. 107).

Dom José teria se embasado nesses documentos para iniciar o processo de preparação dos ministros extraordinários da Eucaristia leigos. O Bispo incentivou o Padre Romualdo Zimmer, pároco da Catedral, a iniciar a preparação para os futuros ministros da comunhão eucarística (BALBINOT; MEOTTI, 2018).

3.3.2.5 Pastoral da família

A partir do Segundo Plano de Pastoral (1970, p. 15), a igreja liderada por D. José Gomes aprofundou um trabalho de conscientização, educação, formação e organização política e social junto às famílias. As ações, segundo o Plano, estavam embasadas nas propostas da Conferência de Medellín para uma Pastoral Familiar. A ideia de comunidade parte da família, o Plano envolvia formação espiritual, física, sociológica, econômica, jurídica. A meta era fazer da família uma comunidade de fé e ação evangelizadora. E, por fim, conduzir a família a uma abertura para as outras famílias, fomentar o espírito comunitário. A partir da estrutura da célula familiar, multiplicar para a comunidade onde a família estava inserida.

3.3.2.6 A Educação

A partir do pensamento do Papa Paulo VI, a Comissão Diocesana colocou em prática a Linha da Educação do Plano Diocesano de Pastoral (1970, p. 15-17). O entendimento era de que a educação em qualquer situação tem por finalidade essencial preparar o homem para o exercício da responsabilidade e, na igreja liderada por D. José Gomes, a responsabilidade em sua plenitude. No Documento Base de 1968, a educação como fator de desenvolvimento deveria voltar-se para uma formação mais humana:

Sua humanização deve orientar-se para a formação integral do homem na sua capacidade intelectual, nas suas aptidões manuais e técnicas e nas suas faculdades espirituais, sem perder de vista a vocação comunitária do educando. (Segundo Plano de Pastoral apud Documento Base Concílio vaticano II, 1969, p.15).

A educação era uma ferramenta para trabalhar as atitudes de responsabilidade, de iniciativa, de interesse e de sociabilidade, bem como a capacidade de participação e, como complemento a assimilação de conhecimentos. Na visão da Igreja Diocesana, a educação esteve voltada à comunidade. Embasado nas Conclusões do VI Congresso da Associação Educacional Católica, a educação para se ter êxito não deve ser medida tanto pelo rendimento acadêmico, mas sim pela mudança de mentalidade e aquisição de novas atitudes, ou seja, uma educação libertadora, que provocasse mudanças, contribuísse para a conscientização do indivíduo. Nesse sentido, a educação seria uma comunidade aberta para a participação da localidade, integrada ao ambiente, capaz de provocar no aluno um traço profundo de preocupação social (2º PPC, 1970, p. 16).

No Segundo Plano de Pastoral, a família foi encarada como primeira educadora, assim uma ação foi desenvolvida para a tomada de consciência de deveres e direitos na participação das atividades e tomadas de decisões na escola. Junto ao magistério, a partir do Documento *Gravissimum Educationis*, foi traçado um trabalho com os professores das escolas cristãs, na época Bom Pastoral e Marista São Francisco, com reflexo nas demais para organizar a escola como fator de expansão, coordenando os outros meios de educação, incluindo os meios de comunicação social, na época, a Rádio Chapecó (2º PPC, 1970, p. 16).

O Magistério foi motivado a orientar muitos de seus esforços na formação de líderes conscientes e atuantes. A meta era tornar esses líderes capazes de influenciar nas classes dirigentes para a promoção “da justiça e da verdade, a transformação da sociedade” (2º PPC, 1970, p.16).

O educando, a partir do Novo Plano Diocesano, de 1970, era sujeito capaz de alcançar o auto-aperfeiçoamento. A partir daí proporcionar a esse sujeito o acesso a informações para aceitação fraterna de qualquer pessoa tal como ela é, com respeito e dignidade. E por outro lado, que esse aluno, a partir desse auto conhecimento, combatesse o egoísmo, individualismo, conformismo e o comodismo. O estudante era trabalhado para ser “um autêntico cristão e autêntico fermento da união no seu meio responsável por atividades em benefício da comunidade”. (Segundo Plano de Pastoral Diocesano, 1970, p.16).

Para concretizar as ações e metas do Plano, uma Comissão Diocesana foi formada para aprofundar as ações junto às famílias, à comunidade da base e à comunidade escolar. Encontros foram promovidos nas escolas para debater os documentos do Concílio com professores, com a participação de educadores capacitados para trabalhar a conscientização do magistério. Professores foram motivados para participar dos encontros promovidos pela Associação Educacional Católica para ampliar a tomada de consciência sobre o papel dos educadores. Um levantamento foi feito junto às Escolas da Diocese, onde foi apurado o número de professores por paróquia. A partir daí, foram discutidas com os educadores a necessidade de escolas de ensino médio de acordo com o ambiente, sejam escolas básicas, técnicas, agrícolas. A Equipe Diocesana também promoveu encontros com os professores para debater currículos voltados à realidade regional. A Diocese oportunizou aos professores a participação frequente em cursos de formação e aperfeiçoamento e subsídios para fornecer elementos de reflexão e ação aos educadores (2º PPC, 1970, p. 17).

A partir do Novo Plano (1970, p. 17), a Equipe Diocesana de Educação trabalhou uma formação para conscientização para perceber uma educação voltada à realidade local, garantir uma participação e o entrosamento entre família, escola e professores. Também foram promovidas capacitações de lideranças para atuarem junto à juventude; para professores interagirem nos meios de comunicação social, para que estes utilizarem os espaços da mídia para promover um espírito fraterno, motivar lideranças e junto às escolas na revisão de programas e currículos no sentido de atualizá-los de acordo com as necessidades locais e alfabetização (2º PPC, 1970, p. 17).

3.3.2.7 Atenção aos pequenos agricultores

De acordo com um relatório da Comissão Diocesana, datado de 1969 e anexado ao Plano de Pastoral de 1970 (p. 17-18), a situação do meio rural era de estradas paupérrimas, com falta de transportes, comunicação, água potável, assistência sanitária, formação técnica e modernização, praticamente tudo o que a Encíclica “*Mater et Magistra*” do Papa João XXIII defendia. A situação sanitária, segundo o relatório, era péssima, com falta de assistência médica, dentária e INPS – Instituto Nacional da Previdência Social (atendimento da previdência Social), ausência de crédito agrícola, encargos fiscais, deficiência de uma

formação mais técnica por falta de escolas adequadas, desconfiança dos agricultores quanto à assistência de sindicatos de classe, cooperativas e a Acaresc (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), órgão de assistência técnica da secretaria de estado da agricultura do governo catarinense. A equipe também constatou a “pouca ou nenhuma preocupação para organizar o lazer dos filhos” e um conformismo e fatalismo do agricultor, aliado ao individualismo, que era uma vida isolada das famílias dos agricultores, sem um envolvimento em uma comunidade, até por falta de organização das comunidades.

Nos encontros da Comissão Diocesana, sob a coordenação de D. José Gomes, junto às paróquias, foram constatados trabalhos denominados de sacramentalização. Sem citar nomes, foi apresentado o relato de um padre (PPC, 1970, p. 18): “Nós apenas sacramentalizamos, levantamos poeiras pelas estradas, não nos preocupamos com a formação de lideranças”. A equipe constatou ainda um elevado número de analfabetismo no campo, “Seria longo demais enumerar tudo o que se pode dizer de negativo, operante na colônia” (PPC, 1970, p. 18).

De acordo com Bianchi e Stulp (2018), a população da Região oeste enfrentava o regime militar, o avanço do capitalismo, aumento da pobreza e dos problemas urbanos:

O oeste catarinense estava passando por grandes transformações sociais, econômicas, estruturais. Novas rodovias foram projetadas, que em nome do progresso cortaram esse chão, penalizando muitas famílias que não foram indenizadas. Um “novo” modelo de agricultura foi implantado com seu pacote de dependência (*o pacote tecnológico*: insumos, sementes híbridas, “*tecnologia*”, integração, agroquímicos, transgenia, etc.). O sistema de integração visava a responder à demanda da agroindústria agroexportadora de matéria-prima, principalmente, de carnes e grãos. A falta de uma verdadeira política agrícola provocou o êxodo rural. A concentração da terra despertou uma nova força social na luta pela Reforma Agrária. (BIANCHI; STULP, 2018, p. 165).

O modelo de agricultura instalado na região era desigual. Segundo Corazza (2015, p. 305), o modelo agrícola da região experimentava o desenvolvimento desde os anos de 1920, e se intensificou após 1940, com a chegada de novas levas de colonos italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul. Entre as atividades desenvolvidas, sobressaíam a produção de milho, trigo, suínos e aves.

A região oeste, formada por pequenas propriedades, desde o início da instalação da colonização moderna, no início do século XX, vai atingir a fase da industrialização, ou

agroindustrialização nos anos de 1940. Essa transformação, segundo Worster (1991), levou à adoção de novas técnicas, agricultura mecanizável:

Existe sempre a tendência de intensificar a produção. Ela pode ser causada pelo crescimento populacional, mudanças climáticas ou disputa entre estados. Seja qual for a causa, a consequência é sempre a mesma: o esgotamento dos recursos do ambiente, a queda da eficiência, a deterioração dos padrões de vida, as pressões para migrar para outra região - ou, se não há um lugar novo para ir, a pressão para encontrar novas ferramentas, técnicas e recursos locais, criando-se assim um novo tecno-ambiente. (WORSTER, 1991, p.12).

A partir de 1940, foram instalados os frigoríficos da Sadia. Em 1952, o Chapecó e, em 1956, o Seara. Em 1962, o frigorífico Itapiranga, em 1969 a Cooperativa Central Oeste Catarinense. A agricultura começava a se industrializar. O complexo agroindustrial inicia um processo de integração com a agricultura familiar e, segundo Corazza (2015), a base da economia da região oeste catarinense. O sistema agroindustrial ganha impulso e o modelo de integração passa a estabelecer relações mais rígidas, obrigando as partes a cumprirem rigorosamente os compromissos assumidos (CORAZZA, 2015, p.305).

McNeill (2003) ilustra o advento do século XX em todo o planeta. Segundo o autor norte americano, numerosas populações, técnicas, consumo energético, economia globalizada levam o homem a mudar cada ecossistema para manter esta máquina. No século XX, Europa, Estados Unidos, Japão, detentores de instrumentos, riqueza, indústrias de transformação, criam impérios coloniais e vão dominar o mundo. McNeill destaca a desigualdade social, o avanço tecnológico que expulsa milhões do campo e o avanço genético com suas consequências para a saúde pública. Neste caso, o autor destaca a “Revolução Verde como uma esperança para a humanidade, para alimentar o mundo, mas que vai apresentar suas contraindicações” (MCNEILL, 2003, p.237). Na região oeste, este período tecnicista e de transformação tecnológica no campo vai ocorrer durante o período da agroindustrialização, também conhecida como a Revolução Verde.

O oeste catarinense também sofreu o impacto positivo e negativo da Revolução Verde, o que provocou a exclusão dos pequenos agricultores. Desprovidos de capital, de acesso ao crédito, essas famílias foram alijadas do processo desenvolvimentista instalado na região, especialmente introduzido pelas agroindústrias e as grandes companhias ligadas ao setor. “A Revolução Verde teve auge em 1968 e invadiu quase todo o mundo, em alguns países até

mesmo em fins do século XX” (PICADO, 2014, p.491),. Na região oeste, o impacto maior foi sentido em meados da década de 1970. Na região, os efeitos da Revolução Verde alteraram o cotidiano das famílias dos pequenos agricultores, “com o ingresso dos insumos, fertilizantes, os agrotóxicos e as sementes geneticamente modificadas e a biotecnologia, como uma ferramenta para aumentar a produção de alimentos” (PICADO, 2014, p. 493-494).

O “uso das armas” dessa revolução agrícola garantiriam melhor produtividade e condições de disputas por mercados. O lucro. O impacto disso é especialmente a vulnerabilidade da alimentação das populações pobres no mundo, que sofrem com a degradação do solo, mudança climática e conseqüentemente a baixa produtividade e falta de alimento. No caso da região oeste catarinense, a exclusão das famílias do processo desenvolvimentista e o conseqüente êxodo rural.

Picado (2014) vai questionar a denominação de Revolução Verde, usada para tratar da melhoria da produção de alimentos. Para o autor, “a apropriação do conceito, antes que analítica, é política” (PICADO, 2014, p. 503). Tal qual uma campanha de guerra, o capital norte americano invadiu o mundo com a missão de: “levar a solução para produção de alimentos” (PICADO, 2014, p. 503). Sempre é importante destacar a visão crítica de Picado, para quem a ação do capital norte-americano se dá com o compadrio dos governos submissos dos países do terceiro mundo. Também devemos destacar que entre as conseqüências estão o desemprego e o crescimento da pobreza (Picado, 2014).

Diante da realidade existente, a Igreja liderada por D. José fez a opção pelos mais pobres, pelos excluídos, e através das pastorais sociais, conscientizar a população do oeste para a organização:

Os rostos sofridos do nosso povo foram identificados e a Igreja Diocesana faz a opção pelos pobres. Uma nova teologia foi elaborada, a Teologia da Libertação, resgatando o termo “pobre” do conceito bíblico do Antigo Testamento (“anawin” em hebraico). Essa realidade não passou despercebida na Diocese e ganhou uma atenção maior, especialmente, nas décadas de 1970 e 1980 na pessoa do Bispo Dom José Gomes com sua força, firmeza e clareza profética, acompanhado por padres, religiosas, religiosos e leigos engajados. (BIANCHI; STULP, 2018, p. 166).

O Segundo Plano de Pastoral, sob a liderança do Bispo D. José Gomes, norteou os primórdios de uma ação gradativa da Igreja Diocesana que culminou na segunda metade dos

anos 1970 com o surgimento dos Movimentos Sociais na Região Oeste: CPT - Comissão Pastoral da Terra, que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB, que deu origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento das Mulheres Agricultoras – MMA, posteriormente, transformado em Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e o CIMI – Conselho Indigenista Missionário (ORO, 1992, p. 13).

Para Poli (1999), “os movimentos sociais no oeste representaram um novo momento dentro da história política do campesinato brasileiro, especialmente por trazer na proposta a autonomia destes movimentos, capacitados a intervir no jogo político e assim garantir a ampliação de direitos, (POLI, 1999, p. 165).

Segundo Mezzomo (2012) os movimentos sociais que marcaram a vida da igreja nos anos de 1970 e 1980 são frutos da década de 1960, denominado de Cristianismo de Libertação:

As opções da Igreja ligadas aos movimentos sociais, durante os anos de 1970 e 1980, conforme Löwy, representavam em parte o coroamento de um movimento iniciado no princípio da década de 1960, chamado Cristianismo de Libertação. Não sendo restrito aos teólogos da libertação ou à chamada Igreja dos Pobres ou Igreja Popular, entre outros termos, a noção de Cristianismo da Libertação tem a vantagem de abarcar em seu entorno movimentos, classes e pensadores que têm afinidades e objetivos comuns. Não sendo um movimento social integrado e coordenado, sua capacidade estaria em mobilizar as pessoas de diferentes clãs ao redor de pensamentos que oferecem resistência ao modelo de produção pautado na massificação e alienação. (MEZZOMO, 2012, p. 177).

No Cristianismo de Libertação, segundo Mezzomo (2012, p. 177), “a comunidade é um dos valores transindividuais centrais, possuindo um significado tanto transcendente quanto imanente, tanto ético/religioso quanto sócio-político”. Assim não se tratava de um movimento político-partidário por não apresentar um programa partidário definido, nem uma teoria social e econômica, “sua agenda ética é dialeticamente fundida com a política” (MEZZOMO, 2012, p 177).

O reflexo da ação pastoral da igreja com as organizações, segundo Ana Maria Doimo (KRISCHKE e MAIWARING apud DOIMO, 1986, p. 121), “é observado a partir do estímulo as formas comunitárias de convivência em meio a relações tão pessoais e despersonalizadas como as que o contexto urbano e também o rural engendra.” Para a autora,

a igreja comprometida no Brasil, a exemplo da firmada por D. José na região oeste, foi fundamental para o surgimento dos movimentos populares. Para ela, “não há como compreender uma vasta gama de movimentos sociais sem que se tome em consideração a igreja como sujeito organizacional decisivo” (DOIMO, 1986, p. 125).

A igreja, através de uma nova proposta organizativa e de ação política, tem sido o principal sujeito organizacional a imprimir o modelo “comunitário” a grande parte dos movimentos sociais. E a religiosidade tem sido um dos principais fatores para a aglutinação e para a motivação da base social de sustentação desses movimentos. (KRISCHKE e MAIWARING apud DOIMO, 1986, p. 125).

O Cristianismo da Libertação iniciado nos anos de 1960, com pacto nos anos de 1970 e 1980, trabalhou junto a comunidade Cristã uma crítica social e moral à injustiça, aumentou a consciência da população, espalhou esperanças utópicas e promoveu iniciativas de “baixo para cima” (MEZZOMO apud Löwy, 2012, p. 177).

O trabalho junto aos pequenos agricultores da Diocese de Chapecó se deu através da Comissão Diocesana, embasado na Encíclica “*Mater et Magistra*” do Papa João XXIII:

Primeiramente é indispensável que exista o empenho, sobretudo por parte dos poderes públicos, em que ambientes agrícolas, se desenvolvam, como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, comunicação, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a via religiosa, meios recreativos e tudo o que requer a casa rural, em mobiliário e modernização. Se faltarem nos meios rurais estes serviços, que hoje são elementos constitutivos dum nível de vida digno, o desenvolvimento econômico e o progresso social vêm a tornar-se quase impossíveis ou demasiado lentos. Donde resulta que o êxodo rural se torna praticamente inevitável e dificilmente se consegue discipliná-lo. (Segundo Plano de Pastoral apud Mater et magistra, 124, 1969, p. 18).

A Modernização dos ambientes agrícolas, segundo Gastal (1997), foi a utilização ou incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo:

Define-se como: o estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção (terra, capital e trabalho).

A mudança tecnológica é entendida aqui como a utilização de novas de novas ´de novas técnicas ou novas tecnologias em qualquer processo produtivo, também, busca melhor utilização dos fatores de produção, é vista, como uma forma de modernização já que a modernidade, fruto do liberalismo econômico, é uma decorrência do mercado e está associada, na maioria das vezes, à maximização dos lucros. (GASTAL, 1997, p. 05).

A encíclica do Papa João XXIII, na *Mater et Magistra*, número 141, defendia políticas públicas, crédito para agricultura, que promovessem o desenvolvimento :

137 Para se obter progresso econômico harmonioso entre todos os setores produtivos, requer-se uma política econômica hábil no campo agrícola no que se refere ao regime fiscal, ao crédito, à previdência social, à defesa dos preços, ao fomento de indústrias complementares e à modernização dos estabelecimentos.

142 Por conseguinte, exige o bem comum que se aplique à agricultura uma política especial de crédito e se fundem institutos de crédito que assegurem aos lavradores esses capitais a uma taxa razoável de juros. (*Mater et Magistra*, 137, 142, p. 82).

Os documentos foram levados para as Comunidades de Base, como ferramenta de formação e conscientização para o enfrentamento da realidade social à época (2º PPC 1970, p. 18). O Plano defendia a visão do Papa João XXIII para que os ambientes agrícolas se desenvolvessem:

Que exista o empenho, sobretudo por parte dos poderes públicos, em que os ambientes agrícolas, se desenvolvam, como convêm, os serviços essenciais:

Estradas, transportes, comunicação, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a vida religiosa, meios recreativos e tudo o que requer a casa rural, em mobiliário e modernização.

Se faltarem nos meios rurais estes Serviços, que hoje são elementos constitutivos dum nível de vida digno, o desenvolvimento econômico e o progresso social vêm a tornar-se quase impossível ou demasiado lentos. Donde resulta que o êxodo rural se torna praticamente inevitável e dificilmente se consegue discipliná-lo. (2º PPC, p.17-18).

O Segundo Plano de Pastoral também colocou em prática o documento “*Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, que defendia a liberdade, o esforço, a vontade do ser humano em crescer:

Dotado de inteligência e de liberdade, é cada qual responsável tanto pelo seu crescimento como pela sua salvação. Ajudado, por vezes constrangido, por aqueles que o educam e rodeiam, cada um sejam quais forem as influências sobre ele se exerçam, permanece o artífice principal do seu êxito ou fracasso: apenas com um esforço da inteligência e da vontade, pode cada homem crescer em humanidade, valer, mais, ser mais. (Segundo Plano de Pastoral apud *Populorum Progressio* No 15, 1969, p.18).

De acordo com o Padre Ivo Oro, a igreja a partir de D José Gomes, tinha como missão a defesa do direito e da dignidade da vida humana, anunciar e revelar o Reino ou esperança de um tempo melhor, justo e digno:

Na comunidade, a igreja trabalha ainda a dimensão do sonho. Nas celebrações se traz presente aquela vida que se busca concretizar e ainda não é a plena realidade, mas da qual já se pode provar alguns sinais. Com isto a igreja cativa não só a mente, a razão das pessoas, mas também o coração. Sonho e sentimento são aspectos vitais na convivência e na luta. Reforçar a luta pela transformação social. É sobretudo este o papel que os militantes atribuem à igreja. (ORO, 1992, p. 51-52).

Sob a liderança de D. José Gomes, a Equipe Diocesana projetou uma campanha de “mentalização” para formação de sindicatos e sindicalização dos agricultores. Eram tempos onde a ditadura militar ocupava os sindicatos:

Os sindicatos poderiam sofrer intervenção diante de três situações: no caso da fuga dos dirigentes sindicais, na eventualidade da prisão dos seus dirigentes, ou quando os sindicatos fossem objetos de intervenção militar resultante de denúncias sobre subversão²⁸⁹. Após investigação, os interventores deveriam especificar nos seus relatórios a existência de atividade subversiva e os problemas financeiros causados pelas diretorias. A presença de outros problemas poderia justificar a intervenção, mas, comumente, um processo que não apontasse pelo menos um desses motivos era devolvido para maiores análises. (NAGASAVA, 2015, p. 107)

A aura de legalidade do processo é desfeita quando se observa que não havia “qualquer critério para a decretação das intervenções nos sindicatos”, sendo estas muitas vezes baseadas em burburinhos e fofocas, na articulação patronal e na perseguição das forças armadas, e não nas três razões apontadas. A fuga de lideranças sindicais, por exemplo, recorrentemente utilizada como subterfúgio para iniciar a intervenção, “muitas vezes tinha como pano de fundo, denúncias de prisões arbitrárias e torturas” (NAGASAVA, 2015, p. 107-108).

A palavra de ordem era prender, apreender, intervir e depois informar ao Ministério do Trabalho:

As intervenções eram justificadas por três razões: “os funcionários dos sindicatos, federações e confederações haviam desaparecido, e o Ministério presumiu abandono dos cargos, intervindo para indicar novos responsáveis; os responsáveis sindicais eram subversivos; ou o comandante militar da região fora obrigado a ‘ocupar as instalações para impedir atividades subversivas’”. (ALVES, 1985, p.70).

Apesar do cenário nacional, com os registros das intervenções na Diocese, os Grupos de Reflexão discutiam a consciência sindical e de classe, de organização e de luta (FIORENTIN; ORO, 2002, p. 193). A meta era reverter o modelo de sindicato que se voltou contra os agricultores. Os sindicatos criados na Diocese, na base do Slogan “A união faz a força”, com o passar dos anos, deixaram de atuar na defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores rurais e ocuparam-se em colaborar com os órgãos públicos (FIORENTIN; ORO, 2002, p. 192-193).

A liderança e atuação de Dom José ultrapassou as divisas da Diocese de Chapecó, bem como do Estado de Santa Catarina, porque animava as lideranças de todo o Brasil, formando lideranças fortes e comprometidas com a luta, construindo assim as oposições sindicais na região e no estado. D. José percebia que o Sindicato era pra lutar e não para ser um braço do governo; que com um Sindicato forte e combativo se poderia garantir os direitos dos trabalhadores (FIORENTIN; ORO, 2002, p. 192-193).

A equipe trabalhou ainda com apoio dos técnicos da ACARESC para despertar o espírito do associativismo para aquisição de equipamentos para a lida de campo capacitação das famílias com cursos técnicos, alfabetização, nas áreas de culinária, diversificação da

agricultura, mercado de consumo, conservação do solo, e formação de lideranças para atuar nos sindicatos, na comunidade, na defesa de direitos (2º PPC, p. 18).

3.3.3 Revisão das Ações do Segundo Plano de Pastoral

As ações desenvolvidas dentro do Segundo Plano de Pastoral foram revisadas em julho de 1971, durante assembleia do Clero da Diocese e tornadas públicas em fevereiro de 1972. O Plano definiu uma série de resoluções a partir do andamento das ações na Igreja na região oeste catarinense. Entre as mudanças promovidas, um Plano de Pastoral de Conjunto com linhas básicas da Pastoral com o olhar de D. José Gomes. O Plano tratava de atividades mínimas para orientar uma unidade de igreja, sem esgotar as atividades pastorais de Paróquias, Comunidades Religiosas e entidades administradas pela igreja (3º PPC, 1972, p.01). Entre as medidas, foram criadas quatro Comarcas na Diocese, sediadas em Chapecó, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Concórdia. Os encontros eram marcados por debates, avaliações e proposições relacionados às ações pastorais junto às comunidades, teologia, evangelização (3º PPC, 1972, p. 01).

Novas medidas foram tomadas junto à catequese, com a inclusão da formação de adultos além de crianças e adolescentes, dentro do que passou a ser chamado de Movimento Familiar Cristão. Foi intensificada a capacitação de leigos para atuar na catequese. Em 1972, foi realizado um treinamento das animadoras paroquiais, com o início de uma nova fase da Primeira Eucaristia, com elaboração de um material para catequista e catequizandos, ainda denominados de professor e alunos. Uma atenção maior foi destinada à juventude, a maioria no meio rural, com acompanhamento nas paróquias e capelas (3º PPC 1972, p. 02).

Em um caderno de anotações (Notas de D. José, 1972), o Bispo esquematizou sua visão sobre a catequese, na qual esperava que, através das formações, o fiel católico viesse a participar da liturgia, em especial dos movimentos juvenis:

Fim da catequese: a) iluminar e fortificar a fé.

b) nutrir a vida segundo o evangelho de Cristo

c) levar a participação da liturgia

d) despertar para a atividade apostólica

Visa – penetrar sua mentalidade

Os meios de comunicação social

As múltiplas organizações para o treino do espírito e do corpo

Os movimentos juvenis

Sobretudo as escolas. (Notas D. José, 1972)

Um trabalho foi melhorar o culto dominical nas capelas, com formação dos leigos escolhidos para animadores. De acordo com um relatório do Plano de Pastoral de Conjunto de 1972, (3º PPC, 1972, p. 03), naquele ano foi iniciada a implantação dos cultos dominicais com eucaristia, presididos ou animados por Ministros Extraordinários da Eucaristia, devidamente formados. Entre as capacitações, os sermões ou comentários com conteúdos focados especialmente na realidade de cada local e tempo de duração para a exposição de no máximo 15 minutos. Os Ministros Extraordinários, além das celebrações dos cultos, também foram capacitados para atuar junto aos doentes na comunidade nos hospitais (3º PPC 1972, p. 03).

Em 1971, a Diocese contava com 370 religiosos e religiosas. A partir do Plano de Pastoral de Conjunto de 1972, medidas foram definidas para dinamizar as ações com aprofundamento da criatividade nas comunidades que já teriam adotados a metodologia da cosmovisão, com capacitação para as que ainda não tinham. O trabalho focou na visão da realidade em que se encontrava a região oeste catarinense.

Ações também foram potencializadas junto às escolas visando dinamizar o ensino, especialmente tendo como base avanços obtidos no Colégio Bom Pastor, escola de magistério com caráter católico, dirigido à época pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, Congregação religiosa fundada em 1888, na Suíça, que desenvolveram missões na América Latina, principalmente na área da saúde, educação e assistência social (PARISOTO, 2014).

O primeiro Grupo Escolar da cidade de Chapecó foi criado em julho de 1941, sob o nome de Grupo Escolar Coronel Fernando Machado conforme decreto nº 998, publicado no Diário Oficial, entrando oficialmente em funcionamento no ano de 1942. Posteriormente sendo alterado o nome para Grupo Escolar Marechal

Bormann, mas a existência dessa escola, não como grupo escolar, remonta a década de 1930.

E justamente na década de 1930 os primeiros contatos são realizados com a Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, que se estabelecem em Chapecó em 1940, vindas da cidade gaúcha de Erechim, “atendendo pedidos dos moradores da sede do Município, liderados por padres franciscanos e pelo Coronel Ernesto F. Bertaso”.

As Irmãs são responsáveis pela fundação do Grupo Escolar Particular Bom Pastor, em 1947, que foi construído em um terreno doado e com apoio da comunidade (MODESTI, 2016, p. 04)

As experiências foram levadas para as Escolas de Concórdia, São Carlos, Maravilha, Itapiranga e São Miguel do Oeste. A orientação da Equipe Diocesana às Paróquias dava conta de que, mesmo em andamento, os projetos propostos nos Planos de Pastoral, fossem revisados, reestudados e estabelecidas sempre prioridades e datas (3º PPC, 1972, p. 03-04). O Bispo Dom José Gomes expressava sua visão sobre a ação do magistério. Dom José tratava o magistério como vocação, confiava à escola uma formação voltada à promoção humana, uma escola para todos (Notas D. José, 1972):

Escola –

Aperfeiçoa – faculdade intelectual

- Capacidade de julgar com retidão

Fazer participar no patrimônio da cultura

Promover o sentido dos valores

Prepara a vida profissional

Fazer nascer relações de amizade

Fé Centro – em cuja generosidade e progresso hão de participar unidos as famílias

O professorado

As associações de diversos tipos que promovem a vida cultural

Cívica

Religiosa

A sociedade civil e toda a comunidade

=Autêntica associação –

Aprimoramento da pessoa humana em relação ao fim último

O bem da sociedade em o homem vive

E adulto – deve participar.

Professores – é bela a missão.

Vocação – que exige cotas peculiares de espírito

A oração

Preparação muito esperada

Prontidão contínua de renovar-se e adaptar-se

Apoiar – a pesquisa de métodos aptos da educação.

Programas de estudo

Promoção humana – Deus da Vida

Da Família

Cultura, economia, artes e profissão, instituição política.

(Notas D. José, 1972)

3.4 PLANO DE PASTORAL DE 1974 – BERÇO DAS CEBS NA DIOCESE

Em 1973, a Diocese faz uma nova revisão do Plano de Pastoral. Elaborado durante assembleia do clero diocesano daquele ano, visava abranger os pontos principais e julgados mais urgentes nas Pastorais, acrescentando novas medidas no Programa de Pastoral da Diocese. As ações aprofundaram mais a concepção de Igreja do bispo D. José Gomes, a partir das reformas promovidas pelo Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín (4º PDC, 1974, p. 01).

Todas as ações foram transformadas em um novo Plano de Pastoral da Diocese implantado em 1974, que passam a ser denominadas de Pastorais. O Plano, que antes tinha em sua verticalidade a CNBB, Regional Sul e Diocese, agora é descentralizado também para as Paróquias, que passaram a ter autonomia para pensar as ações dentro de suas realidades a partir do Plano Diocesano:

O Plano de Pastoral não é um conjunto de projetos que deve ser implantado num ano. Mas visa abranger nossa ação Pastoral global, a partir de prioridades locais, regionais ou nacionais. Cada Paróquia, a partir de sua realidade fará seu planejamento, nas linhas do Plano Diocesano, Regional e Nacional.

Só assim compreendemos uma Pastoral Orgânica ou Pastoral de Conjunto. Conforme as possibilidades concretas. Cada qual vai ampliando suas atividades e projetos, moldando-se no Plano de Pastoral. O Plano Pastoral, igualmente não esgota nossa atividade Pastoral. Há ainda muitos pontos que podem ser abordados e não estão apontados aqui. É que o zelo apostólico de cada vigário saberá enquadrar sua realidade concreta ao Planejamento de conjunto. (Plano de Pastoral da Diocese, 1974, p. 01).

O Plano de Pastoral da Diocese de 1974 tinha uma meta principal: a implantação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS, nas comunidades do oeste catarinense:

Todo este trabalho programado tem uma meta bem definida. É chegarmos à formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fazer com que os fiéis vivam concretamente o cristianismo, lá onde vivem. E na medida do possível, deverá ter todos os ministérios necessários para seu desenvolvimento: Seu Conselho Administrativo; - Seus Catequistas; - Seus Ministros da Eucaristia; Sua Equipe Litúrgica; - Seus Animadores de Catecumenatos; - Seus Líderes de Grupos de Jovens; - Seus Líderes de Grupos de Casais; - Seus animadores da Ação Social e Promoção Humana, etc...(4º Plano Diocesano de Pastoral da Diocese, 1974, p. 06).

Em 1974, Segundo relato do Plano de Pastoral (4º PDP, p. 02) a população rural da região oeste era de 86%. A juventude estava longe dos centros de formação. O Plano Diocesano de Pastoral revisado em 1974 vai impulsionar a vida da Diocese e encaminhar transformações promovidas na Grande Assembleia Diocesana de Pastoral de 1975, que vai marcar o ingresso da Igreja do Oeste em sua Segunda Fase, denominada de Pastoral Libertadora, com enfrentamento ao regime militar e surgimento dos movimentos sociais e sindicatos autênticos (KUNZLER, 2002, p. 48-52).

Entre as reformulações provocadas no Plano de Pastoral da Diocese de 1972 está a Formação dos Conselhos Administrativos Paroquiais, com a justificativa de que as mudanças chegariam às capelas com a dinamização das ações pastorais. Uma preocupação da Equipe Diocesana era “que a gestão das capelas fugiam ao controle do vigário, por falta de uma legislação mais adequada” à realidade da época. Os Conselhos administrativos obedeciam um regimento elaborado pelo Regional Sul IV da CNBB, que enquadrava a administração Paroquial na sua globalidade, ou seja, Matriz e Capelas. Os conselhos também tinham funções Pastorais (4º PDP, 1974, p. 01-02).

Com a reforma do Plano Diocesano, é criada a Pastoral do Dízimo como fonte de arrecadação estável que não fossem as cobranças de taxas de sacramentos existentes até então. As taxas, a partir da efetivação da Pastoral do Dízimo, foram abolidas. A contribuição do dízimo tinha como fim a manutenção dos trabalhos pastorais das Paróquias, enquanto que as despesas extraordinárias com as construções continuavam sendo amortizadas com arrecadações de festas e outras maneiras, a partir de costumes regionais e locais (4º PDP, 1974, p. 02).

O Plano Diocesano de 1974 também criou a figura do Agente de Pastoral, nele compreendidos os sacerdotes, religiosos, leigos engajados na administração financeira, catequista, Ministros Extraordinários da Eucaristia, líderes da comunidade, Ação Social, líderes de movimentos de jovens e adultos. O agente de pastoral deveria passar por uma preparação teológica e técnica correspondente (4º PDP, 1974, p. 02).

O Plano de Pastoral da Diocese de 1972 que aprofundou a participação do leigo na vida da igreja, ampliando a responsabilidade nas decisões da caminhada da Diocese, também vai embasar o Plano de 1974, construído na Assembleia do Clero, realizada em fins de 1973 e que contou com uma maior participação de leigos Agentes de Pastorais e que vai aprofundar ações visando a implantação das Comunidades Eclesiais de Base (4º PDP, 1974, p. 02).

3.4.1 Diocese de Chapecó e as CEBs

O Plano de Pastoral de 1974 aprofundou a visão do Clero Diocesano na implantação das Comunidades Eclesiais de Base, com maior participação do leigo, atrelado à ação pastoral. O Plano Diocesano de Pastoral, revisado em 1974, fortalece a figura do Ministro Extraordinário da Eucaristia. A partir desse período, os Ministros passam a ter uma preparação em sintonia com orientação da Santa Sé (documento de abril de 1969, conforme Boletim Mensal da CNBB). Com uma realidade rural, a preocupação era levar até essas comunidades um culto dominical com conteúdo e atrativo. Importante destacar que a liturgia, o culto, a figura do ministro eram ferramentas estratégicas para consolidar a igreja de D. José Gomes:

Visa principalmente dotar nossas Capelas de um Culto Dominical que apresente motivação e atrativo para nosso homem de interior. Lembramos que a população rural de nossa Diocese é de 86%. E esta multidão de fiéis tem o DIREITO SAGRADO de assistir um Culto digno e receber a Eucaristia aos domingos. Diante da responsabilidade deste projeto recomendamos muito zelo, sem pressa, capacitando-nos assim para levar adiante um plano de conseqüências profundas para os nossos fiéis do ambiente rural. (PDP, 1974, p. 04).

A revisão do Plano Diocesano de Pastoral em 1974 também aprofundou reformas na liturgia das celebrações. Embora o Concílio Vaticano II tivesse promovido mudanças na liturgia, que passou a ser celebrada em língua nacional, com o sacerdote voltado para os fiéis, a igreja de D. José Gomes se dispôs a ir além: queria a compreensão dos fiéis, que a palavra celebrada também provocassem mudanças, que as leituras, as reflexões fossem confrontadas com a realidade social e política da população do oeste de Santa Catarina:

Todos sabemos que o simples ato de a Liturgia ser em Língua Nacional, não proporciona melhor compreensão da mesma e nem promove uma freqüência mais acentuada.

Deve haver um cuidado especial na preparação das equipes litúrgicas, para fomentar uma participação ativa e frutuosa da Liturgia conseguimos muito pouco de tudo aquilo que recomenda o Decreto Conciliar sobre a Liturgia, apesar de terem ocorrido já dez anos de sua promulgação. E os representantes nacionais de Liturgia reunidos na Colômbia n ano passado, dizem que isto acontece porque pastores e fiéis desconhecem a Liturgia e seu profundo sentido espiritual.

Parece pacífico que o assunto não é resolvido apenas “apanhando” uma equipe de leitores e comentaristas. Mas a Liturgia brotará de uma reflexão profunda dos pastores e um esclarecimento dos fiéis e sua correspondente formação catequético-litúrgica (PDP, 1974, p. 04).

Em 1974, de acordo com relato da Equipe Diocesana, que consta no Plano de Pastoral da Diocese, eram sete emissoras de rádios, na Diocese e pequenos semanários. São definidas ações da Pastoral dos Meios de Comunicação Social, especialmente voltadas para potencializar a força do rádio para evangelização. Evangelização aqui à luz da Teologia da Libertação, identificado com a realidade da população do oeste catarinense. Com essa teologia são aprofundadas as ações na área social:

A evangelização não apenas abrange a pregação do espiritual. Devemos promover e atender os marginalizados, quer nas cidades, quer no interior. A maioria das sedes municipais, não tem arrabaldes e miséria. Mesmo assim, há muitos desprotegidos. Há muitos que precisam de promoção humana (4º PDP, 1974, p. 05).

O uso do Rádio para levar a mensagem da Igreja até a comunidade, até os fiéis católicos. Thompson ilustra a busca pelo espaço pelas sociedades para atingirem seus objetivos, e uma nova realidade:

Segundo John B. Thompson (1998), o exercício do poder nas sociedades contemporâneas está intimamente ligado aos meios de comunicação e faz uso dos seus recursos disponíveis para atingir seus objetivos. A mídia amplia o poder comunicativo e persuasivo nas relações políticas. (THOMPSON, 1998 apud MOURA, 2009, p.17).

O Rádio utilizado como instrumento potencial na propagação da mensagem, e também como ferramenta pedagógica, para a formação do indivíduo, a cidadania:

O rádio é, potencialmente, um meio de comunicação, difusão e expressão de uma sociedade. Essas funções, no entanto, variam e dependem do uso que se faça do veículo em determinado momento histórico. Nesse sentido, contribui para a formação de indivíduos, de mentalidades, de opinião pública. (NEDER, 2001, p. 111).

O trabalho de evangelização passou a ser desenvolvido a partir dos grupos étnicos da região, considerando a realidade, urbana, rural, imigrantes (alemães, italianos, poloneses). São criadas pastorais para atuarem com cada cultura específica, com equipes desenvolvendo ações, planejamentos, estratégias de trabalho. Dentro das estratégias também são desenvolvidas ações para os trabalhadores das serrarias e os caboclos ribeirinhos.

Foram criadas as Pastorais: Familiar, da Juventude, da Catequese, Educacional, Ambiental, Vocacional, Liturgia, Ministros Extraordinários da Eucaristia, Ação Social, Religiosa Escolar, de Comunicação Social (4º PDP, 1974, p. 04). As ações da Igreja ganharam o impulso das Campanhas da Fraternidade, das Missões, Semana Vocacional e Natal com os Grupos de Reflexão. Um dos focos é a família, uma vez que a igreja despendia esforço junto às crianças e à juventude. Com a Pastoral Familiar são projetadas ações através de Grupos de Casais, Círculos Bíblicos e Movimento Familiar Cristão, com formações e conscientização.

A Pastoral da Juventude, no Plano de Pastoral de 1974, tem seus primeiros passos com formação e conscientização para “aquilo que a escola não pode dar, em acompanhamento e pistas para o desenvolvimento de sua personalidade e conhecimento do mundo hoje” ilustra o documento. A ideia era preparar o jovem para enfrentar o mundo e suas dificuldades, sem titubear na fé (4º PDP, 1974, p. 03).

A Catequese passa a ser vista como uma ferramenta de educação da fé na comunidade e na família, em detrimento da escola, para quem passava a ser um espaço limitado para uma boa catequese. Mudanças foram promovidas com mais tempo de preparação, agora em três anos para eucaristia, visando a uma formação Cristã que respeitasse a capacidade intelectual e psicológica da criança, dentro de uma proposta renovada. A revisão do Plano também avança nas agora denominadas pastorais. Na Catequese com aprofundamento da preparação de catequistas e roteiro de palestras (4º PDP, 1974, p. 03-04).

Na Pastoral da Saúde, com ações junto a hospitais mas também nos domicílios visando a um atendimento humano, cristão ou espiritual. A visão é de que “nem todos os doentes estão nos hospitais, há muito enfermo que está em casa”. A atenção também está voltada ao idoso, com Ministros Extraordinários distribuindo a eucaristia aos doentes (4º PDP, 1974, p. 03).

A Pastoral Vocacional também tem uma ação especial na Igreja de D. José Gomes. O Plano fala da dificuldade do engajamento dos leigos, e de uma crise vocacional para o

sacerdócio. Assim um trabalho constante junto à Igreja é desenvolvido para despertar vocações (4º PDC, 1974, p. 05).

Entre as ações desenvolvidas a partir do Plano de 1974, a equipe de Pastoral do Secretariado Diocesano realizou um roteiro de visitas para revisar os planejamentos das Paróquias, esclarecer dúvidas e dar sugestões a partir da realidade concreta de cada Paróquia. São desenvolvidas várias campanhas para ampliar a reflexão e o debate sobre temas particulares, com o intuito de esclarecimento e conscientização. Assim, a Diocese desenvolveu as “Campanhas da Fraternidade; Campanha das Missões; Campanha da Recristianização do Natal; Semana Vocacional; etc” (4º PDP, 1974, p. 06).

A Assembleia Diocesana do Clero de 1974 desenvolveu experiências de CEBs, diferenciada das demais Dioceses de Santa Catarina, com maior participação dos leigos, à luz da liderança de D. José Gomes. As ações a partir da Assembleia são expressas no Plano de Pastoral construído na Diocese:

A Assembléia Diocesana de 1974 reflete a prática da Diocese de Chapecó, começando, já a esta altura, ter um procedimento metodológico mais crítico em comparação às demais Dioceses do Regional. A Assembléia é, pois, mais dinâmica, mais voltada às práticas pastorais, contém claramente uma insistência nas CEBs como prática de uma metodologia participativa e reflete o estilo peculiar do Bispo Diocesano D. José. Enquanto o Plano Diocesano de Pastoral, imediatamente posterior à Assembléia, reflete mais a conjuntura do Regional: é mais técnico, mais teórico, ressentido-se, ainda, de uma Igreja mais preocupada consigo mesma, destaca como metas prioritárias tarefas tradicionais na Igreja, não fala absolutamente em CEBs. Não tem a participação das bases. Ora, de fato, na prática da Diocese, essa preocupação pelas CEBs e pelo trabalho com o povo mais pobre existia, pelos menos num grupo significativo de paróquias, conforme consta numa interpretação desse Plano feito pelo Secretariado Diocesano de Pastoral de Chapecó, onde se fala em “projetos específicos de uma ou outra comunidade: projeto de serrarias, projeto dos caboclos, projeto dos índios, projetos dos bóia-frias”. (UCZAI, 2002, p. 79-80).

3.4.2 D. José implanta o CIMI na Diocese de Chapecó

Imagem Arquivo Mitra Diocesana



D. José Gomes em visita a Aldeia Kaingang, Toldo Chimbangue (Chapecó)

Ainda em 1974, um fruto do trabalho liderado por D. José Gomes à frente da igreja do Oeste Catarinense é a criação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. A opção pelo pobre, pelo excluído, levou o Bispo Diocesano D. José Gomes também a atuar na defesa da causa indígena “a luta pela reconquista da terra pelos povos indígenas motivou a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1974, abrangendo os três estados do sul” (BIANCHI; STULP, 2018, p. 165)³.

Em 1972, a CNBB vai criar o conselho Indigenista Missionário, a partir de uma discussão sobre o Estatuto do Índio instalada no Parlamento Brasileiro. Segundo Diel (2018,

³ No início do período da República, a gestão das terras devolutas passou para os estados, que passaram a doar essas terras para o “desenvolvimento”. Neste caso os indígenas e caboclos novamente ficaram as margens do processo. Uma das questões debatidas na apresentação deste trabalho, e que influenciou na decisão de excluir índios e caboclos, é a ideia do “vazio demográfico”, os nativos não eram vistos, reconhecidos (RENKE, 2006, p. 41).

Surgiram da miscigenação dos bandeirantes e indígenas, especialmente a partir das tropeadas do século XVIII, onde os tropeiros buscavam o gado na região da campanha gaúcha e conduziam até Sorocaba. Uma das rodas se dava pela região das missões, passando por Chapecó até Sorocaba no interior paulista (RENKE, 2006, p. 35).

Estes caboclos se adaptaram a cultura Kaingang no oeste catarinense e também não se enquadraram no modelo de desenvolvimento dos governos. Com o avanço dos colonizadores, os caboclos a exemplo dos indígenas foram forçados a deixarem suas terras, muitos retornaram posteriormente com a visão ufanista de desenvolvimento e foram habitar as periferias (GOMES, 1998, p. 13).

p. 32), “Assim nascia o Conselho Indigenista Missionário (CINI), que passaria a assessorar todas as atividades missionárias de Igreja junto aos povos indígenas”.

Na diocese de Chapecó, o CIMI vai ser instalado em 1974. Segundo Capucci (UCZAI 2002) o ano de 1974, o então Secretário Executivo do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o padre jesuíta, Egídio Schwade, visitou as dioceses e áreas indígenas do sul do país animando as igrejas locais a assumirem a pastoral à luz da Teologia da Libertação:

Em todo o país, não eram muitos os bispos dispostos a assumir o profetismo da causa indígena, que nos desafiava a desvestir a antiga armadura dos conquistadores e rever alguns conceitos. Poderiam esses povos primitivos nos ensinar alguma coisa? Quais eram as Boas Novas que deveríamos anunciar a eles? Possuem religiões?

Na diocese de Chapecó, a nova proposta de pastoral indigenista encontrou solo fértil. Além de Dom José, dois seminaristas se contagiaram pela maneira apaixonada daquele jesuíta falar dos índios e das mudanças que precisavam ser feitas em nossa prática pastoral junto a eles. Egon Dionísio Heck e Lothário Thiel decidiram incorporar-se ao grupo de seminaristas integrados ao CIMI para iniciar o trabalho de levantamento da realidade indígena no sul do Brasil. (UCZAI, 2002, p. 267).

Imagem Arquivo Mitra Diocesana



D. José Gomes durante manifestação em encontro de pastoral

Em 1974, segundo o CIMI, existia apenas uma área indígena na Diocese, a Xaçepó, no atual município de Ipuacú. Contudo, eram muitos os índios que habitavam a região oeste, desprovidos de terra. Assim, diante do compromisso combativo frente à realidade da exclusão, das demarcações e da falta de política para contemplar os índios do sul do Brasil, D. José ao lado dos bispos de Frederico Wesphalen no Rio Grande do Sul, Dom Bruno Maldaner e de Palmas no Paraná, Dom Agostinho José Sartori, vão realizar um encontro em Frederico Wesphalen, com representantes dos povos indígenas Kaingang, Terema, Xavante e Bororo, com a finalidade de pensar uma Pastoral Indígena especial para os estados do sul. No encontro, os bispos também tomaram conhecimento dos problemas que atingiam as comunidades indígenas do estado gaúcho, envolvendo as aldeias. A principal problemática, segundo documento enviado, datado de 22 de outubro de 1975, é a terra. Uma carta foi enviada ao governador do Rio Grande do Sul, assinada pelos três bispos, na qual defendem a recuperação progressiva de todas as áreas de terras dos índios, com a retirada de latifundiários e arrendatários que ocuparam as terras indígenas, e que resolvam a situação dos agricultores intrusos pobres, através de uma reforma agrária. De acordo com o documento, denominado Carta em defesa dos Índios do Sul – 1975, a FUNAI mantinha “grandes projetos agrícolas e serrarias nestas áreas indígenas, auferindo daí grandes somas de dinheiro sem que esses lucros revertam para as respectivas comunidades indígenas”. O documento sugere que parte, 45% do lucro da produção retirada das terras indígenas, seja aplicada em projetos nas aldeias indígenas. 45% se destine à reinversão em projetos de outras áreas indígenas e 10% seja para a FUNAI (Carta em defesa dos Índios do Sul, 1975).

Diante do trabalho a frente do CIMI na Diocese de Chapecó, D. José foi eleito Presidente Nacional do CIMI, em 1979:

Encontrei a área Indígena de Xanxerê, tremendamente explorada. Índios na extrema miséria e totalmente exploradas suas áreas. Pinheiro e madeiras de valor retirados de suas áreas. Coloquei um sacerdote para trabalhar junto aos índios e defendê-los. (D. JOSÉ GOMES apud KUNZLER, 2002, p. 50).

A causa indígena foi assumida por Dom José Gomes. Segundo Capucci (2002, p.272) o Bispo teve a disposição e perseverança em sair na defesa dos índios instalados na Diocese, que enfrentavam a resistência do capital às demarcações das terras.

3.5 ASSEMBLEIA DIOCESANA DO CLERO DE DEZEMBRO DE 1974: UM MARCO NA CAMINHADA DA IGREJA DO OESTE

Em dezembro de 1974, foi realizada uma nova Assembleia Diocesana do Clero. O encontro realizado na sede da Diocese em Chapecó contou com a participação de sacerdotes, religiosos e Agentes e Pastorais, sob a coordenação do Bispo Diocesano D. José Gomes. Em Fevereiro de 1975, uma carta foi enviada pelo Bispo D. José Gomes para as Paróquias, na qual comunica que da Assembléia resultou um Plano Diocesano de Pastoral para o quinquênio 1975 a 1979. O Plano esteve ancorado no objetivo de formar as Comunidades Eclesiais de Base (PDC, 1975, p. 01).

Na Carta às paróquias, D. José ilustra que a Assembleia Diocesana foi precedida de Assembléias Regionais ou Comarcais, nas quais foram debatidas as micro realidades, aprovadas prioridades, projetos que pautaram as discussões em nível de Diocese:

Na Assembléia Regional foram debatidas e aprovadas Prioridades de Pastoral para o Próximo quinquênio 75-79, nos seus respectivos Programas e Projetos. PROGRAMA, é o título mais genérico que pode ser dividido em vários projetos, ou atividades. Ex: Liturgia – seria o programa de ação. Mas posso dividi-lo em:

1 – Equipes de Liturgia. 2- dirigentes de Canto Litúrgico. 3 – Ministros da Eucaristia...

Após esta apresentação do Plano Regional, passamos ao nosso Plano Diocesano. Damos os 18 pontos que foram reaprovaados na Assembléia Diocesana de dezembro de 1974. Seguem as prioridades que foram votadas e aprovadas para o próximo período de 75-79. E assim são apresentados os Programas prioritários com seus respectivos projetos. (PDP, 1975, p. 01).

Na carta de abertura do Plano Diocesano de Pastoral de 1975, D. José Gomes salientava aos sacerdotes, religiosos, Agentes de Pastoral, auxiliares de pastoral das Paróquias, que os Planos de Pastorais da Diocese haviam sido desenvolvidos desde 1971 e que não haveria mudanças substanciais. Por outro lado, ilustrava que o Plano “vai se enriquecendo de ano por ano” (PDP, 1975, p. 01). O Bispo também destacava como novidade, a apresentação do “Plano de Ação da Igreja de Santa Catarina – Regional Sul IV. O Plano Diocesano seguiria o que D. José denomina de “linguagem do Plano Nacional”, com Diretrizes, Linhas e Metas (PDP, 1975, p. 01).

Na Carta às Paróquias, D. José Gomes motivava as lideranças paroquiais para por em prática aquele que foi o Plano responsável em provocar as transformações da igreja no oeste, com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e Movimentos Sociais com repercussão no Sul do Brasil:

Procurem todos estudar este Plano com suas equipes paroquiais e casas religiosas, para sempre mais entusiasmar-se neste maravilhoso campo de construir IGREJA neste oeste de Santa Catarina.

Às Comunidades Religiosas igualmente recomendamos que estudem com dedicação para descobrir seus carismas e se engajarem em algum Programa ou Projeto concreto.

A todos enviamos votos de feliz sucesso e que se sintam sempre mais Igreja, Povo de Deus, em marcha para a Paróquia. (Plano de Pastoral Diocese de Chapecó 1975, p.01).

A participação do clero na Assembleia de dezembro de 1974, segundo Diel (2018, p.33) embora esparsa, contribui para um novo momento na história da Igreja Diocesana de Chapecó, com uma nova prática, com a introdução dos grupos de reflexão “sem professor, sem ser diretivo, possibilitou um passo metodológico importantíssimo: dar “voz e vez” ao povo simples”.

Para Tedesco e Zimer (2002), a assembléia do Clero de 1974, definiu um novo jeito de ser Igreja, inserida na realidade social, cultural do povo do oeste, e voltada à capacitação de lideranças nas CEBs:

Nessa assembleia, reforça-se a necessidade das CEBs para o “aprofundamento da fé, culto e caridade” e “como resposta às necessidades de Evangelização”. A descoberta e formação de líderes para as CEBs “deve ser o objeto preferencial da preocupação dos párocos e bispos”. Destaca-se sua pedagogia descentralizante; salienta-se seu papel num novo projeto histórico de igreja, inserida na realidade. Insiste-se na necessidade de um material para os grupos de reflexão. (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 79).

4. O PROTAGONISMO DE D. JOSÉ PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS CEBs NA DIOCESE DE CHAPECÓ

Até aqui, mostramos que a implantação do modelo de CEBs que se pretendia na Diocese passava pela implantação dos grupos de Reflexão nas comunidades das Paróquias. Era um exercício de conscientização e formação de lideranças de base. O trabalho de implantação das Comunidades Eclesiais de Base na Diocese tem como marco inicial o ano de 1974, com implantação de grupos de reflexão, nos quais eram feitas discussões a partir do confronto dos textos bíblicos e a realidade das comunidades, município, estado e país, com objetivo de conscientização das comunidades para a nova Igreja comprometida com as causas sociais:

Foi, sem dúvida, um fator fundamental para uma nova compreensão de Igreja, mais inserida junto ao povo. Esses grupos são uma experiência de Comunidade Eclesial de Base (CEBs), descentralizada, crítica, leiga e comprometida com as causas sociais do povo. Dos grupos de reflexão nasceu a consciência crítica no povo e um grande número de lideranças para a Igreja, sindicatos e para os movimentos sociais. (DIEL, 2018, p. 33).

4.1 GRUPOS DE REFLEXÃO BERÇO DAS CEBs

Os Grupos de Reflexão surgiram a partir da experiência dos Círculos Bíblicos que estavam em funcionamento na Diocese, quando da chegada de D. José Gomes, em 1968. Eram grupos de famílias que se reuniam para estudar a Bíblia. Os Círculos Bíblicos, segundo Queirós e Campos (2018, p.01) foi uma ferramenta para capacitação da comunidade católica:

Os Círculos Bíblicos - CB fizeram parte das CEB's, como uma modalidade de reflexão sobre a educação católica, sobretudo, foi uma estratégia aplicada pela Igreja a fim de dar continuidade à formação dos católicos, ou seja, não é porque o fiel atuante terminou o crisma que não precisaria mais receber os ensinamentos dos preceitos católicos. (QUEIRÓS, CAMPOS, 2018, p. 01).

Nos encontros, pessoas de uma mesma comunidade, realidade social, cultural semelhante, discutiam problemas comuns, através de um exercício de dialética confrontando as realidades.

Desse modo (QUEIRÓS E CAMPOS, 2018, p. 01), os membros das CEB's articulavam-se por motivos correlatos à sua condição humana, inseridos numa realidade social, na qual, a desvalorização do homem acontecia, em termos econômicos e sociais, em um contexto de ditadura militar.

Os Grupos de Reflexão compreenderam um meio de promover a leitura da Bíblia entre os grupos de fiéis, também vistos como uma prioridade na Diocese, conforme definição no Plano Pastoral. Os Círculos Bíblicos foram renovados em 1974 com o surgimento dos Grupos de Reflexão, nos quais eram confrontadas a realidade social das comunidades da região oeste catarinense e as leituras bíblicas:

A partir de 1973, já se faziam tratativas para introduzir na Diocese os grupos de reflexão, elaborando material próprio para a informação e o esclarecimento do povo sobre as mais diversas realidades da região, principalmente a problemática da agricultura. Esse trabalho dos grupos foi introduzido oficialmente em 1974. A Diocese toda era chamada a entrar em sintonia nacional com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Este grito marcou profundamente nossa realidade local e, por isso, se desenvolveu rapidamente. Neste sentido, D. José empenhou-se na luta direta para a criação e sustentação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. (KUNZLER, 2002, p. 49-50).

Para Frei Beto (1981, p. 8) a exploração e expropriação da terra foram fatores que marcaram os membros das CEB's que buscavam na religião “[...] um sedativo para os sofrimentos, encontravam agora um espaço de discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão”.

O desafio da igreja liderada por D. José era o de libertar. Marx apresentava a ideologia como uma série de ideias que tinha com principal característica ocultar que elas atendiam aos interesses da classe dominante – a burguesia. A ideologia, portanto, para o filósofo alemão, seria uma “falsa consciência”, ou seja, um pensamento sistemático que carrega consigo as ideias da classe dominante:

Toda ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX, 2008, p. 19).

Karl Marx tinha como posição que uma ideologia estaria no nível da superestrutura (como a teológica, jurídica, cultural, e outras) estando ela condicionada à uma determinada infraestrutura econômica, “ Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante” (MARX, 2008b, p. 32).

Já Antônio Gramsci procura enxergar na ideologia outras possibilidades de significações, como uma forma de governo orgânica dentro da sociedade, que nos auxilia na compreensão dos Grupos de Reflexão. A religião pode ser produtora de ideologias no sentido de causar alienação, mas também pode trazer consigo o germe da contestação:

Uma coisa é a ideologia, instrumento prático para governar, e outra é a filosofia e a religião, que não deve ser substituída na consciência dos próprios sacerdotes. Os intelectuais devem ser governantes e não governados, construtores de ideologias para governar os outros e não charlatães que se deixem picar e envenenar pelas próprias serpentes. (GRAMSCI, 2001, p. 284).

Os grupos de Reflexão foram ferramentas a oportunizar as relações pessoais, a troca de informação, o debate de ideias. Para Gramsci (2001), o indivíduo é um ser social por natureza e sua posição em sociedade é medida a partir das relações que ele trata com os demais indivíduos:

A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do devir: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também porque nega o “homem em geral”: de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal. (GRAMSCI, 2001, p. 245).

Imagem arquivo Mitra Diocesana



Dom José Gomes em uma das celebrações
na Catedral Santo Antonio

4.1.1 Ações do plano de 1975

O Plano de Pastoral de 1975, encontrado nos arquivos de Dom José Gomes, na Mitra Diocesana, traz muitas anotações do Bispo, contendo recomendações e análises que contemplamos em nosso trabalho. O Plano de Ação das Igrejas em Santa Catarina definia como metas a realização da missão da igreja pelo anúncio do amor no Espírito de Cristo, em atitude de serviço à humanidade, que Dom. José em suas anotações acrescentava, “de que seria o Cristão fazendo com que o homem vivesse na tríplice missão, com uma dose de globalidade, filho, irmão, senhor” (PDP, 1975, p. 01).

O plano de ação estabelecia as metas em relação às pessoas, grupos e sociedade. As metas, de acordo com o documento da Igreja Regional Sul - 4, seriam o objetivo principal a ser alcançado, o objetivo geral, o ideal que norteia toda a ação pastoral que, para Dom José: “deve identificar-se com a própria missão da Igreja, Missão do Povo de Deus, que é anunciar ao mundo que o amor de AMOR DE DEUS paira sobre os homens, manifestado no Espírito de Cristo em atitude de serviço total” (PDP, 1975, p. 03). Para D. José Gomes, as metas seriam simplesmente “onde queremos chegar”.

Em relação às pessoas, o propósito era ajudar a se tornar um homem novo, liberto e libertador, Dom José ilustrava sua visão sobre o objetivo do Plano: “Era preciso engajamento nas estruturas esmagadoras da sociedade, de maneira consciente como senhor e não escravo; que sabe o que quer, que busca a mudança; engajado, que vive a prática como filho de Deus, irmão dos outros e senhor do universo”. (PDP, 1975, p. 03).

A igreja como instrumento de libertação a partir do engajamento dos leigos libertos, ou seja, capacitados, conscientes. Para Boff (1986), a libertação ocorre quando o povo é capaz de interpretar as contradições da sociedade:

A dimensão libertadora da religião só vem à tona quando o povo se liberta de certo tipo de leitura do capital religioso que oculta as contradições da sociedade. Há uma leitura da Bíblia, por exemplo, que se faz partindo-se da posição em que se acham os grupos dominantes: tudo se apresenta harmonioso e os conflitos são transferidos para uma esfera abstrata, entre o bem e o mal, o pecado e a graça, o diabo e Deus. As contradições reais entre os oprimidos e famintos de um lado, e as classes opulentas e bem alimentadas do outro, permanecem encobertas neste tipo de leitura. Quando, porém, o povo começa a apropriar-se da interpretação dos textos sagrados, e os interpreta partindo de sua situação social de marginalizado, aparece então a imagem de Deus como o Deus dos pobres e cativos do Egito que disse: “Ouvi os clamores de meu povo, suas queixas contra os opressores, fixei-me em seus sofrimentos; e decidi libertá-los” (ex3,7). A dimensão libertadora e não mistificadora da religião depende do lugar social em que o intérprete se coloca. (BOFF, 1996, p. 96-97).

Aqui temos um confronto entre a igreja progressista, que se concretizava na Diocese de Chapecó, e a igreja tradicional, que tinha a página virada. Para a Igreja da Teologia da Libertação, os pobres são os responsáveis por sua própria emancipação, tendo eles capacidade de produzi-la com o seu próprio trabalho. Este é, segundo o marxismo, o papel do proletariado. Neste ponto, ocorre uma ruptura da Teologia da Libertação com a Igreja tradicional, já que, de acordo com a visão da Igreja, os pobres precisam ser ajudados de maneira paternalista. Para o marxismo, o proletariado é o sujeito de emancipação, a visão da Teologia da Libertação a este respeito é mais ampla, pois ela inclui como sujeito de emancipação as classes, raças e culturas oprimidas (LÖWY, 2000, p. 110).

Em relação aos grupos, a meta era desenvolver na população e, sobretudo, nos agentes pastorais, a capacidade de relacionamento e comunhão que para D. José Gomes seria a ajuda e solidariedade. Na cópia pessoal do Plano Diocesano de Pastoral de 1975, o Bispo

apontava diagnósticos da realidade a ser superada para atingir as metas, “a falta de atualização, falta de capacidade e problema cultural” (Anotações de D. José, 1975).

No terceiro item do Plano, que tratava da sociedade, Dom José apontava para a criação de condições para que a população fosse o agente de transformação da sociedade em que vive, “isso segundo o evangelho” (Anotações de D. José 1975 – PDP, 1975, p. 02). Para atingir as metas, o plano apontava linhas de ação. Segundo o documento da Regional Sul IV (PDP, 1975, p. 03), as linhas seriam os meios empregados para alcançar o ideal proposto, o fim último, também poderiam ser entendidas como os objetivos específicos para chegar ao objetivo geral.

Em relação às pessoas, um cultivo pessoal como processo de educação global para atender a conversão, o que para D. José Gomes “seria um aperfeiçoamento para o exercício da tarefa, à libertação, à formação de consciência crítica” (Anotações de D. José 1975 – PDP, 1975, p. 02).

A implantação de grupos e comunidades eclesiais deveriam estar voltados à promoção da família e aos ministérios, serviços diversificados. D. José Gomes acrescentava em suas anotações que “para os ministérios seriam direcionados pessoas encarregadas para os trabalhos, sendo que a Diocese de Chapecó contava com 14 trabalhos em áreas que D. José denominava de sistemas sociais (Anotações de D. José 1975 – PDP, 1975, p. 02).

Na Diocese de Chapecó, a Assembleia Diocesana define como prioridades para 1975 a 1979, a Formação de Agentes de Pastoral; as Pastorais: Familiar, da Juventude; Educacional, Vacinal, da Saúde e Ambiental. Contudo, o documento justifica que os programas do Plano anterior, ou seja, de 1974, não seriam abandonados. “Mas afirmam a necessidade sentida em todo o Brasil de darmos mais ênfase a estes programas nos próximos 5 anos” (Anotações de D. José 1975- PDP, 1975, p. 06).

O Plano Diocesano de Pastoral, lançado em fevereiro de 1975, norteou uma série de ações especialmente com uma intensa política de formação junto aos Agentes de Pastorais, com Encontros Comarcais, animadores, conselhos de presbíteros, cursos de formação e retiros para o Clero.

Para os religiosos, encontros comarcais, encontros de confraternização, cursos de teologia, retiros e encontros de espiritualidade, encontros de Líderes Comarcais e Encontro Diocesano. E para Leigos, formação de Equipe na Paróquia, cultivo de lideranças para

Pastoral Familiar e da Juventude, formação de ministros da eucaristia e catequistas e palestrantes para o catecumenato batismal.

Na Pastoral Familiar, formação através de encontros da equipe responsável com estudo e aprofundamento da Pastoral nas Comarcas. Estudos de roteiros e apostilas da pastoral familiar, estudo de movimentos que atuam com famílias e adultos, sendo: movimento familiar cristão, encontro de casais, círculos bíblicos, catequese familiar, cursos para noivos e cursilhos (PDP, 1975, p. 05-06). Segundo Almeida (2006), a ideia dos cursilhos era voltada para militantes que sentiam a necessidade de aprofundar a mensagem cristã, mas que não podiam dedicar-se a longos cursos, assim “eram elaborados meios de formação mais rápidos, intensos e eficazes. Alias, era urgente” (ALMEIDA, 2006, p. 298).

Ações também foram intensificadas junto à Pastoral da Juventude para a expansão da pastoral, foram feitas subdivisões, sendo Pastoral da Juventude Urbana e Rural. Para a juventude Urbana, a partir de um diagnóstico que identificou a necessidade de estímulos, motivação, um trabalho de mística para conversão e engajamento. No trabalho com a juventude urbana, foi aplicada a metodologia de Treinamento de Lideranças Comunitárias para a formação de líderes do Movimento. O Objetivo era a expansão e um crescimento em Dinâmica Social, assim também foi aplicado um treinamento de criatividade comunitária. Para a juventude rural, a partir de um diagnóstico que identificou uma forte religiosidade popular, foi aplicado apenas um treinamento de criatividade comunitária. Foram executados encontro da equipe responsável, formação de grupos de jovens, encontros comarcais e diocesanos com animadores e distribuição de apostilas.

Para a Pastoral Educacional, as ações estiveram voltadas à professores, alunos, escolas e sociedade. O foco estava em uma comunidade educativa, voltada a uma educação global e criativa. Foram feitos encontros Diocesanos com responsáveis pela educação, participação em encontros regionais, treinamentos específicos para professores e atendimento aos professores de Educação Religiosa.

Na Pastoral da Catequese, a atenção esteve voltada a formação de catequistas para o atendimento aos catecumenatos batismais, eucarístico e crismal. Formação e treinamento também para a Pastoral Vocacional, voltada para animadores paroquiais, encontros comarcais, planejamento, formação de clubes vocacionais, integração dos cinco seminários existentes na Diocese e missa vocacional no primeiro domingo de cada mês.

Na Pastoral da Saúde não foi diferente, mais capacitação com a realização de um Encontro Diocesano reunindo os responsáveis por Hospitais, no qual foi pensado um Plano de Ação, com a implantação do Ministério dos Enfermos para atendimento junto aos hospitais e doentes em casas particulares (PPC, 1975, p. 07-08).

O Plano Diocesano de Pastoral de 1975 (p.08) também implantou a Pastoral da Ação Social, com uma equipe responsável em realizar levantamentos da realidade social junto as paróquias. Também foram subdivididos núcleos dentro da Pastoral Ambiental, sendo urbano, rural, serrarias, caboclos e indígenas.

Uma equipe liderada pelo Bispo Diocesano D. José Gomes foi formada para conduzir o Plano Diocesano. O documento revela a adesão do clero, religiosos e religiosas em torno do projeto de Igreja do Bispo D. José Gomes:

Encamparam junto as ações o Vigário Geral e Administrador da Diocese, Padre Antonio Massolini; como Presidente do Conselho de Presbíteros o Cura da Catedral Santo Antonio, Padre Romualdo Zimmer; a Frente da Pastoral Familiar o Padre Antonio Massolini; da Pastoral da Juventude a Irmã Lúcia Batagello e os padres Antonio e Jandir; da Pastoral Educacional a Irmã Ester Ostrowski e da Educação Religiosa Escolar as irmãs Ester e Oneida Belusso e a senhora Maria Kapra; da Catequese as irmãs Ester, Evanir Brugalli e Lódia Furlani; Ministros da Eucaristia e Catecumenato Crismal a Irmã Glória Ines; Pastoral Vocacional Padre Adair Tedesco e Irmã Ancila e equipe; Pastoral da Saúde Padre Livino Blanger, Pastoral da Comunicação e Boletim Diocesano, Padre Derci Pasqualoto; Ação Social a irmã Pirangela; Religiosos, Irmã Maria Warken e da Livraria Interna de Secretariado a Irmã Zélia Simeoni. (PPC, 1975, p. 08).

4.1.2 Primeiro Encontro Inter-Estadual sobre Comunidades Eclesiais de Base

No período de 11 a 13 de agosto de 1975, foi realizado no município paranaense de Francisco Beltrão, o Primeiro Encontro Inter-Estadual sobre Comunidades Eclesiais de Base, com a participação de diversas Dioceses, entre as quais a de Chapecó. Em Francisco Beltrão estava sediada a Assessorar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), entidade que se relacionava com muitos atores sociais, formando um coletivo de sujeitos que interagem no fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa e no Desenvolvimento Multidimensional, com ênfase na Ecologia, Agroecologia e Tecnologias Ecológicas, na Educação Popular e Pública para o fortalecimento da Educação do Campo, e que mais tarde

viria a firmar parceria com a Diocese de Chapecó para elaboração de cartilhas com orientações para Grupos de Reflexão.

No encontro em Francisco Beltrão, a equipe da Diocese de Chapecó apresentou um diagnóstico da realidade social, econômica e cultural da região oeste:

Chapecó: - pequenas propriedades

- presença de empresas agro-industriais dominando e explorando os pequenos; agricultores (SADIA – SAIC – COOPERALFA – VINICOLA SEARA – EXTRA FINO E BARRIGA VERDE;

- Tentativa de eliminar a policultura e implantar uma agricultura diretiva e seletiva;

- Formação de médias empresas agrícolas;

- Eliminação dos agricultores fracos;

- Presença da ACARESC e órgãos governamentais para incrementar o que citamos acima; mediante fomentos, empréstimos, orientações técnicas, etc.

- Aproveitando do agricultor como mão-de-obra (empregado seu vínculo empregatício e de ligação previdenciária;

- Instabilidade de preços;

- Dependência em que os agricultores são mantidos;

- Sindicato como mero instrumento assistencialista.

(Primeiro Encontro Inter-Estadual sobre Comunidades Eclesiais de Base – ECEB, 1975, p. 02).

No encontro, a equipe da diocese também fez uma síntese dos trabalhos realizados, um balanço das ações na região. Foi relatado os princípios que fundamentavam a experiência de organização das Comunidades Eclesiais de Base. Inicialmente os teológicos:

Princípios Teológicos:

- Dar consciência de povo em busca de libertação;

- Formação de uma consciência de Igreja-comunidade (CEB);

- Formação de pessoas para assumirem os diversos ministérios necessários para a igreja;

- Presença da Igreja como elementos de transformação. (ECEB, 1975, p. 03).

Também foram compartilhados os princípios metodológicos para organização das CEBs na Diocese de Chapecó:

- Conscientização:

- * Perceber a situação;

- * Assumir os problemas;

- * Tornar-se agente de transformação;

- Formação de Grupos de Reflexão: Casais e Jovens;
- Grupos de Líderes: Analisar todas as necessidades da comunidade. (ECEB, 1975, p. 04).

No encontro de CEBs no Paraná, a equipe diocesana de Chapecó colocou em debate a característica de estrutura e organização do trabalho desenvolvido junto às comunidades:

- Grupos de Reflexão nas comunidades;
- Comunidades ligadas por setores;
- Setores obedecendo às orientações da Paróquia;
- Líderes: Todos os líderes da comunidade – com o temário especial que serve de “questionador” para os problemas. Posteriormente este passo é estudar seus próprios problemas. (ECEB, 1975, p. 04).

As dificuldades encontradas no processo de estruturar as Comunidades Eclesiais de Base na Diocese também foram relatadas no encontro:

- Falta de uma análise mais profunda e científica da realidade;
- Falta de uma teologia que inspire e alicerce este tipo de trabalho;
- Comodismo e fatalismo do povo;
- Pressão dos grupos econômicos e políticos. (ECEB, 1975, p. 05).

O Primeiro Encontro Inter-Estadual sobre Comunidades Eclesiais de Base realizado em agosto de 1975, proporcionou a troca de experiência e uma base para o trabalho de formação das CEBs na Diocese de Chapecó. Uma síntese do encontro foi relatada pela equipe diocesana participante:

SÍNTESE

O objetivo da comunidade Eclesial de Base e sua definição

Comunidade Eclesial de Base é um grupo ou um conjunto do grupo que tenta viver a totalidade da vida da Igreja: Ação (amar), fé e culto. Distingue-se de Grupo de Reflexão, que é um “grupo de pessoas que tem um relacionamento primário e freqüente, onde se tenta estabelecer o sentido de pertença de nós, onde a pessoas se sente comprometida com o outro, e distingue-se também da CEB que é a união dos diversos grupos, abertos um para o outro.

OBJETIVOS:

- Levar o povo a assumir a sua fé e sua vida, despertando a sua consciência para chegar a libertação. (Será que nos planos das Dioceses existe esse desejo? Ou será que visam manter a estrutura atual das Paróquias e Igrejas?)

- Levar o cristão a viver em comunidade já o cristianismo é essencialmente vida em comunidade. E isto é totalmente contrário ao sistema sócio-econômico de hoje.

MENTALIZAÇÃO:

Mentalizar é:

a) Levar uma comunidade a descobrir seus problemas e valor, a sentir a situação em que vive;

b) Assumir essa situação dela e procurar os meios de resolver os problemas e crescer;

c) Fazer com que o povo passe para uma ação transformadora.

Mentalizar é capacitar a comunidade para sentir e resolver seus problemas, partindo de suas necessidades existenciais e fazer com que cada passo seja um crescimento na consciência das pessoas.

METODOLOGIA:

a) Levantamento da necessidade global do povo;

b) Sistematização desses dados, devolvendo-os para os grupos para uma reflexão;

c) Levar o povo a refletir sobre seus problemas descobrindo as causas;

d) Despertar o povo para a busca de soluções planejadas e numa ação comunitária;

e) Revisão constante da ação através de reuniões.

(ECEB, 1975, p. 07).

Encaminhamentos foram tirados do Primeiro Encontro Inter-Estadual sobre Comunidades Eclesiais de Base realizado em Francisco Beltrão. Esses encaminhamentos foram tirados a partir das experiências de cada diocese participante, foram linhas gerais, pontos a serem aprofundados para a formação de CEBs, especialmente para as primeiras experiências:

METODOLOGIA: Para iniciantes e para quem já está andando com grupos de base a mais tempo:

- Roteiro: vantagens e desvantagens;

- Como despertar para a libertação?

- Como partir para uma ação?

- Como vemos a centralização do trabalho?

- Como vemos a ligação entre líder – base?

- Como comunicar a experiência?

APROFUNDAMENTO

- Comunidade de Base e Comunidade Eclesial de Base: ação, fé e culto – humanização e evangelização.

- Categorias sociais e Evangelho: ricos, pobres, assalariados rurais.

- Sistema Social – econômico e Evangelho:

* Até onde deve ir a ação?

* Qual a classe mais significativa num trabalho de mudança.

APROFUNDAMENTO DE ALGUNS TEMAS

METODOLOGIA

a) A mentalização parte necessariamente do centro para a Base, no sentido de despertar a conscientização, de dar um impulso inicial.

b) Toda a reflexão deve partir das necessidades, da realidade. Da ação para a reflexão.

- c) Há a necessidade de que os agentes procurem conviver mais com o povo, na tentativa de descobrir melhor a realidade, as necessidades da população.
- d) No começo iniciar com poucos grupos.
- e) A troca de experiências leva a um aprofundamento e a coesão na ação.
- f) Os grupos que estão andando devem ser os agentes de sua própria caminhada.

ROTEIRO PARA OS GRUPOS

VANTAGENS:

- É válido no começo, enquanto serve para ajudar o grupo para refletir, dá segurança e é um elemento de coesão do grupo.

b) DESVANTAGENS:

- Pode levar o grupo a uma dependência.
- Pode ser um instrumento teórico, quando o povo é prático.
- O grupo pode se acomodar aquilo que está escrito no livro.

c) SUGESTÃO:

- Na medida que os roteiros deixam de ser fornecidos, é necessário que a equipe paroquial reúna os dirigentes dos grupos, para juntos planejarem as reuniões.

COMO LEVAR OS GRUPOS PARA LIBERTAÇÃO

- a) O povo deve tomar consciência da opressão em que vive – ter consciência da situação atual.
- b) O povo deve se libertar da religião alienante e mítica, para uma fé comprometida com a vida, com a comunidade.
- c) A equipe paroquial não deve dividir sozinha, mas levar a comunidade a uma ação solidária.
- d) É um processo constante de ação e reflexão.

COMO PARTIR PARA UMA AÇÃO

- a) Levar o grupo refletir sobre a realidade sócio-econômico, sobre as necessidades.
- b) Um instrumento para o povo descobrir suas necessidades e tomar consciência dos problemas, são pesquisas simples e participadas.
- c) Será de pequenas ações que o povo vai progressivamente tomando consciência e partindo para ações maiores.

CENTRALIZAÇÃO DO TRABALHO

- a) Todo o trabalho começa com certa centralização, e na medida que ele cresce vai se descentralizado.
- b) O centro é válido enquanto incentiva a criatividade, proporciona à base trazer os problemas e decidir em conjunto.

LÍDER - BASE

- a) O líder deve brotar da base, escolhido pelo povo.
- b) É a consciência crítica da Comunidade.
- c) Junto com a formação dos líderes é necessário um trabalho com a comunidade.

TROCA DE EXPERIÊNCIA

- Realizar encontros paroquiais e inter-paroquiais tanto ao nível de líderes, como agentes de pastoral liberados.
- Fazer intercâmbio de material.
- Divulgar as conclusões dos encontros.

CONCLUSÕES SOBRE PLANEJAMENTO

NÍVEL PAROQUIAL

XANXERÊ:

- Com índios: continuar a convivência com eles para verificação, mentalização e pesquisa.

- Na Paróquia:

. Em 2 comunidades continuar com a mentalização e união das lideranças para uma ação comum, isto para 1975.

. Iniciar com novos grupos em 1976.

CHAPECÓ:

- No setor: onde já existem grupos continuar o trabalho, formar novos grupos por meio dos grupos que já existem.

- No outro setor:

- . Mentalizar
- . Realizar uma pesquisa
- . Aproveitar dos círculos de natal
- Formar grupos espontâneos

- Nível Regional:

- Encontro entre líderes das comunidades Rurais.
- Despertar o interesse sobre comunidades eclesiais de base, nas reuniões das comarcas e setores.
- Realizar a nível diocesano encontros de mentalização e confronto de experiências sobre C.E.B

INTER-ESTADUAL

- Realizar um novo encontro de aprofundamento e confronto, entre março a julho. (ECEB, 1975, p. 8-10).

Para a equipe Diocesana que participou do encontro em Francisco Beltrão em agosto de 1975, o Primeiro Encontro Inter-Estadual sobre Comunidades Eclesiais de Base, o conteúdo foi produtivo para o trabalho, com a apresentação de “pistas concretas, maior riqueza, entusiasmo e esperança” para a formação das CEBs. (ECEB, 1975, p. 11).

O encontro forneceu base para pensar as CEBs na Diocese, esses pontos vão aparecer na revisão dos Planos de Pastorais em fins de 1975 e de 1976. Uma das palavras mais utilizadas por D. José Gomes, encontrada especialmente em suas anotações, é “mentalizar”. O Bispo avaliava que era importante o clero, os leigos, mentalizar as lideranças nas comunidades, multiplicar as ações na busca do que ele considerava fundamental, que era a “libertação”.

4.1.3 O Modelo de CEBs implantado na Diocese

Outra Assembleia Diocesana do Clero foi realizada em fins de 1975. Com maior ênfase no compromisso do leigo junto à comunidade, assumindo o protagonismo e a militância. O Plano reforçou todas as metas, linhas e ações do Plano de 1974. O diferencial da revisão do plano foi o foco explícito na implantação das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, com base na figura do leigo e no surgimento de lideranças de militantes (PDP, 1976, p. 01). “Os leigos até então conceituados como clientes e massa de manobras tornam-se

protagonistas diante de inúmeras injustiças que estavam vivendo” (BIANCHI; STULP, 2018, p. 165).

Uma igreja missionária que vai ao encontro das comunidades: essa era a visão de D. José na construção da CEBs, expressa na homilia do dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, 12 de outubro de 1975, às vésperas do encontro do Clero da Diocese, colocando definitivamente a Igreja do Oeste Catarinense a caminho da implantação das Comunidades Eclesiais de Base:

Na liturgia deste domingo, continuamos a refletir sobre as missões e estamos cientes de que a Igreja é por sua natureza missionária.

Isto significa que a Igreja é ministério de mediação, sacramento universal, chamada a anunciar a salvação a todos os homens. Essa missão de Igreja se origina da missão de Cristo.

Através da história, ela continua a desdobrar a missão do próprio Cristo, anunciando o Evangelho aos pobres.

A Igreja, impedida pelo Espírito Santo, deve trilhar a mesma senda de Cristo, isto é, o caminho da pobreza, da obediência, do serviço e da imolação de si mesma até a morte, da qual saiu vencedor pela ressurreição.

Nesta festa de Nossa Senhora Aparecida, procuremos perceber como Maria desempenhou sua missão de corredora da Humanidade, de Mãe da Igreja. Peçamos sua intercessão por todos os homens que têm fome de Deus, fome de amor-perdão.

A Igreja e a tarefa de evangelização não são exclusivamente do padre.

Todos nós somos chamados a levar a semente do Evangelho ao ambiente de nossa vivência diária.

Somos chamados a ser fermento de transformação, pela partilha e distribuição de nossos dons.

Somos convidados a distribuir nosso vinho da alegria, da compreensão, da paciência, do amor-perdão e do amor-reconciliação.

Procuremos ser bons como Cristo foi bom, amando, perdoando e reconciliando-se. (LOVERA. (et al) 2013, p. 33-34).

O Plano Diocesano de Pastoral foi lançado no dia 18 de março de 1976, na abertura da Campanha da Fraternidade:

O homem é alguém capaz de ler a mensagem que o mundo carrega em si escrita em todas as coisas que formam o mundo. Viver é ser capaz de ler e interpretar no

temporal, o eterno; no mundo, Deus. Quando as coisas começam a falar e o homem ouvir, dele, emerge sacramentalidade. Todo o real não é senão um sinal que fala. Tudo pode ser veículo sacramental da graça: uma palavra, uma mensagem, um olhar, um desafio, um serviço. Com Cristo, Sacramento do Pai, queremos rezar a vida, explicitá-la nos seus múltiplos ministérios. (Assembléia Diocesana do Clero, 1975, p.02).

O Plano de Pastoral lançado em 1976 aprofundou um trabalho de conscientização e formação de liderança: “Abri, Senhor, nossos olhos às necessidades de nossos irmãos. Não permitais que eles nos encontrem sem que nós amemos servindo-os” (ADC, 1975, p. 02). A celebração de lançamento busca a manifestação do Apóstolo Paulo que ensina, que os Cristãos em conjunto, no coletivo, cada um segundo a graça recebida, são responsáveis pela construção da Igreja. O texto trabalha o espírito de servir, a missão. O embasamento para despertar o servir está em textos bíblicos. Até então os referenciais utilizados eram citações dos documentos do Concílio Vaticano II e mesmo da Conferência Latino Americana de Medellin.

O texto de março de 1976 segue no despertar da Vocação do Leigo: “Vós nos chamastes, Senhor, para vos conhecer, amar e servir, em comunidade de irmãos, ajudando-nos e amando-nos mutuamente, prestando serviço uns aos outros” (ADC, 1975, p.02). O chamado para servir a comunidade, embasado em textos bíblicos, a exemplo dos profetas e mártires bíblicos, era de Deus, e este chamado a servir seria através dos Ministérios, que são os serviços da Igreja de Deus no mundo:

Ministérios são serviços são serviços pelos quais a Igreja se serve para apontar caminhos, propor soluções ou respostas às necessidades humanas. Requer forte Evangelização das motivações que levam as pessoas a assumir tarefas.

A Vida inteira de Jesus foi serviço e doação de si mesmo ao Pai e aos irmãos. Ele ordena, como sua lei a todos nós seus seguidores, de fazer o mesmo. (ADC, 1975, p. 04).

No texto de abertura da celebração da Campanha da Fraternidade de 1976, um desafio para o cristão, agora liderança leiga, a assumir um protagonismo e caminhar com a igreja: “Irmãos, somos convidados a caminhar juntos. Uma caminhada comum só é possível quando existe um amor comum. Desde o início da HISTÓRIA da Salvação, Deus escolheu o homem não como indivíduo somente, mas como membro de uma comunidade” (ADC, 1975, p. 05).

O Plano de Pastoral de 1976 reforçou a ação dos Grupos de Reflexão, tendo como prioridade o empoderamento das lideranças e fortalecimentos das organizações populares que darão origem aos movimentos sociais na Diocese:

Os grupos de reflexão, que tiveram a semente plantada com os primeiros materiais em 1974, foram assumidos como prioridade diocesana na Assembléia de 1976, tornando-se uma força libertadora. Esses grupos constituíram-se em uma escola de educação popular que, com o método “Ver, Julgar e Agir”, provocou maior compreensão da realidade, consciência política, compromisso social e práticas transformadoras. Esse processo de formação foi qualificando, empoderando e animando as lideranças na criação e no fortalecimento dos movimentos e organizações populares, em vista da construção do Reino de Deus. (ROSA; TESSARO, 2018, p. 47).

O trabalho desenvolvido para fortalecer os Grupos de Reflexão levou ao que Gramsci (1936) denomina de consciência crítica, se perceber como sujeito:

O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise. (GRAMSCI, 1936, p. 94).

A liderança do Bispo D. José Gomes na transformação de pessoas simples em líderes capazes de provocar mudança na sociedade onde estavam inseridos. Para Gramsci, essa liderança é vista como um intelectual.

4.2 CEBS: POVO DE FÉ A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO

A tônica do trabalho liderado por D. José na formação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, “centra-se nos pequenos grupos, de forma que a paróquia, por exemplo, deixa de ser uma comunidade, para se transformar numa confederação de comunidades” (ORO, BRUGNERA, MARCON, 2002, p. 143). Assim, destacam-se a importância da participação do leigo na vida da igreja, no engajamento nos mais diversos setores da sociedade.

Em um documento amarelado pelo tempo, intitulado “Síntese sobre CEBs”, contendo cinco páginas e sete pontos, encontrado nos arquivos de Dom José Gomes, junto à Mitra, está uma síntese, com fundamentos e estratégias para a implantação das CEBs na Diocese. O documento foi elaborado pelo Bispo D. José Gomes e o Padre Adair Mário Tedesco e apresenta a visão de CEBs do líder da igreja católica no oeste catarinense:

Antes mesmo de partirmos para considerações respeitantes ao “como” realizar tal gênero de Comunidade, cremos ser indispensável refletirmos sobre o fato de que somente o “liberto” terá condições de fazer acontecer a libertação. Assim, devemos nos conscientizar do imperativo de estarmos corajosamente inseridos num processo de libertação. (SÍNTESE, 1975, p. 01).

O documento aponta 12 passos para “fazer acontecer” a CEB, que seriam seguidos pelas paróquias da Diocese:

- a) Encarnação na realidade, conscientizando-nos, progressivamente, a partir do e simultaneamente a ele com base nos problemas vividos e partilhados por todos os membros
- b) Visando o homem t̄o e todos os homens. Faz-se mister tenhamos uma visão do homem e de qualquer realidade, isenta de dicotomia. É o homem em sua “pluralidade” que deve ser levado em conta. Da mesma forma, também o grupo é um todo em comunhão com todos, e cada um dos membros deve ser alvo das preocupações de todo o grupo pra que aconteça a libertação.
- c) Estabelecimento de metas claras, as quais deverão ser organizadas e, progressivamente perseguidas por todo o grupo.
- d) Visão da “Utopia do Reino” não como abstração mas como algo que deve ser considerado em termos de meta a ser processualmente concretizada na vida do grupo.
- e) Confiança no grupo, respeito a seus valores e paciência em respeitar o ritmo de caminhada que lhe é próprio sem forçar as transformações.
- f) Conscientização paulatina do grupo a partir de uma noção clara do que é ser “comunidade” e “igreja” assim como dos problemas a elas peculiares, iluminados pela palavra de Deus.
- g) Consciência crítica, atitude constante de questionamento e abertura aos sinais dos tempos, o que levará o grupo a um dinamismo da caminhada em termos de conscientização, conduzindo, como consequência ao compromisso de transformação libertadora da realidade.
- h) Descoberta de prioridades, estabelecimento de metas e estratégias tanto referentes a um “tomar consciência de” como ao comprometimento com a realidade.
- i) Seguimento de etapas devidamente ordenadas, o que dará segurança ao caminhar grupal.
- j) Constatação otimista de que o processo concretizador da CEB é lento, devido a heterogeneidade de consciência e de comunhão existente entre o grupo.
- k) Uma constatação de realidade que não leve a desânimo ou à passividade, mas abra horizontes para o global.

- l) Comunhão com o grupo sem nada assumir em seu lugar. O próprio homem é quem faz a história e ninguém pode fazê-la em seu nome. O mesmo se diga dos grupos. (SÍNTESE 1975, p.01)

Entre os 12 passos da síntese de CEBs de D. José Gomes, destaca-se o que o bispo denomina de “Utopia do Reino”, acreditar que é possível, esta seria uma meta para a vida do grupo. Para Boff (2008, p. 220) “a utopia vai sempre além de qualquer horizonte dado. A utopia representa a antecipação do que vai ser: a esperança em plenitude”. A comunidade seria libertadora se concretizar-se a comunhão do homem com Deus, do homem com o homem e com todo o cosmos. A chave para isso seria a conscientização. Seria necessário o homem conhecer, criticar, comprometer-se e transformar.

4.2.1 A motivação para o início das CEBs

Em um segundo passo, o documento SÍNTESE (1975, p. 02) ressalta que “é sempre mais fácil começar uma CEB do que apresentar teorias de como se começa”. O começo seria partir da conscientização, da visão de realidade da comunidade, através da convivência das pessoas. “Sendo a CEB a vivência processual do “REINO”, por grupos de homens em experiências concretas, as mais diversas, temos que partir da constatação da realidade” (SÍNTESE ,1975, p. 02). Uma vez consciente, o grupo poderia, então, começar a implantar às CEB, sendo um primeiro passo uma reunião de massa, com conversas e contatos pessoais, visitas as famílias, levantamento da realidade. Os grupos já existentes na comunidade seriam uma ótima oportunidade para reorientação e mentalização, se pode aproveitar as necessidades e tensões de grupos naturais existentes na comunidade como momentos oportunos de motivação e iniciação da CEB:

A motivação é um processo permanente e global. Deve acontecer antes e durante a vida da comunidade. O processo Metodológico é importante. Deve dar possibilidade às pessoas, de vivenciarem os valores para os quais queremos motivar. Fala-se, por exemplo de Igreja personalizada...que sejam utilizados recursos e possibilitem a experiência de viver na globalidade. (SÍNTESE, 1975, p. 02).

O documento SÍNTESE (1975, p. 02) considera ainda que o começo de uma CEB pode ser onde for possível, na zona rural, periferia ou centro da cidade. A prioridade, destaca, D. José Gomes, “são os mais necessitados e que queiram comprometer-se”. O grupo não pode excluir ninguém, não podendo haver diferenças quanto à cultura, idade, vida moral, e sim acolher os voluntários e disponíveis para o “Reino”. O documento faz uma ponderação quanto a denominações não católicas, de que os grupos poderiam acolher essas pessoas mas que seria importante deixar claro de que se trata de uma comunidade eclesial, teria como centro a Eucaristia, que sempre foi um ritual próprio da Igreja Católica Apostólica Romana.

A motivação é uma palavra marcante no documento que aponta o caminho para criação das CEBs na Diocese. E a motivação aqui seria voltada para a meta de libertar o homem em todos os sentidos, e considerar os interesses comuns do povo e a religiosidade. D. José também aponta aqui a criatividade para alcançar o que se quer.

O comprometimento também é uma palavra em evidência no documento norteador da CEB e, com ele, a motivação para persistir na tarefa de criar os grupos:

Comprometer-se até o fim – crer na presença do Espírito e nele confiar, mesmo nas horas difíceis, para o trabalho e para o grupo. Não ser imediatista e queimar etapas, mas usar de paciência histórica, confiante no Senhor que dá vida. É ele que está constantemente presente, renovando a face da Igreja. (SÍNTESE, 1975, p. 02).

O Concílio Vaticano II e Conferência de Medellín, interligados com as CEBs, inaugurariam uma nova face da Igreja. O documento aponta para um despertar para a sensibilidade do ser humano que questiona, que sente o ser humano em toda sua realidade, e que vai se tornar importante na formação de uma comunidade de partilha e de amor (SÍNTESE 1975, p. 02). O documento “Síntese sobre CEBs”, aponta na direção dos Círculos Bíblicos como base para implantação das CEBs, especialmente, por ter em sua metodologia a reflexão da palavra, o confronto de ideias que poderiam levar para um comprometimento, o despertar de lideranças:

A palavra de Deus é elemento importante na motivação e iniciação da CEB. Os Círculos Bíblicos, podem então, ser bem aproveitados, usando-se a reflexão constante da Palavra como mentalização que levará a um posterior comprometimento com a realidade. (SÍNTESE, 1975, p. 02).

O Círculo Bíblico foi o embrião da CEB. De acordo com Leonardo Boff (1985, p. 94), as CEBs nascem em torno da palavra de Deus “para expressar e alimentar a fé, discutir à luz dessa palavra seus problemas e ajudar-se mutuamente”:

Primeiramente, ela é uma *comunidade*: grupos primários e vizinhos com relações imediatas e participação igualitária. Em segundo lugar, trata-se de uma comunidade *eclesial*: o elemento religioso constitui o princípio estruturante; o evangelho e o próprio sentido de pertença à igreja é que propiciam a formação da comunidade. Finalmente a comunidade eclesial possui uma característica de *base*. Os participantes, em sua quase absoluta maioria, pertencem à base da sociedade, como operários, empregados, subempregados, donas-de-casa, camponeses, pequenos proprietários, numa palavra, as camadas populares pobres; pertencem também à base da Igreja, pois se trata de leigos, simplesmente cristãos ou antigos membros de alguma associação paroquial (apostolado da oração, cruzada eucarística, marianos, etc.).

Tudo começa com círculos bíblicos que se vão conquistando uma situação estável até formar a comunidade, geralmente constituída de 10 a 20 grupos de reflexão bíblica. (BOFF, 1985, p. 94).

Esse exercício de cidadania, segundo Gramsci (1936), leva a construir uma concepção de mundo:

Todos participam de uma concepção de mundo, como exemplo, pela utilização de um certo tipo de linguagem: “Se é verdade que cada linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo.” (GRAMSCI, 1936, p. 95).

O documento “Síntese sobre CEBs” aponta critérios em relação aos líderes de grupos, dos Círculos Bíblicos. A orientação era que para a liderança dos grupos fossem evitados padres, religiosos ou religiosas e pessoas que pudessem usufruir de benefícios ou interesses em relação ao grupo, “Em todo o processo evite-se o clericalismo. Tenhamos também o cuidado de não confiar lideranças a pessoas que exercem cargo de influência e dominação sobre o povo, como seja: patrões, chefes políticos, etc” (SÍNTESE, 1975, p. 02).

Os membros dos grupos de CEB's são, no geral, pessoas com remuneração salarial baixa, moram em casebres nas favelas e periferia urbana. Na zona rural, habitam pequenos sítios e fornecem mão-de-obra para o trabalho agrícola. (FREI BETTO, 1981, p. 7. A

exploração e expropriação da terra foram fatores que marcaram os membros das CEB's que buscavam na religião “[...] um sedativo para os sofrimentos, encontravam agora um espaço de discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir a opressão” FREI BETTO (1981, p. 08). Desse modo, os membros das CEB's articulavam-se por motivos correlatos à sua condição humana, inseridos numa realidade social, na qual, a desvalorização do homem acontecia, em termos econômicos e sociais.

Os círculos bíblicos vão capacitar leigos que vão assumir ministérios na Igreja da diocese. Para Boff (1982, p. 196), “O leigo assume a tarefa de levar avante o Evangelho e manter a viva a fé. O importante é que são geralmente os pobres, ao mesmo tempo oprimidos e crentes.”

As Comunidades Eclesiais de Base é a Igreja que se abre ao povo. O documento SÍNTESE (1975, p. 02) tem como base a eclesiologia, a eclesiogênese, trabalhada por Leonardo Boff, ou seja, uma nova igreja que nasce da fé do povo:

A impressão primeira que se tem é que alguma coisa nova, do Espírito, está em ação neste fenômeno no qual o povo crente e pobre se organiza para viver comunitariamente sua fé. Não se repete um passado, nem se reforma uma estrutura presente; abre-se um futuro novo, ainda não ensaiado nos últimos séculos de predomínio clerical. Trata-se de uma verdadeira eclesiogênese, vale dizer, da gênese de uma igreja que nasce da fé do povo.

Um fato inusitado, de grandeza verdadeiramente teológica, ocorre nestes encontros, a igreja está aí representada com seus bispos, confessores, profetas, mártires (muitos passaram pelo processo de torturas por causa de sua fé), doutores, virgens e representantes do Povão de Deus. Parece que se atualiza a história dos primórdios, com a mística que a caracterizava. Discutem-se os passos da caminhada, à luz da fé e da atuação do Espírito aí presente. Isto não impede que haja ardor nos debates nem se exime do trabalho árduo de busca dos melhores caminhos. (BOFF, 1982, p. 204).

Uma vez formado o grupo, um terceiro passo, uma nova orientação é quanto à metodologia para encontros e reuniões (SÍNTESE 1975, p. 03). Os encontros e reuniões das CEBs teriam a função de intensificar a vida da comunidade, onde seria manifestada a integração dos membros e a vivência em fraternidade, cultivada a amizade, a união da comunidade:

As reuniões são acontecimentos ordinários na vida da Comunidade, e são bastante frequentes. Portanto, de início poderiam ser quinzenais, de acordo com as

possibilidades dos membros e as exigências comunitárias... com a continuidade poderão ser feitos uma ou duas vezes por semana a critério do povo. Devem ter sempre o mesmo objetivo: de unir os membros da comunidade, servindo também como incentivo e animação para a mesma. (SÍNTESE, 1975, p. 03).

Novamente a eclesiologia se faz presente, dando direção o sentido para a Comunidade Eclesial de Base:

Tanto as reuniões como os encontros devem convergir para a Eucaristia que poderá ou não, explicitar-se na Celebração Eucarística. Embora não celebrada sacramentalmente, a Eucaristia é o centro e ápice desses encontros fraternos, expressando-se através da união e esforço contínuo de libertação, onde se faz presente a morte e ressurreição do Senhor. (SÍNTESE, 1975, p. 03).

Na Comunidade Eclesial de Base, o povo é o protagonista, tem a liberdade para atuar, para se fazer ouvir, participar, esse é um entendimento de Leonardo Boff (1995, p. 95), e também da equipe Diocesana liderada por D. José Gomes, que vai também pensar um método para orientar as CEBs, de maneira que este continue com a liberdade de atuar:

As reuniões devem ser bem preparadas pela comunidade sob a coordenação dos animadores. De início será necessária a assessoria do animador ou agente pastoral. Os diferentes serviços serão exercidos nas reuniões como meio de promoção pessoal e serviço à comunidade.

Uma reunião anterior deve ter continuidade na reunião seguinte através do aspecto de revisão de compromissos assumidos comunitário ou pessoalmente.

É necessário que as reuniões não sejam demasiado longas para que não aconteça o cansaço tornando-se monótonas. No máximo deverá durar duas horas, como horário flexível. No final das atividades é necessária uma revisão como meio de crescimento individual e comunitário. (SÍNTESE, 1975, p. 03).

As reuniões das CEBs inicialmente ocorriam nas próprias casas dos participantes, mas o documento elaborado pela equipe orienta para gradativamente ir definindo um local neutro e apropriado para os encontros, assim garantindo maior liberdade de expressão e participação da comunidade:

Quanto ao local, deve ser acolhedor, fraternal e alegre. A presença de um recepcionista contribuirá para isto. De início é bom que sejam vários os lugares, por exemplo, nas casas dos participantes. Porém a experiência tem mostrado que depois de um certo tempo é necessário haver um lugar fixo e neutro, que pertença à comunidade e não, a um membro em particular. Este local pode ser utilizado para outras funções. (SÍNTESE, 1975, p. 03).

De acordo com Leonardo Boff (1985, p. 95), o método habitual nos encontros da CEBs é desenvolvido em todas as comunidades eclesiais latino-americanas: ver-julgar-agir, e começa com cânticos e orações espontâneas, leitura de um texto bíblico, discussão dos problemas, onde a página da bíblia é confrontada com a página da vida. Segundo BOFF, a preocupação básica consiste em partir sempre da vida tal como o povo sente e questionar o sentido dos textos sagrados. Para Leonardo Boff (1982, p. 198), “Costuma-se dizer que o Evangelho é a Carteira de Identidade das CEBs”, é nos textos bíblicos, ilustra Boff, que os participantes das CEBs refletem os problemas da vida:

A relação entre Evangelho e Vida e dá num processo lento e difícil. Inicialmente, a Palavra leva ao seu interessar pelos problemas do grupo reunido: uma doença, desemprego, etc. Com o tempo, o grupo se abre para a problemática social do meio ambiente, com a rua ou o bairro. São problemas de água, luz, esgotos, ruas, posto médico, escolas, etc. Já numa fase mais social. Questiona-se então o modo vigente de organização social. E a ação correspondente a esse nível de consciência é a participação nos instrumentos de luta do povo: sindicatos, movimentos populares variados, partido, etc. (BOFF, 1982, p. 198).

Para Boff (1982, p. 198), a partilha do evangelho nas CEBs é democrática, onde todos podem falar, “todos são convidados a dizer sua palavra sobre o seu evangelho”. Nesse encontro, segundo Baktin (2003) temos a relação de consciências que estabelecem o diálogo, é dar voz ao outro e reconhecer que seu enunciado é único. Esse exercício de evoluir até a militância a partir da tomada de consciência é importante no diálogo, é importante a escuta do outro. A Comunicação a partir desse debate contribui para a tomada da consciência. Segundo Baktin (2003, p. 395), a conversação entre sujeitos que se permitem com a participação ativa, um encontro, uma interação se estabelece um diálogo, para Baktin nesse caso teremos duas consciências ativas. Segundo Andreis (2016, p. 85), “a palavra passa a ser um território comum, ou social, se dá o alargamento da consciência produzido pelo confroencontro de palavras”, aqui não se trata de um embate de ideias, mas o encontro de consciências

diferentes, pensamentos diferentes que uma vez confrontados produzem uma construção de conhecimentos:

Cabe destacar que não se trata de afirmar verdades acabadas, mas de propor ideias que têm um acabamento provisório, e que esse diálogo não é nem pode visar a uma fusão de vozes, ao contrário, o reconhecimento da singularidade de cada sujeito – ou seja, as diferenças de ideias – é o que impulsiona a continuidade do pensar. (ANDREIS, 2016, p.83).

Para Miotello (2014, p. 69), o enunciado que sai da nossa boca “são posicionamentos, verdades:

(...) quando anuncio não são palavras que saem da minha boca, palavras no sentido puramente, mas são posicionamentos, verdades ou mentiras, visões de mundo, e que entram em contradição com outros posicionamentos, outras visões, outros sentidos. (MIOTELO, 2014, p. 69).

Os encontros de CEBs à luz do evangelho, na busca da conscientização, oportuniza a troca e o confronto de ideias. O exercício de permitir a comunicação, “Novos sentidos se descobrem nos sentidos antigos agora em contradição com os novos sentidos; e esses alargamentos não têm fim” (MIOTELO, 2014, p.69). Desse modo, os sujeitos envolvidos, podem se sentir descobrindo, criando o novo (ANDREIS, 2016, p. 85).

O conteúdo a ser debatido nos encontros das CEBs da Diocese de Chapecó, também teve uma orientação da equipe Diocesana, com base na realidade da comunidade, de maneira que se adapte ao cotidiano da comunidade:

No que se refere ao conteúdo, as reuniões podem ter vários aspectos como:

Encontros informais – Planejamento e replanejamento – Revisão – Reuniões para questionamento – proféticas, onde se anuncia a profunda Palavra de Deus – Reflexão e aprofundamento teológico, preparação do Culto ou da Eucaristia – Celebrações, Etc.

Qualquer que seja o conteúdo deve sempre partir das necessidades do povo e com linguagem ao nível dos participantes. Escolhe-se, quanto possível, fatos vividos nos últimos dias, para que mais facilmente se evidencie de compromisso. (SINTESE 1975, p. 03).

A vocação missionária da comunidade e seus carismas integram um quarto passo, é um outro ponto na vida da CEBs. De acordo com Leonardo Boff (1982, p. 200), “a forma comunitária de viver a fé permite a emergência de muitos ministérios leigos”, esses ministérios a comunidade, o povo denomina de serviços e o apóstolo Paulo, um dos célebres discípulos de Cristo, denomina de carismas.

O documento orienta na formação das CEBs para os ministérios e carismas:

Ministérios: São serviços prestados à comunidade eclesial, por membros da mesma. Pode ser assumido por indicação da comunidade mas, nunca, imposto.

Deve se levar em conta que os ministérios não são meras tarefas distribuídas para facilitar uma ação mas, resultado de um compromisso batismal. Distinguimos dois tipos de Ministérios:

JURÍDICOS = estritos:

São permanentes e continuam mesmo quando não se exerce mais o serviço. Neste tipo, incluímos os Presbíteros, Bispos e Diáconos.

CIRCUNSTANCIAIS = amplo

Permanecem enquanto perdura a necessidade do serviço. Os principais ministérios desse tipo, para a América Latina, são:

Ministério da Palavra: Catequistas, dirigentes de círculos bíblicos, anunciadores da palavra, etc.

Ministério do Culto: Ministro do Batismo, da Eucaristia e do Culto.

Ministério da Caridade: Encarregados de órfãos, anciãos, enfermos, exéquias, etc. (SÍNTESE 1975, p. 02).

Na Comunidade Eclesial de Base, o povo vive a fraternidade. Segundo Boff (1982, p. 200), “Todos são efetivamente irmãos, todos participam, todos assumem seus serviços”. Boff vai além, destaca o papel missionário das Comunidades Eclesiais de Base, para quem, nas CEBs, os leigos redescobrem seu sentido apostólico e missionário.

Para a Diocese de Chapecó, o documento “Síntese sobre CEBs” orienta para esse exercício missionário de ir ao encontro das necessidades da comunidade, partindo da CEB. “Os ministérios devem surgir das necessidades da comunidade Eclesial, pedidos por ela e, nunca por criatividade dos Agentes” (SÍNTESE 1975, p. 04). O documento também orienta no processo de escolha dos missionários, aponta critérios para a seleção e formação dos ministérios:

Que surjam do povo e respondam a uma necessidade comunitária;

Que sejam formados na própria comunidade e, não, vindos de fora para dentro como imposição;

Que não sejam vitalício mas, possam ser substituídos, quando necessário. Quanto possível que sejam em equipes;

Que demonstrem vivências de fé e amor e tenham certa maturidade para não criar caso de precedência;

Que tenham bom relacionamento na Comunidade, sejam bem aceitos, disponíveis e capazes de trabalhar mais por ideal do que prestígio ou interesse econômico. (SÍNTESE, 1975, p. 04).

Para o exercício dos ministérios na Comunidade Eclesial de Base, o documento elaborado pela Equipe Diocesana também sugere passos a serem seguidos: a preocupação está sempre voltada para o serviço, para libertação do ser humano, que o carisma não se torne um trampolim:

Que se promova a união entre os diversos ministérios;

Que os Ministérios sejam exercidos de comum acordo com o Vigário e o Bispo da Diocese.

Evitar que o Ministério se torne um título, uma promoção mas, que seja um serviço. E que o Ministro não seja entronizado mas, aquele que serve e ajuda os irmãos.

Que se promova o intercâmbio entre as diversas Comunidades, podendo o Ministro de uma servir a outra.

Que a comunidade se esforce para ajudar no crescimento dos Ministros dando-lhes oportunidades, apoio e incentivo. (SÍNTESE, 1975, p. 04).

Para Leonardo Boff (1982, p. 200), todos os serviços são entendidos como dons do Espírito Santo. O apóstolo Paulo entende o carisma como serviço. No modelo de CEBs que nasce na Diocese liderada pelo Bispo D. José Gomes os Carismas são dons de Deus ao ser humano, que uma vez consciente, se coloca a serviço da comunidade:

CARISMAS:

São dons extraordinários de Deus os quais devem ser postos a serviço da Comunidade Eclesial.

O extraordinário do carisma, está, justamente, na atitude que deve ser questionado e cultivado pois nenhum carisma é completo. Deve ser educado, orientado e integrado à serviço da Comunidade particular e da Igreja universal.

Como são serviços e respondem a uma necessidade, não podem confundir-se com um Projeto Pastoral.

O carisma só tem validade se está a serviço do homem. Há grupos e pessoas carismáticos.

Todos os carismas e ministérios, além dos serviços prestados, à própria Comunidade devem estar abertos a toda a Igreja.

Não nos esqueçamos, porém, que fora da Igreja também há carismas. (SÍNTESE, 1975, p. 04).

4.2.2 As CEBs diante da Religiosidade Popular presente na história da Diocese de Chapecó

Diante da realidade, o documento (SÍNTESE, 1975, p. 04-5) aponta um quinto passo e contempla a herança cultural cabocla agora miscigenada com os migrantes, o entendimento de que a Religiosidade Popular faz parte da cultura da Diocese, que, diante do processo histórico da região, possui raízes de diversas culturas e etnias e que a CEB não deve ignorar nem desprezar esta herança mas precisa conduzir a comunidade a novas perspectivas. A proposta é partir da herança cultural religiosa e avançar até os questionamentos da realidade, buscar a libertação a que se propõe à Comunidade Eclesial de Base:

Religiosidade é um misto de costumes, ritos, crenças, romarias, procissões, promessas, benzeduras, rezas, orações, etc. que está espalhada meio do povo, independente de situações sociais, econômicas e culturais. A Religiosidade é também, devido à falta de evangelização. Tem raízes profundas advindas de diversas e diferentes culturas, tais como: portuguesa, indígena e africana, etc.

A religiosidade popular se manifesta através de: uso de velas, culto de imagens, festas as mais variadas...

A CEB não pode nem deve desviar-se da Religiosidade Popular, mas deve descobrir os seus valores na busca do crescimento, sem contudo, correr o risco de intelectualizar tais valores. Deve identificar-se com a mesma e captar seus desejos e intuições, vivências e tradições e traduzi-la em Igreja de maneira mais explícita e dinâmica. Nesse processo deve usar uma linguagem que o povo compreenda, não tanto uma linguagem falada, quanto vivencial.

Essa forma de Religião supõe constante questionamento para despertar o dinamismo dos próprios valores, como também para descobrir novos, procurando com isso

novos projetos que têm raízes no passado, mas também, promover outros com perspectivas para um novo futuro. (SÍNTESE, 1975, p. 05).

O “Síntese sobre CEBs” em um sexto passo, também trata da relação Comunidade Eclesial de Base e a Comunidade convencional, denominada de Natural, de onde surgiria a CEB:

A Comunidade Natural é a união dos elementos em torno de um objetivo comum. A CEB não é uma comunidade natural, mas pode surgir dentro destas.

A partir da vivência cristã, a CEB faz com que os seus membros se desinstalem, tomem consciência de seus problemas, de sua realidade e age como fermento dentro da Comunidade Natural.

Não é uma célula fechada em si mesma mas caminha em busca de auto-promoção, da quebra de estruturas, da transformação de realidades, e da valorização da pessoa como pessoa e como filho de Deus na implantação do REINO. Portanto, tem como fundamento a Palavra de Deus. (SÍNTESE, 1975, p. 05).

Por fim, o documento SÍNTESE (1975, p. 05), em um sétimo passo, enumera pontos a serem considerados pela Comunidade de Base na relação com a Diocese, Paróquias, e Instituições. O documento enfatiza novamente a eclesiologia da CEB. Leonardo Boff (1986, p.87) considera que as Comunidades de Base “querem ser e são Igreja visível que se constitui por estes quatro elementos: pela fé, pela celebração, pela comunhão e pela missão”. Importante destacar que fé para Leonardo Boff, à luz da Teologia da Libertação, “é princípio de contestação e de compromisso de libertação do homem todo e de todos os homens a começar com os objetivamente oprimidos de nossa sociedade capitalista” (BOFF, 1986, p. 87); a celebração é celebrar a fé, “Celebrar não é realizar um rito mas ritualizar a vida diante de Deus e dos irmãos” (BOFF, 1986, p. 88); quanto à comunhão, o sentido da palavra é amplo, Boff fala em uma reformulação no estilo de comunhão de todos:

Nas CEBs discernimos as marcas da autêntica eclesialidade segundo os Atos dos Apóstolos: a fé apostólica, a fração do pão, a comunhão ou a partilha dos bens, as orações. E mais: alegria, perseguição por causa da fé, coragem da Palavra (parrhesia), pregação itinerante. E são, segundo o seu estilo, *unas* (unidas na Grande Igreja pela via dos pastores, unidas a Jesus Cristo, ao Reino, à missão e à esperança), *santas* (pelo compromisso em favor da justiça, pela solidariedade, etc.), *católicas* (porque aderem à fé, vida e missão dos apóstolos e porque estão em comunhão – as vezes não correspondida – com os pastores da Igreja). (BOFF, 1986, p. 89).

Um quarto elemento da eclesiologia apontada por Boff é à missão. O teólogo entende a missão como serviço aos homens no mundo, como profecia que anuncia a proposta de Deus feita em Jesus Cristo e também denuncia as injustiças, se dispondo à perseguição e ao martírio. A missão para Boff deve ser Pastoral:

Pela pastoral, a comunidade cristã acompanha as pessoas e os grupos humanos e sua situação concreta, anima a esperança, promove a vida e a total abertura aos ouros e a Deus, criando comunidades de fé, esperança e amor, comprometidas com a libertação integral. Na América Latina a missão da Igreja é desafiada pelos níveis de opressão coletiva a que os pobres estão submetidos. Por isso sua pastoral tem que se apresentar como libertadora, promotora dos direitos dos pobres, e fatora, por todos os lados, de comunhão e de participação. (BOFF, 1986, p. 89).

São 8 os pontos considerados pelo documento síntese de CEBs da Igreja liderada por D. José Gomes, dentro do passo que trata da relação entre Dioceses, Paróquias, comunidade de base e instituições, que estão em sintonia com os elementos fundamentais da eclesiologia, descritos por Leonardo Boff e que remetem a uma CEB comprometida com a CE (Comunidade Eclesial) e a libertação integral do homem:

A CEB deverá estar intimamente ligada à CE. Não pode desconhecer as grandes linhas da CE, como Diocese ou Paróquia.

Terá uma certa autonomia, contudo, sem perder o elo com a CE e outras Comunidades e Instituições.

A CEB deve encontrar maneiras de estabelecer comunhão com as outras Igrejas e Instituições. Devem aceitar o pluralismo e provocar diálogo Eclesial com a própria Diocese e a Paróquia.

As CEBs devem ter presente o princípio de Comunidade e Comunhão que é fundamentado no Ministério Eucarístico e se concretiza na união com as demais Comunidades, com a Diocese ou Paróquia tradicional e as demais CEBS.

Outro elemento de união são os encontros intercomunitários num sentido de estímulo, apoio e afirmação de que muitos irmãos vivem a mesma esperança explicitando a morte e ressurreição do Senhor.

As relações entre a Comunidade se dá também no intercâmbio de serviços e ministérios, quando ministros de uma Comunidade poderão prestar serviços às demais.

São válidos os encontros Regionais de CEBs para revisão e avaliação constante. Podem participar os líderes e outros elementos, bem como líderes de outros movimentos como: Sindicatos, etc.

As articulações entre as Comunidades devem visar sempre a promoção da pessoa na sua globalidade. (SÍNTESE, 1975, p. 05).

O reflexo da ação pastoral da igreja com as organizações, segundo Ana Maria Doimo (KRISCHKE e MAIWARING apud DOIMO, 1986, p. 121): “é observado a partir do estímulo às formas comunitárias de convivência em meio a relações tão pessoais e despersonalizadas como as que o contexto urbano e também o rural engendra.” Para a autora, a igreja comprometida no Brasil, a exemplo da firmada por D. José na região oeste, foi fundamental para o surgimento dos movimentos populares. Para ela, “não há como compreender uma vasta gama de movimentos sociais sem que se tome em consideração a igreja como sujeito organizacional decisivo” (DOIMO, 1986, p. 121):

A igreja, através de uma nova proposta organizativa e de ação política, tem sido o principal sujeito organizacional a imprimir o modelo “comunitário” a grande parte dos movimentos sociais. E a religiosidade tem sido um dos principais fatores para a aglutinação e para a motivação da base social de sustentação desses movimentos. (KRISCHKE e MAIWARING apud DOIMO, 1986, p. 125).

De acordo com o Padre Ivo Oro, a igreja, a partir de D José Gomes, tinha como missão a defesa do direito e da dignidade da vida humana, anunciar e revelar o Reino:

Na comunidade, a igreja trabalha ainda a dimensão do sonho. Nas celebrações se traz presente aquela vida que se busca concretizar e ainda não é a plena realidade, mas da qual já se pode provar alguns sinais. Com isto a igreja cativa não só a mente, a razão das pessoas, mas também o coração. Sonho e sentimento são aspectos vitais na convivência e na luta. Reforçar a luta pela transformação social. É sobretudo este o papel que os militantes atribuem à igreja. (ORO, 1992, p. 51-52).

Um relatório com os avanços para a implantação das CEBs na Diocese foi enviado pelo Secretariado de Pastoral a D. José Gomes em fins de 1975. O Bispo fez uma síntese do documento e apontou questionamentos.

O relato intitulado *Feed-back do secretariado 19/08/75* escrito com o próprio punho, pelo Bispo, apresenta questionamentos dos Projetos ou programas em que as lideranças estão

engajadas ou responsáveis. Algumas palavras foram sublinhadas por D. José e remetam à preocupação do Bispo, especialmente na formação de lideranças:

1) Quanto às potencialidades

- O Projeto me ajudou na realização pessoal? Sim? Não?

Porque?

2) Na formação mental-

Como me sinto no projeto em relação ao conteúdo, ou conhecimentos que ele exige de mim?

Seguro? Inseguro?

Que desejaria mais em relação ao projeto?

3) Outros conhecimentos relacionados ao projeto que poderiam ajudá-lo?

4) Por parte do Regional do próprio secretariado?

Em relação ao regional – como vêm os encontros específicos do projeto – ajudam?

Resolvem processos?

Como gostariam que fossem?

Do Grupal –

1) Sentem que o projeto é um desencadeador de lideranças para a comunidade?
OU para o grupo específico?

2) Quais as dificuldades mais comuns para o engajamento das Lideranças que esse projeto desperta?

3) Sente-se seguro na formação do grupo?

4) Quais as dificuldades que impedem a falta de mentalização das lideranças na atuação mais eficaz – Aceitação da comunidade

Do Social

1) O projeto responde a uma necessidade da comunidade? Ou do grupo?
OU não é importante? Prioritário?

2) A comunidade enfim socializa o projeto. Chega normalmente a aceitar o projeto após a mentalização, ou precisam ainda impressos?

3) O planejamento, no que se refere a treinamento – aperfeiçoamento, do projeto é suficiente ou precisa ser melhorado?

4) Que sugestões dá ou pede ao grupo para este ajudar no projeto/?

(Anotações de D. José, 1975).

O documento Síntese sobre CEBs, revela o modelo de Comunidades Eclesiais de Base pretendido por Dom José Gomes na Diocese de Chapecó, capaz de levar à emancipação do ser humano, à libertação no sentido amplo da palavra, capaz de perceber a realidade à sua volta. Os documentos encontrados nos arquivos de Dom José norteariam a caminhada da Diocese na construção das CEBs. Núcleos foram fundados nas comunidades urbanas e rurais organizando grupos com a finalidade de criar condições para uma maior participação da comunidade.

As CEBs foram fundamentais à organização, à tomada de consciência, à libertação, à conquista da cidadania. Conforme destaca o sociólogo Michael Löwy:

[...] pouco a pouco os debates e as atividades da comunidade se ampliam, geralmente com a ajuda do clero progressista, e ela começa a assumir tarefas sociais: lutas por habitação, eletricidade e água dentro das favelas, luta por terra no campo. Em alguns casos a experiência dessas lutas conduz a politização e à adesão de inúmeros animadores ou membros das CEBs aos partidos de classe ou às frentes revolucionárias. A experiência das CEBs tem freqüentemente levado uma nova qualidade aos movimentos sociais e políticos que elas têm irrigado: um enraizamento na vida cotidiana das camadas populares e suas preocupações humildes e concretas, um encorajamento para auto-organização de base, uma desconfiança face a manipulação política, a tagarelice eleitoral, ao paternalismo de Estado. (LÖWY, 1991, p. 46-7).

Diante do avanço na caminhada para consolidar as CEBs na Diocese, foi buscado parceria para a elaboração de materiais com conteúdos para orientar as lideranças, embasar as discussões.

Imagem Arquivo Mitra Diocesana



D. José Gomes fazendo a refeição (partilha), em meio aos participantes de um dos Encontros de Pastoral.

4.2.3 Caminhar Juntos

Em Fevereiro de 1976, foi lançado um caderno a partir das experiências e de estudos feitos pela Diocese e dos trabalhos realizados pelas Paróquias de Londrina no Paraná e da ASSESSOAR de Francisco Beltrão no Paraná. “Essa foi a experiência piloto que permitiu, depois, a difusão dessa prática em toda a nossa diocese, a partir de 1975. Daí para frente, pode-se falar que foi desencadeado, na Diocese de Chapecó, um verdadeiro processo de educação popular, realizado pelos grupos de reflexão” (ORO, BRUGNERA, MARCON, 2002, p. 145)

O material, uma espécie de manual foi elaborado pela ASSESSOAR contava com 76 páginas. É um passo a passo para Grupos de Reflexão, nos mais diversos temas: família, saúde, religião, comunicação, terra, trabalho, dinheiro (salário, comercialização dos produtos, gerenciamento das contas da família), amizade (amor ao próximo), comunidade (liderança comunitária, Direitos Humanos,) e associativismo (cooperativa, sindicato, Cristão x Política).

De maneira especial, o material conta com 28 encontros preparados para o despertar da consciência crítica e libertação do ser humano. Como sempre enfatizam os documentos da diocese, vai despertar o espírito de liderança, à luz da eclesiologia (fé, celebração, comunhão e serviço).

Na introdução do material (Caminhar Juntos, 1976, p. 01), uma carta endereçada às paróquias e às lideranças dos Grupos de Reflexão:

Estamos empenhados em formar as COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, que é uma tentativa de vivermos a TOTALIDADE da vida da Igreja: Fé, culto e Ação (amor).

Para formarmos as Comunidades Eclesiais de Base temos necessidade de GRUPOS DE REFLEXÃO, que para a nossa realidade e ambiente, são as bases para o surgimento da Comunidade: não só a base, mas principalmente o sustento.

Com as Comunidades Eclesiais de Base queremos levar o povo a assumir a SUA FÉ e a SUA VIDA, despertando a consciência para chegar à libertação. Ou, em outras palavras: levar os cristãos a viver em comunidade, já que o cristianismo é essencialmente comunidade.

Diante disso se justifica a necessidade de uma conscientização. Conscientização que implica em:

- Levar a comunidade a descobrir seus problemas e valores, sentindo a situação em que vive.

- Dar possibilidades a que os membros desta comunidade assumam esta situação concreta e procurem os meios de resolvê-la.

- Com isto os membros da comunidade estariam assumindo uma ação Transformadora, que seria a vivência e a efetualização da Comunidade Eclesial de Base.

Por isso, o ROTEIRO que agora apresentamos quer ser apenas o detonador desta CONSCIENTIZAÇÃO. Quer apenas levantar os problemas, fazer refletir sobre as possibilidades da comunidade e de seus membros. Tentamos englobar, tanto quanto possível, toda a realidade existencial dessas pessoas em suas comunidades.

Se depois destas 28 reuniões se formar uma consciência crítica disposta a buscar a construção da Comunidade Eclesial de Base, então estaríamos começando a viver a fé, o culto e o amor.

Chapecó, 29 de fevereiro de 1976.

No primeiro capítulo, o material tratava de quatro temas: a família, educação, escolas e tradição. Em relação à família, o foco estava em ter uma família estruturada para participar com maior ênfase na vida da comunidade. O texto trata do relacionamento marido-mulher e a CEB (Caminhar Juntos, 1976, p. 02), "A família é uma coisa muito importante para todos nós. Se tivermos famílias unidas, completas, que vivam em paz e que tenham amor, a Comunidade também será unida, e terá paz e produzirá amor".

A preocupação é também com a educação dos filhos. O texto orienta quanto à importância da educação, mas o compromisso diante dos conflitos conjugais e de relacionamento pais e filhos e, após a reflexão, o compromisso em forma de pergunta (CJ 1976, p. 06): "O que é que podemos fazer em nossa casa e em nossa comunidade para que os pais se preparem melhor para educar seus filhos?"

A partir da reflexão quanto ao educar e ao relacionamento da família, se chega a realidade da educação no município, estado e país: "Todas as nossas comunidades têm uma escola. Nossos filhos são educados nela. Mas será que tudo está bem? Nós, alguma vez, pensamos seriamente sobre a importância que a escola tem? A escola de nossa comunidade está desempenhando a sua função?" (CJ, 1976, p. 07).

O texto questiona o acesso ao ensino básico e superior, a realidade em que a família na comunidade está inserida, o índice de analfabetismo a partir da realidade familiar e o enfrentamento da realidade (CJ, 1976, p. 09): "Nós somos responsáveis pela escola, professores, etc?"

Uma das estratégias da equipe diocesana para o fortalecimento da CEB e para o enfrentamento do modelo familiar (patriarcal), o machismo, a passividade diante da realidade educacional, foi trabalhar a tradição, a herança cultural que afeta também a vida em comunidade, (CJ, 1976, p. 12). O que é que nós devemos deixar de lado em nossa comunidade? O que é que não serve mais? O que é que precisamos adquirir ou fazer de novo para melhorar a nossa comunidade? Partindo da reflexão do que era bom e que deveria ser potencializado e o que deveria ser renovado: “As pessoas, para serem felizes e viverem bem, devem saber usar as coisas antigas com sabedoria e também devem aceitar as coisas novas. É o casamento dessas duas coisas que nos vai ajudar a viver bem o tempo presente e também preparar o futuro.” (CJ, 1976, p. 11).

Um Segundo capítulo vai tratar de temas relacionados ao viver bem em comunidade, com qualidade de vida, serviços públicos, infraestrutura (unidade de saúde, médicos, consultas e medicamentos). O primeiro tema a ser abordado é a saúde, de maneira pedagógica, se trabalha a conscientização da realidade na comunidade e se remete à organização e ao comprometimento para garantir um serviço público de qualidade na comunidade: “Uma das coisas mais importantes para a nossa vida é a saúde. Sem saúde não podemos fazer quase nada. Às vezes não temos saúde por nossa própria culpa. Outras vezes, quando estamos doentes, não temos recursos para nos curar” (CJ, 1976, p.12). Um dos problemas enfrentados era a passividade, diante da falta de médicos, ou mesmo a falta de medicamentos na rede básica, se buscava benzedeiros e curandeiros em detrimento de uma organização popular para o enfrentamento da realidade.

Entre os problemas da saúde pública na década de 1970 na área rural e urbana estava a falta de saneamento básico, a falta de higiene que impactava especialmente nos cuidados com a água (CJ, 1976, p. 15). “Fundamental para o bem estar de uma família é a higiene. Higiene significa limpeza, asseio; regime alimentar, cuidado com a saúde, etc. Por aí vocês notam a grande importância de termos higiene em casa, com o corpo, com tudo”. O capítulo também trata da alimentação. No encontro do Grupo de Reflexão um debate abrangente, desde a orientação para uma dieta alimentar, as calorias dos alimentos, as necessidades básicas, e capacitação para o aproveitamento dos alimentos.

O tema esporte também tem uma compreensão abrangente, com um olhar de relacionamento, de lazer, para o homem, a mulher, o jovem, a família, para assim viver bem, para ser uma pessoa melhor e assim a partir da reflexão levar a organização para garantir a

estrutura na comunidade, (CJ, 1976, p. 23) “O que é que vamos fazer de prático para melhorar o divertimento da comunidade?” O esporte por se tratar de uma atividade coletiva, foi trabalhado nos Grupos de Reflexão como uma oportunidade de integrar a comunidade, ferramenta de unidade, o compromisso com o outro em detrimento do individualismo, à luz do Concílio Vaticano II, no documento *Lumen Gentium* 61:

Contudo permanece para cada homem o dever de conservar a noção de pessoa humana integral, nos quais sobressaem os valores da inteligência, vontade, consciência e fraternidade, todos fundamentados em Deus Criador e que em Cristo foram sanados e elevados, de maneira admirável”...(CJ, 1976, p. 22).

Com esse olhar, é focado o tema Festas na comunidade. Uma das preocupações era a realização de eventos para angariar fundos para construção de templos e salões comunitários. O excesso de promoções que, ao contrário de unificar a comunidade, gerava descontentamentos e o afastamento, a desintegração. O objetivo da reflexão era o resgate do espírito comunitário das festas, prevenção a desentendimentos, integração das famílias, “tornar as festas em momentos de união e alegria de irmãos” (CJ, 1976, p. 26). O encontro sobre festas, esportes, remete à reflexão da amizade na vida comunitária, o serviço, o carisma, a ajuda junto às famílias diante de problemas, a unidade da comunidade.

Um Terceiro Capítulo do caderno Caminhar Juntos, roteiro para os grupos de reflexão, vai tratar de temas relacionados ao associativismo, o compromisso com a comunidade, a partir do serviço ao semelhante:

O cooperativismo emergente como forma autônoma de organização social, concebido como uma associação de pessoas que se organizam para a satisfação das necessidades de cada um à medida que os objetivos e as necessidades de todos são alcançados, é apresentado como a via alternativa, eficiente e democrática, de uma construção social graças a qual o individual e o comunitário se fundem no horizonte da equidade e da justiça social. Nestes termos, o social catolicismo, veiculado pela Igreja da Imigração, tomou-se expressão concreta de vida associativa e instrumento de modelação social, de promoção das mudanças sociais desejadas e de construção dos espaços sociais comunitários no Sul do Brasil. (SCHALLENBERGER, 2003, p. 10).

No Terceiro Capítulo do caderno Caminhar Juntos são nove subtemas: Amizade, Amor ao Próximo, Amor à nossa Comunidade, Somos Pessoas Humanas, Direitos Humanos,

Cooperativa, Sindicato, o Cristão e a Política, Os Cristãos e a Política (B). O subtema amizade vai refletir o compromisso entre os membros da comunidade, todos são responsáveis pelas células humanas que compõem a comunidade, o comprometimento com os problemas vivenciados junto a cada família, relacionamentos conflituos entre casais, pais e filhos, (CJ, 1976, p. 28): “O que vamos fazer, como membros desta comunidade para fazermos crescer mais a amizade entre as pessoas? E assim se abrange outro subtema, o amor ao próximo, assunto considerado de vital importância dentro da Comunidade Eclesial de Base, (CJ, 1976, p. 29): “O maior mandamento que Cristo nos deu foi: “Não há maior amor do que dar a vida por seus amigos”. Será que nós entendemos bem este mandamento?” O amor ao próximo é destacado no texto estudado como de interesse de todos (CJ, 1976, p.29): “Pois não podemos ser cristãos e dizer que amamos a Deus se não formos capazes de amar os nossos irmãos”. O roteiro resgata a parábola do bom samaritano, Lucas, 10, 25-37; onde o samaritano, considerado pecador, comunidade impura, foi a pessoa que acolheu um ser humano vítima de assalto. O bom samaritano socorreu a vítima, quando outras pessoas, um levita considerado sagrado, um homem da cidade de Jericó a serviço do templo, todos ignoraram a vítima. Então, Jesus pergunta: quem é o próximo do homem assaltado? A resposta é: “quem teve compaixão pela vítima. E Cristo orienta: vão e façam a mesma coisa” (CJ, 1976, p. 29).

No subtema Amor à nossa comunidade, o texto inicia com uma historinha de algumas pessoas que se encontram na igreja para o culto dominical e se põem a dialogar sobre problemas na comunidade: falta isso, falta aquilo, faltam lideranças, faltam espaços de lazer, a juventude se ausenta da comunidade em busca de diversão. Na sequência, a reflexão sobre o diálogo:

Vemos que para uma comunidade funcionar direito e deixar as pessoas felizes são necessários muitos fatores. E são coisas que a própria comunidade deve fazer. Não podemos esperar tudo dos outros. Não podemos esperar que os outros façam para a gente. Se é comunidade, somos nós que devemos providenciar estas coisas. (CJ, 1976, p. 32).

Perguntas provocam a reflexão. “Quando se fala em comunidade, o que vem em primeiro lugar: o bem-comum ou bens pessoais? No tempo da política, vocês foram capazes de convidar os candidatos e conversar com eles sobre os problemas da comunidade ou só defendem o partido de vocês ou pior ainda, vendem o voto para quem promete mais

vantagens pessoais? De quem deve partir o interesse para fazer a comunidade ir para frente? Enumere as coisas boas que vocês juntos conseguiram para a comunidade? Uma segunda parte do encontro trata da terra cevada que recebe a semente, um novo texto fala das primeiras comunidades, dos primeiros cristãos. (CJ, 1976, p. 33): “Os primeiros cristãos tinham uma comunidade. Eles se ajudavam de fato. Tudo que tinham era posto em comum”. O foco é motivar para que cada um assuma um compromisso na comunidade, “Vocês acham que quem não ama a comunidade pode se interessar por ela? Hoje em dia existe uma mentalidade de cada um cuidar de si, não se meter nas coisas dos outros. Se todos pensassem assim seria possível existir uma comunidade? O que precisamos fazer de prático para dizer que vivemos numa comunidade?”(CJ, 1976, p. 34).

Um novo subtema vai tratar da dignidade humana, com o título “Somos Pessoas humanas”. O texto inicia com um texto para reflexão, (CJ, 1976, p. 35): “Nós somos gente, mas nem sempre olhamos para os nossos semelhantes como eles merecem. Outras vezes, nem nós sabemos direito qual é o nosso valor e a nossa dignidade.” Entre os questionamentos, um que remete à conscientização sobre os direitos da pessoa, As pessoas têm direito de reclamar quando não se é respeitado como pessoa? Onde poderá reclamar seus direitos? O encontro se fundamenta no Concílio Vaticano II, que trata dos direitos e da dignidade da pessoa humana:

Conclusões de Medellín – 2,14. “A paz é, antes de tudo, obra da justiça. Supõe e exige a instauração da ordem justa, na qual os homens podem realizar-se como homem, onde sua dignidade seja respeitada, suas legítimas aspirações satisfeitas, seu acesso à verdade reconhecido, sua liberdade pessoal garantida. Uma ordem na qual os homens não sejam objetos, senão agentes de sua própria história”. (CJ, 1976, p. 36).

Na sequência, o texto apresentava questionamentos voltados a despertar a consciência de classe dos participantes:

- 1) Os bispos disseram que os homens devem ser agentes (aqueles que fazem) de sua história e não objetos (coisas). Será que o operário e o agricultor são valorizados como pessoas humanas?
- 2) O agricultor, o operário, o agregado estão fazendo a sua história, ou estão fazendo a história que os outros querem?
- 3) O que tem mais valor diante dos homens: aquele que estuda, tem mais dinheiro, um bom emprego ou agricultor e o operário que trabalha o dia inteiro e não tem recursos para estudar? Está certa esta diferença?

- 4) Os agricultores e operário são bem tratados e atendidos quando vão a uma repartição pública, falar com uma autoridade, quando vão ao consultório do INPS ou FUNRURAL ou em qualquer outro lugar?
 - 5) Os bispos disseram que todas as legítimas aspirações dos homens devem ser satisfeitas. Será que as nossas aspirações (aquilo que precisaríamos para viver como gente) estão sendo satisfeitas? O que é que estaria faltando?
 - 6) O que é que poderíamos fazer para mudar esta situação?
 - 7) O homem é diferente do animal porque tem inteligência, com seu trabalho transforma o mundo e com sua responsabilidade guia o mundo. Será que todos os homens sabem disso?
 - 8) O que é que poderíamos fazer para que todos entendessem isso?
- (CJ, 1976, p. 36).

Um novo subtema aprofunda a reflexão anterior, com reflexão sobre os “principais” direitos da pessoa humana, em 1976.

A reflexão inicia com uma pequena historietta com enfoque na realidade da região. Um caboclinho sem pai e nem mãe, viveu solto no mundo, diarista, vivia das benesses das pessoas, quando adoecia buscava a cura através de remédios caseiros, ninguém sabia se tinha documentos, se era batizado (CJ, 1976, p.38). O questionamento era onde estavam os direitos humanos. A reflexão foi à luz da carta do Papa João XXIII, (p. 111, parte 2): “Paz na Terra”, onde o pontífice coloca quais são os principais direitos da pessoa humana:

- Todas as pessoas têm direito de viver e de ter proteção, de se desenvolver tanto no corpo como na inteligência.
 - Todas as pessoas têm direito de se instruir e de serem ajudados nesta construção.
 - Todas as pessoas que trabalham têm direito a um pagamento justo que seja suficiente para sustentar a família e ter saúde, alimentação, vestuário, casa e cuidados médicos.
- Todas as pessoas têm direito de seguir a sua religião, tanto particularmente como em público.
- Todas as pessoas têm direito de se reunir em associação de classe, para defender seus direitos e seus interesses. (CJ, 1976, p. 38).

Na década de 1960, em pleno regime Militar, algumas reformas vindas de Roma, promoveram os posicionamentos mais progressistas da Igreja no Brasil, e com reflexos na diocese de Chapecó, comandada pelo Bispo D. José Gomes:

As encíclicas *Mater et Magistra*, publicada em 1961, e *Pacem in Terris*, de 1963, ambas do papado de João XXIII (1958-63), foram importantes marcos da doutrina social da Igreja, pois buscaram sintonizar as orientações das encíclicas anteriores que tratavam das questões sociais com o mundo secular moderno. A *Pacem in Terris*, por exemplo, fez da Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, de 1948, parte do ensinamento oficial dos católicos. Mas foi o Concílio Vaticano II (1962-65) que pôs a questão da justiça social e dos direitos humanos em primeiro plano. (PAULO CESAR, 2014, p. 21-22).

A CNBB agiu no sentido de enfrentar as violações dos direitos humanos no Brasil durante o regime militar. Uma das estratégias era denunciar Brasil e no exterior, através dos meios de comunicação, embora houvesse a censura e, principalmente, através dos documentos episcopais como relatórios das assembleias gerais (PAULO CESAR, 2014, p. 35).

A Igreja atuou na Defesa dos Direitos humanos e sociais durante o período da ditadura:

Há quem defenda que o engajamento da Igreja na luta pelos direitos humanos foi conjuntural, ou seja, teria sido desencadeado pelo recrudescimento da repressão ao clero e à oposição de modo geral. Nessa época, as preocupações com a Declaração Universal dos Direitos do Homem teriam se fortalecido, deixando, num primeiro momento, os direitos sociais em segundo plano. Posteriormente, a definição dos direitos do homem voltou a alargar-se e a incorporar preocupações sociais resultantes da crítica do modelo econômico adotado pelo governo. Entretanto, deve-se cuidar para que o aspecto conjuntural da luta da CNBB pelos direitos humanos não deixe a impressão de que fatores históricos e de convicção inexisteram, ou que não havia motivações propriamente religiosas para sua ocorrência. (PAULO CESAR, 2014, p. 36)

Para instigar a reflexão, questionamentos remetem aos direitos humanos. Quais desses direitos nós estamos aproveitando? Quais não? Por que acontece isto? Como poderíamos exigir nossos direitos? Podemos exigir direitos se não estamos cumprindo nossos deveres? Quais são esses deveres? Se seria possível se desenvolver como pessoa humana sem os direitos que o Papa cita na carta? E outros dois questionamentos provocativos para instigar a assumir compromisso na comunidade. As pessoas que não podem aproveitar seus direitos são gente pela metade? Deus quer que sejamos pessoas pela metade? Qual o nosso compromisso diante disso? (CJ, 1976, p. 40).

A partir dos estudos, dos debates sobre os direitos da pessoa, o compromisso mútuo, os conteúdos vão remeter à efetiva participação da organização de classe.

Um dos subtemas abordados é a participação na vida da Cooperativa, assembleias, encontros, o direito de falar, opinar, o pertencimento, a valorização da cooperativa, a fiscalização, o conhecimento do estatuto, as vantagens em estar associado; e questionamentos como: quem define o salário do presidente? A cooperativa é um órgão para a defesa dos agricultores ou apenas uma empresa que compra produtos e não presta contas a ninguém? (CJ, 1976, p. 40).

Nos grupos de reflexão, a Cartilha também proporciona material explicativo sobre o que seria uma cooperativa e suas vantagens, (CJ, 1976, p. 40): “A cooperativa é um órgão fundado por uma classe, ou seja, por pessoas que trabalham na mesma profissão. Para nós, agricultores, temos a cooperativa agrícola.” São detalhados os três tipos de cooperativas, consumo, produção e mista:

A cooperativa é um ponto de união entre as pessoas que pertencem a esta associação, onde seus associados põem em comum uma parte de seu dinheiro, que chama “quota”. Todo o sócio tem como obrigação vender seus produtos para a cooperativa e comprará tudo o que precisar para o seu sustento na cooperativa. (CJ, 1976, p. 41).

Entre as vantagens apontadas no texto, a estabilização dos preços do produto, melhor preço pago aos produtos e a venda mais barata aos sócios:

A cooperativa deverá ter sempre uma pequena margem de lucros para manter-se.

As pessoas que dirigem a cooperativa devem ser agricultores, que se interessam pelo bem-comum dos seus sócios e não pensam só em si. Devem ser pessoas firmes, honestas e decididas em defender os agricultores.

Uma cooperativa deverá fazer “reuniões ordinárias” para prestar contas aos sócios, prever novos investimentos, decidir como agir na defesa dos agricultores.

Todos os sócios têm direito de opinar, falar, pedir explicações, exigir prova de tudo o que acontece na cooperativa. (CJ, 1976, p. 41).

Os questionamentos aprofundam a reflexão sobre o assunto, o funcionamento da cooperativa, a participação efetiva nas reuniões, as informações sobre lucro, os investimentos, se a cooperativa está ajudando o agricultor associado ou apenas os grandes produtores. A reflexão também sugere o convite a alguém que entendesse de cooperativa para explicar outras coisas de interesse e desconhecidas dos agricultores. E, por fim, o compromisso prático para participar mais na vida e decisões da cooperativa.

Assim também a participação na vida sindical. O sindicato em evidência era o dos Trabalhadores Rurais, que, à época, não cumpria seu papel em defesa da classe, era denominado de sindicato pelego. O texto inicia em tom de denúncia e com crítica ao sindicalismo “pelego”, fruto da ditadura militar:

Há vários anos que existem os Sindicatos. Talvez quase todos os que estão aqui são sócios dos sindicatos. Mas não basta ser sócio. O sindicato tem muita coisa a fazer em favor da classe dos agricultores. Sabemos, porém, que não faz quase nada. Por que será? A culpa é dos dirigentes? Ou será nossa também? Gostaria que juntos analisássemos isto com muita seriedade. (CJ, 1976, p. 42).

O texto vai discutir dois modelos de sindicatos, com críticas ao modelo assistencialista, que dispõe de consultas e atendimentos na área da saúde, vende sementes, produtos veterinários. E outro, que lidera a organização da classe, atua na defesa dos direitos do agricultor e na unidade. A cartilha provoca com questionamentos que remetem à participação do grupo, como deveria ser o sindicato? O atual sindicato dos agricultores faz assistencialismo ou atua na defesa dos interesses da classe? Na sequência, já revela o atual papel do sindicato, de que é importante fazer a assistência mas que não deve ser a principal função, por que será que o sindicato está fazendo mais assistencialismo do que a defesa de direitos? (CJ, 1976, p. 43).

Outra questão levantada no texto é o FUNRURAL. Será que o FUNRURAL está ligado ao sindicato ou são coisas diferentes? De onde vem o dinheiro que o FUNRURAL tem? Vocês conhecem o estatuto do sindicato de vocês? Todos os sócios participam das assembleias, reuniões ou outras promoções do sindicato? Sobre o FUNRURAL o texto esclarece o que seria o FUNRURAL:

Em 1971 o governo federal estabeleceu um Fundo de Assistência Social ao Agricultor. É aquilo que nós chamamos de FUNRURAL. O dinheiro que o FUNRURAL tem é cobrado de cada agricultor. No momento da venda do produtor é descontado uma taxa de 2% sobre o valor total do produto vendido. Quem recolhe os 2% é o comprador. Por isso, é bom pedir sempre a nota fiscal que é garantia que este dinheiro é recolhido. Uma outra pequena parte da entrada do FUNRURAL é recolhida da Indústria.

O FUNRURAL ajuda no atendimento hospitalar, dá aposentadorias por velhice e aposentadoria por invalidez aos agricultores. Em caso de morte, será concedido auxílio funeral e pensão aos seus dependentes. (CJ, 1976, p. 43).

O texto provoca questionamentos e reflexões sobre o papel do FUNRURAL e o que o sindicato estaria fazendo com os recursos:

Disto concluímos duas coisas:

- A assistência prestada pelo FUNRURAL nada mais é do que o retorno do dinheiro que já foi recolhido dos agricultores. Portanto, não é um FAVOR, mas um DIREITO que os agricultores têm.

- A assistência ao trabalhador rural não é tarefa do sindicato, mas do FUNRURAL. O sindicato deve ser um órgão fiscalizador, para que a assistência do FUNRURAL seja realizada da melhor maneira possível e para todos os agricultores, pois é um direito que o trabalhador rural adquiriu ao pagar os 2% da venda do produto. (CJ, 1976, p. 44).

Na sequência, uma série de questionamentos que instigam os participantes a reagir diante do quadro exposto, ou seja, a atuação dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Diocese:

Vamos ficar em silêncio e pensar nisso aí. Pois é muito importante.

(pausa)

- 1) O nosso sindicato está fazendo isso aí? Mostre através de exemplos.
- 2) A lei obriga a ser sócio do sindicato para receber o auxílio do FUNRURAL?
- 3) Se houvesse sindicatos que defendessem os interesses dos agricultores, será que muita coisa não teria mudado para o agricultor?
- 4) É permitido usar o sindicato para fazer política partidária? Por que sim? Por que não?
- 5) O que os sócios devem fazer se houver um abuso nesse sentido de política?
- 6) Quem é que escolhe os candidatos para a diretoria do sindicato?
- 7) Qual o papel dos sócios dentro do sindicato?
- 8) Que é que vamos fazer de prático para melhorar o nosso sindicato? (CJ, 1976, p. 44).

Os encontros dos grupos de reflexão foram fundamentais para a mudança de estilo do sindicalismo, para a transformação em entidade autêntica, com atuação na defesa dos direitos dos pequenos agricultores, para o enfrentamento dos problemas da classe:

Nesta caminhada, entra a pessoa de Dom José Gomes, ajudando, sempre defendendo os pequenos, denunciando as situações onde a vida está sendo ameaçada. Diversas foram as acusações e ameaças de morte que ele sofreu tudo por causa desta luta. Dessa época em diante, os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Oeste seriam injustiçados de muitas maneiras. Mas tiveram sempre Dom José e na pastoral diocesana o apoio e a ajuda na organização de diversos movimentos e mobilizações. Renovação de diretorias sindicais, através da organização de oposições sindicais, e surgimento do sindicalismo combativo foram as grandes lutas. (UCZAI, 2002, p. 194).

E assim os leigos, frutos das CEBs se engajaram no movimento sindical e também na CPT, “produzindo nova consciência e organização dos trabalhadores rurais”. (CJ, 1976, 45).

O tema político também pautou os encontros dos Grupos de Reflexão em 1976. Sob a orientação de D. José Gomes, a política foi tratada como um dever de caridade para o Cristão. A cartilha busca despertar a consciência da Comunidade Eclesial de Base sobre a realidade política do país, a realidade social, econômica, os abusos, comprometimento com o capital, o poder econômico, direitos do cidadão, sendo que, no período, o regime de governo no Brasil era a ditadura militar.

Alguns textos contribuía nos encontros dos Grupos de Reflexão. Um dos documentos foi à carta “A paz na terra”, do Papa João XXIII:

Em 1963 o Papa João XXIII escreveu uma carta sobre “A PAZ NA TERRA”. Ali o Papa falou da importância de se respeitar os direitos das pessoas. Explicou que os governos todos são responsáveis para fazer observar estes direitos. Há governos que respeitam e outros que não respeitam. A nossa maior preocupação, como cristãos, é que a pessoa humana seja respeitada pelo valor que ela tem. (CJ, 1976, p. 45).

A cartilha busca orientar a comunidade de como agir diante da ciência política, a dignidade. O documento resgata a história do negro e do índio, a partir da política que os tratava como seres que não tinham alma e, por isso, eram mortos e escravizados. Outro documento resgatado para fundamentar a discussão foi a Declaração Universal dos Direitos

Humanos assinada em 1948, da qual o Brasil também participou. O compromisso foi respeitar todos os direitos das pessoas, independentes de raça, cor, religião, etc (CJ, 1976, p. 45). Os questionamentos ao grupo: Será que hoje em dia os direitos das pessoas estão sendo respeitados? Será que a nossa política está realmente interessada numa boa organização que possa trazer felicidade ao povo?

Aqueles que têm cargos políticos devem estar sinceramente preocupados em servir o povo. Mas o povo também deve colaborar com isto. Às vezes, acontece que certos grupos da população procuram influenciar aqueles que têm o poder político, para servir certos interesses e esquecer outros. (CJ, 1976, p. 46).

O pensamento dos Bispos durante a Conferência de Medellín, em 1968, também contribuiu na reflexão sobre o tema política, sobre a realidade da América Latina, a exclusão, pobreza, miséria:

O exercício da autoridade política e suas decisões têm como única finalidade o BEM-COMUM. Na América Latina, tal exercício e decisões com frequência aparecem apoiando sistemas que vão contra o bem-comum, ou só trabalham em benefício de alguns.

A falta de uma consciência política em nossos países torna indispensável a ação educadora da Igreja, com a finalidade de que os cristãos considerem sua participação na vida política como dever de consciência e como uma prática de caridade em seu sentido mais valoroso e eficaz para a vida de comunidade.

A paz com Deus é o fundamento último da paz interior e da paz social. Por isso mesmo, onde não existe paz social, onde se encontram injustiças, desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, há uma negação da paz do Senhor, e ainda mais negação do Senhor mesmo. (CJ, 1976, p. 47).

Para encaminhar o compromisso da CEB na vida política, a cartilha resgata um documento de D. Paulo Evaristo Arns sobre a participação do Cristão nas decisões:

Há certas coisas que me preocupam. Neste momento me preocupa a política. Sempre sabia que política não entra mais pelas veias menores do organismo humano, então eu não sei mais o que política.

Política significa participação do cidadão em tudo o que se faz na cidade, na comunidade e, se o cidadão não pode estar lá, pode escolher outros que lá estivessem em seu lugar, para preocupar-se com os problemas da comunidade. Eu

acho que os políticos deveriam refletir sobre isto, senão daqui a pouco, a história dirá a eles que foram covardes diante de sua própria missão. (SDP, 1976, P.50 apud Entrevista com D. Paulo Evaristo Arns – Bispo de São Paulo – Sedoc, 8 de dezembro de 1973).

Entre os questionamentos sobre a participação na vida política, a partir do documento de D. Paulo Evaristo Arns, a cartilha direcionada aos grupos de reflexão busca despertar a participação. Todos nós devemos participar da política? Por quê? No tempo de campanhas políticas, como é que vamos saber quem é o melhor candidato? Que vamos fazer para melhorar a nossa comunidade quanto ao aspecto da política? (CJ, 1976, p. 50)

As CEBs promoveram o surgimento de lideranças que participaram dos movimentos sociais, sindicais e da vida política. A partir da abertura política em 1982, lideranças oriundas da CEBs fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT) em Chapecó e região, com disputa das eleições naquele ano. Em 1986, os primeiros deputados estaduais do PT, eleitos em Santa Catarina, foram Afonso Spagnol, de Itapiranga, e Luci Choinacki de Descanso (T.R.E/SC 1986).

A luta pela terra foi um dos principais temas abordados nos grupos de Reflexão da Diocese, uma região eminentemente agrícola. Os direitos dos agricultores, o Estatuto da Terra, a organização no campo pautaram os debates:

Nós, agricultores, tiramos o sustento da terra. Tiramos para nós e para os moradores das cidades. Nós fazemos a terra produzir alimento para todas as pessoas, de todas as profissões. Todo o mundo precisa de nós para viver. Nós produzimos riquezas para o Brasil se desenvolver. Pesa sobre nossas costas a obrigação de fazer a terra produzir mais e melhor. Até hoje não fugimos de nossa responsabilidade. Alimentamos mais de 100 milhões de brasileiros.

O Brasil ainda vende os produtos da agricultura para os países estrangeiros. Vemos logo que ser agricultor é muito importante. É justo que a gente tenha os próprios direitos respeitados.

Por que na maioria das vezes não dão valor nem a nós nem ao trabalho?

Por que não temos condições de produzir muito? Por que não somos nós que damos preço aos nossos gêneros?

Falta para nós até a segurança da terra. (CJ, 1976, p.51 apud O Posseiro e a Terra – Fase).

A reflexão parte da realidade da comunidade local do Grupo de Reflexão, direito dos posseiros, agregados e o conhecimento sobre o Estatuto da Terra. O material destaca o documento da Conferência de Medellín, para reflexão:

A Igreja Latino-Americana tem uma mensagem para todos os homens que, neste continente, têm “fome e sede de justiça”. O mesmo Deus que cria o homem sua imagem e semelhança cria a “terra e tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos, de modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade”, e lhe dá poder que solidariamente transforme e aperfeiçoa o mundo. (CJ 1976, p. 52).

Uma série de questionamentos contribuíam para a conscientização das CEBs:

Vocês concordam que a terra foi feita para todos os homens a usarem com mesmo direito?

Por que será que no Brasil ainda existem 10 milhões de famílias que vivem do trabalho da terra, mas não são donos de suas terras?

Vocês sabem que apenas 13% das terras cadastradas servem para 2 milhões de famílias?

Vocês sabem que 83% das terras cadastradas estão nas mãos de alguns poucos proprietários?

Vocês já ouviram falar em latifúndio? O que é latifúndio?

Vocês já ouviram falar em Reforma Agrária? Será que aqui no Brasil é preciso fazer reforma agrária? Por que?

O nosso trabalho de agricultores também é um trabalho que ajuda a aperfeiçoar o mundo? (CJ, 1976, p. 52).

A realidade da Diocese era extremamente rural e a luta pela terra se instalava na igreja do oeste, nos anos de 1970 e 1980. Ao mesmo tempo que a produção agrícola experimentava relativa prosperidade, também excluía:

Nas décadas de 70 e 80, no entanto, o Oeste Catarinense conheceu profundas transformações econômicas, sociais e políticas. O início do processo de industrialização, baseada na agroindústria, e a crescente submissão da pequena produção à sua lógica, juntamente com o esgotamento da fronteira agrícola, determinaram uma profunda crise na produção agrícola tradicional, que caracterizava predominantemente a região.

A chegada desse processo, que é conhecido como modernização agrícola, marca o início da crise da economia camponesa tradicional na região, que foi sentida por dois fatores principais: as dívidas nos bancos e a crise da suinocultura. (UCZAI, 2002, p. 175).

A igreja teve um papel fundamental na capacitação e conscientização de lideranças sociais. Na obra “Militantes x Igreja – Tensões e Perspectivas” (1992, p. 13), Padre Ivo Pedro Oro resgata o trabalho eclesial na formação de lideranças dos movimentos sociais nos anos de 1970.

Nesse período, o envolvimento da igreja com os movimentos de luta pela terra, a posse dos indígenas, lutas por indenização de estradas, oposições sindicais; a luta dos atingidos por barragens, pelo preço do suíno e o confronto contra a falsa peste suína. Segundo Oro (1992, p. 16), “naquela conjuntura eclesial e sócio-econômica-política é que foram surgindo os movimentos sociais.” D. José Gomes teve participação decisiva no surgimento de Movimentos hoje conhecidos internacionalmente, entre os quais o Movimento das Mulheres Agricultoras - MMC, o MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra a partir da CPT; o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, a partir da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB.

Os movimentos sociais no oeste representaram um novo momento dentro da história política do campesinato brasileiro, especialmente por trazer na proposta a autonomia destes movimentos, capacitados a intervir no jogo político e assim garantir a ampliação de direitos. (POLI, 1999, p. 165).

O olhar da igreja com os movimentos do campo remonta os anos 60. Segundo Martins, (1981, p. 88-89), embora o envolvimento se dá a partir de 1961, é em 1963 que a CNBB admite a reforma agrária como um bem comum constituído pela função social que deve desempenhar a propriedade rural. Segundo Martins (1981, p. 89), “a partir daí a igreja basicamente preconiza uma nova ordem para o meio rural”.

Um terceiro momento vai reorganizar a pastoral da Igreja Diocesana, no período de 1985 a 1992, quando ocorre a autonomia dos movimentos sociais iniciados no seio da igreja. Segundo Picolotto (2007), os movimentos sociais de modo geral na região sul do Brasil tiveram motivação dos “setores progressistas” das igrejas (católica e luterana):

A Teologia da Libertação orientou a prática das igrejas junto aos “pobres” do campo, principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, face à “agressão do capitalismo” e ao “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência deste agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias. (PICOLOTTO, 2007, p.62).

A ação da Igreja, segundo Picolotto (2007), a partir do fortalecimento dos laços comunitários locais, de formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), de associações de cooperação agrícola, de movimentos reivindicatórios e constituição de atores sociais autônomos, também projeta o movimento organizado dos agricultores no rompimento dos sindicatos tidos “pelegos”, com a disputa dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR):

Os movimentos sociais que contaram com motivação das igrejas (MST, MAB, MMTR e o setor rural da CUT) assumiram inicialmente algumas identidades mobilizadoras comuns (além das suas específicas) tais como: “povo pobre”, “movimento popular” e “trabalhador”. Estas identidades serviram como unificadoras das lutas dos segmentos específicos e possibilitavam a definição de lutas comuns. No entanto, em meados dos anos 90, com o reordenamento do sindicalismo rural (aproximação entre a CUT e a Contag) e o início do reconhecimento oficial da categoria agricultura familiar (contemplada com o Pronaf) começa a se esboçar certo afastamento entre as organizações sindicais e os outros movimentos sociais. (PICOLOTTO, 2007, p. 63).

Já nos anos 90, foi criada uma nova organização geral de trabalhadores do campo, com abrangência no oeste catarinense, sudoeste do Paraná e noroeste gaúcho: a Fetraf-Sul, constituída por lideranças forjadas nos movimentos surgidos das CEBs. A Fetraf-Sul, segundo Picolotto (2007), tem buscado contribuir para firmar a identidade do agricultor familiar:

A Fetraf-Sul objetiva colocar-se como agente ativo na sociedade atual, que almeja fortalecer o segmento social da agricultura familiar tanto para adequar-se ao modo capitalista de produção vigente, quanto para ser uma forma concreta de agricultura em uma possível “sociedade socialista”. A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter “atrasado”, “imperfeito” e “incompleto” da noção de pequena produção e elaborar uma *ressignificação cultural* da pequena agricultura dando-lhes novos adjetivos, tais como: “produtora de alimentos”, “moderna” e “eficiente”. (PICOLOTTO, 2007, p. 64).

A questão financeira e o consumismo também foram temas de debate para os Grupos de Reflexão:

A sociedade está aí nos convidando, obrigando quase a comprar, comprar sempre mais. O dinheiro passa a ser importante, necessário...

Mas será que tudo o que a sociedade nos oferece é necessário para o nosso bem – estar? (CJ, 1976, p. 53).

A cartilha Caminhar Juntos oportuniza uma pequena história de um casal escravo do consumo. De acordo com a história, o marido perdeu o emprego e, para manter o “status”, o luxo e desejos, partiu para o mundo do crime. O resultado foi a prisão do esposo. Entre os questionamentos, o dinheiro pode estragar a vida de uma pessoa? Seriam capazes de dar um exemplo? A reflexão busca subsídio no evangelho de Lucas 22, 3-6, que trata do contexto em que ocorreu a traição de Judas Iscariotes a Cristo. Judas, dominado pela ganância, articulou com os sacerdotes do templo a prisão de Jesus por 30 moedas de prata (CJ, 1976, p. 54).

O trabalho é outro tema das CEBs. A cartilha destaca a importância da qualificação, da profissionalização, a dinâmica do trabalho. Orienta para a escolha de boas sementes, planejamento, a busca de orientação técnica e preparar a terra para o plantio. O foco principal do material é o trabalho do agricultor, onde orienta para a dedicação, como algo que não seja penoso, mas algo que realize o ser humano.

Para subsidiar o debate, a cartilha oportuniza um texto de Gênesis 1, 28, seguido do documento do Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*:

Gênesis 1, 28

Deus os abençoou: Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra.

Gaudium et Spes – Documento do Concílio:

Este trabalho, empreendido por conta própria ou a serviço de outrem procede imediatamente da pessoa a qual como que marca com seu selo as coisas da natureza e os sujeita ao seu domínio. É com o trabalho que o homem sustenta regularmente a própria vida e a dos seus; por meio dele se une e serve aos seus irmãos, pode exercitar uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina. Mas ainda: sabemos que oferecendo a deus o seu trabalho, o homem se associa à obra

redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com suas próprias mãos, em Nazaré. (CJ, 1976, p. 56).

Questionamentos remetem ao trabalho no campo, como operário e mesmo na comunidade. O trabalho dos agricultores é valorizado? Com quem fica o lucro que os trabalhadores produzem com seu trabalho? Por que nós, agricultores, às vezes, temos medo de exigir nossos direitos? Quando nosso trabalho se torna uma ajuda à construção da comunidade? Temos consciência que o trabalho nos torna sócios e colaboradores de Deus na construção desse mundo? (CJ, 1976, p. 56).

Após a reflexão sobre dinheiro e trabalho, a cartilha vai focar o salário. O foco é a pobreza e a riqueza. Endividamento, baixo salário, falta de perspectiva, o pobre cada vez mais pobre e o rico cada vez mais rico. Entre os questionamentos, será que não tem meio de mudar esta situação? Aquilo que os colonos ganham por seus produtos é justo? Por quê? Qual o melhor caminho para melhorar o preço dos produtos? Está certo ter no mundo esta diferença de classes? (CJ, 1976, p. 57-58).

O texto bíblico refletido é tirado do Livro de Eclesiástico 13, 25-30, que trata de uma história envolvendo um personagem rico e outro pobre. Quando o rico cai, é ajudado, quando fala bobagens é aplaudido, enquanto fala todos se calam. Quando o pobre tropeça, todos ajudam a cair por terra, é enganado merece crítica; fala coisas inteligentes é criticado, não é levado a sério. Diz o texto de Eclesiástico, “a riqueza é boa, se for adquirida sem pecado, a pobreza é má se for fruto do pecado. (CJ, 1976, p. 58).

A pobreza, nos grupos de CEBs, é questionada em sua origem, nas causas. Uma nova realidade se consolidava na região oeste com a indústria. Para Foucault (1978), o pensamento econômico elabora sobre novas bases a noção de pobreza, pobre é necessário porque torna possível a riqueza:

De um lado há a Pobreza: rarefação dos gêneros alimentícios, situação econômica ligada ao estado do comércio, da agricultura, da indústria. Do outro, há a População: não um elemento passivo submetido às flutuações da riqueza, mas força que faz parte, e diretamente, da situação econômica, do movimento produtor de riquezas, uma vez que é o trabalho do homem que a cria, ou pelo menos a transmite, desloca e multiplica. O "Pobre" era uma noção confusa, onde se misturavam essa riqueza que é o Homem e o Estado de Necessidade que se reconhece como essencial para a humanidade. De fato, entre Pobreza e População há uma relação rigorosamente inversa. (FOUCAULT, 1978, p. 447).

Para Foucault, a população é, em si mesma, um dos elementos da riqueza; ela constitui mesmo a fonte certa e inesgotável da riqueza:

Para os economistas, a população é um bem igualmente essencial. E mesmo mais ainda, se é fato que para eles há criação de riqueza não apenas no trabalho agrícola como em toda transformação industrial e até na circulação comercial, a riqueza está ligada a um trabalho realmente realizado pelo homem. (FOUCAULT, 1978, p. 448).

A cartilha seguia com a reflexão sobre a desigualdade social e de classes. Entre os questionamentos, se a comunidade acha justo que exista esta diferença entre ricos e pobres. Acham que é vontade de Deus que estejam acontecendo estas coisas? Por que sim? Por que não? Quando um político discursa bonito nós não aplaudimos? E quando um companheiro organiza alguma coisa nós não o chamamos de ignorante? Será que nós não acreditamos demais em promessas de políticos, cooperativas, sindicatos e desprezamos a união, a força que nós temos se estivermos unidos? Estamos dispostos a nos ajudar para defender os nossos interesses? (CJ, 1976, p. 58-59).

As CEBs têm seu berço na Diocese de Chapecó no meio rural. A Cartilha dos Grupos de Reflexão tem em seu texto um forte apelo para a realidade do campo:

Todos nós plantamos, criamos porcos, trabalhamos com galinheiros ou fazemos qualquer outra coisa. Mas nós somos donos daquilo que colhemos ou criamos até na hora de vender. Quando vendemos, quem manda e determina o preço são os outros. Está certo assim? Como poderia ser? (CJ, 1976, p. 60).

O texto provoca a reflexão sobre a relação do agricultor com a cooperativa, levando ao questionamento, se a cooperativa não estaria atuando como uma empresa privada:

A situação não é fácil. Talvez nós nem sejamos capazes de compreender o que está acontecendo neste mundo. Mas, sabemos que existem alguns ficando ricos com o nosso trabalho, com o nosso suor e nós ficando cada vez mais pobres. Os estudiosos dizem que isto é uma lei do capitalismo, dos americanos que estão mandando nas grandes indústrias e nas grandes casas de comércio. (CJ, 1976, p. 61).

Os questionamentos remetem novamente à organização dos agricultores, à consciência de classe, à relação com a cooperativa:

Como é que são feitas as assembléias das cooperativas? Vocês podem falar? Eles pedem a opinião de vocês?

Enquanto que os agricultores não se unirem mais, formarem a classe dos agricultores, será possível mudar alguma coisa?

Será que o sindicato faz alguma coisa para defender o agricultor, ou não faz nada porque não quer ou porque não pode? Quem é que não deixa o Sindicato defender os interesses dos agricultores?

Haveria algum jeito dos agricultores fazerem alguma coisa para se defenderem melhor?

Será que todos os agricultores sabem quais são seus direitos?

Não seria interessante que o grupo de vocês chamasse uma pessoa que entendesse disso para dar uma explicação para vocês?

Vocês conhecem os estatutos do Sindicato e da Cooperativa?

Vocês sabem o que significa capitalismo? Política econômica? Grandes empresas? Comércio internacional? Não seria bom aprender o que é tudo isso? (CJ, 1976, p. 61).

As CEBS têm o documento de Medellin como uma referência em sua construção. Um texto retirado do documento da Conferência do Episcopado também pauta o debate dos agricultores, para a tomada de consciência diante do contexto vivido nos anos de 1970, quando o setor cooperativo e agroindustrial apresentavam crescimento:

A produção vem da empresa, tanto industrial como rural, que é a base do progresso econômico. A empresa, como é hoje em dia, está errada, pois defende só os interesses dos donos do capital. Antes, deveria defender os interesses de todos que necessitam de capital para produzir seus bens.

Em vista disso pedimos urgentemente aos empresários, às empresas, e às autoridades políticas, que modifiquem o modo de agir dessas empresas. É só esta mudança que será capaz de unir e favorecer todos os trabalhadores. Pois, atualmente, as empresas estão escravizando física, profissional, cultural, cívica e espiritualmente.

POIS todos os homens são chamados a participar do lucro que as empresas produzem através do trabalho, do capital que são de todos.

(CJ, 1976, p. 62 apud Medellin, III, 10).

A partir do documento de Medellín, novos questionamentos são feitos no Grupo de Reflexão, voltados a comprometer a CEB a se envolver nos movimentos sociais, pastorais, buscar a mudança, a libertação defendida por D. José e os documentos do Concílio e Medellín:

Por que as empresas (comerciantes, frigoríficos, cooperativas) estão erradas?

O que é que os bispos estão pedindo para os empresários neste trecho que vocês ouviram?

O que significa dizer que as empresas estão escravizando?

O que é que nós, como cristãos, poderíamos fazer nesta situação?

Adianta ficar quietos, esperar as promessas políticas ou precisamos fazer alguma coisa a mais? O que é que precisamos fazer? (CJ, 1976, p. 62).

O Bispo D. José deixava clara a defesa dos agricultores diante da realidade da exclusão da terra. Em suas celebrações junto às comunidades, a análise de conjuntura era confrontada com o evangelho. Em muitas comunidades, por ocasião de mandatos de ministros, de crismas ou outras celebrações, era normal Dom José, na hora da homilia, falar em preço do porco e do milho. Falava a respeito do que o Brasil importava sem precisar e sobre o que, com uma política agrícola que atendesse a agricultura familiar se poderia produzir aqui, até de sobra. Iluminava com o Evangelho e deixava claro que a Palavra de Deus questionava, de um lado, a exploração que pesava sobre os trabalhadores do campo; e, de outro lado, a omissão de tantos em não participar nem apoiar as organizações para mudar tal situação (FIORENTIN; ORO, 2002, p. 179).

A cartilha elaborada pelo Secretariado Diocesano de Pastoral junto à ASSESSOAR, sob a coordenação e orientação de D. José Gomes, também vai trabalhar pedagogicamente o acesso às comunicações, no caso, o acesso a jornais, revistas, livros. A preocupação está no acesso à leitura, como ler e refletir, confrontar as leituras, ter uma visão crítica sobre o que ler, não aceitar passivamente o que diz a leitura. Assim também os meios eletrônicos, Rádio, televisão e a publicidade:

O rádio ocupa um lugar importante dentro de nossa casa. Agora, a televisão já está ao lado do rádio. Todos os dias escutamos e vemos aquilo que acontece no mundo,

no Brasil e em nosso município. Junto com isto ouvimos mil e uma propaganda, novelas, músicas, etc... Existem programas que nos ajudam a construir a vida e nos encaminham para uma convivência comunitária. Mas há outros que destroem a vida comunitária, a moral, a vida familiar, e, às vezes, até criam dúvidas na religião. Vamos analisar um pouco isto! (CJ, 1976, p. 65).

A cartilha questiona e orienta sobre a desagregação familiar e o distanciamento entre as pessoas, provocados pelos meios de comunicação de massa e critica a televisão que vinha ocupando um espaço especial dentro de casa. O material orienta sobre os programas e publicidade, para que fossem acompanhadas com criticidade:

Já tentaram alguma vez ouvir um programa de rádio juntos ou ver um programa de televisão juntos e depois analisar o programa para ver o que tinha de bom e o que não prestava?

No rádio e na televisão vamos e ouvimos a cada instante propaganda de cigarros, bebidas, roupas caríssimas, drogas de luxo e sem valor para a vida, etc. Será que não tem muita gente que fuma, bebe e gasta dinheiro à toa por causa da propaganda? (CJ, 1976, p. 66).

Um texto Pastoral sobre os Meios de Comunicação, contido na cartilha, contribui para uma visão crítica sobre o conteúdo dos meios de comunicação:

POSITIVO, número 20 – “Os meios de comunicação (rádio – televisão) fazem os homens serem mais amigos; fazem com que haja a aproximação e comunhão. As notícias que circulam rapidamente fazem com que todos os homens saibam o que acontece em todo o mundo. Graças a eles surgem oportunidades de ensino, oportunidades, sobre tudo, na luta contra o analfabetismo e para a instrução ou educação permanente.

Muito bem podem também contribuir para a promoção e libertação humana nos países menos desenvolvidos”.

NEGATIVO, número 30 – “Há tipos de propaganda absolutamente inadmissíveis e diretamente opostos ao bem-comum: propagandas, por exemplo, que usam o método de obrigar a pessoa a comprar; ou deturpam a realidade; espalham preconceitos; espalham meias verdades; deixam de fora coisas importantes... Propagandas que inibem a liberdade e não deixam as pessoas ter um espírito crítico...” (CJ, 1976, p. 66).

A Cartilha Caminhar Juntos provoca uma leitura crítica aos meios de comunicação de massa. Os questionamentos remetem à reflexão do conteúdo da publicidade, do rádio e TV,

especialmente em relação ao viver egoísta, ao bem estar egoísta em detrimento da vida em comunidade, a unidade comum. A fantasia da realidade. E uma pergunta final leva ao compromisso das CEBs, “O que vamos fazer de prático para não sermos escravos da televisão e do rádio? (CJ, 1976, p. 66).

Um dos assuntos refletidos sobre o conteúdo dos meios de comunicação foi o “horóscopo”, as crenças populares, superstição, a pessoa escrava de amuletos, cartas, búzios. O material questionava o comportamento egoísta do cristão, que a partir do esoterismo buscasse “aquilo que me favoreça, em detrimento do comunitário, o meu benefício em detrimento do coletivo. Por outro lado, motivava para o encorajamento da comunidade, a confiança na fé para superar a superstição e credulidades. O objetivo do encontro estava em libertar o Cristão, libertar a comunidade, para despertar para a organização coletiva, superar a falta de consciência e ir à luta em busca do bem comum. (CJ, 1976, p. 67).

A cartilha vai remeter a uma comunidade de cristão, ao fortalecimento da vida em missão profética. Além da oração, da reza nas celebrações, também sair em caminhada. Ser capaz de ir além de crer e rezar. Rezar somente no culto dominical é ficar no meio do caminho, o texto remete ao compromisso:

Uma comunidade que não se interessa com a formação dos filhos, pela saúde, pelo bom funcionamento do sindicato, pela mudança de mentalidade, para que haja uma verdadeira promoção humana, não é ainda nem COMUNIDADE nem IGREJA.

Precisamos ser uma comunidade de ação, que assuma a própria vida. (CJ, 1976, p. 70).

A cartilha provoca os Grupos de Reflexão para as CEBs, para assumir compromissos na comunidade, sobre o que é a missão da Igreja, sobre a Teologia da Libertação:

Será que uma comunidade está completa ao ter catequistas, ministros, equipe litúrgica, etc? Por que?

Muitas pessoas acham que a igreja não tem nada a se envolver com coisas que não são de religião. O que vocês acham desta opinião?

Tem muita gente que também acha que a Igreja não deve se preocupar com os pobres, doentes, atrasados. Vocês concordam com isso? (CJ, 1976, p. 70).

A cartilha resgata um texto de Atos 4, 32-35 que trata da comunidade dos primeiros cristãos, na qual todos se preocupavam com o bem comum. Todos participavam dos serviços da comunidade e da busca da qualidade de vida, da fraternidade, da justiça social:

Os caboclos e agregados são nossos irmãos? Que podemos fazer para melhorar a situação deles?

Que espécies de trabalho e lideranças existem em nossa comunidade? Todas funcionam bem? Ou falta gente para assumir estes trabalhos?

Faça uma lista dos trabalhos que deveriam ser feitos na comunidade. Vocês ajudariam a fazer qual deles?

Como cristãos devemos nos preocupar com problemas de sindicato, cooperativa, saúde, alimentação, higiene, etc?

Na prática, qual é o trabalho que o nosso grupo vai fazer ou ajudar a fazer para melhorar a comunidade? (CJ, 1976, p. 71-72).

A cartilha dos Grupos de Reflexão, com a missão de introduzir as CEBs na diocese, finaliza com o tema Lideranças. A meta é conscientizar, formar, despertar lideranças comunitárias para se envolverem na busca do que D. José Gomes denomina de “libertação”:

Uma comunidade, para funcionar, deve estar organizada. Organização significa que tudo deve funcionar bem para que a comunidade cresça, se desenvolva, e possa oferecer um bom entendimento entre as pessoas. Para haver uma comunidade organizada é preciso que existam lideranças.

Uma comunidade bem organizada é aquela que tem lideranças que funcionam. É aquela que tem líderes interessados e funcionando para dirigir a capela, escola, esporte. Culto, catequese, grupos de jovens, um representante no sindicato, da cooperativa. Enfim, que seja uma comunidade onde todos assumam o seu papel e não seja apenas um mandão. (CJ, 1976, p. 72-74).

Um texto bíblico, tirado do livro dos Efésios 4, 11-16, ajuda na reflexão para despertar lideranças comprometidas com a causa comum, dentro da visão da Diocese de Chapecó. O texto apresenta um trecho da carta enviada pelo apóstolo Paulo à comunidade de Éfeso, o qual provoca a comunidade a estar a serviço. Paulo foi o apóstolo que não conviveu com Cristo, assumiu a missão cerca de 30 anos após a ascensão de Jesus (CJ, 1976, p. 74). Paulo era um

oficial romano de nome Saulo, passou de perseguidor dos Cristãos, a fundador de comunidades Cristãs, a partir de uma visão de Jesus Cristo. Ficou cego e foi curado por um milagre através de Ananias. Segundo Bittencourt (1999, p. 28), “Paulo foi o maior de todos os homens, depois de Cristo. Como missionário e comunicador da fé cristã, ele percorreu o mundo”. Se utilizou de todos os meios de comunicação para fundar comunidades Cristãs.

As cartas de Paulo, que conviveu com os filósofos gregos da época, a exemplo de Dionísio, que debatia temas na Ágora, remetem à perseverança das comunidades em Cristo:

Foi ele quem “deu dons aos homens”. Escolheu alguns para serem apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, outros para pastores, e outros ainda para mestres da igreja. Ele fez isto para preparar o povo de Deus para o serviço cristão, a fim de construir o corpo de Cristo. Deste modo todos chegaremos à unidade em nossa fé e em nosso conhecimento do filho de Deus. E seremos pessoas maduras, porque cresceremos até alcançar a altura de Cristo. Então não seremos mais como crianças, arrastados pelas ondas, e empurrados por qualquer vento de ensino de homens falsos. Estes, por meio de armadilhas, levam os outros por caminhos errados. Ao contrário, falando a verdade, com espírito de amor, crescamos em tudo para Cristo, que é a cabeça. E o corpo todo debaixo do poder de Cristo fica bem ajustado, e todas as partes ligadas entre si, por meio da união de todas elas. Porque, quando cada parte trabalha bem, o corpo todo cresce e se desenvolve por meio do AMOR. (CJ, 1976, p. 74).

Os questionamentos vão reforçar o espírito de liderança, e o compromisso das CEBs com a comunidade, com o bem comum a partir do compromisso de Cristãos:

Deus deu, conforme o que foi lido, dons diferentes para nós. Estes dons devem usados ou não?

Como é que cada um de nós vai descobrir o dom que recebeu de Deus?

Quando numa comunidade existem líderes capazes de organizar e levar adiante cada setor (catequese, escola, esporte, sindicato, etc...) a comunidade funciona melhor do que quando um só quem manda em tudo?

Quais são as coisas que o líder precisa ter para fazer bem o seu trabalho?

Quando um líder, dirigente, catequista, professora, representante de sindicato, etc. não fizerem bem o seu trabalho, o que acontece?

O que é que vocês vão fazer de prático para que na comunidade de vocês existam sempre os líderes necessários para levar adiante a comunidade? (CJ, 1976, p.74-75).

O trabalho com os grupos de Reflexão teve início, portanto, com as cartilhas produzidas pela a ASSESSOAR e, posteriormente, pela equipe do Secretariado Diocesano de Pastoral:

A ASSESSOAR teve um papel importante na organização dos grupos de reflexão, principalmente pela orientação metodológica, tanto através da elaboração de livros e cartilhas, quanto na capacitação de lideranças. As cartilhas adotadas, inicialmente, eram produzidas pela Assessoria. Mas, com o decorrer do tempo, a própria Diocese passou a produzi-las, porém a metodologia continuou sendo a mesma, ou seja, apresentava-se uma situação, buscava-se a iluminação bíblica e partia-se para a ação. (ORO; BRUGNERA; MARCON, 2002, p. 145-146).

As Comunidades Eclesiais de Base, conforme Leonardo Boff, foram definidas pelos Bispos, durante a Conferência de Puebla como “motivo de alegria e de esperança (n. 96; 262; 1309), são verdadeiros focos de evangelização e motores de libertação (n. 96) (Boff, 1981, p.196).

Para Boff, as CEBs estão ligadas à Teologia da Libertação, especialmente no contexto latino-americano. O teólogo acredita que CEBs e Teologia da Libertação não podem ser pensadas separadamente. As Comunidades Eclesiais de Base representam a ação prática de libertação do povo e a Teologia da Libertação a teoria dessa prática (Boff, 1986, p. 93).

Na Diocese de Chapecó, as CEBs nascem com o rosto dos pequenos agricultores, dos caboclos excluídos, com o rosto de D. José Gomes, que vai orientar o processo de surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, à luz da fé, do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín:

A vasta rede de comunidades de base não deve ser entendida isoladamente como um mero fenômeno intra-ecclesial. Na verdade, ela representa a expressão religiosa da mobilização popular que, em toda a América Latina e em frentes distintas, ganhou corpo nos anos 60. A inserção, cada vez mais profunda, do Continente no sistema capitalista transnacional trouxe contradições sociais que foram imediatamente sentidas e elaboradas pelas camadas populares, marginalizadas em face dos benefícios do desenvolvimento. Com o advento dos regimes militares de Segurança Nacional e a conseqüente repressão dos canais populares (partidos, sindicatos, associações operárias, camponesas, etc.), as comunidades eclesiais assumiram, para além do seu significado primeiro, o religioso, uma importância social considerável. (BOFF, 1986, p. 93).

Na Diocese de Chapecó, as Comunidades Eclesiais de Base vão surgir do seio da igreja voltada também à dimensão social e política, com preocupações e participação na luta do povo, na organização e formação e de lideranças que interferiram na história da Região Oeste:

Para compreender os traços sociais e políticos das comunidades de base faz-se necessário considerar, previamente, o caráter libertário que a fé cristã assumiu nas comunidades. Sabemos que a religião cristã, na história do ocidente e, de forma particular, na época da colonização ibérica do continente e mesmo em períodos mais recentes, servira de aparelho ideológico de legitimação dos poderes dominantes. (BOFF, 1986, p. 96).

Sociólogos, como Max Weber e Karl Marx, atribuíam à religião a função de ser fator de apaziguamento das classes dominadas e de justificação das classes dominantes (BOFF, 1986, p. 96).

A partir das CEBs, o surgimento das lideranças que vão integrar as pastorais sociais e, posteriormente, a militância de movimentos sociais e sindicais, reagiram à realidade econômica e social instalada na região, a partir da segunda metade dos anos de 1970. Naquela conjuntura, a igreja organiza a Comissão Pastoral da Terra, que marcou presença junto às diversas lutas dos trabalhadores rurais. A Igreja liderada por D. José Gomes vai contar com a atuação de centenas de comunidades que buscavam integrar a fé com a vida e a atuação na sociedade:

A formação recebida na esfera pastoral, pelas lideranças das comunidades cristãs e das diversas pastorais, foi decisiva para mudar a compreensão quanto ao sentido da vida e à necessidade de interferir na sociedade. Acrescente-se a isto a motivação de fé para se engajar no “projeto de Deus” e a reflexão sobre a própria prática que foi desencadeada. Como se sabe, a Igreja popular desenvolveu todo um trabalho para reler e reinterpretar a proposta de Deus contida na sagrada Escritura, descobrindo nela os princípios para um projeto histórico. Muitos cristãos se engajaram na construção desse “projeto”. (ORO, 1992, p. 16).

O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base na Diocese de Chapecó ocorre a partir do olhar de D. José Gomes, envolvido pelo Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín, a participação nos encontros de Bispos voltados à Teologia da Libertação. D. José através de suas celebrações, seus sermões, suas cartas, suas aparições, vai trabalhar no sentido

de oportunizar ao povo a interpretação da Sagrada Escritura, a partir de contexto em que viviam, a partir de sua realidade social. A palavra de Deus era confrontada com a vida da comunidade. Uma das frases bíblicas constantemente lembradas por D. José está em Exôdo 3,7: “Ouvi o clamor de meu povo, suas queixas contra os opressores e os libertei”. E essa libertação se dá através de líderes do povo de Deus, capacitados e conscientes da realidade:

Quando porém, o povo começa a apropriar-se da interpretação dos textos sagrados, e os interpreta partindo de sua situação social de marginalizados, aparece, então, a imagem de deus como o Deus dos pobres e cativos do Egito que disse: Ovi os clamores de meu povo, suas queixas contra os opressores, fixei-me em seus sofrimentos; e decidi libertá-los” (ex3,7). A dimensão libertadora e não mistificadora da religião depende do lugar em que o intérprete se coloca. (BOFF, 1986, p. 96).

Na visão do Bispo D. José Gomes, a experiência de CEBs era que a comunidade fizesse uma experiência com Deus a partir de sua realidade, do seu cotidiano, uma igreja povo:

“A diocese quis imitar a Jesus. Procurou fazer o povo falar nos grupos de reflexão e, como Jesus, a diocese queria que vocês falassem da vida de vocês. E a partir da vida, vocês deviam descobrir e entender que Deus está no meio de vocês; Deus não quer injustiças, fome, miséria e doenças. (ORO; BRUGNERA; MARCON, 2002, p. 145).

A Diocese de Chapecó como um todo vai assumir a dinâmica dos Grupos de Reflexão em 1976, com a decisão de todas as paróquias em implantar os grupos nas comunidades:

Num encontro de agentes de pastorais com o bispo e com “dirigentes de grupos”, em maio de 1976 torna-se uma decisão pastoral importante: os grupos de reflexão são assumidos pela quase totalidade das paróquias da Diocese. Até então haviam sido assumidos por poucas paróquias que ainda experimentavam essa nova metodologia. (DIEL, 2018, p.34).

As CEBs vão ser agentes de transformação e resistência à realidade instalada na América Latina, onde os pobres foram sempre marginalizados dos grandes processos sociais.

De acordo com Boff (1986, p. 98) “A sociedade não é construída em função de suas necessidades básicas, mas em função de minorias que têm e controlam quase tudo”. Essa situação não era diferente na região oeste catarinense, na Diocese de Chapecó, onde, segundo Oro (1992) se dava a expulsão de posseiros de suas terras, a ocupação de terras indígenas, sindicalismo pelego, marginalização do agricultor e do caboclo. A igreja liderada pelo Bispo D. José Gomes encarnou na Diocese de Chapecó a igreja do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, se fez presente em meio ao povo sofrido e caminhar em busca da libertação:

Nas comunidades emerge uma função de mobilização, contestação e libertação a partir da religião. Além disto, sabemos também que religião veicula um discurso genérico sobre os fins últimos (os novíssimos), sobre os grandes ideais da vida, como amor, a justiça, sem apresentar mediações concretas e estratégias de ação. E a mobilização popular nas comunidades cristãs, em nome do evangelho, faz-se em função de interesses muito concretos, como a obtenção de escola no bairro, de água, de ônibus, o custo de vida, reivindicações salariais, etc. (BOFF, 1986, p. 96).

A experiência das CEBs levam a autonomia às pessoas, para que vejam com seus próprios olhos, pensem com suas próprias cabeças, falem com suas próprias bocas e andem com seus próprios pés:

Alguns grupos são fundados e incentivados nos estágios iniciais por leigos das CEBs estabelecidas. Muitos grupos conduzem suas próprias liturgias e grupos de discussão da Bíblia. Quase todos relatam o esforço de articular valores e experiências locais à luz do que é apreendido das discussões bíblicas. Muitos relatam uma variedade de atividades organizadas pelas CEBs nas suas vizinhanças: projetos de moradia para os sem-casa, a construção de clubes de mães e postos de saúde, a coleta de informações sobre problemas locais. (IRELAND, 1986, p. 157).

4.2.4 Construindo as CEBs na Diocese – Encontro Diocesano de CEBs

Após 17 anos de criação da Diocese, 12 anos com D. José liderando a Igreja do Oeste, era chegado o momento de concretizar um plano de ação para implantar as Comunidades Eclesiais de Base.

Esse marco foi o Primeiro Encontro de CEBs da Diocese de Chapecó, realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 1976, com a participação de sacerdotes, religiosos, religiosas, Agentes de Pastoral e leigos da Diocese. Também houve participações de convidados das Dioceses de Joinville - Santa Catarina e Goiânia - Goiás, Francisco Beltrão – PR, que apresentaram experiências bem sucedidas de CEBs e líderes de Paróquias de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (SEC, 1976, p. 01).

A experiência de Comunidade Eclesial de Base parte dos grupos de reflexão e dos círculos bíblicos, essas experiências foram fortalecidas no Encontro Diocesano de CEBs. As comunidades como instrumento de conscientização. Segundo Boff (1996, p. 99), as reflexões nos grupos ensinaram o povo a refletir de forma ordenada e sistemática, e assim construir uma visão crítica da realidade:

Desponta a reflexão crítica, cuja essência consiste em desfatalizar a miséria em que vivem. Já não é simplesmente vontade de Deus ou uma realidade natural; detectam-se os mecanismos que a produzem, seus agentes, as estratégias de dominação. A visão da realidade supera a fragmentação, que é típica de uma consciência alienada e que se globaliza na consideração dos nexos causais. A todo este processo chamamos conscientização. (BOFF, 1987, p. 99).

Nos Grupos fazem-se análises da realidade social em que a Comunidade está inserida. A fé incorpora uma visão de clareza política, (BOFF, 1986, p. 99), porque fé aqui significa fundamentalmente uma prática ou “uma concepção ativa do mundo. Os Grupos de Reflexão que vão contribuir significativamente para o surgimento das CEBs na igreja liderada por D. José Gomes no Oeste Catarinense são frutos de uma religião que “se apresenta não como um obstáculo à transformação do mundo (visão marxista), mas como fator de mobilização popular em vista da libertação (BOFF, 1996, p. 99).

Em fins de 1976, as reuniões junto às comunidades da Diocese ocorriam quinzenalmente. O roteiro segundo relatório da Equipe Diocesana, denominado Caminhar Juntos, vai diagnosticar os assuntos que brotam das necessidades do povo:

O trabalho partiu com 4 reuniões de preparação para o Natal. Depois, 5 reuniões sobre Comunidade, como aprofundamento durante a Campanha da Fraternidade. A partir do encontro de maio, implantação em quase todas as paróquias. Há mais de 2.000 grupos atualmente. A equipe diocesana de pastoral rural dá assistência aos

dirigentes, de vez enquanto. Estamos iniciando o informativo dos grupos num mesmo objetivo. (SEC, 1976, p. 01).

Os grupos de Reflexão contavam com a presença de padres ou agentes de pastoral. Inicialmente, os encontros eram relativos à reflexão de Natal e Páscoa, posteriormente os encontros foram estendidos a reflexões sobre a Bíblia:

O surgimento dos grupos: A comunidade foi mentalizada e preparada por meio de palestras do Padre ou agente de pastoral, reuniões com líderes, grupos de jovens, programas de rádio...

Os dirigentes foram apontados pela comunidade. A própria comunidade formou os grupos mais ou menos por vizinhança. Os dirigentes deveriam coordenar as reuniões e participar dos encontros de dirigentes.

As campanhas de Natal e Páscoa ajudaram na aceitação deste trabalho.

Os dirigentes foram preparados mediante treinamento especial, teórico e prático. Os novos dirigentes que vão surgindo aprendem participando de reuniões com outros grupos. (SEC, 1976, p. 01).

A implantação desses grupos enfrentou desafios que são citados nos relatórios da Equipe Diocesana da época (SEC, 1976, p. 01):

- Pouca cultura – pouca participação
- Famílias que não aceitaram
- Pessoas de outra religião
- Dificuldade em partir para a ação
- Lideranças de grupo

Em três anos de implantação foram alcançados resultados tanto na conscientização dos participantes como na frequência as celebrações dominicais e convívio familiar, e das transformações, da renovação da igreja (SEC, 1976, p. 01):

- Maior participação na religião, no cultuo, nas promoções, na solução de problemas...

- ajuda as pessoas necessitadas
- Mais amizade, entre- ajuda...
- Mais higiene, saúde, melhor alimentação
- Trabalhos na comunidade – Escola Básica
 - Eletrificação rural
 - Quadras de esporte
 - Outras coisas, água, limpeza
- Mais leitura, e mais cultura...
- Participação em festas, etc...
- Diminuição as brigas dentro da família e com vizinhos
- Aceitação maior da renovação da Igreja.

No relatório final do encontro, é apresentada uma síntese das ações na Diocese e a projeção para as Comunidades Eclesiais de Base. Entre as ações desenvolvidas para a formação das CEBs, visitas aos grupos, assistência aos dirigentes, distribuição de materiais com conteúdos e roteiros para reflexão e incentivo à comunidade para participação dos grupos. O encontro fortaleceu objetivos para os grupos de Comunidade Eclesial de Base:

- Libertação do povo, especialmente marginalizado.
- Reflexão sobre a realidade da vida, fatos, Bíblia...
- Ação transformadora – partir para uma ação concreta.
- A formação de Comunidades – são necessárias para a vivência do Evangelho.
- Superar o cristianismo tradicional e chegar a um compromisso com a situação do povo.
- Ministérios – concretizar – o povo a assumir os diferentes ministérios que lhe cabem por direito. (SEC, 1976, p. 02).

A partir do diagnóstico, as equipes das paróquias definem entre as estratégias de ação, a atuação junto aos grupos no sentido de fortalecer e aprofundar o trabalho, com visitas aos grupos, assistência aos dirigentes, fornecimento e proposição de assuntos a serem discutidos nos grupos, e incentivo à comunidade para a participação junto aos grupos:

Foi preciso dedicar mais tempo à evangelização e menos à sacramentalização, com isso, acompanhar mais os grupos, fazer reuniões com os dirigentes da comunidade. Assim, o padre conhece mais a realidade do povo e das famílias, e tem mais condições de ajudar. (SEC, 1976, p. 03).

A partir das visitas aos grupos reflexão e sugestões de lideranças leigas, religiosos, religiosas, agentes e auxiliares de pastoral, em 28 de outubro de 1976, a Assembleia Diocesana de CEBs define perspectivas de ação diante da realidade.

Foram projetados trabalhos de formação, capacitação de lideranças dos grupos assim como aprofundamento dos temas cotidianos das comunidades e redefinidas dinâmicas para tornar os encontros mais atrativos e participativos (SEC, 1976, p. 03-04):

- Preparar bem os líderes
- Ter um coordenador dos grupos – visitar os grupos
- Reunião entre os dirigentes
- Pesquisar se o dirigente está bem com o grupo
- Preocupar-se pela qualidade dos grupos
- Confraternização e revisão entre os grupos
- O dirigente deve questionar o grupo com perguntas mais vivenciais.
- Dar Palavra e liderança a todos
- Estudar o estatuto da terra, a Pastoral da Terra, as leis trabalhistas, os tipos de contratos, procedimento do INCRA, conforme as necessidades da época e região.
- Procurar resolver os problemas com os órgãos de classe
- Visão da realidade local e global
- Ver o que se quer – objetivos
- Material elaborado pelo grupo
- Estudar o mecanismo das empresas, fazer levantamento da realidade, das pessoas que saem, das pessoas que entram, o porquê disso? Qual a época que os atrai.
- Ação conjunta dos leigos na equipe pastoral
- Equipe capaz de buscar dados para estudo.

Em relação aos Ministérios (SEC, 1976, p. 05-06):

- Surgir das necessidades da comunidade
- Lideranças existentes sejam ministérios – CAP, etc...
- Maior formação para estes serviços
- Não acumular funções
- Envolver mais gente
- Catequese mais apoiada pelos pais e comunidade
- Evitar o clericalismo (ministro – mini – padre)
- Formação para todos na mesma linha, culto vivenciado
- Formação conforme realidade e necessidade
- Participação nos planos

Presença do Padre (SEC, 1976, p. 05-06):

- Não criar o vício da missa
 - Padre no pedestal dificulta uma saída
 - Presença na comunidade para contatos informais
 - Criar impacto não rezando missa
 - Questionar sua própria presença e visita
 - Presença importante: é mais aceito que o líder
- É considerado chefe
- Entrosar-se nos grupos como amigo
 - Menos missa mais celebração da vida
 - Procurar uma visita mais conscientizadora
 - Descobrir o assunto que interessa
 - Co forme a comunidade pedir sugestões para a celebração e a reflexão.

Articulação (SEC, 1976, p. 05-06):

- Que os assuntos sejam mais: conforme a realidade
questionadores
e menos despejo de conteúdo
- Ligar-se com outras realidades e experiências em nível regional, estadual e nacional
- Ter uma linha comum de formação para todos
- Assessoria de elementos liberados pela Diocese

Da Assembleia Diocesana foram definidas a participação de Leigos e a Equipe Diocesana da Pastoral rural, sendo os agricultores José Luzzi, José Zanella, Carmem Kiliam e Tomaz Novello, os que teriam a responsabilidade de realizar um levantamento geral da caminhada da comunidade. Também definidas liberação (contratação) de leigos para ouvir e animar os grupos, em nível diocesano (SEC, 1976, p. 07).

4.2.5 CEBS e os primeiros frutos de lideranças dos Movimentos Sociais dos Oeste Catarinense.

No documento com o relatório do Encontro Diocesano de CEBS, realizado no período de 26 a 28 de outubro de 1976, consta a relação de 34 nomes de lideranças, que vieram compor movimentos sociais, sindicais e fundar o Partido dos Trabalhadores em Chapecó e região.

Na lista lideranças não só de Chapecó e da região oeste catarinense, mas também de municípios do estado, do Paraná e do Rio Grande do Sul:

De Xanxerê, Santa Catarina

Tomaz Novello,

Egon D. Hech

Armando Bianchi

Cleci Inês Zanetti

De Galvão, Santa Catarina

Lice P. Poli

De Joinville, Santa Catarina

João Fachini

De Antonio Prado, Rio Grande do Sul

João Schio

De Caxias do Sul, Rio Grande do Sul

João Parisotto

Goiânia – Goiás

Ivo Poletto

Xavantia – Santa Catarina

Agostinho Ferrero

Camboriu – Santa Catarina

Vilmar Moretti

Aurino A. Linhares

Sérgio Maykot

Francisco Beltrão - Paraná

Claudino Veronese

Osni Prin

Dois Vizinhos – Paraná

Antonio Possan

De Florianópolis – Santa Catarina

Silvino Schmitz

De Chapecó – Santa Catarina

Derci Pasqualotto, Padre

Ivo Pedro Oro, Padre

Terezinha Betrame, se tornou líder do Movimento das Mulheres Agricultoras;

Carmem Kiliam, se tornou líder do Movimento das Mulheres Agricultoras;

Maria de Lurdes de Oliveira;

Terezinha Magrim, se tornou líder do Movimento das Mulheres Agricultoras;

Antonio F. do Gito;

João Sérgio Zuffo, foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores;

José Zanella,

José Luzzi, liderou tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que era pelego;

Constantino Furlanetto

Norberto Bianchi;

José J. Giordam; se tornou líder sindical.

Pasqualino Toscam, líder da Juventude Rural, se tornou Padre.

Ivone O. Heinzem, Religiosa;

Jurilde Fazzolo, Religiosa.

As CEBs, segundo Krischke (1986) são um instrumento de renovação da igreja, são a essência do Concílio Vaticano II, a voz dos que não têm voz e se distingue de qualquer modalidade política por contar com a existência de uma linha mística de pastoral:

As CEBs foram especialmente nos anos, 70 e 80 na Diocese de Chapecó, um fenômeno inovador face a tradição cultural e política da região oeste catarinense e do país, tendo a frente um líder voltado a provocar mudanças, a suscitar questionamentos em profundidade, diante das transformações da sociedade brasileira, e nela o papel da Igreja Católica. (KRISCHKE, 1986, p. 185).

Os valores democráticos cultivados pelas CEBs, a partir de D. José Gomes na Diocese de Chapecó, sustentaram motivações para uma nova ordem pluralista e igualitária. Na obra

“Leituras em Movimentos Sociais”, Odilon Poli (1999, p. 139) destaca, “Paralelamente a essas ações e manifestações públicas, o movimento preocupou-se em realizar toda uma dinâmica de formação.” Mas, o que seria esta formação, o trabalho desenvolvido pela igreja junto a líderes que posteriormente multiplicavam esses conhecimentos formando novas lideranças?. Segundo Poli (1999, p. 139), esta dinâmica se deve “através de encontros de estudo e discussão de questões relativas à realidade e às relações na família, na comunidade, nas organizações populares e na sociedade como um todo.”

4.3 DOM JOSÉ PROJETA AS AÇÕES NA DIOCESE A PARTIR DAS CEBs

Em um documento escrito a próprio punho por D. José Gomes, datado de 02 de dezembro de 1976, o bispo projeta 1977, a partir da revisão do Plano de 1976, trabalhado em encontros com o clero diocesano.

O documento aponta uma série de questionamentos do Bispo. Dom José deixa explícito, já a partir do título do documento, do modelo de CEBs, do fortalecimento das pastorais e grupos com um olhar para uma igreja humana feita de pastorais sociais. Também revela o caminhar junto do Bispo na orientação dos planos, das decisões, das linhas de ação, da igreja protagonista que projeta para a Diocese de Chapecó.

Aqui se faz a liderança, o protagonismo do Bispo dom José Gomes, um protagonismo como retratado por Gramsci (1992), que contribui para a prática da organização das equipes.

Em primeiro lugar, o líder deve compreender as aspirações de seu tempo e das pessoas do grupo, construindo coletivamente um plano para a superação dos limites atuais. Os líderes são poucos, os liderados são muitos, mas todos têm papéis imprescindíveis – os líderes não são necessariamente, mais importantes, nada fariam sem um grupo coeso e disciplinado, pouco fazem onde impere a cultura individualista, origem da corrupção e do clientelismo. O projeto é mais importante, sempre, e cabe ao líder preparar seu sucessor, preparar os próximos líderes, e preparar-se para deixar a posição quando for a hora. (GRAMSCI, 1992, p.143).

O Bispo adota o que Gramsci (1992) invoca de, a superioridade dos valores coletivos sobre os individuais e da democratização do debate antes da decisão. Em uma sessão do

Conselho de Presbíteros, de 02 de dezembro de 1976, D. José Gomes apresentou relatório minucioso, revendo o Plano de 1976, com questionamentos severos, especialmente sobre conscientização da missão e o fortalecimento das lideranças (RPD, 1976, p. 01).

Ponto a ponto, D. José Gomes apresentou os questionamentos e orientações. Em relação aos presbíteros, a preocupação para que o padre esteja consciente da nova proposta de igreja, assumir a missão de estar junto às lutas do povo, da comunidade, estar junto às lideranças das comunidades e atento as necessidades (RPD, 1976, p. 01):

2.1 - Missão do presbítero: existe consciência da missão do padre hoje. De acordo com a definição do Plano, já há mentalidade?"

Perigo do padre organizar e depois deixar correr (falta comprometimento e missão).

Há alguns centros de interesse na cidade que a igreja não atende.

Há preocupação em assumir uma missão progressivamente.

O Padre “fazedor de coisas” não tem mais sentido.

2.1.2 – Padre deve se preocupar com todas as lideranças, acompanhá-las. Não preocupar-se com o que o povo quer, mas o que precisa.

Próximo da comunidade, o padre está atento à realidade da paróquia. D. José pede uma atualização constante dos Planos de Pastoral das Paróquias, assumir o novo jeito de igreja, ampliar a participação das lideranças com formação e desempenho junto às pastorais. A orientação é para que os padres assumam o compromisso da missão da proposta da igreja do Concílio e da Conferência de Medellín (RPD, 1976, p. 01):

2.1.3 – Revisão mais periódica do plano paroquial. Revisar mais do que se faz.

Grupos de influencia na cidade

Mais lideranças nas capelas

Mais formação para jovens e adultos

Diminuir a sacramentalização

Sair da execução pra a mentalização.

Tirar a pressa em sacramentalizar.

Assumir a pastoral de conjunto, para não haver fuga. (sacramentos, comércio)

Diante do novo momento, do fortalecimento da proposta de CEBs, D. José Gomes orienta para o fortalecimento dos grupos de Reflexão, a presença do padre nas comunidades, em missão, fazer acontecer as Comunidades Eclesiais de Base, mais formação, mais conscientização das lideranças, estar junto aos líderes (RPD, 1976, p. 01):

2.1.4 – Intensificar os grupos de reflexão.

Formação de líderes,

Formação de líderes.

Manter valorização entre os membros da equipe.

Manter a evangelização e tudo o que leva a vivência comunitária.

2.4.5 – Já está envolvido. Articular, acompanhar, integrar, promover lideranças.

Muito contato (mesmo pessoal) com os líderes. Estabelecer prioridades.

Centro da eucaristia – sinal de comunidade.

Entre as mudanças promovidas, os padres estarem mais presentes na vida da comunidade, inclusive com moradia nas comunidades, e não mais somente junto a casas paroquiais da matriz; serviços de administração foram passados aos leigos. As formações se tornaram uma constante, com maior valorização dos líderes. Delimitação de prioridades com vistas ao fortalecimento das CEBs. O trabalho sobre o Plano de Pastoral com as lideranças de comunidade foi intensificado, o objetivo era clarear para a missão da comunidade, a nova proposta de igreja das CEBs, dentro da realidade de cada paróquia.

Nos rascunhos escritos a próprio punho, D. José Gomes reafirma a visão de que o Padre deve estar presente na vida da comunidade para fazer acontecer as CEBs. Nessa caminhada, D. José cita Alberto Antoniazzi (pesquisador), que trata do papel dos presbíteros e bispos (RPD, 1976, p. 02):

- Dirigir a comunidade

-Ministros de União com a igreja

- Formação de serviço na comunhão da igreja – una, santa, católica, apostólica.

- Papel de presença de cabeça do corpo de Cristo.

- Formação colegial com os presbíteros todos e com todos os ministros.

O Bispo D. José Gomes deixa explícito no documento a preocupação em levar o conteúdo, as decisões, diretrizes do Plano de Pastoral das Paróquias até as comunidades. O plano é o caminho a ser trilhado pelas lideranças que guiam a caminhada da comunidade, dos grupos organizados (RPD, 1976, p. 02):

Nosso povo sabe muito pouco do plano de pastoral.

Ênfase: formação de pessoas, lideranças, para dinamizar, concretizar as reuniões comarcais e a participação de todos.

Formação equipe de pastoral educacional.

Mais pessoas para acompanhar os grupos.

Nossos planos devem brotar também da participação do povo: alguns elementos pelo menos devem participar. Discutir o plano com as lideranças.

Marcar reuniões para o plano de pastoral, conteúdo e formação para as lideranças.

- Ênfase: Comunicação crítica, libertar da comunicação mística. Mais ênfase à pastoral vocacional.

- Refletir muito.

Resumo: a causa funciona se damos ênfase à formação de lideranças para a globalidade da comunidade. Nas capelas todas devem saber quem são as lideranças. Formação, acompanhamento e revisão níveis de atuação.

Outro ponto abordado pelo bispo é o que denomina de “Plano pessoal de cultivo”. Para D. José Gomes o plano pessoal de cultivo seria a consciência da missão do padre. No documento discutido com o clero, o Bispo provoca o debate (RPD, 1976, p. 03):

Se não tem consciência da missão de presbítero, haverá furo na realização.

Temos aqui muito a refletir e modificar, - Ter clareza na missão e sem palavra de cultivo pessoal, o plano será funcionalismo! (Daí só bate o ponto e vive outra vida!)

D. José dá ênfase para a ação missionária do padre, para estar em sintonia à realidade das comunidades, do povo, para que concretamente faça parte dessa realidade (RPD, 1976, p. 03):

Às vezes não levamos em conta a situação concreta do povo. (De paróquia para paróquia, as realidades podem ser diferentes. Daí a necessidade, com o tempo, de roteiros próprios de reflexão. Talvez um assessor que ajude.

- Não colocar problemas aonde não tem.

- O que são necessidades reais do povo? E o são necessidades importantes (talvez sobre estrutura). Discernimento.

Esse problema é sério. O povo precisa? Daí a necessidade de visão global. E muito discernimento. É preciso também fazer sentir que existem necessidades... Nem só o que o povo pede é que tem que ser dado! Às vezes o povo tem visão parcial ou truncada.

O Bispo D. José Gomes, diante da reflexão aos padres, sugere como medida para tornar o trabalho mais dinâmico diante do processo de Comunidades Eclesiais de Base, a criação do Conselho Presbiterial Diocesano e o Conselho Administrativo Diocesano (RPD, 1976, p. 03):

4.3.1 Pastoral Rural e CPT

Em fins de 1976, a Diocese contava com 3.341 grupos de reflexão no meio rural. Por outro lado, a igreja liderada pelo Bispo D. José Gomes também contava com a Pastoral da Terra, embrião da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que vai despertar lideranças, militantes que em fins da década de 1970, diante da realidade regional, vão também dar origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O Movimento vai ocupar a fazenda Burro Branco no município de Campo Erê (RPD, 1976, p. 04).

D. José Gomes em um encontro com o clero em 07 de dezembro de 1976, vai discutir a distinção de Pastoral Rural e Pastoral da Terra, e participação dos padres na organização, e distinção do que era Pastoral Rural e a Pastoral da Terra, alguns encaminhamentos eram propostos pelo Bispo (RPD, 1976, p. 04):

- a) A paróquia tem se organizar. Esperam assessoria da equipe diocesana de Pastoral Rural.
- b) Elaboração de material, conteúdo doutrinário, história de salvação, presença da equipe diocesana (com planejamento para entrar em sintonia com o cronograma da paróquia. Treinamento inicial dos líderes de grupos.
- c) As paróquias deveriam formar sua equipe de pastoral rural. Escolher um coordenador em cada capela ou comunidade.
- d) Precisa a paróquia. Liberar um elemento para o trabalho. Em cada setor um coordenador (elemento coordenador).
Da diocese esperam assessoria na elaboração do material.
É preciso dar um treinamento inicial para líderes de grupos. (com cronograma a ser sugerido pela equipe diocesano).

Para aprofundar os trabalhos junto aos grupos de reflexão, o encontro com o clero vai tratar do tema liberação de leigos para atuação nas comunidades. Um nome foi levantado pelo clero, o jovem agricultor da Comunidade de Sede Figueira, interior de Chapecó, Remi Bianchi. A preocupação de D. José está na viabilidade do projeto (RPD, 1976, p. 05):

- a) Liberar dois elementos (leigos) em esfera diocesana: É viável. Normas concretas.
- b) Ótima ideia, mas é viável?
Problema família do liberado, finanças?
Sugerem que a paróquia por conta tenha o seu agente de pastoral rural, além da pessoa liberada em esfera diocesana.
- c) É necessário. Viável se quisermos.
Sugestão: Tempo integral será necessário?
De preferência dois elementos. Como fica o problema social do liberado?

Diante das discordâncias de paróquias em aderir à política de liberados leigos para atuar nas pastorais, D. José é enfático, caberia aos leigos das paróquias fazer as visitas às comunidades, o trabalho de campo. Os leigos da diocese fariam o trabalho de assessores das paróquias (RPD, 1976, p. 05):

- d) Não concordam com a ideia (Xavantina, Seara e Xaxim). A paróquia mesmo deve se preocupar com isso. Valorizar o prata da casa.

Nota: Esses liberados diocesanos seriam para assessorar a equipe de Pastoral rural da paróquia (não visitar todos os grupos).

Quanto a Pastoral da Terra, D. José recomenda ampliar os estudos, que viriam portanto, a dar origem à CPT. O Bispo entende que caberia à Pastoral da Terra mergulhar na realidade social, política da região (RPD, 1976, p. 05):

Pastoral da Terra: (justiça e Programa)

- a) Precisa mais estudo do assunto.
- b) Acham boa a ideia (comissão que entende do assunto, que tenha conhecimento profundo da realidade)

“(Leitura do livro Pastoral da Terra)”

Em 1976 a Diocese dá os primeiros passos, mais explícitos, sobre a realidade urbana. Em 1979 (GOMES, 1998, p. 48) a igreja vai descentralizar as residências dos padres. A primeira será no Bairro São Pedro, quando o Padre Ivo Oro e o leigo José Fritch vão residir na primeira periferia urbana da Diocese.

Na revisão do plano para 1977, D. José Gomes projeta atividades para potencializar especialmente o tema da Campanha da Fraternidade (RPD, 1976, p. 05):

Pastoral urbana:

- Aproveitar 1977 a campanha do Natal e da fraternidade para elaborar material. Depois aprofundar um encontro em maio.
- Pastoral dos grupos de influência.
- Uma equipe para isso? Foi formada uma equipe de Pastoral urbana para tentar dinamizar esses setores. (Chapecó, Xanxerê e São Miguel do Oeste).

Pastoral sub-urbana

Não foi ainda elaborado esse plano.

Não deixar os bairros sem um planejamento especial.

Visando ao Plano de Pastoral de 1977 foram definidas ações para aprofundar os temas voltados à realidade da Diocese, como a questão da terra, sindical, vocacional. Foram definidas quatro Campanhas para os Grupos de Reflexão, Natal, Vocacional, Missais e a Fraternidade com o tema Fraternidade e Família e o lema Comece em Sua Casa. A

determinação de D. José foi de que o tema deveria ser debatido nos grupos de Reflexão Urbano e Rural. (RPD, 1976, p. 05):

Fraternidade: Um Manual alto de evangelização.

Família e fraternidade: Comece em sua casa.

Justifica-se trabalho para todos.

(Grupos de reflexão destinados: Rural e Urbano)

Já os Missais com o mesmo tema seriam refletidos juntos aos Círculos Bíblicos; cultos dominicais; Via Sacra; catequese paroquial; educação religiosa de 1ª a 8ª Séries e Mobral para alunos do então 2º grau. Também para 1977, a novidade seria a elaboração de um livro de cantos da Diocese. Foi programado para o período de 18 a 21 de março, um encontro sobre o uso do livro, com o tema, Canto e Liturgia. Seria agendado um encontro diocesano do clero para o mês de maio de 1977, para debater o tema CEBs, no sentido de aprofundar a experiência na Diocese, até encontros foram agendados encontros em nível de comarca (RPD, 1976, p. 06).

4.3.2 Igreja Protagonista

No documento, *Novos Passos na Igreja Diocesana* (1990, p. 01), os padres Ivo Oro e Adayr Tedesco relatam um encontro do clero realizado em cinco de maio de 1976, que vai aprofundar a experiência da Igreja liderada por D. José Gomes na constituição das Comunidades Eclesiais de Base, a partir dos Conselhos de Pastoral. O encontro de maio de 1976, segundo Oro e Tedesco (1990), inaugura um novo momento Pastoral, denominado Igreja Protagonista:

Segundo Momento, de 1976 a 1984, a Diocese prepara um terreno novo e entra numa nova fase. A realidade brasileira mostra o fracasso do milagre econômico. Durante a repressão militar haviam sido lançados os germens do que seria mais tarde o CIMI, a CPT. A teologia da Libertação expande-se e amadurece, as CEBs articulam-se dando nova feição à Igreja do Brasil. Entra em cena uma nova

metodologia de educação popular, veiculada pelos grupos de reflexão. Assumidos oficialmente pela Diocese numa assembléia do clero de 05/05/1976. Cresce a consciência de um novo modo de ser Igreja. O método leva a dar voz e vez ao novo sujeito histórico, as classes populares.

Essa nova consciência manifesta-se numa porção de fatos novos que mostram a igreja como protagonista nas lutas pela libertação: multiplicação de encontros de agricultores, promovidos pela CPT (78); reação a famosa “peste suína africana” (78); a explosão do “Caso Chimbanguê” (78); ocupação da Fazenda Burro Branco (80); o acampamento na Encruzilhada Natalino, Ronda Alta (80); organização de agricultores para reivindicar a indenização de suas terras, invadidas por projetos de estradas federais e estaduais; a emergência de um novo sindicalismo combativo, engajado na luta pela terra e pela Reforma Agrária; experiências comunitárias no uso da terra; movimentos de agricultores contra as barragens... A CPT mostra toda sua pujança. Surgem as Pastorais Sociais, a PJ e a preocupação por uma liturgia mais vivida. A Assembleia de 08 e 09/03/1980 confirmou toda essa caminhada reforçando a conexão fé/vida e o compromisso de libertação; reassumindo as CEBs, priorizando a formação de lideranças e grupos de reflexão, dentro do método ver/julgar/agir. (ORO, TEDESCO 1990, p 01-02).

4.4 A COMUNICAÇÃO DE DOM JOSÉ GOMES – A REVOLUÇÃO PELA PALAVRA

Uma das ferramentas destacadas pelo Plano de Pastoral de Conjunto 1967-1968, para trabalhar o novo momento da igreja pós Concílio, foi a homilia, um dos momentos litúrgicos importantes da missa, que ganhava destaque no Concílio Vaticano II, através do “*Sacrosanctum Concilium*”:

“A ação da igreja não se limita à sagrada Liturgia, pois antes de participarem da Liturgia as pessoas precisam ser chamadas à fé e à conversão: “como hão de invocar aquele no qual não acreditam? Como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão se não houver quem anuncie? E como proclamarão se não houver pessoas que aceitem ser enviadas? (Rm 10, 14-15). (Santa Sé/Concílio Ecumênico Vaticano II, 2018, p. 28).

A homilia foi uma das ferramentas intensamente utilizada por D. José Gomes. Para Lovera e Stulp (2013, p. 26) “Seus ideais foram transmitidos em suas memoráveis homilias, uma das práticas marcantes de seu ministério”.



D. José durante homilia em uma Romaria da Terra

A Igreja, impelida pelo Espírito Santo, deve trilhar a mesma senda de Cristo, isto é, o caminho da pobreza, da obediência, do serviço e da imolação de si mesma até a morte, da qual saiu vencedor pela ressurreição - Sermões de D. José em 12/10/1975. (LOVERA et. All, 2013, p. 33).

Os sermões de D. José atraíam os cristãos católicos que buscavam nas palavras do bispo a motivação para o enfrentamento da realidade onde estavam inseridos. Para Diel (2013) a comunidade se mobilizava para participar da liturgia que tinha como ponto alto as homilias:

Os sermões se constituíram numa forma maravilhosa do bispo se fazer presente no meio das comunidades, mesmo as mais distantes. Mais do que sermões, estas palavras dirigidas às comunidades eram enorme instrumento de ação catequética, porque preparavam os cristãos para um tempo de reformas na Igreja, bem como cobrava deles uma atitude cristã, que ia das coisas mais simples do dia a dia até as exigências mais profundas da ética cristã. Eram sermões pastorais, pois, ao redor deles, articulava-se toda uma maneira nova de ser Igreja. De uma Igreja que se via em diálogo e aberta ao mundo e que assumia um compromisso muito sincero, amplo e seguro com os pobres e a sua libertação. Libertação é a palavra que resume o

desejo, os sonhos, as causas de Dom José nestes sermões. Com dom José Gomes a Igreja diocesana de Chapecó fazia um duplo movimento: libertava-se para poder libertar. (DIEL, 2013, p. 19).

As homilias de D. José, segundo Tedesco e Zimmer (2002, p. 91) eram de fácil compreensão dos fieis, das comunidades e envolviam as lideranças, os leigos:

Essas homilias têm um linguajar muito simples, pois são dirigidas às comunidades rurais da Diocese. A Igreja Diocesana de Chapecó era uma Igreja Rural. Sua pastoral acompanha o homem do campo. As homilias do Bispo são sua metodologia de Visita Pastoral, marcam sua presença em cada comunidade da Diocese, ajudando os ministros do culto na missão de partilhar a Palavra de Deus com os irmãos e irmãs. Elas ajudam a todos a crescer em eclesialidade, tornando-os sujeitos e partícipes da missão da Igreja. (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 91).

Para Lovera e Stulp (2013), as palavras de D. José tocavam os fieis católicos, marginalizado, que se encorajava a partir das homilias do Bispo:

Dom José tinha o dom da palavra. Até hoje suas pregações estão à flor da pele de muitos militantes. Elas sempre incidiam diretamente no contexto em que vivia o povo oprimido nas comunidades de agricultores, de caboclos, de povos indígenas, de operários explorados nas cidades. (LOVERA; STULP, 2013, p. 28).

Dom José Gomes adota na organização de sua igreja, na relação entre o bispo, clero e as lideranças, uma política que Mezzomo (2009, p. 15) denomina de “assembleísmo”.

O Bispo caminhava junto à sua Diocese, estava atento as transformações, ouvia clero e rebanho. Entre os meios adotados pelo bispo, a realização das Assembléias Diocesanas. Segundo Mezzomo (2009, p. 158) “A assembleia devia ser o momento final de uma reflexão que se iniciava nas capelas e comunidades”.

Aqui cabe uma reflexão sobre o carisma, sobre a linguagem utilizada pelo Bispo. Dom José buscava permanente contato com as comunidades mais longínquas, através da multiplicação de seus sermões que eram lidos nas celebrações, com palavras de efeito e comprometidas com o que denominava de evangelho de Cristo (DIEL 2013, p. 19-23). Assim

o Bispo faz com que suas mensagens chegassem até as comunidades e as lideranças ligadas à igreja, a Revolução pela Palavra.

“Há muitas formas de ser missionário, Alguns são chamados a deixar família e terra para estabelecerem-se como evangelizadores entre os irmãos necessitados de outras terras e nações. Outros são chamados a doar a sua vida pelos doentes, jovens, crianças ou pessoas abandonadas. A maioria de nós tem como missão assumir sua família, seu emprego, o ambiente onde acontecem as lutas diárias. É ali que precisamos repartir o nosso pão a todos quanto têm fome de Deus, fome da paz que promove” - Sermões de D. José em 19/10/1975. (LOVERA, 2013, p. 335).

De acordo com Tedesco (2018, p. 91) a linguagem utilizada por D. José Gomes junto às comunidades era muito simples, e marcou a presença do bispo em todas as localidades. Embora com uma postura associada à Teologia da Libertação, do Frei Leonardo Boff, Tedesco (2002, p. 88, 89) destaca que o D. José não tinha uma teologia elaborada, não possuía uma obra específica que o influenciasse. O bispo tinha acesso aos principais pensadores da América Latina, que lhe serviam de intuições e pistas práticas.

Dom José deu testemunho do Evangelho que acreditava, sua linguagem encontrou eco junto ao rebanho e ao clero. Bakhtin (1988) nos ajuda a compreender a linguagem utilizada por Dom José, em que a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, mas pelo fenômeno social da interação verbal, como produto vivo das forças sociais. Com a concepção dialógica da linguagem adotada, a análise de uma realidade passa a ser uma fina e sutil análise semântica, que leva em conta confrontos e deslizamentos de sentidos, apagamentos de significados e interdiscursos (BAKHTIN, 2003). Bakhtin (2006, p. 261) afirma que “[...] todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Em suma, a linguagem é produção humana que ocorre nas relações sociais. Nessa perspectiva, para Bakhtin (1999, p. 37), “[...] a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material”. Sendo assim, para Bakhtin (2006), a linguagem tem dimensões dialógicas e ideológicas, que são historicamente dadas. Toda palavra tem intenções, significados. Não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas mensagens, que no caso de Dom José levaram pessoas simples, agricultores, operários a se tornarem líderes de comunidades e movimentos sociais, saírem da passividade para tornarem-se protagonistas de suas histórias,

aqui “[...] a palavra está sempre carregada de um discurso ideológico e vivencial” (BAKHTIN, 2006, p. 98-99). O método utilizado por Dom José, o diálogo, oportunizou o confronto das ideias, logo soube ouvir seu rebanho. Dessa maneira, para Bakhtin (2003) todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro da resposta ao ouvinte:

[...] tudo o que dá valor ao dado mundo, tudo o que atribui um valor autônomo à presença do mundo, está vinculado ao outro

[...] é a respeito do outro que se inventam histórias, é pelo outro que se derramam lágrimas, é ao outro que se erigem monumentos; apenas os outros povoam os cemitérios; a memória só conhece, só preserva e reconstitui o outro [...] (BAKHTIN, 1992, p. 126).

Esse saber ouvir o rebanho, a valorização da manifestação do leigo, do homem simples, o outro utilizado por Bakhtin, levou à Revolução pela Palavra, “[...] nós vivemos em um mundo de palavras do outro. E toda a minha vida é uma orientação nesse mundo; é reação às palavras do outro [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 379). Essa interação do Bispo com o rebanho de sua diocese, construiu a caminhada da Igreja:

[...] a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe) etc., e me é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão a formação original da representação que terei de mim mesmo. (BAKHTIN, 1992, p. 278).

Nesse modo de proceder, o ato de compreensão “[...] desenvolve-se numa luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento” (BAKHTIN, 2003, p. 378). Assim, quando se envolve em uma causa, especialmente a libertação do ser humano, a revolução, o virar pelo avesso uma situação de miséria, de exclusão, a palavra se faz testemunho, “[...] o discurso não se encontra em uma língua neutra e impessoal (pois não é do dicionário que ela é tomada pelo falante!) ela está nos lábios de outrem, nos contextos de outrem e a serviço das intenções de outrem.” (BAKHTIN, 1988, p. 21).

Mesmo sem saber, os que lutam pela técnica e pelo desenvolvimento estão buscando a Deus. Porque foi Deus que nos deu a inteligência e também a ordem de dominar a

terra. Também é verdade que o povo mais simples, diante de toda a miséria que existe no mundo, mais procura a Deus. Cada um procura a Deus um pouco do seu modo. Mas todos procuram a Deus - Sermões de D. José em 29/10/1976. (LOVERA, 2013, p. 43).

Os diálogos, as conversações são, para Bakhtin, enunciados nos quais se pode perceber vozes diferentes, que estabelecem entre si relações dialógicas. Neste caso, “o enunciado nasce na inter-relação discursiva, por isso que não pode ser nem o primeiro nem o último, pois já é resposta a outros enunciados, ou seja, surge como sua réplica” (BAKHTIN, 1997, p. 324). Para o autor, o enunciado deve ser considerado interligado à situação social (imediate e ampla) em que é produzido e está inserido. Isto é, o enunciado não pode ser compreendido dissociado das relações sociais que o suscitaram, pois o “discurso”, como fenômeno de comunicação social, é determinado por tais relações. (BAKHTIN, 1997, p. 317).

A enunciação, segundo o mesmo autor, não é um ato individual. Quando falamos ou escrevemos, presumimos a interlocução de um outro, ainda que esse outro seja um outro simbólico coletivo. Além disso, enquanto sujeitos sociais – cuja consciência se molda a partir da linguagem – somos atravessados continuamente por outros discursos:

O conceito de discurso, compreendendo um conjunto de enunciados que correm como performances verbais em função enunciativa, é apresentado considerando a idéia de práticas (discursivas). Assim, amparado por esse modo de analisar os enunciados, considerando-os instáveis, reconhece-os como objeto de luta, regulados por uma ordem do dizível, definida no interior de lutas políticas. (SARGENTINI, 2006, p. 05).

Pêcheux (1990) contribui ao defender que essas manifestações são fragmentos, noções de enunciados, que se estruturam a partir de um acontecimento, de um determinado fato:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação. (PÊCHEUX, 1990, p. 56).

Pensar a palavra na concepção de BRASIL (2012, p. 175) “é pensar, inevitavelmente, em política, em discurso político”, ou seja, em pronunciamentos praticados por autoridades políticas, “cuja fala é perpassada por um vocabulário regular em estilo e forma”. A palavra dita é um indicador objetivo e concreto das transformações do mundo social, pois é a realidade que determina o signo, enquanto o signo reflete e refrata a realidade em transformação (BAKHTIN, 1997, p. 279). Nesse sentido, o conteúdo das manifestações de D. José Gomes, por estar inserido no seio de uma localidade, um bairro, vila, pode conter enunciados num tom político que retratam o cotidiano das comunidades, de seus interesses, de suas lutas e conquistas:

Como os sujeitos são sociais e os sentidos são históricos, os discursos se confrontam, se digladiam, envolvem-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários. Michel Foucault (1978) enxerga, nesses intensos movimentos, uma microfísica do poder: pulverizados em todo o campo social, os micropoderes promovem uma contínua luta pelo estabelecimento de verdades que, sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração. (FOUCAULT apud GREBOLIM, 2007, p. 17).

Para ajudar e conscientizar a população do oeste, em especial os mais simples, o trabalhador do campo e da cidade, Dom José se utilizou da humildade e foi ao encontro de seu rebanho:

A arte de cativar não vem simplesmente das palavras, mas da verdade dita com sorrisos nos lábios. Somente quando conseguimos dizê-las sorrindo é que, de fato, somos grandes mensageiros. Dom José parece que nasceu para sorrir frente às situações difíceis. (UCZAI apud BOGO, 2002, p. 224-225).

As frases de efeito de D. José Gomes ecoaram na região oeste catarinense. Seus pronunciamentos influenciaram o pensamento da região oeste, berço de Movimentos Sociais que modificaram a realidade regional com ampla repercussão no estado e no país:

Eu estou instigando a luta pela vida digna. Luta de cidadão. Luta de alguém que realmente sabe honrar a sua dignidade e fazer-se respeitar na sua dignidade e fazer-se respeitar na sua dignidade, na sua vida. (Entrevista de D. José Gomes concedida ao Jornalista Sandro Santos, na Rádio Super Condá, outubro de 1990).

De acordo com Tedesco (2002, p. 91) a linguagem utilizada por D. José Gomes era muito simples, e marcaram a presença do bispo em todas as localidades. Embora com uma postura associada à Teologia da Libertação, do Frei Leonardo Boff. (Tedesco, 2002, p. 88, 89).

Estas ações, segundo o ex-pároco da catedral Santo Antonio, Padre Alcido Kunzler, renderam ao líder religioso desafetos. Para o sacerdote a palavra de D. José Gomes era “sempre muito clara, objetiva e direta, foi uma voz que não se calou, inclusive a nível nacional”. De acordo com Kunzler (2002, p. 61) as declarações polêmicas do bispo lhe renderam ameaças de morte, telefonemas anônimos, perseguições abertas, e outras veladas, mas muito mais fortes e marcantes. Para o padre as ações tomadas pelos desafetos se tratavam de “um terror surdo e camuflado que não tem a coragem de mostrar a cara, tudo isso foi um lento e duro martírio imposto a D. José. Sua palavra e seu ofício de Bispo deixaram-lhe estas marcas”.

A gente está aí. Sabendo que muita gente não topa o que eu digo. Mas eu acho que o evangelho, a palavra de Deus me obriga a dizer o que estou dizendo. Eu seria um traidor da vida. Um traidor de Deus. Um traidor da palavra de Deus. Se eu não denunciasse. (Entrevista de D. José Gomes concedida ao Jornalista Sandro Santos, na Rádio Super Condá, outubro de 1990).

“A palavra de D. José foi, sem sombra de dúvida, o grande veículo de expressão e revelação de sua pessoa”, (KUNZLER, 2002, p. 61). Assim o autor descreve o conteúdo das manifestações orais do bispo. Sempre com uma preocupação com o social, com a conscientização de seu rebanho. “Sua conversa seguidamente era orientada na direção dos problemas sociais, econômicos e políticos, na sua convergência com a justiça que o Reino de Deus pede”, (KUNZLER, 2002, p. 61):

O respeito ao futuro do nosso país. Nada de armas, nada matança. Mas a revolução no verdadeiro sentido da palavra. Porque revolução significa virar do avesso. Nós tínhamos que virar do avesso esta situação de miséria de abandono. (Entrevista de D. José Gomes concedida ao Jornalista Sandro Santos, na Rádio Super Condá, outubro de 1990).

Os pronunciamentos de D. José eram como ferramenta de conscientização. Para Lovera (2013) as palavras pronunciadas pelo Bispo tinham o poder de politizar o receptor, o ouvinte. “Dom José tinha o dom da palavra. Até hoje suas pregações estão à flor da pele de muitos militantes. Elas sempre incidiram diretamente no contexto em que vivia o povo oprimido nas comunidades de agricultores, de caboclos, de povos indígenas, de operários explorados nas cidades.” (LOVERA, 2013, p. 26).

Para Orlandi (2007, p. 46) um dos pontos fortes, ao considerarmos o discurso, as palavras de D. José é re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem, “A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”:

Sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. (PÊCHEUX 1969 apud ORLANDI 2007, p. 46).

Para Pêcheux a ideologia é a matriz do sentido: as palavras, expressões, proposições, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer, que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1990, p. 160).

Orlandi contribui ao incluir, nesse cenário, outros fatores que podem interferir na compreensão ou interpretação das mensagens, a exemplo da história. “Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições” (ORLANDI, 2007, p. 47). Segundo Mcleish (2001, p. 19) “A voz é capaz de transmitir muito mais do que o discurso escrito”.

Como última entrevista concedida ao Departamento de Radiojornalismo da Super Condá, no dia em que deixava a liderança da Igreja Diocesana de Chapecó, D. José Gomes deixa uma célebre frase:

É a caminhada da gente né. Nós todos caminhamos juntos, o povo caminhou comigo, eu caminhei com eles. E sempre tivemos a graça de poder sermos amigos e

sempre trabalhando para o bem estar de toda a sociedade.” (Entrevista de D. José Gomes concedida ao Jornalista Sandro Santos, na Rádio Super Condá, outubro de 1990).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bispo Dom José Gomes. Ele é o homem cujo nome esteve entre os mais ouvidos na história da região oeste catarinense, e não porque era o bispo da Diocese de Chapecó, o chefe que mais tempo permaneceu à frente da igreja da região (foram 30 anos), mas sim porque para os que o conheceram, foi ele quem implantou uma nova igreja, libertadora, humana, que transformou pessoas humildes e anônimas em lideranças capazes de construir movimentos sociais que ganharam o país.

Os documentos a que tivemos acesso nos arquivos da Mitra Diocesana retratam os relatos, de todos os segmentos sociais da importância das contribuições de D. José Gomes à história da Região Oeste Catarinense. São testemunhos da personalidade, das ações, das ideias e repercussão que até hoje, suas palavras provocam no processo de organização comunitária da Diocese de Chapecó, e mesmo além fronteiras.

Um discurso pode transformar o ser humano e ajudar na formação de lideranças, esse era um dos principais pensamentos de Dom José, expresso em suas homilias e testemunhos junto às comunidades. As manifestações sobre a preocupação com a comunidade, com a conscientização de seu rebanho orientado na direção dos problemas sociais, econômicos e políticos eram uma constante nos discursos de D. José Gomes. O bispo despertava as lideranças para a necessidade de se organizarem para transformar a sociedade. A proposta era de formar e transformar o ser humano, com consciência de si, as relações que vivia. Suas palavras tiveram uma característica duradoura, pessoas se envolveram em movimentos, viveram uma vida em torno da defesa da vida digna e da justiça social.

A formação de lideranças populares foi uma preocupação constante de D. José Gomes. A proposta do bispo encontrou terreno fértil no seio das comunidades da diocese de Chapecó, o novo jeito de relacionamento com os fiéis católicos, cativou e motivou as lideranças. A consolidação da proposta de D. José Gomes, a formação de lideranças populares a partir dos círculos bíblicos, dos grupos de reflexão, a abertura da igreja para o protagonismo das lideranças leigas, dava início a um trabalho de transformação da história do oeste, com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e dos movimentos sociais. As palavras de D. José faziam as lideranças refletir e sonhar, buscar uma utopia, e davam o rumo, o caminho a seguir na busca da qualidade de vida.

A Igreja liderada por D. José optou, assumiu e empoderou o pobre. Pessoas humildes se transformaram em lideranças de pastorais, nos sindicatos, e Movimentos Sociais surgidos no Oeste Catarinense, CIMI, MST, MAB, MMC. Para D. José Gomes a Igreja era o “povo de Deus”, a quem ele amou e trabalhou para que fosse liberto e assumisse a tarefa evangelizadora nas diferentes pastorais criadas na Diocese. Atuou embasado nas decisões do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais, que levaram a uma nova Igreja; uma Igreja como povo de Deus, aberta à colegialidade episcopal; lugar e participação da mulher, do trabalhador, do leigo na Igreja; estrutura paroquial; instâncias de participação na Igreja. Era preciso a organização para uma caminhada segura, consciente, para uma maior fidelidade à sua identidade, vocação e missão como Igreja.

Dom José não deixou dúvidas a quem defendia, e a defesa era de índios, sem terra e os pequenos agricultores excluídos do processo econômico. O testemunho do bispo foi no sentido de libertação, de mostrar o caminho da organização, de provocar a participação nos espaços da sociedade, sindicatos, na política, no trabalho, no conhecimento técnico.

As ações do Bispo D. José Gomes também interferiram nas transformações econômicas que mudaram o cenário do oeste catarinense. O Bispo esteve atento as necessidades da região no início da década de 70, quando o oeste buscou a tecnologia para as propriedades rurais. Foi na década de 1970 que a região oeste catarinense passou por transformações econômicas, sociais e políticas. No início do processo de industrialização, baseada na agroindústria, a crise do modelo agrícola tradicional era o retrato da região. O surgimento dos movimentos sociais, o sindicalismo autêntico a partir de lideranças conscientes e capacitadas, contribuiu para a organização dos pequenos agricultores, o associativismo.

Os Planos de Pastorais foram as ferramentas teóricas, nas quais foi planejada passo a passo a caminhada da Igreja da Diocese de Chapecó. Os Planos atenderam a um pedido do Próprio Papa João XXIII, para que considerando a realidade do continente, indicassem medidas a curto, médio e longo prazo, no campo de ação pastoral da Igreja. E a Diocese de Chapecó, sob a liderança de D. José Gomes, o fez. Sabiamente foram atualizados os planos, considerando os avanços obtidos a cada passo. Dom José encontrou na Diocese um clero disposto a caminhar junto, e não tardou para através dos Círculos Bíblicos e Grupos de Reflexão construir comunidades de base, para avançar na conscientização do povo, para formar líderes capazes de provocar mudanças, lutar por justiça social.

A partir da concepção de “Povo de Deus”, concebida à Igreja pelo Concílio Vaticano II, percebemos, nas CEBs, a recepção viva e criativa deste novo modo de ser Igreja. Com as CEBs a Igreja se fez base, temos o protagonismo dos leigos, a aproximação com os movimentos populares e a sintonia entre as CEBs e a instituição eclesial. Aflora-se a vivência ministerial da Igreja em tal organização. Revelam-se aspectos teológicos e pastorais referenciais para as comunidades a partir dos encontros de Círculos bíblicos e grupos de reflexão, que abrangem aspectos ligados à espiritualidade, à comunhão, à participação, ao ecumenismo, ao diálogo interreligioso, ao profetismo e ao compromisso social. Todos esses aspectos contribuem para a viabilidade das CEBs.

Na Diocese de Chapecó, o Clero foi um solo fecundo para as CEBs. O Clero animou o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base. Trabalhou no surgimento de novas lideranças e colaborou para os leigos assumirem o protagonismo na comunidade. A figura do bispo esteve próxima das comunidades. Os leigos tiveram fácil acesso a D. José e as decisões na Igreja contaram com a participação dos fiéis.

A comunidade eclesial não era algo secundário e opcional na vivência nem era algo que existia em função de si mesma, era preciso animar e fortalecer as comunidades existentes e criar novas comunidades como lugar de oração, de vida fraterna e de compromisso com os pobres. D. José Gomes, adepto da Teologia da Libertação, trilhas os caminhos defendidos na atualidade pelo Papa Francisco, para uma Igreja Missionária. Como saída, era preciso descentralizar a Igreja dela mesma na direção das periferias sociais e existenciais, sair das sacristias e dos templos; o mundo sofredor (os calvários) é o lugar natural da Igreja e de sua missão. A descentralização das estruturas da Igreja significava desparoquializar a diocese. Romper com a clericalização. Favorecer maior participação entre os fiéis. Edificar a Igreja de modo ministerial. Ratificar a opção pelos pobres. Fortalecer a comunhão eclesial. Ampliar a força carismática da Igreja a serviço da missão.

D. José foi ao encontro de sua Igreja. O perfil da Igreja pós Concílio Vaticano II era de ira aos pobres, assim fazer com que o pregador do evangelho fosse até os marginalizados, e D. José fez isso explicitamente.

Foram 30 anos a frente da Diocese de Chapecó, suas ideias, seus ideais, suas palavras, seus ensinamentos, resistem no seio da comunidade regional, são lideranças de movimentos sociais, comunitárias, que seguem a caminhada de Povo de Deus.

Em entrevista ao Jornalista Sandro Santos, da Rádio Super Condá, no dia do passamento de D. José Gomes, em 19 de setembro de 2002, o Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Luiz Sivers, resumiu a caminhada do Bispo junto a Diocese de Chapecó:

D. José foi uma boa semente do Reino de Deus que caiu nessa terra, e que produziu bons frutos, e que vai continuar produzindo. Seja dentro do universo católico, mas também dentro de todo universo ecumênico, D. José Gomes certamente será lembrado, e suas palavras, as suas atitudes, a sua luta junto aos pobres e aos oprimidos, sempre será um exemplo, será uma luz para nossa caminhada. (Entrevista de D. José Gomes concedida ao Jornalista Sandro Santos, na Rádio Super Condá, outubro de 1990).



Brasão Ministerial de D. José Gomes

REFERÊNCIAS

- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Plano de Pastoral de Conjunto 1967.
- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Segundo Plano de Diocesano de Pastoral 1970.
- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Segundo Plano de Pastoral de Conjunto 1972.
- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Segundo Plano de Pastoral da Diocese 1974.
- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Síntese dos Estudos Feitos Sobre CEB 1974.
- Arquivo Mitra Diocesana, CEBS 1975
- Arquivo da Mitra Carta em defesa dos Índios do Sul 1975
- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Caminhar Juntos 1976.
- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Revisão do Plano de Pastoral Diocesano 1976
- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Novos Passos na Igreja Diocesana 1990
- Arquivo da cúria Diocesana de Chapecó, Livro Tombo II Comissão Diocesana de Vocação 1967, 1968, 1969, fls 05, 06, 07, 11.
- ALLEGRI, Renzo. **Il Papa Buono – La storia di Giovanni XXIII**. Milano. Editora Montolibre S.p.A. 2000.
- ALMEIDA, Antonio José. **Leigos em que?** Uma abordagem histórica. São Paulo: Paulinas, 2006.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985. 3ª ed.
- ANDREIS, Adriana Maria. **Um território produto-produtor de espaço**. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA EL CONTROL DEL ESPACIO Y LOS ESPACIOS DE CONTROL, 13., Barcelona, Anais... Barcelona, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em: WWW.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Adriana%20M%20Andreis.pdf. Acesso em 17 mar.2019.
- BALBINOT, Pe. Egidio; MEOTI, Pe. Claudir. A dimensão Profética e Ministerial na Liturgia. In: ORO, Ivo Pedro; CENCI, Rosangela (Org). **Diocese de Chapecó: 60 ANOS DE CAMINHADA**. Diocese de Chapecó, 2018, (p. 104-114).
- BANDEIRA, Marina. **A igreja católica na virada da questão social (1930 – 1964)**. Ed. Vozes, RJ, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Discurso na vida e discurso na arte.** Tradução inédita de Cristovão Tezza do artigo *Discourse in life and discourse in art*, publicado como apêndice. Mimeografado.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A cultura popular na idade média e no renascimento.** São Paulo, Hucitec, Ed UnB, 1987.

_____. **Os gêneros do discurso.** Estética da criação verbal. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BETTO, Frei, **Catecismo popular.** São Paulo: Ática, 1991.

BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BIANCHI, Jaime; STULP, Pe. Cleto. O Compromisso Social: Pastorais Sociais e apoio aos movimentos populares. In: ORO, Ivo Pedro; CENCI, Rosangela (Org). **Diocese de Chapecó: 60 ANOS DE CAMINHADA.** Diocese de Chapecó, 2018, (p. q60-171).

BOFF, Lonardo; BOFF, Clodovis. **Lê Cri de la Pauvreté. Théologies de la Libération,** 1984 (Cf. LÖWY, 1991, p. 103).

BOFF, Leonardo. Igreja carisma e poder. 3 Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. E a igreja se fez povo. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Salvar a terra, cuidar da humanidade e garantir o futuro da vida e da fé cristã. In: CORDEIRO, Luiz Valdecir (org.). *Do ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia: CEBs, Ecologia e Missão.* São Paulo: Paulus, 2008.

CALAI, Helena Copetti, MORAES, Maristela Mria de (Org.). **Percursos teóricos e metodológicos. IV. Série.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

CAPUCCI, Alberto. Guerreiro José, Semeador de Esperança e coragem. In: UCZAI, Pedro (Org.). *Dom José Gomes: Mestre e Aprendiz do Povo.* Chapecó: Argos, 2002. (p.265-288)

CARBONERA, Miriam. **A relação de Dom José Gomes com os pequenos agricultores e índios,** a partir da imprensa escrita. 2003. 85p. Monografia (Graduação de História). Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Chapecó, 2003.

Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII. *Rerum Novarum.* 13.ed. Tradução de Manuel Alves da Silva, SJ. São Paulo: Paulinas, 2002.

CASTRO, Antônio Barros de. **Ajustamento X Transformação:** a economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, A. B.; SOUZA, F. P. *Economia Brasileira em Marcha Forçada.* São Paulo: Paz e Terra, 1985, pp. 13-82.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Com Deus no meio do povo**: Espiritualidade no conflito. São Paulo: Paulinas, 1982.

CELAM. **A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio**: Conclusões de Medellín. 8a. Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

COMBLIN, José. Jesus, enviado do Pai. São Paulo: Paulus, 2010. p. 40

Congregação para a educação católica. Orientações para o Estudo e o Ensino da Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal. Roma, 1998.

Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil: Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1977. Brasília Ed. 2004.

Conferência Renovação, nº 31, março de 1970 - Disponível em [www, cnbb3.org.br/historico](http://www.cnbb3.org.br/historico)

COMBLIN, José. O povo de Deus. São Paulo: Paulus, 2002.

CORAZZA, Gentil. **Fronteira Sul**: traços da formação econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.). História da Fronteira Sul. Porto Alegre, 2015, p. 298-317.

CNBB – www.cnbb.org.br. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br>. Acesso: 22 de outubro de 2004.

CNBB – www.cnbb4.org.br. Disponível em: <http://cnbbsul4.org.br/historico/>. Acesso: 12 de maio de 2019.

CNBB. Setor Pastoral Social. Cartilhas de Pastoral Social nº 1. O que é Pastoral Social. São Paulo: Loyola Brasil, 2001.

DIAS, PE. Domingos José. Um olhar sobre a Espiritualidade que animou a caminhada. In: ORO, Ivo Pedro; CENCI, Rosangela (Org). **Diocese de Chapecó: 60 ANOS DE CAMINHADA**. Diocese de Chapecó, 2018, (p. 81-89).

DIEL, Paulo Fernando. A importância de Dom José Gomes para uma Igreja de base, popular e libertadora. In: ORO, Ivo Pedro; CENCI, Rosangela (Org). **Diocese de Chapecó: 60 ANOS DE CAMINHADA**. Diocese de Chapecó, 2018, (p. 30-44).

DMITRUCK, Hilda Beatriz, (Org.). **Cadernos metodológicos**. Diretrizes de metodologia científica. 8.ed. ver. E amp. Chapecó: Argos, 2012.

DUSSEL, Henrique. Teologia da Libertação – Um panorama de seu desenvolvimento. Ed. Vozes. Petrópolis, 1999.

ENCONTROS TEOLÓGICOS, Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC in TEDESCO, Adayr Mario, **A Igreja na Região da Grande Palmas**. Ano 12, n 1, 1997, Florianópolis: CNBB – Regional, Sul IV.

- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Média**. São Paulo: Perspectiva, 1978
- _____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
- _____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- _____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola.
- FREI BETTO. **O que é comunidade eclesial de base**. 1981. Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- GASPARI, E. **Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002
- GASTAL, Marcelo Leite. **Mudança Tecnológica, modernização da agricultura ou desenvolvimento rural?** Planaltina, DF. Embrapa-CPAC, 1997.
- GIBELLINI, Rosino. **A Teologia no século XX**. São Paulo: Loyola, 1988.
- GOMES, Paulo de Oliveira. **A Ação da Igreja Católica no Bairro São Pedro**: Um depósito de massa sobrando 1959-1985. Trabalho de Conclusão de Curso de História - Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC Chapecó, 1998. Acesso em 20 novembro. 2016.
- GOMES, Paulo Cesar. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**: A visão da espionagem. Rio de Janeiro - São Paulo 2014. Ed. Recorde.
- GOMES, Ana Luisa Zaniboni. **Na boca do rádio**: O radialista e as políticas públicas. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Oboré, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Vol 1.
- _____. **Lettere dal carcere**: 1926-1937. Palermo: Sellerio, 1996. 2 v.
- _____. **Obras escolhidas**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação - Perspectivas**. Ed. Vozes. São Paulo, 2000.
- HAIGHT, Roger. **A comunidade cristã na história: eclesiologia histórica**. São Paulo: Paulinas, 2012, vol. 1.
- HEINER, Luis. **História da igreja do oeste catarinense e sudoeste do Paraná**. Arquivo Mitra Diocesana. Chapecó, 1994.

IHU ON-LINE. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. **Concílio Vaticano II 50 anos**. São Leopoldo: Unisinos, No 401, Set. 2012. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em 05 abr. 2019.

IRELAND, Rowan. **Comunidades Eclesiais de Base, Grupos Espíritas e a Democratização do Brasil**. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (Org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: Cedec, 1986.

KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott: **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: Cedec, 1986.

KUNZLER, Alcido L. **José Gomes, Trajetória de Vida**. In: UCZAI, Pedro (Org.). *Dom José Gomes: Mestre e Aprendiz do Povo*. Chapecó: Argos, 17-67.

LIBÂNIO, J. B., SJ. **Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1994.

LOVERA, Pe. Clair (ET al). **Os Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013.

_____. Colunas fortes da Igreja Diocesana. In: ORO, Ivo Pedro; CENCI, Rosângela (Org). **Diocese de Chapecó: 60 ANOS DE CAMINHADA**. Diocese de Chapecó, 2018, (p. 21-29).

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGALHÃES. Cicero Edvan. **Religiosidade e teologia popular à luz da eclesiologia de José Comblin**. Dissertação apresentada ao Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisição parcial à obtenção do título de Mestre em Teologia. FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Belo Horizonte, 2012. Acesso em 04 abril 2019.

McNEILL, John R. Capítulo 7: **La biosfera. Comer y ser comido**. In: *Algo Nuevo Bajo el Sol: historia medioambiental del mundo en el siglo XX*. Madrid: Alianza Editorial, 2003. p.237-277.

MARTINS, José de Souza: **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
MARX, Karl. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Fontes, 2008.

MEZZOMO, Frank Antonio: **DOM OLÍVIO AURÉLIO FAZZA: Trajetória de um bispo em uma região de conflitos**. Dissertação de Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós Graduação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2009. Acesso em 25 dez. 2016.

MIOTELLO, Valdemir. **A consciência que se alarga.** In. GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO – GEGE – UFSCAR. Palavras e contrapalavras. Constituindo sujeito em alter-ação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. P. 68-72.

MODESTI, Tatiani. **A preservação do patrimônio histórico-cultural na escola:** memórias da EEB Bom Pastor (Chapecó-SC). XVI Encontro Estadual de História da ANPUH – SC. Junho de 2016. Acessado em 09-05-2019. Disponível em http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464285562_ARQUIVO_artigoanpuh-sc-memoriaBomPastor6.pdf

MONTERO, P. (1995). **O problema da cultura na Igreja Católica Contemporânea.** Estudos Avançados, 9(25), 229-248.

NAGASAVA, Heliene Chaves. "**O sindicato que a ditadura queria**": O ministério do trabalho no governo castelo branco (1964-1967). Dissertação de Mestrado Acadêmico em História. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, agosto de 2015.. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14205/Heliene%20Chaves%20Nagasava.%20O%20sindicato%20que%20a%20ditadura%20queria.pdf?sequence=1>. Acesso em 08-05-2019

NEDER Cristiane Pimentel. **As influências das novas tecnologias de comunicação social na formação política.** Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo no Departamento CTR – Cinema, Televisão e Rádio, sob a orientação do Prof. Dr. Marcello Giovanni Tassara. Aprovada na data de 05 de junho de 2001, no curso ciências da comunicação, da área

OLIVEIRA, Hugo Paulo Gandolfi (Org.). **Redação Jornalística multimeios:** técnicas para jornalismo impresso, jornalismo online, radiojornalismo, telejornalismo e fotojornalismo. Chapecó: Argos, 2012.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2007.

ORO, Ivo Pedro. **Militantes x Igreja:** Tensões e Perspectivas. Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1992.

ORO, TEDESCO. **Novos Passos na Igreja Diocesana: OS CONSELHOS DE PASTORAL.** Arquivo Mitra Diocesana, 1990.

ORO, Ivo Pedro; CENCI, Rosângela (Org.). **Diocese de Chapecó: 60 ANOS DE CAMINHADA.** Diocese de Chapecó, 2018.

PARISOTO, Clarissa Vinhas Furlanetto. **A atuação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Chapecó.** In: Cadernos do CEOM. Chapecó: Unochapecó, v. 27, n. 40, jun. 2014.

PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II – Reflexões sobre um carisma em curso.** São Paulo: Paulus, 2014.

PANAZZOLO, J. **Missão para todos:** introdução à missiologia. São Paulo: Paulus, 2006.

PARA UMA HISTÓRIA DO OESTE CATARINENSE: 10 anos de CEOM. Chapecó: Unoesc, 1995.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. EniOrlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti: **MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO SUL DO BRASIL: novas identidades e novas dinâmicas.** Revista IDeAS, v. 1, n. 1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

POLI, Odilon, **Leituras em movimentos sociais.** Chapecó: Grifos, 1999.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo econômico de la América Latina y alguno de sus principales problemas.** I: CEPAL.Cincuenta Años de pensamiento em La Cepal – Textos seleccionados. Volumem I. Santiago: Fundo de Cultura Económica, 1998.

_____; **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.** In: Revista Brasileira de Economia. Ano 3, n. 3, setembro de 1949. p. 47-111.

RENKE, Arlene. **A luta da erva.** Um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

SADER, Emir. **A transição no Brasil.** Da ditadura à democracia? Atual Editora. São Paulo, 1991.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual.** Companhia das Letras. São Paulo, 1993.

SUSIN, Luiz Carlos (Org.). **O mar se abriu.** Trinta anos de teologia na América-Latina. São Paulo: Soter; Loyola, 2000.

SANTA SÉ / CONCÍLIO ECUMENICO VATICANO II – Documentos. Brasília, Edições CNBB. 2018.

SANTOS, Sandra Rodrigues. **Capelinhas.** O circulo de devoção de Nossa Senhora. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre, 2014. Acesso em 08 de maio. 2019.

SERBIN, Kenneth P.. **Diálogos na Sombra.** RJ: Companhia das Letras, 200.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Cooperativismo e Desenvolvimento Comunitário.** Revista Mediações, Londrina,v.8, n.2, p.9-26, jul/dez. 2003. Disponível em: https://www.google.com/search?q=associativismo+críst%C3%A3o+e+desenvolvimento+comunit%C3%A1rio+pdf&rlz=1C1NHXL_pt-BRBR712BR712&oq=A&aqs=chrome.1.69i59j35i39j69i59j69i65j512.2228j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8

STRAPAZZON, João Paulo: **E o verbo se fez terra** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980 -1990). Chapecó. Editora Grifos, 1998.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TEDESCO, Adayr Mário; ORO, Ivo Pedro. **Novos Passos na Igreja Diocesana**: Os Conselhos de Pastoral. Diocese de Chapecó. Chapecó, maio de 1990.

UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes**: Mestre e aprendiz do povo. Chapecó. Argos, 2002.
UMAÑA, Wilson Picado. **Los significados de la revolución**. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. HALAC, v. 3, n. 2 (2014). Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/halac/article/view/3455/2503>

WESTPHAL, E. **Nos bastidores da Igreja**: reflexos do declínio da Teologia da Libertação nas pastorais da arquidiocese de Curitiba (1981-1992). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008. Acesso em 08 de maio de 2019.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215. <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/85.pdf>

ZORTEA, Pe Reneu. Igreja CEBs e a opção pelos pobres. In: ORO, Ivo Pedro; CENCI, Rosangela (Org). **Diocese de Chapecó: 60 ANOS DE CAMINHADA**. Diocese de Chapecó, 2018, (p. 172-190).

No. tenho algo a dizer. Os fatos mostram nos pais a Igreja. (Igreja re, etc. a legitimidade da doutrina bíblica, sacerdotes). Devo fazer algo de mais. Tanto mais afirmativo. Os exemplos, todos acreditam que a maioria dos pais brasileiros têm consciência clara dos compromissos da Igreja com a classe dominante? De a terra, fazer o que devem? Quando um bispo impõe normas pastorais; os padres e os bispos responsáveis participam abertamente e de modo responsável no planejamento? Quais os a 2 o campo da revolução e da fé? Devo é importante o esboço pastoral de bispo.

Uma vez algumas considerações que nascem do desejo que todos de dizer lhe muitas coisas que ouço, e debato e que pediram muitas coisas as vidas de padres, dispostos com seus bispos. De fato, julgo que se em muito a verdade pastoral de que o bispo é o "papa" do povo do Brasil.

Atualmente um pouco de assunto, gostaria de mostrar um diálogo epistolar com o Sr. A distância do Brasil, a quase total ausência de notícias e a influência francesa podem parecer algumas, de nossa realidade. Muitas das cartas que recebo, ficam-se em assuntos pessoais.

Espero que as conversações em Paris me tenham feito menos a possibilidade de refletir muito e mesmo me capacitarem mais para meu futuro pastoral. Já seria já suficiente. Costumo trabalhar, mas não se esqueça de ter oportunidade de ir a Lourdes, à convite de uma brasileira que passo por aqui. Esgotado o problema, mas o desejo de fazer a vida e viver, mentalmente cara, na França. Não tenho nenhuma preocupação financeira muito grande. Um experimento de fato, a realidade de viver as exigências da pobreza. It, e limites bastante.

Quando se o Sr. já se encontrou com a família da Srta. Eu não lhe escrevi porque julgo que as cartas lá não chegam já de tão longe. Grande do Sr. era difícil a correspondência. Devo que se esta carta de ser fácil a Lapeço e eu receber resposta. Deu de mandar-lhe a carta para que a envie ao Sr. Srta.

Como vai o Sr. e a avó em Erechim? Que tal a nova do Sr. e Srta. Mas lhe com amizade e sinceridade para resposta. Expresso dos dois lados para nos encarecer demais minha correspondência.

Tem-lhe um momento especial. Fazer o mesmo como sempre pelas 4 horas. A gratidão e a amizade exigem isso de mim. Grande por quem, as palavras que envenenar. Uma grande abraço e o fedido de um beijo espiritual. No amor que nos une ao Cristo. Pq. do Sr. Gomes. 17.

- Anexo 3 - Carta de Irmã Gelni Maria Valleda Baroggi, 1969,

Orfanato SÃO BENEDITO

(Reconhecido de Utilidade Pública pela Lei Municipal n.º 744, de 21/6/1968)
 Avenida 7 de Setembro, 222
 BAIXO - Vila Grande do Sul - GRAMA

Rage, 24 de fevereiro de 1969

Caríssimo e saudoso D. Frei

Muito obrigado pela carta, gostei.

Estava em São Paulo quando ouvi

"casava" notícia de que D. Frei foi também um caso de "grupos", pois, apesar de ser muito digital de compreender a política dos outros grupos. Sei que D. Frei, acredita em que o senhor diz e omit. Vou, mas não preciso em ter de o senhor daqui, nem tem. posso fazer toda a sua fofoca... De 27 de maio a junho de 2. Deputado como o senhor deu saber, a taxa imediata de coisas e fofoca, na sua filha irá cursar o curso de modo que não se perca de de que curso em próximo. Mas não há de se mudar. A gente luta com as armas que tem. Eu não sou o nome e não copio de que planificação, no entanto, para este ano. Já deu o seu currículo para a categoria de 1.ª Comunidade aqui de Catedral e de São João. O Frade de 1.ª. visando. Não que o meu fim o de Tarcísio de um ano e meio na parte de entusiasmo e de coragem eu já tenho quando tudo os fatos. Mas não se assuste se sou tolo, na parte de qualquer jeito, tá? Aqui na Comunidade as coisas estão melhorando. Mas não se assuste com isso, depois da visita do Provincial, não colocamos tudo em cima da mesa. Ficamos de 20 de maio a 1.30 de madrugada "brigando" e saiu a pena. Agora nos conhecemos melhor e todo o mundo está muito melhorando. Lúcia lhe diz que gostaríamos de passar o dia 25 de março aí com o senhor. Manda dizer, em seguida, se vai estar em casa, tá? Bem, Dom Frei, acho que nunca sou poder aceitar a sua transparência e falta de fofoca e... a pergunta tanta fofoca, respeito e pena etc, ainda há pouco minutos o manifesto do Bispo. Está bom mesmo. É necessário, porém, mais prática digna que a pergunta, mas acho? Como é que os de Sabão começaram o de Jaima para seu auxílio? e porque não nos ajudarem mais com D. Frei? Não, não, não entendo. Ajude, tudo a que o senhor fez por nós. Manda dizer em seguida se vai estar em casa dia 25, tá? Obrigado de todos daqui e em especial de

Seu amigo
 Irmã Gelni

- Anexo 4 - Carta de Padre Antonio, 1968

Mata, 4/11/1968

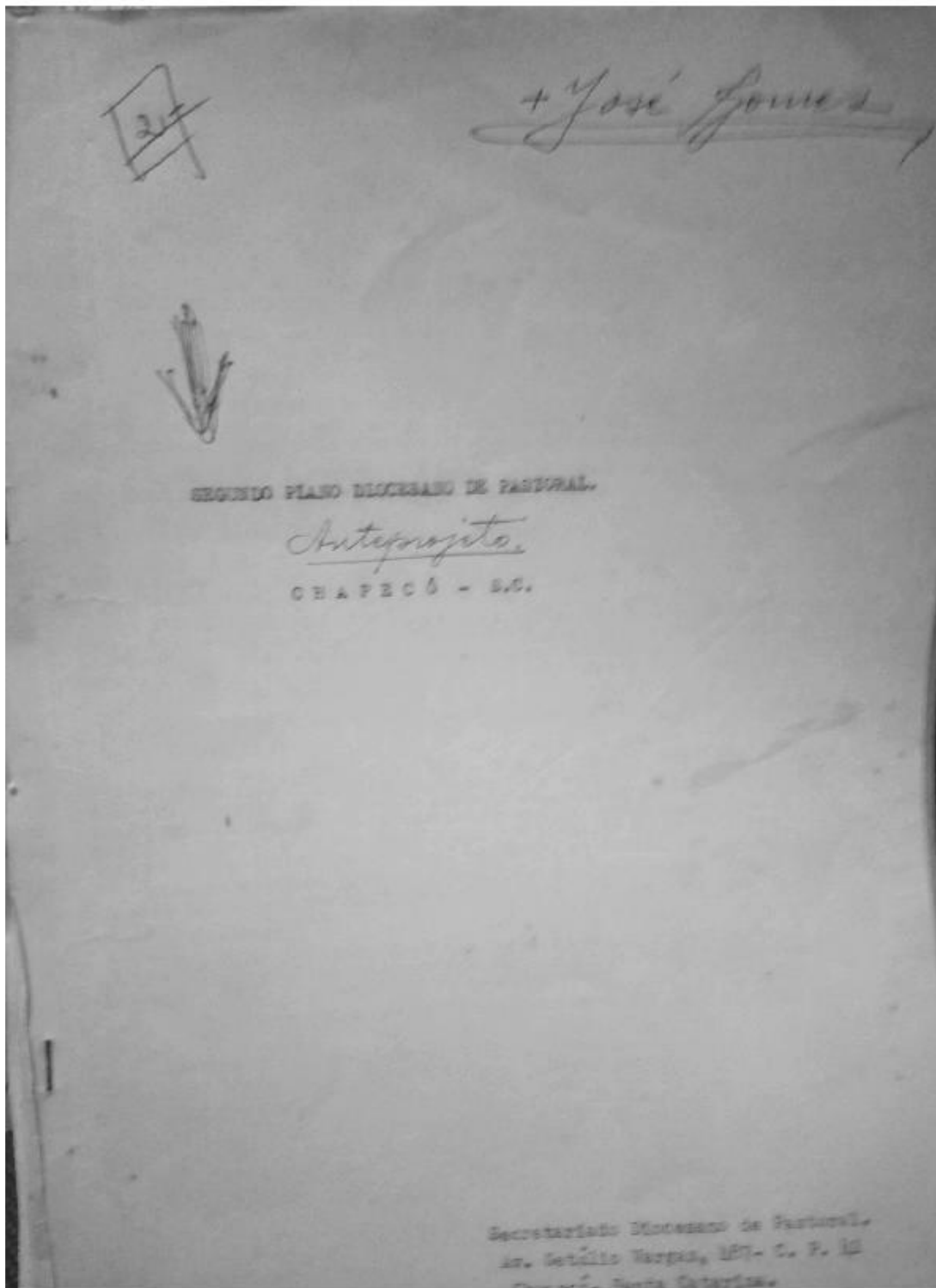
Prezado Sr. Bispo
 S. José. Viva X.!

Recebi sua carta de des-
 cusa. Muito obrigado. Não pude ir a
 missa, igualmente não pude ir à sua pos-
 se de casa. Cavares de ofício: missas, fes-
 tas etc. Sempre o mesmo trabalho.

O Sr. Bispo escolheu uma "vocação gi-
 gante" por aqui e acha que não
 é chamado para a grande vocação
 e deixar para trás: pai, mãe, mu-
 lher, bens etc.

S. José, Todos nós sentimos
 que o Sr. fosse. Eu não disse nada, mas
 não me sai da cabeça que houve
 algo mais que vontade dos pa-
 dres de lá de o senhor ir. Às vezes uma
 minoria melancólica pode superar a
 maioria satisfeita e na boa fé. -
 Creio que nós do Bispo do Va-
 ticano II. que aos poucos, pelo estudo e
 pela meditação, está crescendo cada vez
 mais dentro de nós. O senhor estava
 marcando a figura deste Bispo num
 livro de traços de mentalidade reli-
 giosa.

- Anexo 5 - Capa Plano de Pastoral de Conjunto 1970



- Anexo 6 - Capa Plano Diocesano de Pastoral 1975



- 7 - Anexo Carta de D. José as Comunidades, com explicações sobre o Plano Diocesano de 1975

1

Apresentação -

Plano de Pastoral da Diocese de Chapecó.

Estamos apresentando aos Revmos. Sacerdotes, Religiosos, Agentes de Pastoral, Auxiliares de Pastoral, o Plano de Pastoral de nossa Diocese.

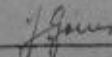
São as atividades de Pastoral que estamos desenvolvendo desde 1971. Não há mudanças substanciais. Apenas ele vai se enriquecendo de ano para ano. Torna-se mais explícito em alguns pontos. A novidade deste ano é que iniciamos o nosso Plano apresentando ~~o~~ o PLANO DE AÇÃO DA IGREJA DE SANTA CATARINA: Regional Sul IV. Plano de ação apresentado na linguagem do Plano Nacional, com Diretrizes, Linhas, e Metas. Na mesma Assembleia Regional, foram debatidas e aprovadas prioridades de Pastoral, que são apresentadas em Programas e Projetos. Programa é o genérico, e Projeto é o específico. Exemplifico: Se digo Liturgia é o programa. Se falo em Cante-Equipe litúrgica-Ministros da Eucaristia, seriam projetos do Programa Liturgia.

Após esta apresentação, passamos ao nosso Plano de Pastoral. Damos os nossos 18 pontos que foram reaprovaados em dezembro de 74, na Assembleia Diocesana. Em seguida damos as Prioridades que foram votadas para o próximo quinquênio 75-79. São os Programas com seus respectivos projetos.

Procurem estudar o mesmo com suas equipes paroquiais para sempre mais entusiasmar-se neste maravilhoso campo de Construir Igreja no oeste de Santa Catarina.

As Comunidades religiosas, sequiosas de entrosamento com a Pastoral da Paróquia, recomendamos igualmente o estudo para que na medida do possível se engajem em alguns projetos.

A todos enviamos votos de feliz sucesso e que se sintam sempre mais Igreja, Povo de Deus, em marcha para a Parusia.


José Gomes, Bispo Diocesano.

- Anexo 9 – Carta do Encontro de Bispos – Em defesa dos índios do Sul - 1975

EM DEFESA DO INDÍO DO SUL

Nós, Bispos, Missionários das dioceses de Frederico Westphalen, Chapecó e Palmas, reunidos com representantes dos povos indígenas Kaingang, Terena, Xavante e Bororo com a finalidade de pensar uma Pastoral Indígena especial para os Estados do sul, tomamos conhecimento, mais uma vez, dos graves problemas que atingem os índios dessa área.

Constatamos que a causa fundamental da situação difícil em que os diferentes grupos se encontram está na terra, porque sem esta, nenhum desses povos indígenas poderá sobreviver física e culturalmente.

Cristãos que somos, solidários portanto com todos os que se firmam, assumimos nesse encontro o compromisso de lutar para que seja respeitada e cumprido o Estatuto Índio em seu artigo 18.

Exigimos que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob pena de perder o último resquício de confiança por parte desses povos historicamente espoliados, dentro da maior urgência:

1º recupere progressivamente todas as terras dos índios, e reincorpore as áreas destinadas às "reservas florestais" (CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - novembro de 1968) e estações experimentais.

2º se empenhe efetivamente na retirada imediata dos latifundiários e arrendatários que se enriqueceram nas terras indígenas.

3º resolva a situação não menos angustiante dos agricultores intrusos e que não pobres, mediante projeto amplo e global de Reforma agrária que lhes garanta terras em outro lugar, aqui mesmo, no sul, com outros meios, "inclusive doação de recursos imediatos" (CPI - novembro 1968)

Lembramos à FUNAI, que mantém grandes projetos agrícolas e serrarias nestas áreas, auferindo daí grandes somas de dinheiro sem que esses lucros revertam para as respectivas comunidades indígenas, o item aprovado no Simpósio FUNAI-MISSÕES - 28 de julho a 4 de agosto de 1969 - em Brasília: "Propõe-se que a Renda dos postos indígenas da Funai e das Missões Religiosas, quer provenha do trabalho do índio, do produto do arrendamento de suas terras, da extração de madeiras, ou de outras fontes, seja aplicado no posto, exceto o destino sob a fiscalização da Funai, ao menos enquanto o posto padeça de necessidades." Esta proposta foi aprovada por unanimidade. Alertamos sobre a mesma problemática da Renda Indígena os artigos 24 e 43 do Estatuto do Índio.

Para a execução da disposição da lei sugerimos:

45% fique para a comunidade indígena de onde provém o rendimento; que seja aplicada em projetos que tenham a aprovação da comunidade; que os índios tenham acesso a essa renda e que eles próprios manipulem-na.

45% se destine para reinversão em projetos de outras áreas indígenas

10% seja para a FUNAI

Da mesma forma pedimos que a FUNAI procure, por todos os meios, preservar as matas ainda existentes nas áreas, bem como evite a derrubada e comercialização de qualquer madeira, tanto pela sociedade envolvente como pela própria FUNAI.

Isto fazemos na certeza de que esse ~~é~~ povos reconquistando sua dignidade serão um sinal de esperança e um caminho de maior fraternidade entre o povo brasileiro.

Frederico Westphalen, 22 de outubro de 1975

+ Dom Bruno Maldaner, bispo de Frederico W.

+ Dom José Gomes, bispo de Chapecó

+ Dom Agostinho José Sartori, bispo de Palmas

- Anexo 10 – Capa cartilha Assessor 1976

CAMINHAR JUNTOS

- NA FAMÍLIA
- NA EDUCAÇÃO
- NO TRABALHO
- NA COMUNIDADE

- COM OS IRMÃOS
- COM DEUS.

1976
SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL
C. POSTAL 41 – FONE 22-0470
89.800 – CHAPECÓ – SC

- Anexo 11 – Síntese de Estudos feitos sobre CEBs

SÍNTESE DOS ESTUDOS FEITOS SOBRE CEBES

GRUPO 1

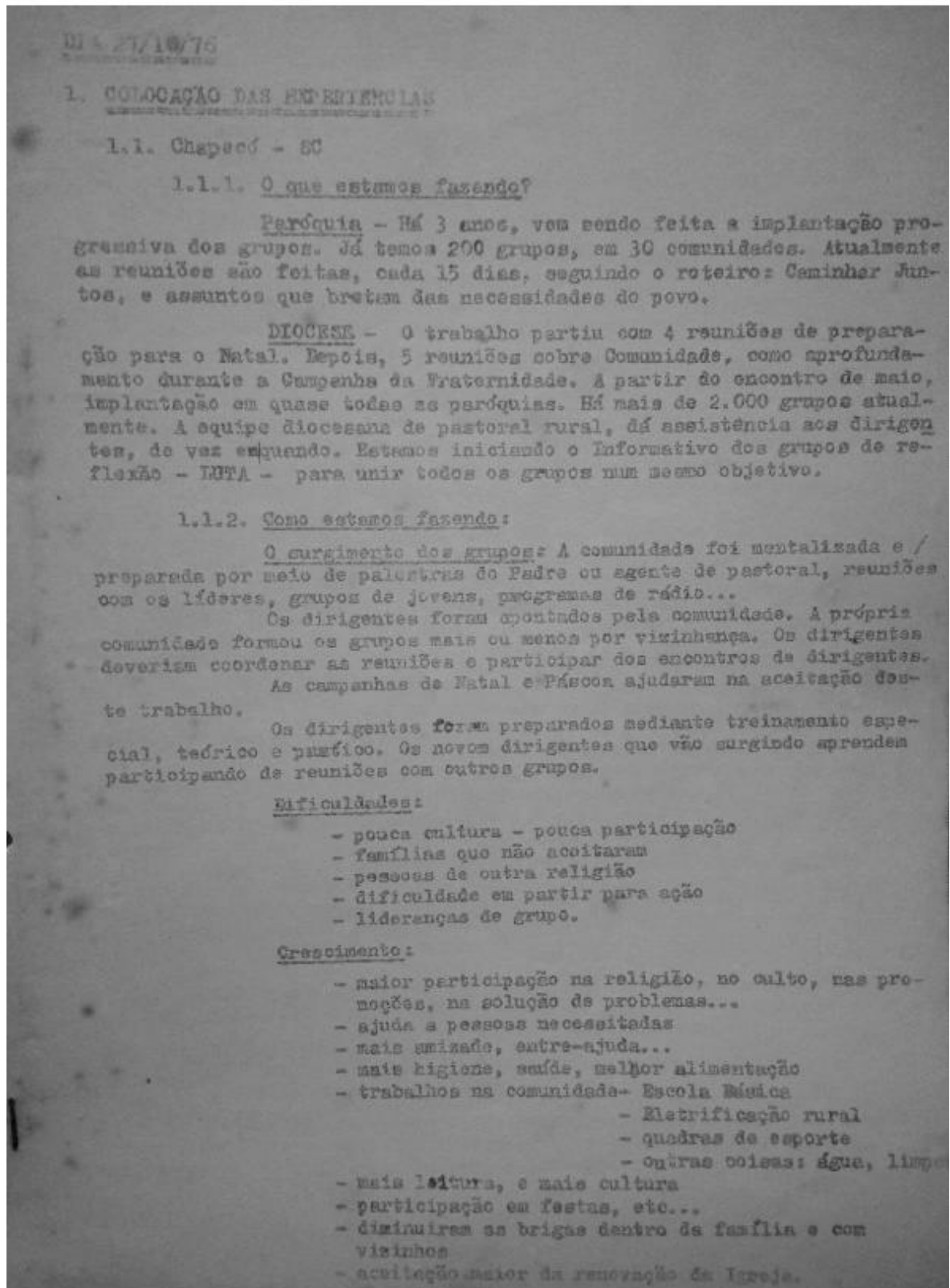
- COMO REALIZAR UMA CEB LIBERTADORA?

Antes mesmos de partirmos para considerações respeitantes ao "como" realizar tal gênero de Comunidade, cremos ser indispensável refletirmos sobre o fato de que somente o "liberto" terá condições de fazer acontecer a libertação. Assim, devemos nos conscientizar do imperativo de estarmos corajosamente inseridos num processo de libertação. Posteriormente vemos os seguintes passos como propícios a um "fazer acontecer" a CEB libertadora.

- a) Encarnação na realidade, conscientizando-nos, progressivamente, a partir do e simultaneamente a ele com base nos problemas vividos e partilhados por todos os membros.
- b) Visando o homem todo e todos os homens. Faz-se mister tenhamos uma visão do homem e de qualquer realidade, isenta de dicotomia. É o homem em sua "globalidade" que deve ser levado em conta. Da mesma forma, também o grupo é um todo em comunhão com todos, e, cada um dos membros deve ser alvo das preocupações de todo o grupo para que aconteça a libertação.
- c) Estabelecimento de metas claras, as quais deverão ser organizadas e progressivamente perseguidas por todo o grupo.
- d) Visão da "utopia do Reino" não como abstração mas como algo que deve ser considerado em termos de meta a ser processualmente concretizada na vida do grupo.
- e) Confiança no grupo, respeito a seus valores e paciência em respeitar o ritmo de caminhada que lhe é próprio sem forçar as transformações.
- f) Conscientização paulatina do grupo a partir de uma noção clara do que se "comunidade" e "igreja" assim como dos problemas a elas peculiares, iluminados pela Palavra de Deus.
- g) Consciência crítica, atitude constante de questionamento e abertura aos sinais dos tempos, o que levará o grupo a um dinamismo de caminhada em termos de conscientização, conduzindo, como consequência, ao compromisso de transformação libertadora da realidade.
- h) Descoberta de prioridades, estabelecimento de metas e estratégias tanto referentes a um "tomar consciência de" como ao comprometimento com a realidade.
- i) Seguimento de etapas devidamente ordenadas, o que dará segurança ao caminhar grupal.
- j) Constatação otimista de que o processo concretizador da CEB é lento, devido à heterogeneidade de consciência e de comunhão existente entre o grupo.
- k) Uma constatação de realidade que não leve a desânimo ou à passividade, mas abra horizontes para o global.
- l) Comunhão com o grupo sem nada assumir em seu lugar. O próprio homem é quem faz a história e ninguém pode fazê-la em seu nome. O mesmo se diga dos grupos.

É então libertadora, a comunidade que concretiza a comunhão do homem com Deus, do homem com o homem e com todo o cosmos. Para tanto, faz-se necessário, haja homens conscientes que conheçam, criticam, comprometem-se e transformam.

- Anexo 12 – Encontro Interestadual de CEBs em Chapecó 1976



- Anexo 13 - Anotações de D. José, Revisão do Planejamento para 1977.

